



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA
E PATRIMÔNIO

MESTRADO PROFISSIONAL

JORDANA GOUVEIA E SILVA

CENTRÃO RESISTE: ESPAÇOS PÚBLICOS DO CENTRO DE GOIÂNIA (GO)
COMO LUGARES DE MEMÓRIA (2010-2022)

GOIÁS – GO
2023

JORDANA GOUVEIA E SILVA

***CENTRÃO RESISTE: ESPAÇOS PÚBLICOS DO CENTRO DE GOIÂNIA (GO)
COMO LUGARES DE MEMÓRIA (2010-2022)***

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luana Nunes Martins de Lima

**GOIÁS – GO
2023**



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: **JORDANA GOUVEIA E SILVA**

Email: **arq.jordanagouveia@gmail.com**

Dados do trabalho

Título: **CENTRÃO RESISTE: espaços públicos do Centro de Goiânia (GO) como lugares de memória (2010-2022)**

Tipo: [] Tese [☒] Dissertação

Curso/Programa: **Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional**

Concorda com a liberação documento: [☒] SIM [] NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiânia, 23 de janeiro de 2024.

Assinatura autor(a)

Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

S586c	Silva, Jordana Gouveia e. Centrão resiste : espaços públicos do centro de Goiânia (GO) como lugares de memória (2010-2022) [manuscrito] / Jordana Gouveia e Silva. – Goiás, GO, 2023. 214 f. ; il. Orientadora: Profa. Dra. Luana Nunes Martins de Lima. Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2023. 1. Patrimônio cultural. 1.1. Intervenções urbanísticas. 1.2. Memória urbana. 1.3. Goiânia, GO - Setor Central. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina. CDU: 719(817.3)
-------	---

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

JORDANA GOUVEIA E SILVA***CENTRÃO RESISTE: ESPAÇOS PÚBLICOS DO CENTRO DE GOIÂNIA (GO)
COMO LUGARES DE MEMÓRIA (2010-2022)***

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de Exame de Defesa como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovada em 14 de abril de 2023, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof.^a Dr.^a Luana Nunes Martins de Lima (UEG)
Orientadora

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (UNB)
Membro Externo

Prof.^a Dr.^a Raquel Miranda Barbosa (UEG)
Membro Interno

Prof. Dr. Vinícius Polzin Druciaki (UEG)
Suplente Externo

Prof. Dr. Raul Amaro de Oliveira Lanari (UFG)
Suplente Interno

Goiás, 14 de abril de 2023.

A cidade foi partida e partiu. É difícil reconhecer algo destruído, destroçado. Está tudo bem, isso pode não ser um problema. Pode ser uma oportunidade. Pode ser um momento de limpeza e esvaziamento de cargas antigas e já não mais questionadas. Sem esse peso, essa responsabilidade familiar, fica-se livre para ver e desvendar o que escoa desse rompimento do habitual. O desconforto inicial vai passar quando a rotina crescer e tomar conta. Da vacância vai escorrer uma cachoeira de possibilidades outras, que jamais vão se sobrepor ou excluir as existentes. Tem espaço para tudo dentro do mesmo espaço.

(In. "Lamento da cidade perdida", de Cecília Meirelles)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Rosangela e Adesvaldo, por nunca medirem esforços – possíveis e impossíveis – para me dar as melhores condições de vida; por me ensinarem a acreditar na minha própria capacidade e sempre incentivarem meus estudos e minha carreira profissional. Agradeço ao meu irmão Adesvaldo Junior e à minha avó Sebastiana, pela ajuda, apoio e compreensão em todos os momentos da minha jornada. Ao meu avô, Leon Diniz Gouveia (*in memoriam*), por me ensinar a olhar todas as coisas com olhos de poeta.

Ao professor e amigo Samuel Vaz, pelo incentivo e ajuda durante todo o processo seletivo do mestrado.

Ao amigo, professor e “pai postiço”, Ivan Oliveira de Grande, que me acompanha desde a graduação em Arquitetura e Urbanismo, que doou sua biblioteca de livros para mim, assim como sempre esteve a postos para me ouvir e incentivar.

Aos meus amigos de longa data, Rodolfo Alves de Medeiros, Jaquellyne de Sousa Teles e Frederico Tadeu Gondim, que sempre foram um porto seguro nos momentos de cansaço e estafa com a pesquisa. Obrigada por sempre estarem comigo.

Ao amigo Rubens Pinheiro, pelo apoio e incentivo de sempre; por todo o empenho realizado na revisão textual deste relatório, assim como na elaboração e na execução da do produto técnico.

Aos novos amigos que tive a oportunidade de conhecer através do mestrado: Marlon Teixeira, Maysa Moreira Antunes, Guilherme Antônio Siqueira e Lis Katia Cunha Bastos. Foi muito importante toda a ajuda de vocês, as contribuições para a pesquisa e por compartilharem comigo os prazeres e dificuldades da vida acadêmica.

Aos entrevistados Guilherme Talarico, Alexandre Perini, Cristina Helou Gomide e Francisco Divino Jorge dos Santos, pela disponibilidade e alegria que demonstraram em participar da pesquisa. A todos os participantes que responderam ao questionário virtual, bem como todos que contribuíram compartilhando e divulgando a pesquisa de alguma forma.

A todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), bem como à coordenadora Prof.^a Dr.^a Maria Dailza, por lutarem de forma exemplar pela criação e manutenção do curso.

Ao Prof. Dr. Wilton de Araújo Medeiro, pela contribuição e orientações dadas na primeira etapa da pesquisa.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Luana Nunes Martins de Lima, por ter aceitado o desafio de assumir a orientação da pesquisa já em andamento, se dedicando ao máximo em todos os momentos e sempre disposta em sanar minhas dúvidas e preocupações. Suas orientações foram primordiais para que eu conseguisse realizar a pesquisa e concluí-la de forma que eu também ficasse satisfeita com o resultado.

Ao Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa, por servir de inspiração e ao mesmo tempo dar folego à minha pesquisa; por todas as palavras de incentivo e contribuições realizadas durante a banca de qualificação. Sem dúvidas seus trabalhos estão intrinsicamente ligados à esta pesquisa, bem como à minha visão de mundo enquanto arquiteta e pesquisadora.

À Prof.^a Dr.^a Raquel Miranda Barbosa por todo carinho, apoio e conhecimento com os quais me presenteou durante o mestrado; suas palavras foram abrigo nos

momentos de dificuldade, assim como suas contribuições durante a banca de qualificação enriqueceram mais ainda a pesquisa.

Aos profissionais de saúde, que garantiram a minha sobrevivência e a de milhares de brasileiros durante a pandemia de COVID-19, ocorrida em 2020 e pela qual ainda estamos passando atualmente.

Ao Governo do Estado de Goiás, que forneceu a bolsa de estudos, propiciando a viabilidade financeira e melhores condições para a realização desta pesquisa.

Finalmente, agradeço a Deus, nosso pai maior, que esteve comigo em todos os momentos difíceis, preenchendo meu coração com esperança, paciência e forças para continuar nesta jornada; ainda, à minha espiritualidade amiga, aos amigos espirituais que acompanham a todos nós em nossas vidas, ajudando e velando por nós em nossos momentos de provas e fraquezas.

A todos vocês, dedico o meu mais sincero muito obrigada.

DEDICATÓRIA

Este projeto é dedicado à cultura produzida na cidade, às pessoas que produzem tal cultura e que enriquecem o espaço urbano; é dedicado os sujeitos urbanos, que se apropriam do espaço público, (re)produzindo os espaços como fatos sociais. Esta pesquisa é dedicada, ainda, à memória coletiva desses sujeitos; sobretudo, este projeto é dedicado ao Setor Central de Goiânia-GO, à sua memória e à sua identidade, que existem e resistem no dia a dia da cidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Série de reportagens realizadas por jornais locais a respeito do Setor Central	35
Figura 2. Reportagem "Paço fracassa há 20 anos em revitalização do Centro de Goiânia"	37
Figura 3. Mapa de localização do Setor Central, Goiânia, Goiás.....	40
Figura 4. Planta do Setor Central, presente no Plano de Urbanização de Goiânia (1938)	41
Figura 5. Apresentação do bem cultural: Setor Central, Goiânia-GO.....	42
Figura 6. Plano Urbanístico de Goiânia-GO, por Atílio Corrêa Lima (1933), com destaque em vermelho das avenidas Goiás (A), Araguaia (B) e Tocantins (C)	44
Figura 7. Plano definitivo de Goiânia, apresentado em 1938 pela firma Coimbra & Bueno, já com as alterações realizadas pelo engenheiro Armando Augusto de Godoy. 46	
Figura 8. Esboço das áreas estratégicas de intervenção do Projeto Goiânia 21, 1998 ...	50
Figura 9. Ato Político Cultural "Bolsonaro Nunca Mais!" (2021).....	56
Figura 10. Reportagem jornal O Popular, 29 de agosto de 2001.....	57
Figura 11. Mapa de localização Mercado Popular da 74, Setor Central	61
Figura 12. Registro do Mercado Municipal sendo construído na década de 50.....	62
Figura 13. Interior do Mercado Popular, década de 1950	62
Figura 14. Placa existente no mercado, informando sobre a Casa Cor 2006 e a revitalização.....	64
Figura 15. Cartazes de divulgação de eventos no Mercado Popular da 74	65
Figura 16. Inauguração do Centro Cultural Mercado Popular da 74 Marília Dias Mendonça, 07/11/2022	67
Figura 17. Mercado Popular da 74 atualmente, 2023.....	68
Figura 18. Mapa de localização Vila Cultural Cora Coralina, Setor Central	69
Figura 19. Teatro Goiânia nas décadas de 1960 e de 2000 (antes da construção da Vila Cultural).....	70
Figura 20. Croquis do Projeto Cine-Teatro Goiânia, de autoria do GRUPOQUATRO, 1998	71
Figura 21. Fotografias da Vila Cultural em sua inauguração, 2013	72
Figura 22. Vila Cultural Cora Coralina e Teatro Goiânia, 2022	74
Figura 23. Mapa de localização Praça Cívica, Setor Central	76
Figura 24. Estudo do Centro Cívico de Goiânia, de Atílio Corrêa Lima 1932	77
Figura 25. Vista do alto do Palácio das Esmeraldas, 1937	77
Figura 26. Fotografias da Praça Cívica, final dos anos 1960	79
Figura 27. Feira Hippie na Praça Cívica, década de 1980.....	79
Figura 28. Praça Cívica ocupada por carros estacionados antes da revitalização, 2013	80
Figura 29. Conjunto da Praça Cívica e relação de bens tombados.....	81
Figura 30. Proposta de revitalização da Praça Cívica, 2015	83
Figura 31. Comparativo da Praça Cívica antes e após as obras, 2008 e 2018.....	83
Figura 32. Proposta do Circuito Cultural Praça Cívica Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 2017	86
Figura 33. Reportagem Jornal O Popular, 11/03/2019	87

Figura 34. Visita <i>in loco</i> feita em 08 de janeiro de 2023.....	88
Figura 35. Mapa de localização do Centro de Excelência do Esporte e Estádio Olímpico	91
Figura 36. Estádio Olímpico, décadas de 1940, 1950 e 1970	92
Figura 37. Triagem de pessoas durante o Acidente do Césio 137, décadas de 1980	93
Figura 38. Projeto para o Centro de Excelência do Esporte, Grupo Quatro 1998.....	93
Figura 39. Estádio Olímpico durante o período de obras, 2012	95
Figura 40. Estádio Olímpico Pedro Ludovico Teixeira, 2022.....	96
Figura 41. Mapa de localização Rua do Lazer e Rua 08, Setor Central	98
Figura 42. Fotos da Rua do Lazer nas décadas de 1970 a 1990	99
Figura 43. Rua do Lazer antes, durante e depois das obras, ano de 2019	102
Figura 44. Visita <i>in loco</i> feita em 20 de novembro de 2022	103
Figura 45. Beco dos Esportes e Beco da Cultura, ambos na Rua do Lazer, 2022	103
Figura 46. Reportagem do jornal O Hoje, 12/11/2021	104
Figura 47. Feira de produtores independentes “Feirou”, ocorrido em 07/05/2022	104
Figura 48. Bares Zé Latinhas e Casa Liberté, ambos na Rua 08	105
Figura 49. Vista da Rua 08, trecho após cruzamento da Av. Anhanguera, 2022	105
Figura 50. Cartazes de divulgação do evento "Centrão" e do festival “Felamacumbia”	106
Figura 51. Mapa de localização Praça do Trabalhador, Setor Central	107
Figura 52. Montagem mostrando o Centro Ferroviário de Goiânia e a linha férrea, 1961	108
Figura 53. Registros da construção do edifício da Estação de Goiânia, 1953 e 1961 ..	109
Figura 54. Monumento aos Trabalhadores, década de 1960	110
Figura 55. Detalhe dos painéis internos do Monumento aos Trabalhadores.....	110
Figura 56. Manifestações ocorridas na Praça do Trabalhador, 1961 e 2021.....	111
Figura 57. Reportagens sobre propostas de revitalização da praça e da estação, décadas de 1980 e 1990.....	113
Figura 58. Praça do Trabalhador antes, durante e depois das obras, ano de 2019	115
Figura 59. Vista dos fundos da Praça do Trabalhador (Avenida Leste-Oeste), 2022 ..	116
Figura 60. Vistas da Praça do Trabalhador, 2022.....	117
Figura 61. Espaços internos do Museu Frei Canfalconi, 2022.....	118
Figura 62. Reportagens veiculadas pelo Jornal Opção, veiculadas entre março e maio de 2019	120
Figura 63. Projeto apresentado pela prefeitura para a Praça do Trabalhador.....	121
Figura 64. Mapa de localização Praça do Trabalhador, Feira Hippie e Região da 44, Setor Central	122
Figura 65. Exemplos de Pit Dogs na Avenida Universitária, Goiânia (GO).....	129
Figura 66. Exemplo de sanduiches vendidos nos Pit Dogs em Goiânia.....	129
Figura 67. Demarcação de imóveis objeto de aplicação desta Lei Complementar, integrantes do traçado tombado como patrimônio dos Núcleos Urbanos Pioneiros de Goiânia.....	131
Figura 68. Gráficos referente aos participantes que moram ou não no Setor Central ..	143

Figura 69. Gráficos referente ao período em que os participantes moraram no Setor Central	143
Figura 70. Gráfico referente horário em que o participante frequenta o bairro.....	144
Figura 71. Gráfico referente aos usos que os participantes fazem do bairro.....	144
Figura 72. Primeira imagem/lembança que vem à mente quando se fala do Setor Central	145
Figura 73. Antes e depois da Avenida Goiás durante obras de instalação do BRT, 2022	147
Figura 74. O que você mais gosta no Setor Central?.....	148
Figura 75. O que você menos gosta no Setor Central?.....	149
Figura 76. Porcentagem de citação dos espaços escolhidos para os estudos de caso...	149
Figura 77. Porcentagem de pessoas que foram consultadas ou não sobre obras/intervenções urbanas no Setor Central.....	151
Figura 78. Mapa interativo <i>Goiânia Cidade (In)visível</i>	166
Figura 79. Mapa interativo <i>ImagineRio</i>	166
Figura 80. Layout inicial desenvolvido para o site <i>Centrão Resiste</i> , 2022	167
Figura 81. Layout inicial com visão dos tópicos “A Pesquisa” e “A Cidade”, 2022 ...	167
Figura 82. Captura de tela da página inicial do site <i>Centrão Resiste</i> , 2023.....	168
Figura 83. Captura de inicial com o mapa interativo Setor Central, site <i>Centrão Resiste</i> , 2023	169
Figura 84. Captura de tela referente ao mapa interativo do Setor Central, site <i>Centrão Resiste</i> , 2023.....	169
Figura 85. Captura de tela referente aos Estudos de Caso, site <i>Centrão Resiste</i> , 2023	170
Figura 86. Captura de tela do menu de acesso ao conteúdo do site <i>Centrão Resiste</i> , 2023	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Relação de entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo em 2022.....	25
Tabela 2. Relação de entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo em 2022....	141
Tabela 3. Referências culturais identificadas no Setor Central por meio da pesquisa de campo, 2021-2022	157

LISTA DE SIGLAS

ACIC - Associação Comercial e Industrial do Centro de Goiânia e Adjacências
BRT - *Bus Rapid Transit* (sistema rápido por ônibus)
CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear
CTM - Código Tributário do Município de Goiânia
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
IMB - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
OUC - Operação Urbana Consorciada
SECULT - Secretaria Municipal de Cultura (Goiânia/GO)
SEPLAM - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Goiânia/GO)
SEMDUS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável
(Goiânia/GO)
SEPLANH - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (Goiânia/GO)
UEG - Universidade Estadual de Goiás
UFG - Universidade Federal de Goiás

RESUMO

O centro de Goiânia, nas últimas décadas, foi alvo de várias intervenções urbanísticas que idealizavam resgatar seu sentido de centralidade e conter processos que condicionavam sua degradação. Tendo esse panorama como fundo de análise, essa pesquisa se insere na Linha de Pesquisa “Cultura, preservação e identidades” e se debruça sobre estudos de caso de seis espaços públicos que passaram por intervenções urbanísticas de revitalização e requalificação, dentro dos recortes estabelecidos: o territorial (o Setor Central) e o temporal (o período de 2010 a 2022). Os conceitos de memória coletiva, lugares de memória, patrimônio cultural e espaços públicos nortearam a análise proposta, bem como as problemáticas que permeiam esses temas no contexto das cidades contemporâneas. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: revisão bibliográfica teórico-conceitual; análise historiográfica; análise e uso de imagens; consulta a acervo jornalístico; análise da legislação urbanística existente; pesquisa de campo, por meio da realização de entrevistas presenciais e aplicação de questionários virtuais com moradores e frequentadores, buscando identificar a forma como as intervenções aconteceram e as possíveis alterações ocasionadas pelas mesmas na conexão entre os indivíduos e o bairro. Os resultados obtidos demonstram que há no Setor Central usos e formas de apropriação desses espaços públicos pela população, assim como a necessidade de repensar o planejamento urbano e as políticas públicas na cidade de Goiânia. Aponta também para a realidade de que, apesar do discurso de que está em abandono, o Centro resiste através da vida que pulsa nas cores, nos sabores, nos cheiros; nos becos, nas ruas, nos mercados, nas feiras, no comércio, nas festas e manifestações; resiste na pluralidade do encontro entre os sujeitos urbanos, que dia a dia vivem os seus espaços. Finalmente, como produto foi elaborado o portal virtual *Centrão Resiste*, no qual está reunido todo o conteúdo produzido durante o mestrado, assim como o mapa interativo. Todo o conteúdo estará disponibilizado de forma gratuita e de livre acesso à toda comunidade.

Palavras-chave: Setor Central de Goiânia (GO), intervenções urbanísticas, patrimônio cultural, memória urbana.

ABSTRACT

The center of Goiânia, in recent decades, has been the target of several urban interventions that idealized to rescue its sense of centrality and contain processes that conditioned its degradation. Having this panorama as a background for analysis, this research is part of the Research Line “Culture, preservation and identities” and focuses on case studies of six public spaces that underwent urban revitalization and requalification interventions, within the established cutouts: the territorial (the Central Sector) and temporal (the period from 2010 to 2022). The concepts of collective memory, places of memory, cultural heritage and public spaces guided the proposed analysis, as well as the problems that permeate these themes in the context of contemporary cities. The methodological procedures used were: theoretical-conceptual literature review; historiography analysis; analysis and use of images; consult the journalistic collection; analysis of existing urban legislation; field research, through face-to-face interviews and application of virtual questionnaires with residents and regulars, seeking to identify how the interventions took place and the possible changes caused by them in the connection between individuals and the neighborhood. The results show that there are uses and forms of appropriation of these public spaces by the population in the Central Sector, as well as the need to rethink urban planning and public policies in the city of Goiânia. It also points to the reality that, despite the discourse that it is in abandonment, the Center resists through the life that pulsates in colors, flavors, and smells; in alleys, streets, markets, fairs, commerce, festivals and demonstrations; resists in the plurality of the encounter between urban subjects, who live their spaces day by day. Finally, as a product, the *Centrão Resiste* virtual portal was created, in which all the content produced during the master's degree is gathered, as well as the interactive map. All content will be available free of charge and freely accessible to the entire community.

Keywords: Central Sector of Goiânia (GO), urban interventions, cultural heritage, urban memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I. CULTURA, PATRIMÔNIO E CIDADE: OS DIVERSOS ASPECTOS DAS INTERVENÇÕES URBANAS.....	29
1.1. Intervenções urbanísticas na cidade e a valorização mercantil do patrimônio cultural urbano	30
1.2. Centro de um projeto e o projeto do Centro: o núcleo da nova capital goiana	40
CAPÍTULO II. VIVÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE: INTERVENÇÕES URBANAS NO SETOR CENTRAL.....	57
2.1. Intervenções urbanísticas no Setor Central – de 2010 a 2022	58
2.1.1. Mercado Popular da 74 (2006-2010).....	61
2.1.2. Vila Cultural Cora Coralina e Teatro Goiânia (2013-2015).....	69
2.1.3. Praça Cívica/Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira (2018-2019).....	76
2.1.4. Estádio Olímpico Pedro Ludovico Teixeira - Centro de Excelência do Esporte (2000-2016).....	91
2.1.5. Rua do Lazer/Rua 8 (2019)	98
2.1.6. Praça do Trabalhador e Antiga Estação Ferroviária (2019)	107
2.1. O patrimônio na legislação: os instrumentos de amparo ao patrimônio cultural goianiense ao longo dos anos	124
2.2.1. Plano Diretor e legislação fiscal como ferramentas para salvaguarda do patrimônio cultural	129
2.2.2. Realidade prática e utopismo: possibilidades para o patrimônio cultural no Setor Central de Goiânia	132
CAPÍTULO III. CIDADE FALADA, CIDADE VIVIDA: SETOR CENTRAL PRESENTE NA MEMÓRIA DOS SUJEITOS URBANOS.....	138

3.1. Diálogo como método: parâmetros de pesquisa e elaboração do roteiro de entrevista.....	138
3.2. O caminho até a comunidade: a experiência de realização das entrevistas e aplicação dos questionários virtuais.....	141
3.3. Tecendo a <i>colcha de retalhos</i> : sujeitos urbanos, referências culturais e um planejamento do/para o Setor Central.....	154
3.4. <i>Colcha de retalhos e fios de memória</i> : cenas urbanas do Setor Central	158
CAPÍTULO IV. CENTRÃO RESISTE: DINÂMICAS EXISTENTES, UTOPIAS E NOVAS POSSIBILIDADES.....	165
4.1. O que inspirou o <i>Centrão Resiste</i> ?	165
4.2. Conectando ruas e telas: desenvolvimento do site e formas de utilização do produto.....	167
4. 3. 1. Público-alvo do <i>Centrão Resiste</i>	171
4. 4. <i>Centrão Resiste</i> na luta pelo direito à cidade: devolutivas para a comunidade	172
4. 4. 1. Encontro com os entrevistados	172
4. 4. 2. Evento de lançamento do portal <i>Centrão Resiste</i>	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS.....	176
ANEXOS.....	183

INTRODUÇÃO

Os espaços públicos das cidades contemporâneas estão em constante modificação. Seja pela rotina caótica do espaço urbano, pelos conflitos sociais e políticos ou mesmo pelo caráter mutável da cidade, os espaços urbanos, sobretudo os espaços públicos, são alterados e modificados ao longo dos anos.

Dentre os processos de modificação do espaço na urbe contemporânea, esta pesquisa destaca os planos de intervenções urbanas que se justificam por “requalificar” ou “revitalizar” determinados locais da cidade. Para Fabris (2000) “por apresentar em seu tecido monumentos simbolicamente significativos (...) a cidade é, desde o século XIX, objeto de requalificação e preservação” (FABRIS, 2000, p. 9).

Nos centros urbanos, essas intervenções podem acontecer de diversas formas e buscando atender diversos atores sociais, uma vez que a cidade engloba não apenas questões sociais, políticas, econômicas e espaciais, mas, também, o caráter subjetivo das relações sociais – tais como memória, identidade, pertencimento, apropriação e colonização. A cidade pode ser considerada, conforme nos mostra Santos (2003), uma (re)produção social dos diversos indivíduos que a habitam ou habitaram, em todos os períodos históricos passados desde seu surgimento. Do mesmo modo, Pesavento (2005, p. 13) nos reforça que a cidade é resultado do acúmulo não apenas físico, mas também do subjetivo:

Todo traço do passado possui em si uma sucessão de temporalidades objetivas acumuladas, ou seja, as marcas da passagem dos anos e do seu uso e consumo pelos atores sociais que percorreram este espaço. Mas, embora seja importante datar estas camadas históricas, como por exemplo, o caso de um determinado espaço construído, importa também atingir as temporalidades subjetivas que este espaço urbano contém, dado pelas experiências do vivido, pelos sentidos conferidos a este espaço, tornando-o qualificado, como um lugar no tempo. Trata-se antes, pois, de tentar atingir, ou mesmo resgatar a capacidade evocativa e de significação que cada fragmento do passado possa oferecer à recriação imaginária de uma cidade. Ou ainda, o quanto de memória, história e sentido ele possa invocar. (PESAVENTO, 2005, p. 13)

No caso de espaços importantes e representativos na *história oficial* das cidades, como são o caso dos centros históricos ou núcleos originários, as intervenções urbanas muitas vezes objetivam a transformação do espaço público e da memória e identidades culturais locais – representada pelos símbolos, elementos, lugares, rituais, celebrações,

pessoas etc. – em mercadoria para o consumo, em um cenário-espetáculo a ser vendido (ARANTES, 2013).

De forma complementar, Costa e Scarlato (2009) destacam ainda que nesse processo de *mercantilização da cultura* a mídia tem um papel fundamental, reafirmando e legitimando tal fato:

(...) as cidades históricas brasileiras estão envolvidas por um novo tipo de “imperialismo” que é o da mercadoria sobre a cultura. Imposição (...) onde a mídia aparece como catalisadora das ações geridas pela “indústria cultural” no seu *processo mercantilizador*, em que o patrimônio, principalmente, é envolvido pela dialética do uso e da troca, no espaço urbano, ao ser valorizado simbólica e economicamente. (...) algo muito especial vem envolvendo esses objetos, produtos e os eventos culturais, resgatados ou recriados enquanto singularidades, sendo preciso pô-los à parte das mercadorias tradicionais, como bens de consumo duráveis e não duráveis; são novos “produtos” e “eventos” que estão num plano mais elevado de produção e da criatividade humana, diferente da produção industrial tradicional. (COSTA e SCARLATO, 2009, p. 37, grifo nosso)

Esse processo de mercantilização do espaço público, atualmente, se propaga não apenas nas cidades históricas do período colonial, como analisado pelos autores, mas em diversas cidades brasileiras e seus centros tradicionais, como é o caso do Setor Central, presente no plano urbanístico original da cidade e primeiro bairro consolidado em Goiânia-GO, sendo o objeto de análise proposto para a presente pesquisa.

Destarte, o Setor Central vem sendo objeto de estudo de diversas pesquisas, nas mais variadas áreas do conhecimento. Nas áreas de estudo de Arquitetura e Urbanismo e do Patrimônio Cultural, dentre as pesquisas acadêmicas realizadas cujo o objeto de estudo é o Centro e que foram de grande contribuição para este relatório técnico destacam-se: (a) a pesquisa realizada por Enio dos Santos Moreno¹ (2008), que tinha como objetivo “disseminar conhecimento e informações acerca do núcleo pioneiro de Goiânia em forma de um roteiro para CD-ROM, como fator patrimonial e de apropriação pelos atuais habitantes da cidade”; o trabalho de Ciro Augusto de Oliveira e Silva² (2008), que tinha como objeto principal “espaço urbano e o Centro da cidade de

¹ MORENO, E. dos S. **Projeto CD-ROM Interagyn: História e Memória de Goiânia**. Dissertação. (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural), Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2008. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2310>>. Acesso em: maio de 2022.

² SILVA, C. A. de O. **Revitalização e preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico do centro de Goiânia**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural), Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2008. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2306>>. Acesso em: maio de 2022.

Goiânia e as intervenções urbanas realizadas e propostas para esta cidade (...); (c) o trabalho de Germana de Faria Arantes³ (2012), que no mesmo sentido, buscou analisar os processos de revitalização urbana na cidade de Goiânia, com foco específico nos parques urbanos; e ainda (d) a pesquisa realizada por Larissa Alves de Sousa⁴ (2020), que fez uma extensa pesquisa sobre representações culturais e patrimônio cultural a partir de estudo de caso de monumentos existentes em duas cidades, Goiânia e Camagüey (Cuba). Tais pesquisas reiteram a necessidade da continuidade dos estudos urbanos e culturais sobre a cidade de Goiânia, enquanto metrópole plural, em constantes transformações e (re) modernizações.

Particularmente, o estudo realizado na presente dissertação se motiva pela relação de vivência e proximidade da pesquisadora com o Setor Central: como moradora e frequentadora do Setor Central desde sua infância, a pesquisadora Jordana Gouveia sempre se inquietou com afirmações como “o Centro está abandonado” ou “o Centro está morto, não tem nada lá” que via nos jornais ou mesmo nas conversas com amigos... Na sua vivência, o Setor Central era bem diferente, quase o oposto disso: o que via nos passeios que fazia com os pais eram ruas movimentadas, uma infinidade de lojas de variedades (os tradicionais *Magazines de R\$1,99*), sessões cheias do Cine Ritz, nas filas das livrarias e sebos, ou mesmo nas bancas do *Camelódromo da Anhanguera*. O Centro tinha uma vida, um ritmo próprio, afinal! Essa inquietação fora, sem dúvidas, a desencadeadora da paixão pela pesquisa sobre o Setor Central, iniciada ainda na graduação em Arquitetura e Urbanismo (UNIP, 2012-2016), passando pelo curso de especialização em Reabilitação Urbana (UNB, 2019-2020) e que resultou na pesquisa de mestrado que se apresenta a seguir.

Inicialmente, a proposta para esta pesquisa era analisar as intervenções ocorridas nos espaços públicos do Setor Central de Goiânia, para entender de que forma as intervenções urbanas de revitalização e/ou requalificação dos espaços públicos, bem como a modificação de seus elementos e símbolos foi percebida pelos habitantes da

³ ARANTES, G. de F. **Reabilitação urbana como gentrificadora e segregadora social: o caso dos parques Vaca Brava e Flamboyant**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Territorial), Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2012. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2791>>. Acesso em: dezembro de 2021.

⁴ SOUSA, L. A. **Monumento e ativação popular do espaço público latinoamericano: Cuba e Brasil**. Brasília: Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de Brasília. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/38939>>. Acesso em: maio de 2022.

cidade, sobretudo de que forma as intervenções físicas do espaço público interferiu ou não na memória coletiva urbana.

Entretanto, no decorrer da pesquisa e dos debates propostos nas disciplinas do mestrado, o foco principal deixou de ser apenas as intervenções urbanas e a pesquisa se abriu para novos rumos. Ao ampliarmos nosso olhar para a subjetividade presente no espaço público urbano, estendendo-o para além dos espaços oficializados como patrimônio na cidade – e que, por o serem, recebem tais projetos de revitalização e requalificação urbana – foi possível observar o tecido urbano. Ele é composto por *fiões* de patrimônio e referências culturais que extrapolam os limites demarcados, seja o estabelecido pelo discurso oficial da história da cidade ou mesmo o imposto pelas políticas públicas de patrimonialização vigentes (que se estabelecem a partir de conceitos eurocêntricos e, muitas vezes, desconectados dos contextos locais e da realidade latino-americana).

Após estabelecermos os novos eixos norteadores propostos para a pesquisa, o estudo se desenvolveu nas seguintes etapas:

- a) Análise do Setor Central, por meio de revisão bibliográfica e pesquisa histórica-documental da cidade e seu projeto original, bem como entendimento dos discursos presentes no plano original, dos conflitos existentes entre o patrimônio cultural estabelecido e as modificações socioespaciais e de usos que seus espaços públicos tiveram ao longo do tempo até os dias atuais;
- b) Análise dos projetos de intervenção urbana realizados nos espaços públicos do Setor Central, buscando elencar quais as transformações foram implantadas pelos projetos elaborados pelo poder público;
- c) Pesquisa de campo junto a moradores e usuários (realização de entrevistas, aplicação de questionários, pesquisa *in loco*, entre outros), buscando investigar quais as perspectivas dos sujeitos que vivenciam ou vivenciaram as transformações nos espaços públicos decorridas de projetos de revitalização ou requalificação urbana, bem como identificar a produção de uma memória coletiva associada a esses espaços;
- d) Análise dos dados obtidos em campo, buscando entender qual o papel representativo desses espaços na memória afetiva e cognitiva de seus usuários: como os indivíduos percebem esses espaços dentro de suas

experiências individuais e coletivas na cidade de Goiânia? A partir da análise de dados, buscar mapear as referências culturais identificadas, bem como o patrimônio cultural existente no bairro – oficial e não oficial.

Estabelecidas as etapas de trabalho, o texto deste relatório seguiu a mesma estrutura: no **Capítulo I**, inicialmente, foi analisado o contexto local da cidade de Goiânia, tomando por base autores que se debruçam sobre a problemática da cidade e do Setor Central, com destaque para Chaul (2009), Diniz (2007), e Coelho e Valva (2018).

Como embasamento teórico para esse capítulo, foi feita revisão bibliográfica sobre os conceitos de memória coletiva, lugares de memória, patrimônio cultural, paisagem cultural e identidade, respectivamente, a partir de Halbwachs (2003), Nora (1993), Castriota (2009) e outros. Já como base para pesquisa referente ao patrimônio cultural e sua relação com espaços públicos, citam-se os trabalhos desenvolvidos por Arantes (2013), Sant’anna (2017) e Costa (2012, 2016, 2018, 2019, 2020, 2021a e 2021b); as pesquisas de Serpa (2018 e 2021), que analisa os espaços públicos nas cidades contemporâneas; a abordagem de Gehl (2018), que trabalha com a temática das intervenções urbanas e desenvolve métodos de análise do espaço da cidade; e por fim, Lynch (2011), que trata sobre a imagem da cidade, bem como seus símbolos e sua legibilidade.

Adiante, no **Capítulo II** a pesquisa se motivou para responder alguns questionamentos que surgiram: a memória coletiva é afetada por essas intervenções nos espaços públicos da cidade? Caso seja, de que forma? Como as pessoas se relacionam com esses novos espaços e seus novos símbolos? Como e de que maneira os projetos de intervenção urbana e as políticas públicas existentes refletem em seus usuários e na sociedade?

Para tanto, foram estabelecidos dois recortes para análise: (a) o recorte temporal – entre os anos de 2010 e 2022; e (b) o recorte territorial, focando em seis espaços públicos. A escolha de tais espaços se justifica tendo em vista que todos são locais públicos e que passaram por obras identificadas como “revitalização” e/ou a partir de Halbwachs (2003), Nora (1993), Castriota (2009) e outros, respectivamente “requalificação” entre os anos de 2010 e 2022. Os espaços analisados e os períodos em que ocorreram as intervenções foram

- a) Mercado Popular da 74, em 2011;

- b) Vila Cultural Cora Coralina e Teatro Goiânia, em 2013;
- c) Praça Cívica (Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira), em 2015;
- d) Estádio Olímpico Pedro Ludovico Teixeira, em 2016;
- e) Rua do Lazer (Rua 8), em 2019;
- f) Praça do Trabalhador e Antiga Estação Ferroviária, em 2019;

O foco da pesquisa, então, é principalmente investigar os efeitos dessas modificações na memória coletiva dos sujeitos que se apropriam do local: como os espaços, modificados pelos diversos projetos de reformas urbanas, se fixam ou se transformam na memória das pessoas? Quais as referências culturais presentes nesses espaços?

Para responder essas e outras indagações que surgiram, no **Capítulo III** a pesquisa se direcionou ao trabalho de campo, em um processo de imersão urbana. Foram feitas observações dos espaços públicos do Centro de modo a perceber e, sobretudo, sentir o território, de forma empírica. Após a imersão inicial, partiu-se para a realização de entrevistas e aplicação de questionários com pessoas que vivenciam e/ou vivenciaram o Setor Central de Goiânia-GO cotidianamente.

Metodologicamente, para o estudo de campo⁵ foram realizadas entrevistas presenciais, com pessoas maiores de 18 anos, que fossem especificamente moradores, usuários e/ou frequentadores do bairro, de modo a entender a relação dos sujeitos com o território estudado. Para tanto, foi elaborado um roteiro de perguntas semiestruturado⁶, no intuito de direcionar a conversa aos temas pesquisados (abordando questões sobre quais memórias e identificações que as pessoas têm com a área central, a temática do patrimônio cultural e representações culturais no bairro, além das transformações ocorridas nos espaços públicos na última década). Deste modo, foram realizadas quatro entrevistas, sendo elas:

⁵ A submissão da pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa-CEP/UEG e à Plataforma Brasil foi realizada no mês de agosto de 2021. A aprovação da pesquisa foi realizada pelo CEP/UEG em 21/09/2021, conforme Parecer Consubstanciado nº 4.989.115. A partir da aprovação junto ao comitê, os questionários e entrevistas foram realizados no mês de maio de 2022. O Parecer Consubstanciado consta em anexo no final deste relatório.

⁶ O roteiro com as perguntas elaboradas encontra-se em anexo no final deste relatório.

Tabela 1. Relação de entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo em 2022

Nome Completo	Idade	Profissão
Guilherme Talarico de Oliveira	52 anos	Historiador e Professor
Alexandre José Perini	50 anos	Arquiteto
Cristina Helou Gomide	52 anos	Historiadora e Professora
Francisco Divino Jorge dos Santos	71 anos	Aposentado

Simultaneamente, foi elaborado um questionário online⁷ contendo as perguntas do roteiro semiestruturado adaptadas para que pudessem ser respondidas de forma individual, sem a necessidade do entrevistador/interlocutor. O questionário foi aplicado de forma virtual, por meio da plataforma *Google Forms*, com divulgação em diversas redes sociais, grupos de pesquisa etc. de modo a atingir o maior número de participantes voluntários possíveis.

A partir dos dados obtidos por meio das entrevistas presenciais e aplicação do questionário virtual, bem como através da observação *in loco* e empírica do/no Setor Central, buscou-se fazer o mapeamento do patrimônio cultural e das referências culturais indicadas pelos participantes da pesquisa. O que muda e o que permanece da memória no espaço público, mesmo com as transformações urbanas? Para esse mapeamento, serão utilizadas as categorias presentes no Manual de Aplicação dos Inventários Participativos, desenvolvido pelo IPHAN (2016), deste modo os dados foram classificados em: celebrações, formas de expressão, saberes, lugar, edificações e objetos.

No **Capítulo IV**, como resultado prático da pesquisa realizada, é apresentado a proposta de um produto: a criação do portal virtual/site *Centrão Resiste* (<https://www.centraoresiste.com/>). A proposta é de que o site, hospedado em plataforma gratuita, reúna todo o conteúdo produzido durante a pesquisa realizada, desde a parte historiográfica acerca do Setor Central ao longo dos anos, as mudanças e transformações ocorridas nos espaços do bairro e as contribuições recebidas por meio das entrevistas e da pesquisa de campo. Inserido no site, foi desenvolvido também um mapa virtual interativo através da ferramenta *Google My Maps*, onde foram identificadas as intervenções urbanísticas ocorridas no bairro no recorte temporal

⁷ O questionário online foi disponibilizado via *Google Forms* de 05 de agosto de 2022 a 05 de dezembro de 2022, obtendo um total de 93 participantes.

proposto e inseridos sugestões de roteiros e passeios para serem feitos no Setor Central (Roteiro de Comidas & Bares, Roteiro das Histórias e Roteiro das Artes & Culturas).

O objetivo principal da plataforma virtual é identificar mais do que o espaço físico da cidade, mas as *memórias e vivências* que as pessoas tiveram e tem com os espaços públicos do Setor Central, no intuito de dar visibilidade para o *patrimônio popular vivo* do bairro, às diversas representações culturais que permanecem e as que se desenvolvem naquele espaço, a partir dos relatos obtidos nas entrevistas presenciais e aplicação dos questionários virtuais.

Já no **Capítulo V**, estão relacionadas as informações e parâmetros técnicos inerentes à criação, utilização e formas de divulgação do portal virtual: processo criativo e desenvolvimento do site, formas de uso, público-alvo e devolutivas para a comunidade.

Aliada à linha de pesquisa escolhida – *Cultura, Preservação e Identidades* – esta pesquisa teve como objetivo principal analisar as representações culturais nos espaços públicos do Setor Central, em Goiânia-GO, partindo da análise dos processos de revitalização e requalificação urbanas ocorridos no bairro. Com investigação realizada objetiva-se destacar a importância da participação popular na elaboração de políticas públicas urbanas mais eficazes, que respeitem além do caráter técnico/funcional dos espaços públicos, seu caráter subjetivo, enquanto dotados de significados e símbolos representativos para os sujeitos da cidade, colaborando de forma positiva para o desenvolvimento sustentável urbano e para o fortalecimento e salvaguarda do patrimônio cultural local.

Ademais, esse estudo se justifica, principalmente, pela necessidade de analisar as modificações e intervenções que acontecem nas cidades. No meio cada vez mais veloz, privado e individualista da vida urbana, mudanças drásticas nos espaços públicos acontecem do dia para noite, afetando muitas vezes a relação que as pessoas têm umas com as outras e com o espaço urbano. Fato exposto, esta pesquisa busca contribuir para o panorama existente de estudos sobre espaços públicos urbanos e as intervenções praticadas nos mesmos, sob a ótica do Patrimônio Cultural.

Não se afirma neste que os espaços públicos devam ser objetos estáticos, que as intervenções urbanas e mudanças nos espaços não deveriam acontecer ou mesmo que a cidade seja musealizada, conforme nos alerta Jeudy (2005). Pelo contrário, defende-se que as intervenções ocorram, mas a partir de análises que considerem o significado que tais espaços têm para os habitantes da cidade, para o contexto histórico ao qual

pertencem e ainda que as políticas públicas criadas levem em consideração a importância da participação popular na tomada de decisões – sobretudo decisões que afetem os sujeitos que *pertencem* àqueles espaços. Como afirmado por Brandão (1996):

Não se trata, portanto, de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com o que se cria e o que se pensa e viva agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significativa provoca e desafia. (BRANDÃO, 1996, p.51)

Deste modo, defende-se, portanto, a democratização do patrimônio e dos processos de criação da memória por e para as pessoas.

Argumenta-se portanto, por um processo de *planejamento urbano multidisciplinar*, respeitando a importância do trabalho envolvendo diversas as áreas de pesquisa – arquitetura, engenharia, história, arqueologia, gestão patrimonial, entre outras – para elaboração e execução de projetos de revitalização e/ou requalificação, bem como garantindo a participação ativa da população nesses processos, identificando os novos valores agregados pelos usuários, buscando contribuir de forma positiva para a valorização e preservação desses espaços, sem negar a memória neles representada para os indivíduos.

Nesse sentido, uma visão de planejamento urbano que leve em consideração as dimensões social e cultural do espaço da cidade, de forma multidisciplinar e que englobe em seu processo metodológico os sujeitos que compõem e produzem a urbe, é parte importante para a efetivação de uma nova visão sobre o desenvolvimento das cidades na América Latina, como enfatizado por Costa (2021b):

El sujeto urbano es el que mejor puede definir sus necesidades y dirigir su proyecto propio (anclado a planes urbanos tecnico-humanistas), agudizado por el imaginario, producto y productor de la razón instrumental y la propia (sic) experiencia. (COSTA, 2021b, p. 108)

O planejamento urbano, pensado a partir dos sujeitos que se apropriam e vivenciam os espaços da cidade no cotidiano, para além de um utopismo urbanístico⁸, é

⁸ Termo inspirado no conceito de *utopismo patrimonial*, cunhado pelo Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa em seu artigo “*Utopismo patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder*” (COSTA, 2016). Em pesquisa recente (COSTA, 2021), o autor sintetiza o significado de utopismos

algo factível e garantido pela legislação brasileira. Todavia, se faz necessário que ocorra de fato na prática nas políticas públicas em todas as esferas de governo – municipal, estadual e federal, garantindo a todos, sobretudo, o *direito à própria cidade* (LEFEBVRE, 2016).

Destarte, a pesquisa objetiva contribuir, ainda, para o reconhecimento da importância da pesquisa científica e acadêmica da temática sobre a *memória e o patrimônio cultural* dos espaços urbanos a partir da visão decolonial, identificando as várias microcidades que coexistem dentro de cada cidade, formando uma *colcha de retalhos* das diversas formas e significados que os espaços públicos adquirem ao longo dos anos, a partir da óptica de quem os vivencia diariamente, resistindo e (re)construindo o patrimônio cultural local.

patrimoniais: “significan, desde dentro [con los sujetos, sus normas y proyectos], la memoria de los empobrecidos, subalternizados y estigmatizados en Latinoamérica, con base en la historia del territorio, su propia historia.” e ainda são “baseados en una epistemología situada, asimilan y cuestionan los territorios del Estado-mercado, proponiendo la ejecución de prácticas político-culturales transgresoras desde los sitios periferizados.” (COSTA, 2021a, p. 114).

CAPÍTULO I. CULTURA, PATRIMÔNIO E CIDADE: OS DIVERSOS ASPECTOS DAS INTERVENÇÕES URBANAS

A experiência do homem em sociedade gera a produção cultural: a vida em grupo e as relações humanas favorecem a criatividade e a inovação, movidos pela necessidade humana de evoluir enquanto espécie. Dessa evolução origina-se, pois, a cultura: “a cultura está ligada à experiência. Só existe cultura, realmente, quando vivemos estas determinadas experiências, quando nosso cotidiano é pensado” (BOSI *apud* BARATTO, 2015).

O espaço público “ultrapassa a rua”, existindo, sobretudo, a partir das ações de seus usuários, que atribuem sentidos aos espaços da cidade e são por eles influenciados (LEITE, 2001). É intrínseca, pois, a relação entre as pessoas e os espaços públicos.

Segundo Carlos (2020) o espaço público “é, sobretudo, social” e a análise da cidade enquanto produto social se faz necessária para entender os diversos conceitos que permeiam o tema neste abordado. Assim, o espaço pode ser visto como:

(...) condição, meio e produto da reprodução social: produto resultante da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico (...), em função de estratégias e virtualidades contidas de cada sociedade” (CARLOS, 2020, p. 63)

Quando pensamos o espaço da cidade, devemos pensar também a relação que tais espaços têm com a memória urbana e afetiva de seus usuários: para Recchia (2005), a cidade é, além de seu espaço físico, fruto da relação com os indivíduos que nela habitam. Desde modo, nos processos de intervenção urbana essa relação com os sujeitos urbanos deve ser levada em conta ao criar e/ou modificar os existentes, uma vez que esses espaços “(...) precisam ser percebidos na sua dimensão humana, ou seja, no que uma cidade e alguns de seus cenários significam para quem nela vive e para quem deles usufrui” (RECCHIA, 2005, p. 62).

Segundo Coelho (1996), existem riscos nas modificações súbitas do ambiente físico da cidade, principalmente na representação que aqueles espaços têm para as pessoas. Modificar o espaço é, também, modificar a memória que as pessoas têm desses espaços pois “Na percepção do seu ambiente cotidiano, alguns habitantes podem se mostrar sensíveis ao desaparecimento de uma rua, um prédio, uma casa. Lugares que façam algum sentido” (COELHO, 1996, p. 40).

Para Nora (1993), que desenvolve o conceito de “lugares de memória”, o espaço é constituído por seus aspectos “material, funcional e simbólico”, que se relacionam entre si, caracterizando a experiência vivida no lugar, conservando uma memória social do acontecimento, transmitida pelo tempo aos usuários que vivenciam o espaço, por meio do sentimento de pertencimento histórico.

Ainda, segundo Pollack (1992), os “lugares de memória” podem ser entendidos também como “lugares particularmente ligados à uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (POLLACK, 1992, p. 202). Em sua obra intitulada “Memória, esquecimento e silêncio” (POLLAK, 1989), Michael Pollak discorre sobre os termos memória oficial e memória subterrânea, partindo do conceito de memória coletiva de Halbwachs (HALBWACHS, 2003).

Halbwachs (2003) relaciona a memória coletiva ao espaço, por meio da relação do grupo com o local no qual ele vive. Para o autor, os espaços são marcados pelos grupos que dele se apropriam, da mesma forma que os indivíduos também são marcados pelo lugar:

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. Como a imagem do quadro evocaria aquilo que nele traçamos, já que o quadro é indiferente aos signos, e como, sobre um mesmo quadro, poderemos reproduzir todas as figuras que se quiser? Não. Todavia, o lugar recebeu a marco do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. (HALBWACHS, 2003, p. 133)

De modo a entender todos os aspectos complexos e subjetivos que envolvem tais processos no espaço urbano, para além do caráter urbanístico e arquitetônico, é necessário primeiro refletir sobre as relações existentes entre cultura, patrimônio e cidade, bem como as formas que são utilizadas como discurso político e ferramenta de políticas públicas.

1.1. Intervenções urbanísticas na cidade e a valorização mercantil do patrimônio cultural urbano

A cidade, quase que como um organismo vivo, está em constante modificação. Segundo Corrêa (2020), o espaço urbano é produzido socialmente, sendo consequência da ação de diversos agentes sociais “dotados de interesses, estratégias e práticas

espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles e outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2020, p. 43). Segundo o autor, o espaço urbano é “ (...) produzido, impregnado de materialidades, (...), mas também pleno de significados diversos, como aqueles associados a estética, status, etnicidade e sacralidade” (CORRÊA, 2020, p. 44).

Dentre as variadas mudanças, no contexto atual, destacam-se os planos de intervenções urbanas em áreas centrais e locais de interesse patrimonial. Esses projetos, em sua maioria, buscam revitalizar a cidade por meio da reabilitação/requalificação urbana. Essas intervenções podem acontecer de diversas formas, por e para diferentes atores sociais. Quando a motivação se dá em função de atender interesses políticos e/ou econômicos, essa intervenção urbana pode acarretar processos de gentrificação⁹ e especulação imobiliária, o espaço urbano, sobretudo a paisagem urbana, se torna parte de um produto a ser comercializado (SERPA, 2018).

É o mercado quem vai ditar em última instância quais manifestações culturais devem ser “revitalizadas” ou “retradicionizadas”, afastando-as gradativamente do seu sentido e valor de culto originais e transformando, nesse processo, a experiência e a memória dos envolvidos em vivência e mercadoria, a ser consumida como objetos de marketing empresarial e turístico. (SERPA, 2018, p. 170)

O processo de mercantilização do patrimônio e da cidade surge no mesmo momento que se deu o *boom* da preocupação com a preservação da memória do coletivo, no contexto pós-guerra; porém vem se intensificando nos últimos anos, sobretudo com o avanço do consumo a nível global, estimulado pelo sistema capitalista neoliberal (HARVEY, 1992).

Costa (2012) nos alerta que para além do caráter cultural e de identificação com o espaço, as intervenções urbanas se ligam também aos fatores socioeconômicos e políticos, tendo em vista o contexto capitalista no qual as cidades brasileiras estão inseridas:

⁹ Segundo a Enciclopédia de Antropologia (2018), o termo *gentrificação* é um neologismo criado a partir do verbete em inglês *gentrification*, que, em resumo, se refere a “(...) processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. (...) A concentração desses novos moradores tende a provocar a valorização econômica da região, aumentando os preços do mercado imobiliário e o custo de vida locais, e levando à expulsão dos antigos residentes e comerciantes (...). Estes, impossibilitados de acompanhar a alta dos custos, terminam por se transferir para outras áreas da cidade, o que resulta na redução da diversidade social do bairro.” (Disponível em: <<https://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>>. Acesso em abril de 2022).

As cidades estão envolvidas pela lógica dispersiva e disjuntiva do capitalismo, que tende a poucas totalidades – apesar dos discursos propalados – como a totalidade da renda, por meio da metamorfose de áreas especiais da cidade, bem como à distribuição direcionada dos impactos mais amplos da elitização das áreas centrais. (COSTA, 2012, p. 92)

Nas últimas décadas, as cidades vêm passando por diversas reconfigurações espaciais e sociais: criação de novas centralidades, novas formas de apropriação dos espaços públicos, novos modelos de mobilidade, embates entre diferentes grupos de indivíduos, adensamento desorganizado, entre outros. Para diversos teóricos, com a evolução do capitalismo e o avanço do liberalismo atrelados ao processo de globalização, a sociedade passou cada vez mais a ser voltada para o consumo; a cidade, consequentemente, refletiu a sociedade (HARVEY, 1992).

Da mesma forma que a sociedade e as relações sociais, o espaço urbano foi sendo modificado, se adaptando e sendo influenciado pelo ideal de consumo. Segundo Arantes (2013), é no contexto de uma sociedade voltada para o consumo que surgem os projetos de revitalização e requalificação urbana, muitas vezes mascarados pelos atributos de planejamento estratégico e de intervenções urbanas em busca de uma nova imagem para as cidades (ARANTES, 2013, p. 30-31).

Ambos os temas – *revitalização* e *reabilitação* – utilizados cada vez mais na promoção de novos projetos urbanísticos na contemporaneidade, muitas vezes se confundem em significado, sendo necessário diferenciá-los. Para Pelegrini (2009, p. 33), revitalização diz respeito ao processo de junção entre a reabilitação dos centros históricos e a revalorização das atividades urbanas desses espaços. Logo, a requalificação seria a ferramenta pelo qual o processo de revitalizar a cidade é possível: são as estratégias de gestão que requalificam por meio de intervenções urbanas.

Retornando a Arantes (2013), por meio do viés cultural – sendo a cultura também transformada em mercadoria – as cidades seguem sendo adequadas para o ideal do mercado. Sob a ótica neoliberal da globalização, a cidade e o patrimônio se tornam produtos: é o culturalismo de mercado (ARANTES, 2013, p. 16).

E assim por diante, vão as grandes corporações multinacionais, tratando de nos persuadir de que os verdadeiros protagonistas da cena mundial são – quem diria... – as cidades, ou melhor, cidades cuja configuração seja propícia à valorização patrimonial que mais interessa a tais firmas no presente estágio de transnacionalização produtiva. Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de revalorização urbana – sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?...).

E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa – a que ponto chegamos! (de sofisticação?) – é a cultura. (ARANTES, 2013, p. 31-32)

A abordagem das cidades brasileiras sob a ótica do patrimônio cultural passou por diversos momentos, segundo Sant’Anna (2017): da “cidade-patrimônio” da década de 1930; passando pela “cidade-monumento” nas décadas de 1960 e 1970; pela “cidade-documento” da década de 1980; até à “cidade-atração” das décadas de 1990 a 2000. Esta última, a cidade-atração, é a mesma denunciada por Arantes (2013, p.30) como a “cidade-empresa-cultural”. Para as autoras, esse modelo de gestão urbana objetiva a gentrificação dos espaços, em busca da rentabilidade ocasionada pela especulação imobiliária (SANT’ANNA, 2017). Jacques (2003, p. 33) corrobora com ambas, ao trazer o conceito da “cidade-mercadoria”, no qual a paisagem urbana é uma imagem de marca da cidade-produto que, ao ser anunciada internacionalmente, deve competir com outras cidades-produtos para conquistar o mercado global.

Segundo Arantes (2013) e Sant’anna (2017), tais processos de intervenção urbana se iniciam no Brasil a partir das décadas de 1990 e 2000. Sua motivação, muitas vezes, busca atender a atores políticos e/ou ao mercado financeiro e especulativo, alimentando a indústria cultural contemporânea, como nos alerta Serpa (2018):

No período contemporâneo, o “consumo cultural” parece ser o novo paradigma para o desenvolvimento urbano. As cidades são reinventadas a partir da reutilização das formas do passado, gerando uma urbanidade que se baseia, sobretudo, no consumo e na proliferação (desigual) de equipamentos culturais. Nasce a cidade da “festa-mercadoria”. Essa nova (velha) cidade folcloriza e industrializa a história e a tradição dos lugares, roubando-lhes a alma. É a cidade das requalificações e revitalizações urbanas, a cidade que busca vantagens comparativas no mercado globalizado das imagens turísticas e dos lugares-espetáculo. (SERPA, 2018, p. 107)

Inicialmente, no Brasil essa gentrificação importada, ao mirar nos espaços centrais das cidades, não obteve tanto sucesso, uma vez que os consumidores brasileiros tinham hábitos diferentes do mercado internacional (SANT’ANNA, 2017). Segundo a autora, esse modelo de planejamento urbano apoiado no viés cultural foi aplicado nas cidades brasileiras através de programas nacionais de preservação e financiamento: o Programa Monumenta, de 2000 a 2009, e o Programa de Aceleração de Crescimento - Cidades Históricas (PAC-CH), até o final da década de 2010:

Os últimos anos se caracterizaram, assim, pelo aperfeiçoamento dos instrumentos financeiros, legais e urbanísticos destinados a concretizar os objetivos de reprodução e de acumulação do capital por meio de projetos urbanos que articulam patrimônio e produção imobiliária de alto padrão. (SANT'ANNA, 2017)

Através desses projetos, em 2010 a cidade de Goiânia foi um dos municípios pleiteados com recursos do PAC-Cidades Históricas para preservação de patrimônios urbanos. Por meio do programa, foram requalificadas a antiga Estação Ferroviária e Praça Cívica (CGU, 2016), ambas localizadas no Setor Central.

Para Serpa (2018, p. 26), as novas formas de intervenção urbana contemporânea ao agregar os sentidos do mercado capitalista por meio da cultura “homogeneiza as diferenças culturais em prol de modos de consumo mundializados”. Ainda, segundo o autor:

A publicidade comercial ultrapassa os limites do consumo de bens e passa a investir diretamente no campo político, dirigindo-se explicitamente à opinião pública, propondo sua “formação”. As sensações, o divertimento e o espetáculo são, afinal, a essência dessa “assimilação consumidora”, constituindo uma cultura que é, ao mesmo tempo, de massa e “personalizada”, centrada sobre o imediatismo e a força da autoidentificação. (SERPA, 2018, p. 36)

Esse modelo de planejamento urbano se replica em diversas cidades, que são “reinventadas a partir da reutilização das formas do passado, gerando uma urbanidade que se baseia, sobretudo, no consumo e na proliferação (desigual) de equipamentos culturais” (SERPA, 2018, p. 107). Da mesma forma, segundo Gonçalves (2015, p. 220), essa abordagem se estende também ao discurso do patrimônio cultural:

O mercado, seja como adversário, seja como aliado, sempre esteve presente, de modo implícito ou explícito, nos discursos e políticas de patrimônio. Mas, nas últimas décadas é possível perceber uma intensificação dessas relações, especialmente no que se refere ao turismo. (...) Observa-se a existência de uma extensa rede de mercado associada aos discursos e políticas de patrimônio (...) (GONÇALVES, 2015, p. 220)

Este conflito entre o bem de consumo *versus* bem cultural reflete o espaço urbano, que se divide entre as tensões dos diversos atores urbanos, conforme explica Junqueira (2006):

Inútil, portanto, procurar na cidade o espaço ocupado pelas classes e identificá-lo como espaço da cultura popular ou da elite. O processo que Harvey denomina “destruição do espaço através do tempo” se desdobra no deslocamento das tensões entre culturas das classes no espaço público urbano, na medida em que, por exemplo, um local apropriado por intervenções do bloco no poder pode ser transformado

pelo uso das classes subalternas, num local de expressão popular ou do "povo". (JUNQUEIRA, 2006, p. 150)

No caso do Setor Central de Goiânia, é possível perceber essa inversão de quem ocupa o espaço urbano ao longo dos anos. De área “nobre” da nova capital goianiense em seus anos iniciais, o bairro passou por diversas mudanças devido a expansão urbana e com o surgimento de novas centralidades: a transferência de instituições públicas para o novo centro administrativo da capital, transformação da Avenida Goiás, a implantação do Eixo Anhanguera etc. (ARANTES, 2012). Ao longo dos anos, a necessidade da “revitalização” do Setor Central foi pauta de diversas reuniões, ações e debates na sociedade goianiense, como é possível observar nas reportagens abaixo:

Figura 1. Série de reportagens realizadas por jornais locais a respeito do Setor Central



Fontes: (A) Jornal da Segunda, edição de 29/10/1997; (B) Jornal Diário da Manhã, edição de 01/06/1998; (C) Jornal O Popular, edição de 19/01/2006; Acervo SEPLAM, 2014. Editados pela autora, 2022.

Atualmente, Centro é referido como um espaço de comércio popular, muitas vezes sendo identificado como “abandonado”, “marginalizado” ou “empobrecido” no discurso midiático e jornalístico, como visto na reportagem acima. Segundo Arantes (2012), em Goiânia “o processo não foi diferente. Assim como em outras cidades do Brasil, já houve importantes intervenções urbanísticas no tecido da cidade, indutoras de segregação social e gentrificação urbana” (ARANTES, 2012, p. 77). Ainda, segundo Nito e Scifoni (2018), o discurso dos centros como espaços a serem recuperados ocorre

Como estratégia que envolve a articulação entre o político e o econômico constrói-se o discurso da degradação do centro, que é usado para legitimar planos de intervenção que constituem pontas de lança para a revalorização espacial e a expulsão dos grupos mais pobres. (NITO e SCIFONI, 2018, p. 83)

Todavia, segundo Corrêa (1989), o processo de criação de novas centralidades ocorre a partir da própria expansão do tecido urbano da cidade, sintetizado pelo autor no conceito de “descentralização”: o centro pioneiro vai perdendo sua força por causa das deseconomias de aglomeração, enquanto novos espaços periféricos vão surgindo oferecendo muitas vantagens, como baixo valor da terra, infraestrutura completa, proximidade de centros consumidores, entre outros.

Nesse sentido, no caso de Goiânia, a perda do status do Centro para outras localidades se deu também devido à expansão urbana. Além deste, outros diversos fatores contribuíram para este processo. Segundo Vilarinho (2018):

Foram muitos adventos que influenciaram na transformação do centro, como por exemplo, o surgimento dos grandes equipamentos (*shopping centers*, hipermercados), o automóvel, inserção das habitações sociais nas bordas da cidade, as novas centralidades, a dificuldade de grandes empresas se expandirem no centro, pois necessitam de grandes áreas, pela especulação imobiliária, e pelas deficiências de segurança pública. Além disso, percebe-se um fator importante: o fato de que o centro é possuidor de uma identidade, de uma memória, de um perfil histórico, e isso acaba por influenciar muitos investidores a não investir no centro, mas sim nas novas áreas. (VILARINHO, 2018, p. 57)

Destarte, as intervenções urbanísticas poderiam ser, ainda, consequência da ação da administração pública tanto municipal quanto estadual, que em reiteradas oportunidades se valem do discurso de “resgate do Centro” como parte do programa de governo. Abaixo podemos ver na reportagem feita pelo jornal O Popular, em 04 de julho de 2021, um apanhado de diversas propostas de revitalização e requalificação do Setor Central ao longo dos anos (figura 2):

Figura 2. Reportagem "Paço fracassa há 20 anos em revitalização do Centro de Goiânia"



Fonte: Jornal O Popular, edição de 04 de julho de 2021. Editado pela autora, 2022.

As intervenções urbanas focadas em atender principalmente o mercado, muitas vezes transformam o espaço urbano em um produto para consumo turístico, segundo

visto no primeiro momento desta reflexão. Para Costa (2012), os processos de intervenção urbana, em específico os de renovação, requalificação e reabilitação

aproxima-se de uma política de resgate do valor simbólico de áreas urbanas, tanto para o mercado, quanto para os moradores. Em suma, renovação e requalificação-reabilitação urbanas não são paradigmas de intervenção que se excluem, mas atendem à nova onda de terceirização e estetização de cidades, provocada pela promoção de empreendimentos público-privados genéricos ou mais específicos (...) (COSTA, 2012, p. 92)

Esse processo acaba por corroborar com a sedimentação da cidade e das relações sociais no tecido urbano, seja através da gentrificação e especulação financeira desses espaços, seja pela perda do sentimento de pertencimento e de identificação das pessoas com a cidade.

Segundo a portaria nº 375/2018 do IPHAN, que estabelece a Política de Patrimônio Cultural, é necessário para intervenções em bens patrimoniais o respeito a diversos princípios, dentre eles a participação efetiva (garantindo que a população participe ativamente do processo), a colaboração (entre as diversas esferas do poder público e da sociedade) e a humanização (a garantia da cidadania e dignidade da pessoa humana). Segundo Schlee e Medeiros (2018):

(...) na grande maioria das vezes, intervenções contemporâneas agregam novos valores aos bens patrimonializados. E que estes mesmos valores, nos dias atuais, podem garantir a real sustentabilidade e preservação dos bens culturais com status de patrimônio cultural. (SHLEE e MEDEIROS, 2018, p. 194)

Dessa forma, as intervenções urbanas, sobretudo em espaços patrimonializados ou de interesse cultural, podem acontecer por meio de estudos interdisciplinares, agregando os novos valores e símbolos estabelecidos no local ao seu caráter histórico e patrimonial, buscando respeitar e integrar as pessoas que já utilizavam o local antes da intervenção ao processo de planejamento, sem que a requalificação/revitalização acarrete a remoção desses habitantes do espaço (SCHLEE e MEDEIROS, 2018). Segundo Schlee e Medeiros (2018), o processo de planejamento urbano pode e deve ser participativo e não impositivo, uma vez que a participação efetiva da população nas decisões relativas à cidade faz parte do exercício de cidadania:

Devemos preservar nosso patrimônio para reforçar nossa identidade e memória, pois a proteção dos bens culturais gera um processo de identificação entre determinada sociedade e determinado patrimônio, que passa a se perceber como distinta de outra (SCHLEE e MEDEIROS, 2018, p. 185)

Fato exposto, as intervenções nos espaços públicos podem acontecer de modo a agregar a vivência que as pessoas têm desses espaços e a forma que os usuários se identificam com o local. Defende-se que a preservação aconteça não no sentido de uma visão exclusivamente museística (COELHO, 1996) ou mesmo de exploração capitalista (ARANTES, 2013), mas sim buscando entender e integrar as novas formas de apropriação do espaço ao projeto urbano:

Nem os urbanistas, nem os planejadores de tráfego colocaram o espaço urbano e a vida nas cidades no topo de suas agendas e, por muitos anos, havia pouco conhecimento sobre como as estruturas físicas influenciam o comportamento humano (...). Agora se aceita que a vida na cidade e a consideração pelas pessoas têm papel-chave no planejamento urbano e de áreas edificadas. (...) Só agora é que se percebe o quanto cuidar das pessoas na cidade é fator essencial para obtenção de cidades mais vivas, mais seguras, sustentáveis e saudáveis (...) (GEHL, 2013, p. XIV-XV).

Em um processo ainda em andamento, o caso da requalificação e revitalização urbana do Setor Central em Goiânia apresenta indícios de que pode caminhar no sentido da cidade-produto. Na perspectiva do planejamento urbano, Costa (2012) argumenta sobre as possibilidades de desenvolver políticas públicas urbanas de intervenção na cidade contemporânea, tendo em vista todo o contexto socioeconômico, ainda que seja um desafio:

Surge como desafio urbanístico, na era da patrimonialização global, da dialética da memória e da fragmentação articulada do território urbano, a forja de novos centros, mais complexos, onde possam se juntar o trabalho, a moradia, a cultura e o consumo, além do esporte e do lazer – um esforço de pensamento e de prática de planejamento em busca de antigas mobilidades e circulação urbanas. Essa perspectiva possibilita a tomada mais ampla da cidade por parte de seus residentes, e a requalificação urbana, nesse movimento, pode constituir um instrumento de classes e não da classe dominante. (COSTA, 2012, p. 99-100)

Como veremos nas análises realizadas nesta pesquisa, no caso de Goiânia os diversos projetos e propostas de revitalização/requalificação do Setor Central trouxeram melhorias do ponto de vista de infraestrutura e arquitetônica. Todavia, seguem tratando o bairro de forma pontual, desenvolvendo ações focais e que não integram o bairro com

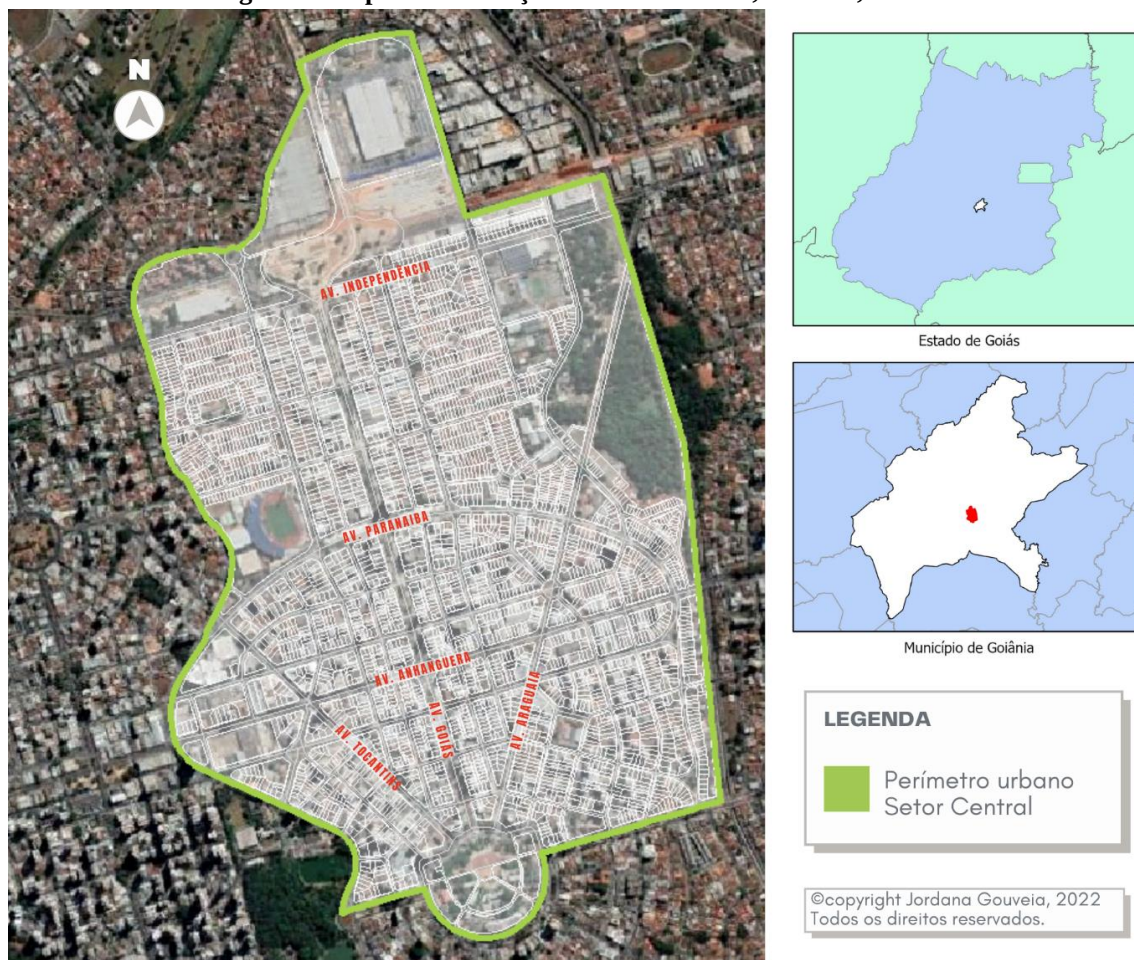
o restante da cidade – seja pela pouca criação de atrativos urbanos, como habitações coletivas, o crescente número de imóveis e lotes vazios, modais de transporte acessível e novos espaços; ou ainda pela inexistência de uma agenda cultural no bairro, proposta em diversas legislações, porém nunca efetivada.

Esse modelo de planejamento em vigor em Goiânia (e em diversas cidades brasileiras) possivelmente acaba por corroborar para a fragmentação do Setor Central, bem como a crescente marginalização do espaço, que se reflete na situação atual – em que se multiplicam os vazios urbanos e edifícios desocupados no bairro.

1.2. Centro de um projeto e o projeto do Centro: o núcleo da nova capital goiana

Conforme indicado na introdução deste, o bem cultural selecionado como objetivo de estudo para a pesquisa é o Setor Central de Goiânia, capital do estado de Goiás, Brasil. A seguir é possível localizar geograficamente a cidade de Goiânia e o setor central (figura 3):

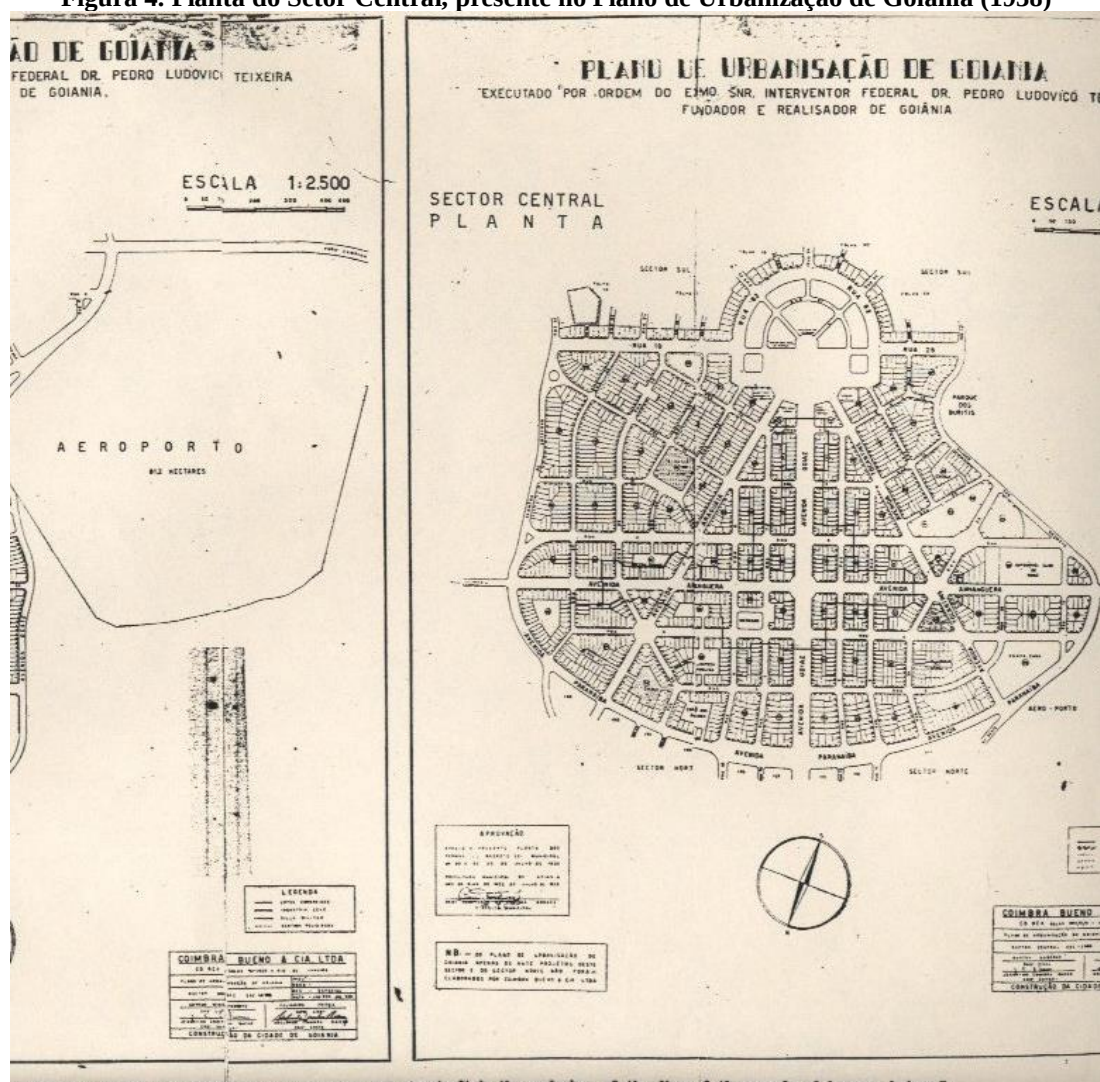
Figura 3. Mapa de localização do Setor Central, Goiânia, Goiás



Fonte: Imagem de satélite fornecida pelo *Google Earth*. Elaborado pela autora, 2022.

A cidade de Goiânia-GO foi planejada na década de 1930, sendo “filha direta” da Revolução de 1930 (CHAUL, 2009). Segundo Daher (2003), a cidade teria “inicialmente 15 mil habitantes e seu projeto foi concebido para no máximo 50 mil habitantes”. Conforme dados do censo 2010, Goiânia-GO possui 1.302.001 habitantes, (IBGE, 2010). Ainda segundo Daher (DAHER, 2003), o plano urbanístico original (figura 4), oficializado pelo Decreto-Lei nº 90-A/1938, era composto pelos seguintes setores: Norte – zona comercial, residencial popular, zona industrial e estrada de ferro; Sul – zona residencial e comércio local; Oeste – zona residencial e comércio local; e finalmente Central – zona comercial, residencial e centro administrativo.

Figura 4. Planta do Setor Central, presente no Plano de Urbanização de Goiânia (1938)



Fonte: ÁLVARES, 1942. Adaptado por SEPLAM, 2009¹⁰.

¹⁰ Imagem originalmente presente em ÁLVARES, Geraldo Teixeira. *A Luta na Epopeia: Uma Obra da Engenharia Nacional*. Rio de Janeiro: Of. Graf. Do “Jornal do Brasil”, 1942, p. 160. Adaptado pela SEPLAM para a elaboração da *Ficha de Identificação - Córrego Dos Buritis* em 2009. Disponibilizado pela Divisão de Biblioteca e Documentação (DVDOC-SEMDUS) à autora em 2014.

Sendo o núcleo pioneiro original da nova capital goianiense, o Setor Central (figura 5) foi o primeiro a se consolidar na cidade, sendo até o final das décadas de 1990 e 2000 o principal centro comercial e administrativo da cidade (GRANDE, 2015).

Figura 5. Apresentação do bem cultural: Setor Central, Goiânia-GO



Fonte: Imagem de satélite fornecida pelo Google Earth. Editado pela autora, 2022.

Aos longos dos anos, com a expansão urbana da cidade, o Setor Central passou por diversas transformações: mudança do centro administrativo para outra região, a criação de novas centralidades, obras de infraestrutura urbana de grande porte (corredores exclusivos para ônibus e BRT), além das várias intervenções urbanas pelas quais o bairro passou (revitalização da Avenida Goiás, requalificação da Praça Cívica, revitalização da Estação Ferroviária e da Praça do Trabalhador etc.).

Logo, a partir do estudo de caso do bairro, buscou-se fazer o resgate dos rastros deixados por tais fatos na memória de quem vivencia o centro todos os dias. Segundo Medeiros e Resende (2021):

(...) cabe ressaltar que os centros antigos são homólogos aos mapas de memórias de pioneiros e antigos moradores e que evocam uma memória afetiva das vivências e das contribuições de diversos personagens para a formação de uma cidade. E, mesmo em uma cidade planejada, observa-se uma dinâmica que extrapola o plano inicial e demonstra as feições múltiplas da paisagem urbana. (MEDEIROS e RESENDE, 2021, p. 81)

Todavia, para compreender os diversos fragmentos que compõem a tecitura urbana do que é, de fato, o Setor Central, é necessário primeiro entender os discursos impostos ao bairro, de modo a podermos enxergar o espaço urbano para além dos símbolos e da memória oficial.

A concepção da cidade de Goiânia-GO, cujo principal representante e idealizador foi Pedro Ludovico Teixeira, governador do estado à época e apoiado por Getúlio Vargas, está vinculada a um projeto nacional de *modernização e ocupação do interior* do país na chamada “Marcha para o Oeste”, entre os anos 1930 e 1937 (CHAUL, 2009). Imprescindível, pois, analisar o contexto nacional e local do período histórico em que os planos para a nova capital foram elaborados e finalmente executados.

Segundo Chaul (2009), os anos iniciais de Goiânia foram marcados pelas disputas políticas e econômicas e pelo conflito desencadeado pela mudança da capital do estado da antiga Vila Boa (atual Cidade de Goiás) para uma outra localidade, a nova capital a ser construída no sertão goiano:

As aspirações dos grupos políticos em ascensão, reunindo os anseios das camadas médias urbanas e dos proprietários rurais, embebidos nas promessas de desenvolvimento, encontraram na mudança da capital o símbolo do almejado progresso. Por isso, Goiânia seria o *símbolo unificador dos grupos em ascensão*, servindo, ao mesmo tempo, de *plataforma política* ao seu mentor contemporâneo. Significava, ainda, o processo de unificação do sul e do sudoeste de Goiás em torno do poder representado por Pedro Ludovico Teixeira. (CHAUL, 2009, p. 104, grifo nosso)

Em consonância, Madeiros e Resende (2021, p. 86), afirmam que “a conjuntura para a criação da cidade nova revela um projeto político visando a modernização do Estado alavancada por uma espécie de ‘colonização’ do sertão”, ou seja, Goiânia para além de uma cidade, era também a materialização da *modernidade brasileira*, fruto dos anos 1930 e do Estado Novo (CHAUL, 2009). Destarte, o ideal de modernização e progresso simbolizado pela nova capital se refletiu no estilo escolhido para as edificações, o Art Decó, e principalmente em seu plano urbanístico.

Conforme Diniz (2007, p. 113), o plano urbano de Goiânia foi elaborado pelo arquiteto-urbanista Atílio Corrêa Lima, escolhido¹¹ para tal empreita pois “era o único profissional brasileiro formado em urbanismo, com experiência em planejamento urbano (...)”. Corrêa Lima se baseou em preceitos da escola francesa de urbanismo (DINIZ, 2007) para elaborar o plano urbano da cidade, como pode ser percebido no desenho radial das três principais avenidas – Goiás¹², Tocantins e Araguaia – destacadas na planta abaixo (figura 6):

Figura 6. Plano Urbanístico de Goiânia-GO, por Atílio Corrêa Lima (1933), com destaque em vermelho das avenidas Goiás (A), Araguaia (B) e Tocantins (C)



Fonte: SEPLAM, 2009¹³. Editado pela autora, 2022.

Ademais, o urbanista também buscou trazer, por meio de seu projeto, o ideal político que a cidade representaria, segundo nos mostra Diniz (2007): “Corrêa Lima ‘comprometido’ em materializar a política personalista do Governo intervencionista

¹¹ O contrato deu-se pelo Decreto-Lei nº 3567 de 6 de julho de 1933 (ESTADO DE GOIÁS, 1933).

¹² No projeto original, a Avenida Goiás chamava-se “Avenida Pedro Ludovico Teixeira”, tendo seu nome alterado a partir do Decreto-Lei nº 657 de (ESTADO DE GOIÁS, 1935)

¹³ Adaptado pela SEPLAM para a elaboração da *Ficha de Identificação - Córrego Dos Buritis* em 2009. Disponibilizado pela Divisão de Biblioteca e Documentação (DVDOC) à autora em 2014.

colocou como ponto focal da Praça Cívica um ícone de propaganda getulista, o bandeirante” (DINIZ, 2007, p. 134). Fato exposto, percebe-se que

Goiânia resulta de um discurso moderno embora constituída na trama política da oligarquia agrária local aliada à ditadura nacional do Estado Novo; foi projetada perante o urbanismo de vanguarda, em que pese tivesse, no desenho, traços da tradição monárquica proveniente do mundo desenvolvido e foi constituída num imaginário de uma nação que queria encontrar a sua originalidade no Sertão, tido até então como “vazio geográfico sedento de história”. Por isso a sua constituição era – na ótica de quem a propugnava – justificada pelas categorias “integração”, “progresso”, “desenvolvimento”, “marcha”, “colonização”, “captura do oeste”, “desenvolvimento do capitalismo na periferia da nação” etc. (CHAVEIRO, 2007, p. 16)

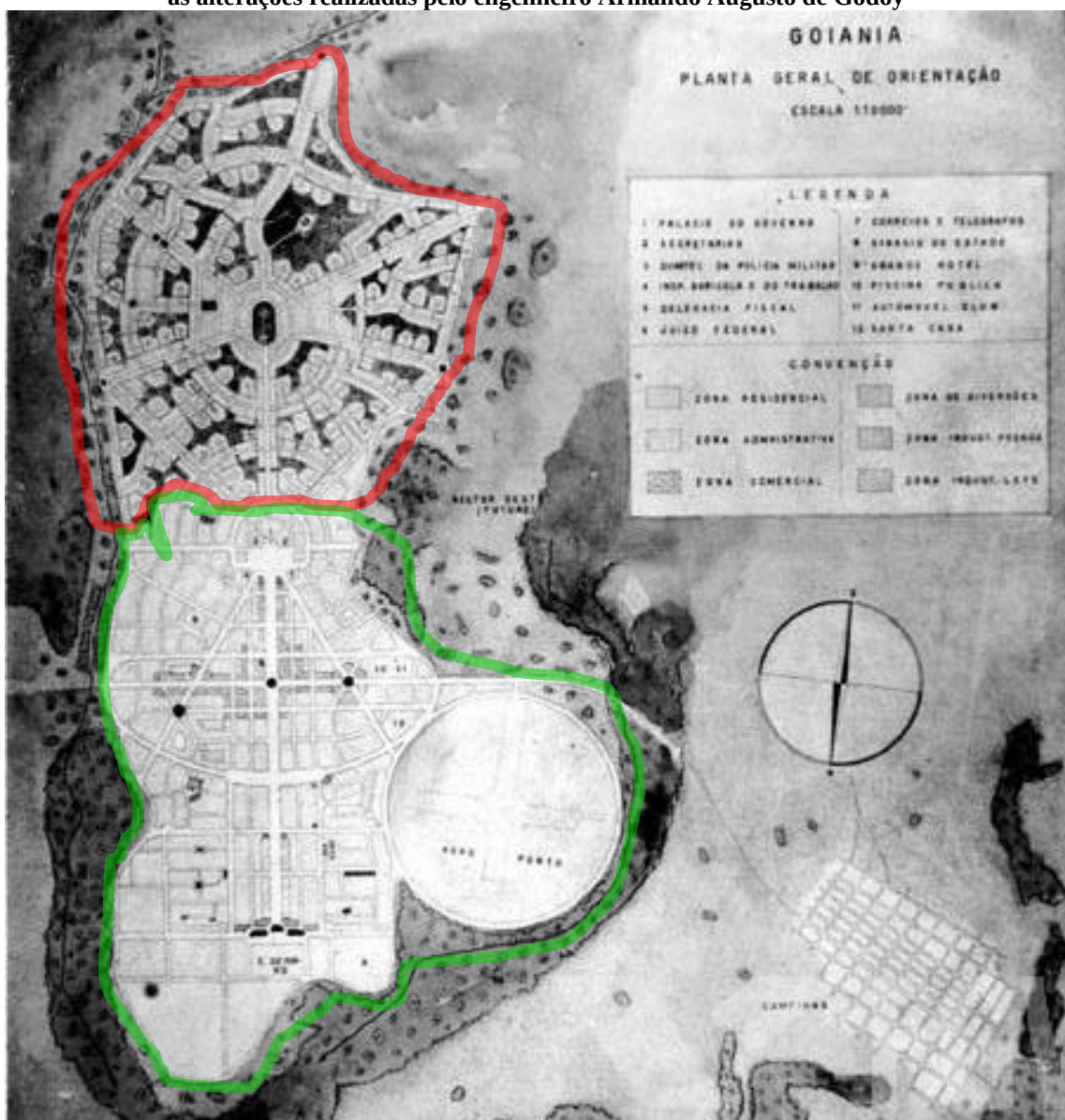
Posteriormente, devido a embates de cunho político e financeiro¹⁴, o contrato de prestação de serviços feito com Atílio Corrêa Lima foi rescindido. A partir de então, o plano urbano foi modificado pela firma Coimbra Bueno & Pena Chaves Ltda. (empresa contratada por Pedro Ludovico Teixeira para continuidade das obras) e pelo engenheiro Armando Augusto de Godoy (contratado pelos Coimbra Bueno como consultor técnico) (DINIZ, 2007). Como exemplo das modificações realizadas após o novo contrato, a partir de 1935, temos o plano elaborado por Armando Godoy para o Setor Sul, no qual optou-se por seguir o modelo das cidades-jardim inglesas¹⁵.

As diferenças tipológicas dos espaços da cidade, nesse sentido, contribuíram também para as diferentes formas de ocupação e expansão urbana ao longo dos anos. Na imagem abaixo (figura 7), na qual vemos a planta da cidade já com as alterações projetuais feitas por Augusto de Godoy, é perceptível a diferença morfológica entre as novas áreas ao Sul (destacadas em vermelho) e as regiões Central e Norte, do projeto original (destacadas em verde):

¹⁴ Os embates políticos e financeiros que envolveram a participação do urbanista foram estudados de forma minuciosa por Anamaria Diniz – em sua dissertação de mestrado intitulada *Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932-1935): ideal estético e realidade política* (DINIZ, 2007); e ainda por Jales Guedes Coelho Mendonça – no livro *A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança* (MENDONÇA, 2013).

¹⁵ O conceito de *cidade-jardim* foi desenvolvido no início do século XX pelo inglês Ebenezer Howard, sendo “um modelo ideal de organização social, econômica e territorial (LAMAS *apud* ARRAIS, 2015, p. 50). Segundo (DAHER, 2009), no urbanismo o conceito foi aplicado por diversos técnicos, dentre eles Raymond Unwin. No urbanismo, a cidade-jardim tinha um traçado caracterizado “(...) pela forma como o sistema viário foi concebido e pela topografia do terreno. Outro item importante foi o zoneamento, diferente das cidades francesas, com divisão social do espaço. O sistema viário das cidades-jardins é o item mais criativo desse modelo, concebido por Unwin” (DAHER, 2009, p. 81).

Figura 7. Plano definitivo de Goiânia, apresentado em 1938 pela firma Coimbra & Bueno, já com as alterações realizadas pelo engenheiro Armando Augusto de Godoy



Fonte: SEPLAM, 2009¹⁶. Editado pela autora, 2022.

Todavia, mesmo sendo divergentes em seus preceitos e de escolas diferentes, ambos os projetos se encontravam dentro do conceito racional e moderno que era o mote principal do desenvolvimento assumido por Pedro Ludovico Teixeira e suportada pela própria estrutura do Estado Novo (MENDONÇA, 2013), do qual a cidade pode ser vista como sua materialização:

¹⁶ Adaptado pela SEPLAM para a elaboração da *Ficha de Identificação - Córrego Dos Buritis* em 2009. Disponibilizado pela Divisão de Biblioteca e Documentação (DVDOC) à autora em 2014.

Assim, este símbolo maior da Marcha para Oeste, possibilitou o avanço capitalista para o interior do país, consolidando os planos político-econômicos de Vargas e Pedro Ludovico, legando-nos uma herança de agrário e urbano que permeia todo o processo sociocultural da capital e fundamentou a criação de símbolos capazes de traduzir sua heterogeneidade, capazes de construir, juntamente com a nova capital, a representação de sua face mais dinâmica, de sua existência mais justificada: a *modernidade* (...). (CHAUL, 2009, p. 101, grifo nosso)

No final dos anos 1950, com a crescente expansão urbana da cidade novos núcleos foram criados, enquanto o Setor Central foi sendo relegado apenas a atividades comerciais, sobretudo do comércio popular. Segundo Arantes (2012),

Do início da década de 1950 até meados da década de 1980, começa a ocorrer uma mudança brusca na dinâmica da cidade. Até a década de 1960, intensifica-se um processo migratório para a capital sem precedentes, sendo esta incapaz de atender à demanda. Em meio a tamanho despreparo, o Estado se vê obrigado a abandonar o plano original, começando aqui a desviar-se do ideário de uma cidade planejada. (ARANTES, 2012, p. 86)

Já na década de 1970, Antunes (2022), “tem início uma preocupação com a falta de cuidado com a memória do município” (ANTUNES, 2022, p. 40). Nesse mesmo período, segundo Alarcón *apud* Arrais (2015),

(...) com a concentração cada vez maior de comércio, serviços e escritórios, o centro da cidade consolidou-se como núcleo principal na década de 70. Entretanto, a partir de 1980, a centralidade ativa expandiu-se do Setor Central para o Setor Oeste, movimentando-se em direção às vias mais integradas da estrutura urbana, isto é, de maior acessibilidade topológica. (ALARCÓN *apud* ARRAIS, 2015, p. 93)

Na década de 1980, o Setor Central ficou marcado pelo Acidente do Césio 137, ocorrido em 1987. O desastre em questão aconteceu quando dois coletores de materiais recicláveis ao adentraram na antiga sede do Instituto Radiológico de Goiânia (localizado entre a Avenida Tocantins e a Rua 04, no Setor Central) e recolheram uma cápsula de Césio-137. Os coletores levaram a cápsula a seu ferro-velho (localizado na Rua 57, Setor Central) onde começaram a desmontá-la e, posteriormente, a venderam ao proprietário de outro ferro-velho, onde ela foi totalmente aberta. Em seguida, o pó radioativo contaminou diversas pessoas, deixando oficialmente quatro pessoas mortas, porém estimativas do Ministério Público de Goiás falam em mais de mil mortes

(CORREIO BRAZILENSE, 2017)¹⁷; já o número de vítimas diretas e indiretas que desenvolveram doenças após a exposição é incalculável. Devido à sua extensão, o Desastre Radiológico de Goiânia é considerado o maior acidente nuclear em perímetro urbano do mundo.

Segundo Vasconcelos (2019)¹⁸, o acidente marcou o Setor Central – assim como todo o estado de Goiás –, que passou a ser evitado pela população, com medo dos efeitos da radiação. Da mesma forma, as vítimas e os funcionários do CNEN passaram a ser estigmatizados pelo ocorrido, sofrendo com preconceito e medo. Enquanto protestos rompiam na cidade, com manifestantes utilizando as vestimentas de proteção radiológica dos técnicos, nos grafites, performances etc., o Estado fez diversas tentativas para “apagar” a memória do acidente: a mudança do nome de logradouros; a construção do Centro de Convenções no local de onde foi retirada a cápsula; a mudança no nome da Superintendência Leide das Neves para Centro de Assistência ao Radioacidentado, em 1999; assim como as promessas de criação do Museu do Césio e de um memorial para as vítimas, que nunca saíram do papel. O esquecimento do desastre segue até os dias atuais:

Diferentemente de outros cenários de tragédias, Goiás nada faz para manter viva a memória do acidente com o césio 137. Passados quase 32 anos, nem o governo estadual, nem a prefeitura de Goiânia, onde houve a contaminação, tomaram medidas para contar aos seus cidadãos a história do maior acidente radioativo do Brasil e o maior do mundo ocorrido fora de usinas nucleares. Ao contrário. O Estado tem tentado fazer com que o episódio caia no esquecimento, mudando os nomes das ruas e de órgãos públicos e construindo prédios em lugares que serviram de palco para essa história. (CORREIO BRAZILIENSE, 2019)¹⁹

¹⁷ CORREIO BRAZILIENSE. **Césio 137: 30 anos de um inimigo invisível**. Brasília: Jornal Correio Braziliense, reportagem veiculada em 08/09/2017, edição especial. Disponível em: < <https://especiais.correiobraziliense.net.br/cesio137/>>. Acesso: março de 2023.

¹⁸ VASCONCELOS, C. H. **CÉSIO-137, trinta anos depois: silenciamento discursivo de uma tragédia**. Dissertação (Mestrado em Letras Linguística LP8), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9390/5/Disserata%C3%A7%C3%A3o%20-%20C%C3%A9lio%20Helena%20Vasconcelos%20-%202019.pdf>>. Acesso: março de 2023.

¹⁹ CORREIO BRAZILIENSE. **A amnésia do césio 137**. Brasília: Jornal Correio Braziliense, reportagem veiculada em 07/07/2019. Disponível em: < <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/07/07/interna-brasil,768784/a-amnesia-do-cesio-137.shtml>>. Acesso: março de 2023.

Na década seguinte, em 1998, no governo do prefeito Nion Albernaz, foi elaborado o “Projeto Goiânia 21 – Operação Centro”, uma iniciativa da prefeitura municipal em conjunto com o escritório Grupo Quatro que, segundo Arantes (2012):

(...) teve por objetivo a busca de soluções para o centro histórico da cidade, em função do avançado processo de degradação que assolava o centro de Goiânia, e ainda enquadrar tal intervenção dentro das propostas da Agenda 21²⁰. (...) A primeira etapa primou por encontrar as causas e os impactos que ao longo do tempo foram sendo deflagrados no centro histórico da cidade, tais como a substituição lenta da população e do uso, deixando que o centro perdesse parte de suas funções, até mesmo de caráter habitacional. (...) Como solução, elaborou-se um plano para embasar as intervenções necessárias para trazer vida novamente ao centro de Goiânia. (ARANTES, 2012, p. 95)

Conforme pesquisa realizada pela autora, Arantes (2012), o projeto consistia em vinte e uma ações de intervenção no centro histórico de Goiânia, compreendendo o núcleo pioneiro do Setor Central e o centro antigo de Campinas. Foram elaborados os seguintes projetos de intervenção:

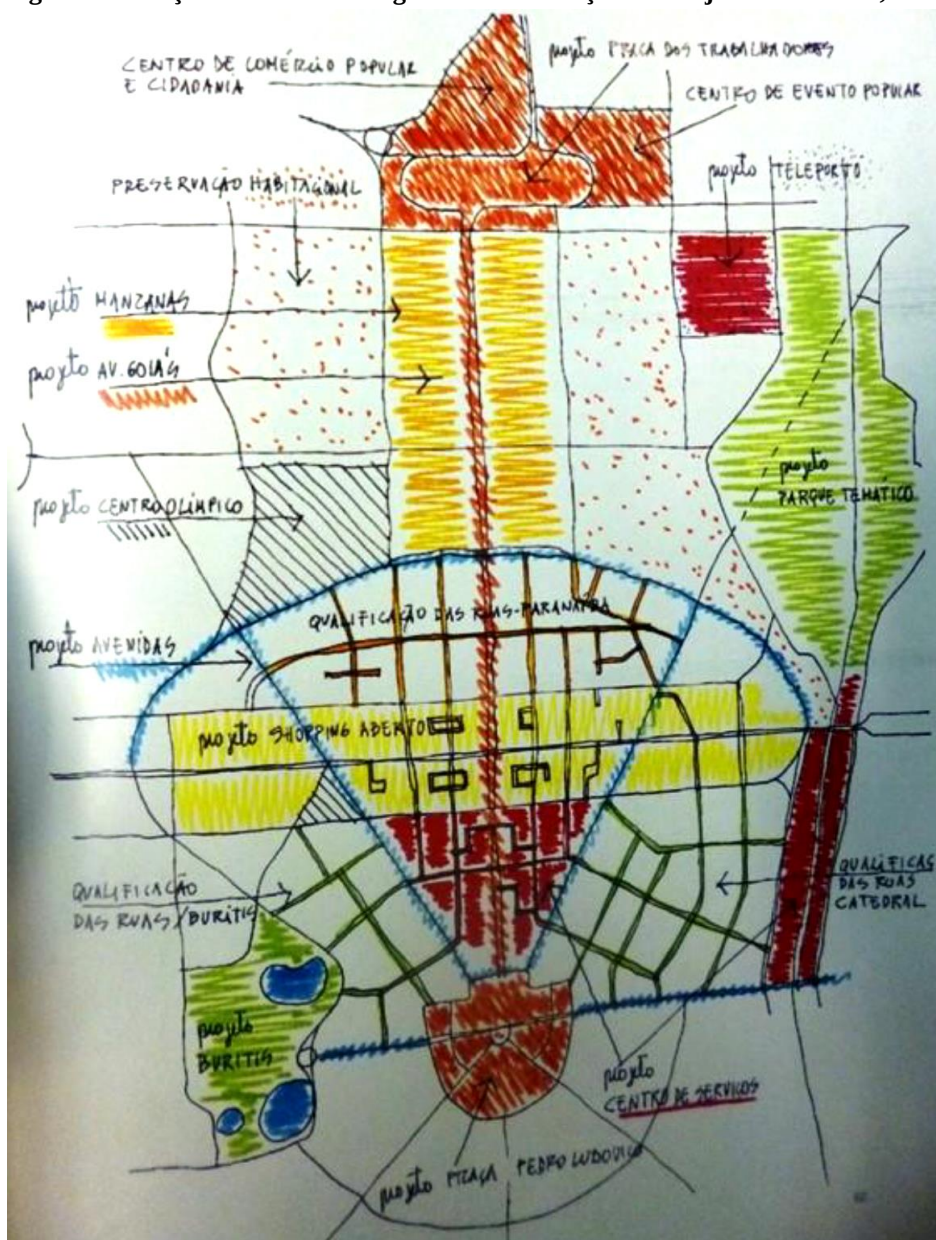
- Projeto Avenida Goiás
- Projeto Praça Pedro Ludovico
- Projeto Praça do Trabalhador
- Projeto Shopping Aberto
- Projeto Centro de Serviços
- Projeto Teleporto
- Projeto Avenidas
- Projeto Manzanais
- Projeto Centro Olímpico
- Projeto Parque Temático
- Parque dos Buritis
- Projeto Cine Teatro Goiânia
- Projeto Subárea Paranaíba
- Projeto Subárea Buritis
- Projeto Subárea Catedral

²⁰ Agenda 21 é um documento assinado em 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, por 179 países, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92, podendo ser definida como um “instrumento de planejamento participativo visando o desenvolvimento sustentável” (GADOTTI, 2003).

- Projeto Subárea Centro Olímpico e Botafogo
- Projeto Patrimônio Histórico
- Projeto Arte para a Cidade
- Projeto Normativos
- Projeto Incentivo Fiscal
- Projeto Centro Vivo

No croqui abaixo (figura 8), elaborado pelo arquiteto e urbanista Luiz Fernando Cruvinel Teixeira (responsável pelo Grupo Quatro S/C Ltda.), é possível observar onde cada uma das ações seria realizada no Setor Central:

Figura 8. Esboço das áreas estratégicas de intervenção do Projeto Goiânia 21, 1998



Fonte: Pereira, Barbosa e Resende (2016).

Todavia, segundo Arantes (2012), pouco foi de fato concretizado da proposta na época:

Sabe-se que foi executado pouco do Projeto Goiânia 21 – Operação Centro. O Teatro Goiânia foi revitalizado em 2010, mas não se implantou um complexo cultural como previsto. O projeto da Avenida Goiás também foi executado anos depois, em outra gestão e sob um novo projeto de requalificação urbana. Como se percebe, existe a intenção de intervir, mas a capacidade do poder público de legitimar seus atos não é eficiente. (ARANTES, 2012, p. 100)

Em 2000, o Projeto Goiânia 21 foi revisado pela administração municipal e definiu-se que seria feito uma nova proposta de intervenção no centro histórico, intitulada “Reconsideración Del Sector Histórico de Goiânia”. Para o desenvolvimento do projeto foi contratado um grupo espanhol, composto por arquitetos, urbanistas e geógrafos, que se baseou na intervenção urbana ocorrida em Barcelona. Deste modo, percebe-se que:

Nitidamente tentou-se trazer a Goiânia o mesmo padrão das intervenções urbanas que haviam atingido sucesso no contexto internacional, buscando assim desenvolver os ares metropolitanos da cidade, através da criação de uma nova imagem para seu centro histórico e cultural. (ARANTES, 2012, p. 102)

Destarte, conforme Arantes (2012), mesmo tendo sido um projeto de planejamento estratégico inovador para a cidade à época, o plano suscitou conflito com arquitetos e engenheiros locais.

Ainda na mesma década, o núcleo pioneiro foi tombado²¹ pelo IPHAN (2003) através da Portaria Nº 507, de 18 de novembro de 2003 – ao todo foram escolhidos 21 bens edificadas e o traçado urbano dos núcleos pioneiros dos bairros Setor Central e Campinas (IPHAN, 2003). Após o tombamento federal, segundo Arantes (2012), em 2004 a prefeitura municipal criou o Grupo Executivo de Revitalização do Centro – Gecentro, no qual a Secretaria Municipal de Planejamento criou diversas propostas de intervenções urbanas no bairro e legislações urbanísticas e de planejamento urbano na cidade (ARANTES, 2012).

Justamente por seu papel como *palco/cenário* representativo da cidade, como vimos o Setor Central no decorrer dos anos passou por diversos projetos e propostas de revitalização/requalificação/resgate, sendo realizados pelo poder público e entidades

²¹ IPHAN. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico - dossiê de tombamento**. Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura. 2010. Superintendência Regional do Iphan em Goiás.

civis. Nesse aspecto, podemos resumir cronologicamente os eventos mais importantes quanto a propostas de intervenção urbana no centro histórico de Goiânia:

- a) o “PROJETO GOIÂNIA 21”²² (1998);
- b) o projeto “Revitalização do Centro de Goiânia”²³ (2001);
- c) criação do Grupo Executivo de Revitalização do Centro - Gecentro (2004);
- d) o projeto “Cara Limpa” (2004)²⁴, cujo objetivo era restaurar a fachada original de edifícios do bairro;
- e) a realização da “Requalificação da Praça Cívica”²⁵ (2015), realizada em parceria entre a Prefeitura Municipal, o Governo Estadual e o IPHAN.
- f) o projeto “Galeria de Arte a céu aberto”²⁶ (2016), que resultou na exposição artística em portas de aço dos estabelecimentos comerciais locais;
- g) o projeto “Vem Pro Centro”²⁷ (2017), numa tentativa de diálogo entre a prefeitura e os moradores locais;
- h) o projeto “ReViva Goiânia”²⁸ (2018), desenvolvido pela prefeitura e que resultou em obras de revitalização e requalificação em toda a cidade;
- i) a proposta “Via Cultural e Gastronômica do Centro de Goiânia”²⁹ (2020), de autoria do arquiteto e urbanista Renato Rocha, atualmente em debate junto à Câmara Municipal;

²² GRUPOQUATRO. **PROJETO GOIÂNIA 21 - Operação Centro - Primeira e Segunda Etapas**. Goiânia: Instituto de Planejamento Municipal da Prefeitura de Goiânia, 1998.

²³ GRUPOQUATRO. **Revitalização do Centro Histórico de Goiânia**. Disponível em: <<http://grupoquatro.com.br/portfolio/revitalizacao-do-centro-historico-de-goiania/>>. Acesso em: abril de 2022.

²⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Decreto nº 2875, de 06 de dezembro de 2004.

²⁵ GRUPOQUATRO. **Requalificação da Praça Cívica**. Disponível em: <<http://grupoquatro.com.br/portfolio/requalificacao-da-praca-civica/>>. Acesso em: abril de 2022.

²⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Lei Nº 9734, de 04 de janeiro de 2016.

²⁷ SECIMA/SEPLAN/FECOMÉRCIO. **Vem Pro Centro – Revitalização de Centros Urbanos Memória Metropolitana – Proposta para Goiânia-GO**. Goiânia: Relatório técnico, 2017.

²⁸ Segundo a Prefeitura Municipal de Goiânia, o *Projeto ReViva Goiânia* foi “idealizado por técnicos da Prefeitura de Goiânia e que tem o objetivo de promover ações visando a revitalização das regiões do Centro e Campinas” (Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação - Prefeitura de Goiânia, 2020. Disponível em: <<https://www.goiania.go.gov.br/politica-habitacional-da-gestao-chega-a-oito-mil-familias-beneficiadas/>>. Acesso em: abril de 2022).

²⁹ A proposta “Via Cultural e Gastronômica do Centro de Goiânia” foi apresentada pelo arquiteto Renato Rocha em audiência pública realizada pela ALEGO em 09 de março de 2020 (Fonte: Agência Assembleia

- j) aprovação da Lei da Fachada Limpa³⁰ (2020) e a criação de dispositivos legais e fiscais de incentivo a preservação do patrimônio material no Setor Central, que ainda se encontram em implantação atualmente.

No caso de Goiânia, as políticas públicas e a legislação urbana, muitas vezes, surgem atreladas a interesses financeiros. Oliveira e Chaveiro (2008), ao analisarem a expansão urbana ocorrida em Goiânia entre os anos 1997 e 2007, destacam que na década de 1980 se intensificou o conflito entre os sujeitos urbanos segregados pelos novos espaços criados pelo mercado imobiliário:

Ao longo da década de 1980, quando o fenômeno urbano se revelou a Goiânia, a reivindicação da cidade feita pelas camadas sociais segregadas pelo autoritarismo do capital – com destaque aqui ao capital imobiliário – as colocou no espaço público. Movimentos sociais foram responsáveis por uma nova ordem da cidade, a ordem dual: de um lado, a cidade planejada pelo Estado – na institucionalidade do poder público municipal –, expressante de uma lógica de ordenação excludente, na qual as camadas populares se viam restritas ao acesso da urbanidade. De outro, a cidade resultante da ação cotidiana destas mesmas camadas, que na busca de garantia de sua sobrevivência, reinventaram a cidade na produção de seus espaços de referência, contraditórios com a centralidade; produziram uma heterotopia conformada à feição das desigualdades socioespaciais. Porém, a produziram na polifonia de suas ações coletivas, rompendo com a mordada imposta pelo regime militar. As camadas populares se fizeram sujeitos da cidade, da polis, buscando definir uma situação de cidadania. (OLIVEIRA e CHAVEIRO, 2008, p. 193)

Para Grande (2014) e Santos (2020), a cidade “sucumbe ao poder do capital especulativo e ao mercado imobiliário” (GRANDE, 2014, p. 96). Segundo Santos (2020):

Goiânia pouco tem ainda da cidade planejada original já que as modificações que foram introduzidas fragmentaram a cidade. A lógica urbana que existia “na Goiânia de Atílio”, foi substituída por várias colagens, à medida que os Coimbra Bueno “lotearam” a cidade alinhados aos seus interesses econômicos. (...) Muito dos mecanismos políticos do passado estão presentes nas ações de urbanização e de especulação imobiliária atuais na capital goiana. Ainda prevalecem os interesses econômicos sobre os interesses técnicos (...) (SANTOS, 2020, p. 56)

de Notícias. Disponível em: <<https://portal.al.go.leg.br/noticias/108848/arquiteto-e-urbanista-renato-rocha-apresenta-projeto-de-revitalizacao-do-centro-de-goiania>>. Acesso em: abril de 2022).

³⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Lei Complementar nº 326, de 03 de janeiro de 2020.

Segundo os referidos autores, esses agentes sociais “vendem” uma cidade-produto, através de intervenções urbanas realizadas desconsiderando a memória coletiva de seus habitantes e objetivando, possivelmente, a construção de novas identidades urbanas para Goiânia. Nesse sentido, a cidade passaria a ser inserida em um circuito turístico e cultural aos moldes do padrão internacional, o mesmo estabelecido para as cidades-patrimônio (COSTA, 2012).

Recentemente, em 2020 foi entregue à Prefeitura Municipal de Goiânia uma nova proposta de revitalização do Setor Central, desta vez elaborada e apresentada pela Associação Comercial e Industrial do Centro de Goiânia e Adjacências (ACIC). A proposta, que se baseia em uma Operação Urbana Consorciada (OUC)³¹, tem um viés comercial, conforme afirmado pelo presidente da associação em entrevista cedida ao jornal O Popular (2021):

‘É um projeto com viés comercial, que conta com o apoio de grandes empresários e investimento privado. O que pedimos da Prefeitura é benefício fiscal e a outorga do espaço’, diz Manzan. No caso, o Paço reduziria a taxa de 5% de Imposto Sobre Serviços (ISS) para as empresas do Centro para 2% e concederia isenção de IPTU, além de *passar a administração do bairro para os empresários*. Ou seja, os custos de iluminação, segurança, coleta de lixo, limpeza urbana e regularização seriam do empresariado. ‘Nossos maiores problemas são os *moradores de rua*, os *ambulantes*, falta de iluminação e insegurança.’ (O POPULAR, 2021, grifo nosso)

Tal visão é reforçada pelo interesse da iniciativa privada em fazer a gestão do Setor Central e materializado na crescente especulação imobiliária que acarreta imóveis no bairro. Segundo Costa (2017), no caso das cidades latino-americanas

As classes dominantes, com apoio de certas classes políticas, adotam estratégias (para a maior opressão dos territórios de exceção) que vão do controle de acesso aos espaços públicos ao impedimento do livre comércio, prestação de serviços mais básicos, atuação esquizofrênica do mercado imobiliário e demandas direcionadas de equipamentos urbanos. (COSTA, 2017, p. 65)

A preocupação com o projeto da ACIC se dá, sobretudo, pela proposta de que a administração de todo o bairro seja feita não mais pelo poder público, mas pelos

³¹ O Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001), legislação específica referente ao planejamento urbano nas cidades brasileiras, estabelece a definição e diretrizes para as Operações Urbanas Consorciadas. Segundo o documento, em seu Art. 32: “§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental”.

empresários, por meio do estabelecimento de uma Operação Urbana Consorciada (OUC).

Um exemplo recente de OUC é o caso do Projeto Porto Maravilha, no Rio de Janeiro-RJ: implantado em 2009 e finalizado em 2014, o projeto teve como objetivo principal a reestruturação urbana da zona portuária central. Todavia, a área em questão passou por um processo de apagamento simbólico da memória negra pré-existente no local, dando lugar a um “novo porto”, como denuncia Wanis *et al.* (2019)³²:

As estratégias utilizadas nessa renovação urbano-cultural intensificam o processo e, portanto, evidenciam que as demandas que o capital impõe às cidades já não se resumem à produção, mas também à informação e à comunicação, que continuam atreladas à questão do acesso à terra. (...) A cor da pele dos “indesejáveis” é sempre preponderantemente negra. A expulsão do centro, desse modo, aqui caminha junto com o processo de branqueamento do território, no sentido material, e no apagamento da memória negra, no sentido simbólico. As remoções são novamente acionadas como estratégia para afastar a população negra dos olhos do público que se pretende atrair. (WANIS *et al.*, 2019, p.16)

Atualmente, o Setor Central segue sendo apropriado de diversas formas: pelo comércio popular e informal; em eventos locais, tais como encontros, exposições e festas anuais, como eventos promovidos pela prefeitura (Vila do Papai Noel, durante o Natal e o Carnaval na Praça); pelos imigrantes³³ que vem para o bairro em busca oportunidades de emprego e moradia; pela comunidade LGBTQIA+³⁴; em

³² WANIS, A.; MACHADO, A. C.; NIN, F.; LEITE, Y. **Renovação urbano-cultural Porto Maravilha: a mercantilização da cultura e da memória como processo de branqueamento do território.** Natal: Anais XVIII ENANPUR, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais>>. Acesso em: maio de 2022.

³³ Segundo Macedo (2021), Goiânia está em segundo lugar no ranking de cidades brasileiras que mais recebem migrantes, sendo que “em 2019 o Sistema de Registro Nacional Migratório da Polícia Federal registrou cerca de 740 pedidos de regularização migratória para Goiânia, sendo esse número 50% maior que no ano anterior – 480 pessoas – 92% desses migrantes (680 pessoas) vieram por deslocamento forçado. As principais nacionalidades registradas entre essa população são da Venezuela, Haiti, Colômbia, Líbia, Peru, Bolívia, República Democrática Do Congo, Argentina e Chile.” (MACEDO, Gabriela. *Entenda porque Goiânia é segunda cidade que mais atrai migrantes no Brasil.* Goiânia: Jornal Opção, reportagem veiculada em 24 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/entenda-porque-goiania-e-segunda-cidade-que-mais-atrai-migrantes-no-brasil-359017/>>. Acesso em: maio de 2022).

³⁴ Em 2019 ocorreu no Setor Central a 24ª edição da 24ª Parada do Orgulho LGBTQIA+ em Goiânia, reunindo um público de mais de 100 mil pessoas, segundo levantamento feito pela Associação da Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Goiás (PARADA-GO). Devido a pandemia de Covid, nos anos de 2020 e 2021 o evento foi cancelado; já, em 2022 a parada ocorreu no dia 04 de setembro e segundo os organizadores reuniu um público de cerca de 100 mil pessoas. Segundo Boita e Baptista (2017, p.9), a escolha do Setor Central para o evento se dá uma vez que “O território da Parada está inserido em um contexto particular para as comunidades LGBT de Goiânia: um território percorrido por gerações que

manifestações políticas e de reivindicação; por feiras de comércio independente e economia criativa; bem como palco para manifestações de cunho político e social. Como exemplo, temos a performance artística realizada pelo Bloco “Não é Não”, na Praça do Bandeirante (figura 9), em 04 de dezembro de 2021:

Figura 9. Ato Político Cultural “Bolsonaro Nunca Mais!” (2021)



Foto: Ângela Macário, 2021. Fonte: A Casa de Vidro Ponto de Cultura.

Conforme nos propusemos a identificar nesta pesquisa, o Setor Central possui manifestações culturais e fluxos urbanos que existem (e resistem) nos becos, vielas, praças e avenidas, comércios tradicionais e novos, feiras e eventos, mesmo com as diversas intervenções urbanísticas realizadas pelo poder público e transformações da cidade ao longo dos anos. Adiante, no **Capítulo II**, foram analisadas as transformações e as intervenções urbanísticas realizadas no Setor Central a partir do recorte temporal proposto para a pesquisa, entre os anos de 2010 e 2022.

representa a tentativa de se descolar de cenários de exclusão para se inserir na zona central da cidade (...)” (BOITA, Tony; BAPTISTA, Jean. *Memórias LGBT+ em Goiás: a Parada que parou Goiânia*. Goiânia: Revista Memória LGBT, ano 9, n. 15, p. 4-11, 2017. Disponível em: <<https://memoriaslgbt.com/projeto-memorias-lgbt-goias/>> Acesso em: maio de 2022).

CAPÍTULO II. VIVÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE: INTERVENÇÕES URBANAS NO SETOR CENTRAL

Conforme identificado no capítulo anterior, ao longo dos anos diversos foram os projetos e iniciativas elaborados para revitalizar o bairro; todavia, ao analisarmos matérias jornalísticas locais percebe-se que, na maior parte dos casos, o discurso empregado era o de que a revitalização iria “enobrecer” o Centro, ao exemplo da reportagem abaixo, datada do ano de 2001 (figura 10). Na reportagem fica nítido também o preconceito social contra moradores da periferia que passaram a frequentar o bairro:

Figura 10. Reportagem jornal O Popular, 29 de agosto de 2001



Fonte: Jornal O Popular, 2001. Editado pela autora, 2022.

Nesse sentido, nota-se que há uma desconexão dos projetos com os sujeitos urbanos que se apropriam dos espaços intervindos, bem como a desconexão dos planos de ação entre si e com o resto da cidade – eram elaboradas ações pontuais e isoladas, mas sem planos de ação para pós-ocupação e integração. A análise feita por Mesquita (2020) sintetiza um modelo de planejamento urbano, que é o que, muitas vezes, ocorre em casos como o do Setor Central de Goiânia:

Como aponta Vainer (2000) e Souza (2010) projetos que encaram a cidade como empresa e incorporam um planejamento estratégico mercadológico, utilizam-se da cidadania e do discurso de uma cidade melhor para os cidadãos, quando na verdade se vale da despolitização planejada e da negação da cidade enquanto espaço político. Nesse sentido, há participação popular, mas com limites bem estabelecidos. (...) A comunidade é cooptada e convencida por ideias hegemônicas de desenvolvimento que mascaram seus reais objetivos e a perspectiva excludente e fragmentadora do território que o encerra. (MESQUITA, 2020, p. 176)

Conforme afirma Costa (2017), o foco do planejamento urbano além dos aspectos físicos e ambientais do espaço urbano deve também:

Verificar, empiricamente, a existência de materialidades móveis e imóveis (arquitetura, lugares da natureza, espacialidades sagradas, locais de encontros como feiras livres e antigas praças etc.) que remetam ao processo de identificação dos sujeitos com o espaço vivido. Relatar a memória individual e coletiva dos sujeitos-patrimônio notórios no lugar. (COSTA, 2017, p. 71)

Como veremos a seguir, no caso do estudo do Setor Central de Goiânia, o principal desafio dos projetos e propostas realizados e futuros é que eles possam integrar também os sujeitos urbanos que utilizam e vivem em tais locais, garantindo o direito à cidade e o direito à memória para *todos* os cidadãos.

2.1. Intervenções urbanísticas no Setor Central – de 2010 a 2022

Para o estudo de caso proposto nesta pesquisa, foram estabelecidos dois recortes para análise: (a) o recorte temporal – entre os anos de 2010 e 2022; e (b) o recorte territorial, focando em seis espaços públicos, sendo eles:

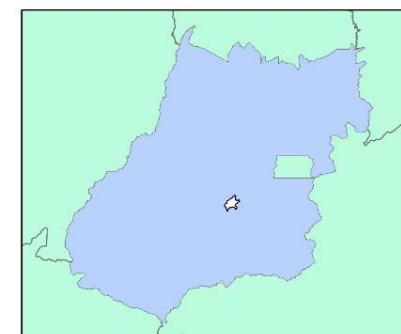
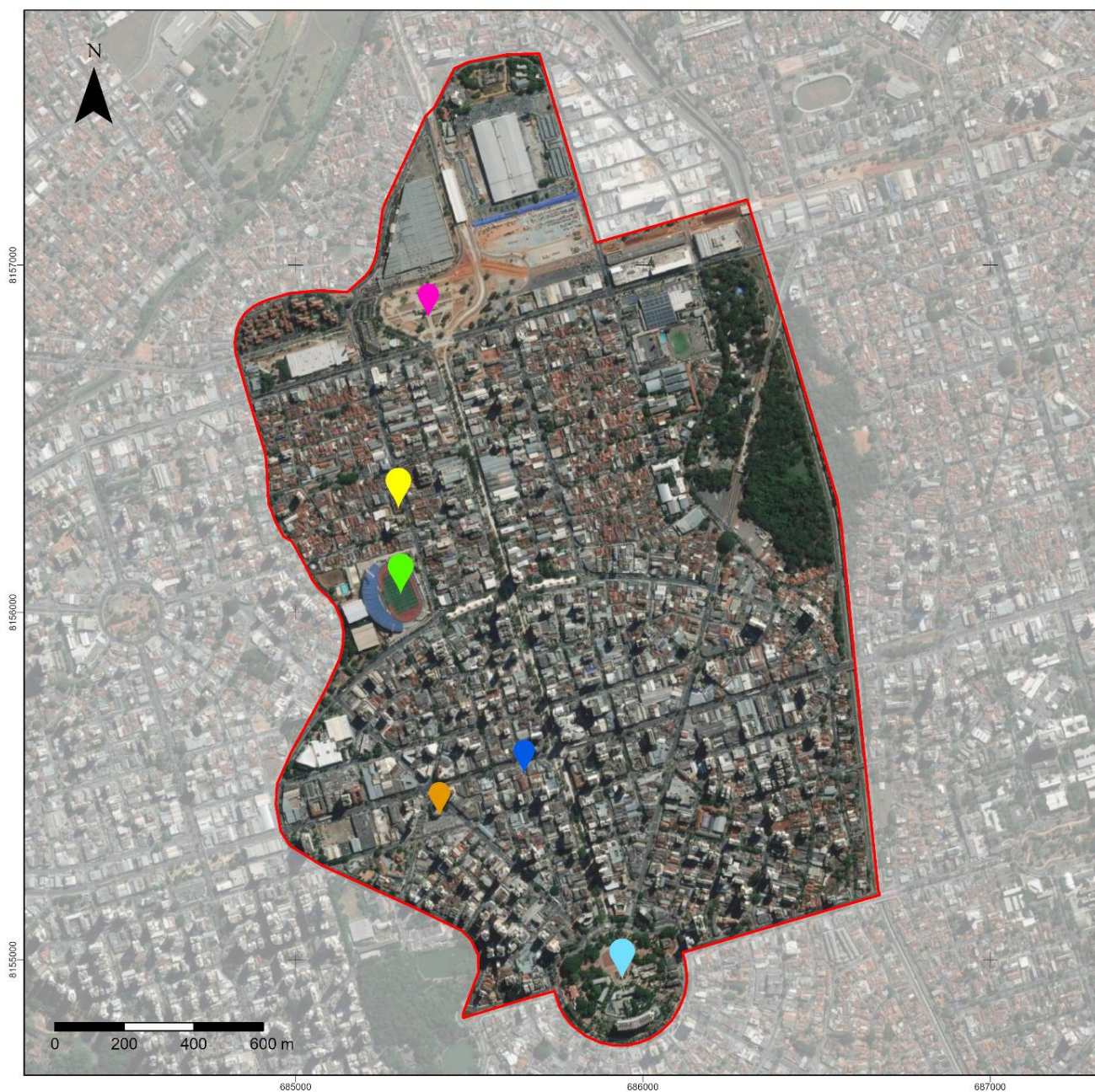
- g) Mercado Popular da 74, em 2010;
- h) Vila Cultural Cora Coralina e Teatro Goiânia, em 2013;
- i) Praça Cívica (Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira), em 2016;
- j) Estádio Olímpico Pedro Ludovico Teixeira, em 2016;

- k) Rua do Lazer (Rua 8), em 2019;
- l) Praça do Trabalhador e Antiga Estação Ferroviária, em 2018;

Foram utilizadas como bases metodológicas a revisão bibliográfica de estudos sobre a cidade de Goiânia, por meio de consulta a documentos e legislação municipal, bem como pesquisas documental, iconográfica e do acervo jornalístico disponível a respeito do Setor Central, bem como a visitas *in loco* dos espaços pesquisados, realizadas nos anos de 2021 e 2022. As visitas *in loco* contribuíram para a observação dos espaços e suas formas de apropriação no cotidiano, bem como para a realização do registro fotográfico do Setor Central e seus sujeitos urbanos.

Reitera-se que a escolha de tais espaços como estudos de caso se deu tendo em vista que eles foram locais que passaram por intervenções urbanísticas realizadas pela administração pública, e que foram identificados como sendo projetos de “revitalização” e/ou “requalificação” – dentro do recorte temporal, entre os anos de 2010 e 2022, e dentro do recorte territorial. Alguns desses espaços, inclusive, atualmente passam por novas intervenções urbanas e obras de adequação, sobretudo no trecho da Avenida Goiás, no qual está sendo realizada a implantação das pistas exclusivas para o transporte coletivo e para o BRT.

Nos tópicos a seguir, são apresentados os estudos de caso de cada uma das intervenções; em seguida, um tópico específico no qual foi analisada a legislação urbana local sob a óptica do patrimônio cultural. No mapa abaixo, é possível observar a localização dos espaços escolhidos para os estudos de caso, bem como a delimitação territorial do Setor Central:



Estado de Goiás



Município de Goiânia

Mapa de Localização Setor Central de Goiânia

Legenda

- Estádio Olímpico Pedro Ludovico Teixeira
- Mercado da 74 (Centro Cultural do Mercado Popular da 74)
- Praça Cívica (Praça Drº Pedro Ludovico Teixeira)
- Praça do Trabalhador e Antiga Estação Ferroviária
- Rua do Lazer
- Vila Cultural Cora Coralina e Teatro Goiânia
- Setor Central Goiânia
- Goiânia
- Estado de Goiás
- Brasil

Sistema de Referência Espacial

Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Sistema de Coordenadas: Projeção UTM Zona 22 S

Escala Numérica

1:11.000

Data de Elaboração

22/06/2022

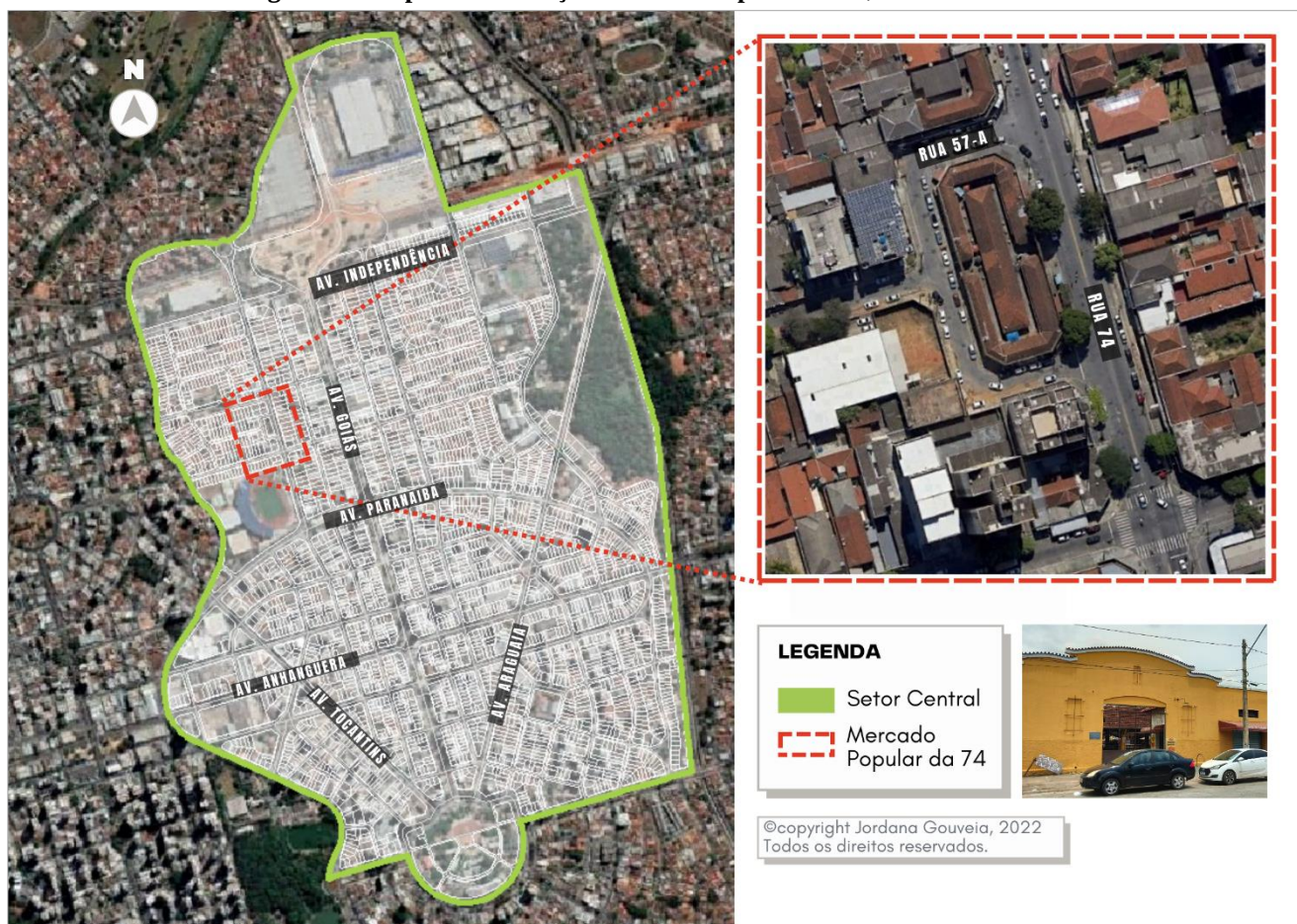
Base Cartográfica

Malha Estadual - IBGE 2020
Malha Municipal - IBGE 2020
Pontos de Interesse - Jordana Gouveia e Silva
Imagem de Satélite - Maxar

2.1.1. Mercado Popular da 74 (2006-2010)

O Mercado Popular da 74, atualmente denominado “Centro Cultural Mercado Popular da Rua 74 Marília Mendonça”, está localizado na Rua 74, no Setor Central, como pode ser observado no mapa de localização abaixo (figura 11):

Figura 11. Mapa de localização Mercado Popular da 74, Setor Central



Fonte: Imagens de satélite fornecidas pelo Google Earth. Elaborado pela autora, 2022.

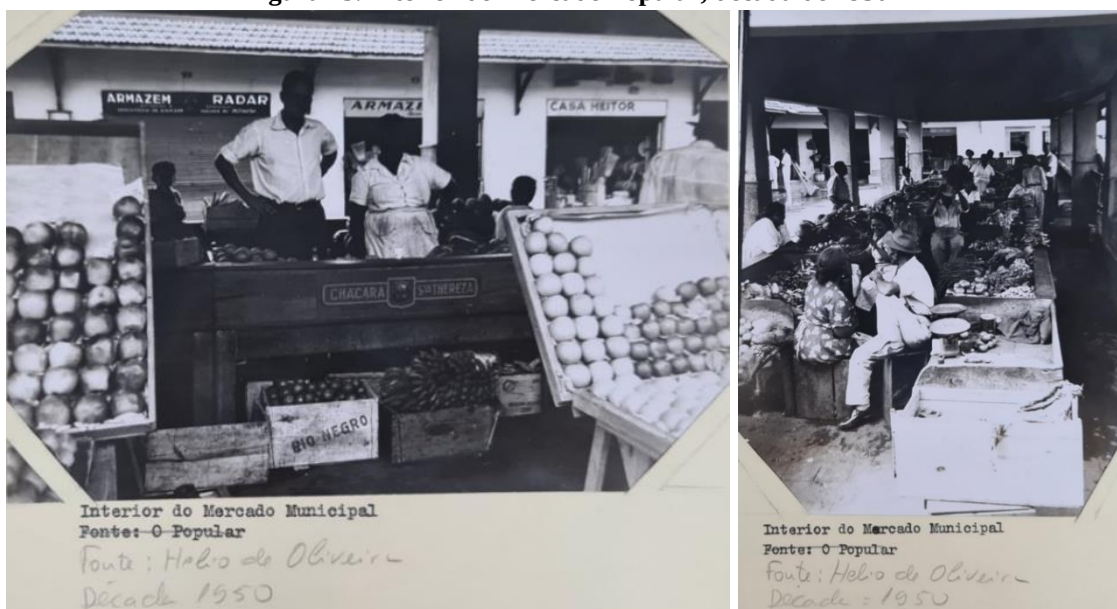
Quando foi inaugurado, em 1953, a região onde está localizado o mercado fazia parte do Bairro Popular, posteriormente anexado ao Setor Central. As fotografias abaixo (figura 12 e figura 13) são datadas da década de 1950, quando o mercado ainda estava sendo construído:

Figura 12. Registro do Mercado Municipal sendo construído na década de 50



Fonte: Arquivo pessoal de Maysa Antunes, 2022.

Figura 13. Interior do Mercado Popular, década de 1950



Fonte: Arquivo pessoal de Maysa Antunes, 2022.

Em 1987, o mercado passou por uma restauração realizada pela prefeitura municipal por meio da Companhia e Urbanização de Goiânia (Comurg), ocorrida após os acontecimentos do Acidente do Césio 137. Segundo Araújo (2022):

Esse mercado na época da inauguração tinha por finalidade abastecer com produtos alimentícios a comunidade do bairro popular e adjacências com alimentos como: carne, frutas, queijos, verduras, fumo, grãos, calçados, dentre outros produtos. Por vários anos, ele funcionou como forma de garantir aos moradores abastecimento alimentar, porém atualmente mantém pouco comércio de abastecimento de gênero alimentícios. Com o passar dos anos foi agregando funcionalidades de acordo com a necessidade da população, diversificando o comércio de lojas como pastelarias, bares e restaurantes. (ARAUJO, 2022, p. 10)

No ano de 2000 o mercado foi tombado como patrimônio cultural de Goiânia, por meio do Decreto Municipal n.º 1.901, de 26 de setembro de 2000. Quatro anos depois, em 2004, como parte do programa de revitalização do Setor Central elaborado pelo Geocentro, foi feito um projeto de restauração do Mercado Popular, porém não foi executado na época. Conforme publicação³⁵ elaborada pela Prefeitura Municipal de Goiânia, o projeto contemplava também a recuperação das fachadas da Rua 57, próxima ao mercado, e a criação do Memorial do Césio 137:

O projeto de revitalização do Mercado Popular está dividido em duas etapas e trata-se não apenas da reestruturação do espaço físico do Mercado Popular, mas também procura resgatar suas atividades através de atrações culturais comerciais.

Para a primeira etapa está planejado a restauração do edifício do Mercado Popular, com recuperação dos aspectos originais da fachada e do interior do prédio, adaptação de espaços, relocação de bancas e instalação de espaços culturais. Nesta mesma etapa ainda está prevista a reorganização do espaço no entorno próximo, com fechamento das ruas laterais e ampliação das calçadas. Estão previstos espaços para embarque e desembarque e as árvores existentes no local deverão ser substituídas por outras mais adequadas.

A segunda etapa, mais complexa, prevê a recuperação das fachadas modernas da Rua 57, criação de uma alameda, reorganização do trânsito de carros e criação do Memorial do Césio 137 no lote onde foi encontrada a cápsula radioativa. Ao unir estas duas etapas em um único projeto espera-se atrair o visitante do Mercado para a Rua 57, que após o acidente radioativo se tornou marginalizada.

A intenção é atrair as pessoas à Alameda e ao Memorial, mostrando que apesar de tudo o que se passou a vida continua para aqueles que estiveram tão próximos do acidente. A revitalização do Mercado Popular da Rua 74 se justifica por ser outrora o local ponto tradicional de compras e encontros da comunidade goianiense, além de sua proximidade com o local do acidente com o Césio 137 em 1987, área

³⁵ A cartilha “Centro de Todos - Goiânia”, foi elaborada pela Prefeitura de Goiânia, porém o material impresso não possui ficha catalográfica e indicação do ano em que foi publicado. A cartilha foi cedida gentilmente pela pesquisadora Maysa Antunes, em 2022.

que ainda hoje sofre os efeitos daquela tragédia. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA)

Já em 2005, o projeto foi retomado pela organização da mostra Casa Cor Goiás³⁶ e em 2006 a edição anual foi sediada no edifício do mercado. Segundo memorial descritivo de obra feito por arquitetos que participaram do evento:

O projeto desenvolvido pela dupla André Brandão e Márcia Varizo para a edição 2006 da Casa Cor Goiás resgatou o antigo Mercado Popular da cidade. Preservaram o madeiramento original da cobertura, cujos sinais da passagem do tempo não foram apagados pelo lixamento aplicado na antiga estrutura. Pensando em maximizar a permeabilidade do espaço, os arquitetos decidiram não fechar o ambiente com paredes. Então foram utilizados, para definição de cada um de seus lados, pórticos em gesso acartonado que emolduram um plano em vidro espelhado bronze. (ANUAL DESIGN, 2006)

Figura 14. Placa existente no mercado, informando sobre a Casa Cor 2006 e a revitalização



Fonte: Jordana Gouveia, 2022.

Após a realização da Casa Cor 2006, em 2007 o espaço físico foi todo revitalizado e preservada a edificação original, sendo aberto para a população. Todavia, conforme o entrevistado Alexandre Perini, que produzia eventos culturais na cidade na época, o Mercado Popular passou a funcionar e ganhou uma agenda fixa de eventos, de fato, apenas em 2010. Nos anos seguintes o mercado seguiu com eventos culturais (figura 15) semanais, como por exemplo o projeto Sons do Mercado (iniciado em 2017 e realizado pela Secult) e o Mercado de Pulgas (organizado pelo arquiteto Alexandre Perini, um dos entrevistados desta pesquisa).

³⁶ A Casa Cor é uma mostra de arquitetura nacional, que ocorre em todas as capitais brasileiras. O evento é voltado para o mercado de arquitetura, interiores e decoração.

Figura 15. Cartazes de divulgação de eventos no Mercado Popular da 74



Fonte: perfil oficial do Mercado Popular³⁷, 2022.

Em 2018, por meio da Lei nº 10.271 de 05 de novembro, o mercado foi denominado “Centro Cultural Mercado Popular da 74”. No ano seguinte, em 2019, a administração e a manutenção do cadastro atualizado dos permissionários do mercado foram repassadas para a Secult (Secretaria Municipal de Cultura), através do Projeto de

³⁷ Perfil oficial @mercado74oficial, disponível em: <<https://www.instagram.com/mercado74oficial/>>.

Lei Complementar nº 2018/040. Segundo Drummond (2019)³⁸, a ação teve o apoio da Associação dos Permissionários do Mercado Municipal Bairro Popular de Goiânia (Aspermerbapo). Sobre a administração efetuada pela Secult:

(...) foi criada uma Assessoria para a realização de eventos nos mercados da Capital, a começar pelo Mercado da 74. A área interna do local foi destinada à programação de uma agenda cultural, com o intuito de fazer do Mercado um ponto turístico de referência em Goiânia. A partir daí, passaram a ser promovidas feiras especializadas e várias outras manifestações artísticas, além de programação cultural fixa, como Clube Retrô (pop rock nacional); Noites do Samba, do Forró e do Sertanejo; e Carnaval dos Amigos - para citar apenas alguns exemplos. (DRUMMOND, 2018)³⁹

Recentemente, por meio da Lei nº 10.840 de 07 de novembro de 2022, o mercado foi rebatizado como “Centro Cultural Mercado Popular da 74 Marília Dias Mendonça” (figura 16), em homenagem à cantora sertaneja que faleceu em 2021⁴⁰. Segundo reportagem feita pelo jornal O Popular em 03/11/2022, a nova mudança de nome foi aprovada pelos comerciantes:

Comerciantes, que estão lá desde o início, contam que já superaram situações de crise e, com muito esforço, conseguem se manter até hoje. “O ‘mercadinho da 74’ é tudo para mim; nós já passamos pelo Césio-137, pela pandemia da Covid-19 e hoje voltamos ao normal”, conta Jair Onofre, proprietário do Jajá Drinks, e que trabalha no mercado deste a década de 1970. Jajá, como é conhecido, diz que o Mercado da 74 respira cultura e que há ‘todo tipo de gente’. Ele reconhece a importância em ter o nome de Marília Mendonça no local: “O novo nome é muito bem-vindo e ela merece. Ela levou o nome do estado de Goiás ao mundo inteiro. Foi uma ação bem-sucedida. E só temos que bater palma”, diz Jajá. (O POPULAR, 2022)⁴¹

³⁸ DRUMMOND, P. **Aprovada transferência da administração do Mercado da 74 para a Secult**. Goiânia: Sala de Imprensa da Prefeitura Municipal de Goiânia, notícia veiculada em 04/04/2019. Disponível em: < <https://www.goiania.go.leg.br/sala-de-imprensa/noticias/projeto-aprovado-transfere-da-sedetec-para-a-secult-administracao-do-centro-cultural-mercado-popular-da-74>>. Acesso em: outubro de 2022.

³⁹ DRUMMOND, P. **Mercado Popular da 74 ganha nova denominação: Centro Cultural**. Goiânia: Sala de Imprensa da Prefeitura Municipal de Goiânia, notícia veiculada em 03/10/2018. Disponível em: < <https://www.goiania.go.leg.br/sala-de-imprensa/noticias/mercado-popular-da-74-ganha-nova-denominacao-centro-cultural>>. Acesso em: outubro de 2022.

⁴⁰ Marília Mendonça foi uma cantora e compositora goiana, falecida em um acidente aéreo em 05 de novembro de 2021.

⁴¹ O POPULAR. **Conheça o Mercado da 74, local que passou a ter o nome de Marília Mendonça**. Goiânia: Jornal O Popular, reportagem veiculada em 03/11/2022. Disponível em: < <https://opopular.com.br/noticias/magazine/conhe%C3%A7a-o-mercado-da-74-local-que-passou-a-ter-o-nome-de-mar%C3%ADlia-mendon%C3%A7a-1.2554009>>. Acesso em: outubro de 2022.

Figura 16. Inauguração do Centro Cultural Mercado Popular da 74 Marília Dias Mendonça, 07/11/2022



Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação (Secom) – Prefeitura de Goiânia, 2022.

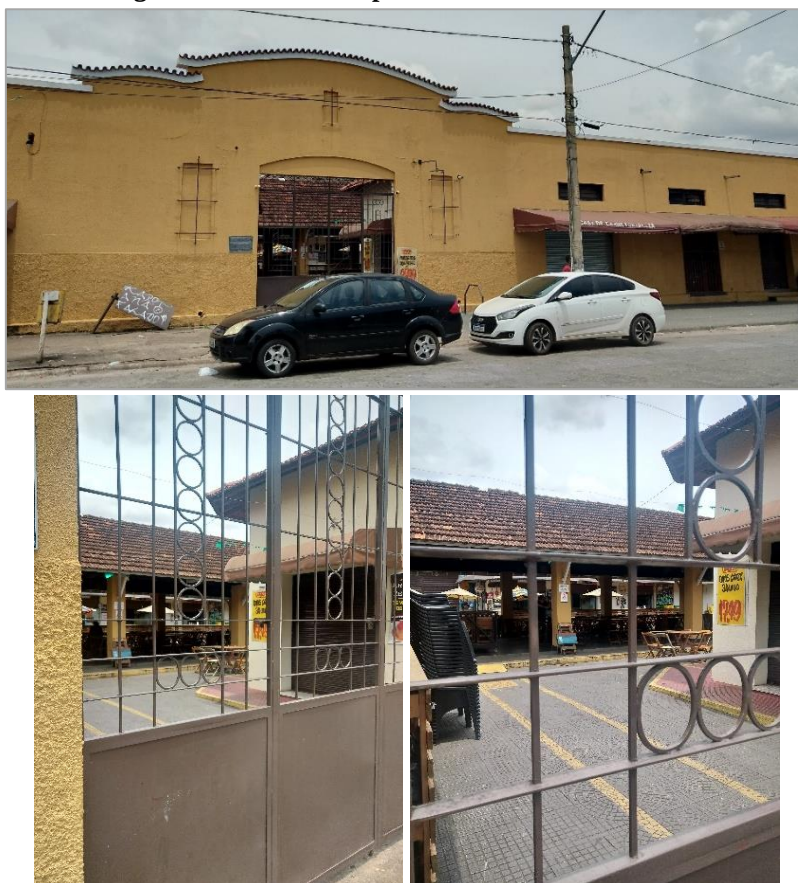
A renomeação do Mercado Popular com o nome da cantora traz algumas observações: no campo do patrimônio, a ação pode ser compreendida de forma positiva, tendo em vista que geralmente a homenagem em espaços públicos se ergue a “heróis” que reforçam narrativas selecionadas pelos grupos dominantes (ao exemplo da estátua do Bandeirante, localizada na Avenida Goiás, também no Setor Central). Todavia, pode-se questionar a forma como foi feita a renomeação: assim como em outras situações, a ação foi apenas comunicada já de forma aprovada para a comunidade, ou seja, a proposta não foi discutida publicamente com os goianienses, que não participaram do processo de tomadas de decisões que impactam diretamente na comunidade e na cidade.

Atualmente o mercado conta com uma agenda de eventos culturais de shows e feiras e segue sendo administrado pela associação de comerciantes locais. No caso do Mercado Popular, a criação de uma agenda cultural fixa é o que propiciou a manutenção do espaço físico e a utilização do mercado pelas pessoas. Na fala da entrevistada Cristina Helou, destaca-se também que os eventos trouxeram novos públicos para o mercado, todavia, os custos também foram elevados (restringindo assim pessoas de classes menos favorecidas):

Por isso, gosto dessa lógica dos barzinhos, que tem uma comunidade LGBT, que tem toda uma proposta diferenciada, que eu acho que é bem democrático. De apresentar as diversas apresentações culturais. Sim, o Mercado da 74 é muito legal nesse sentido. É caro, né? Quando eu ia no Mercado da 74 era baratinho, a cervejinha era baratinha, a comida era baratinha, agora o negócio lá, gourmetizou. Me lembra o Pelourinho de Salvador, depois que revitalizou, mandaram a pobreza ir embora, montaram às lojas. (Entrevistada Cristina Helou Gomide, 52 anos, Historiadora e professora. Entrevista realizada em 31/05/2022).

Em visita técnica realizada em janeiro de 2023, constatou-se que o local se encontra em bom estado de conservação e recebe muitos visitantes mesmo aos domingos, como podemos ver nas fotografias abaixo (figura 17)

Figura 17. Mercado Popular da 74 atualmente, 2023



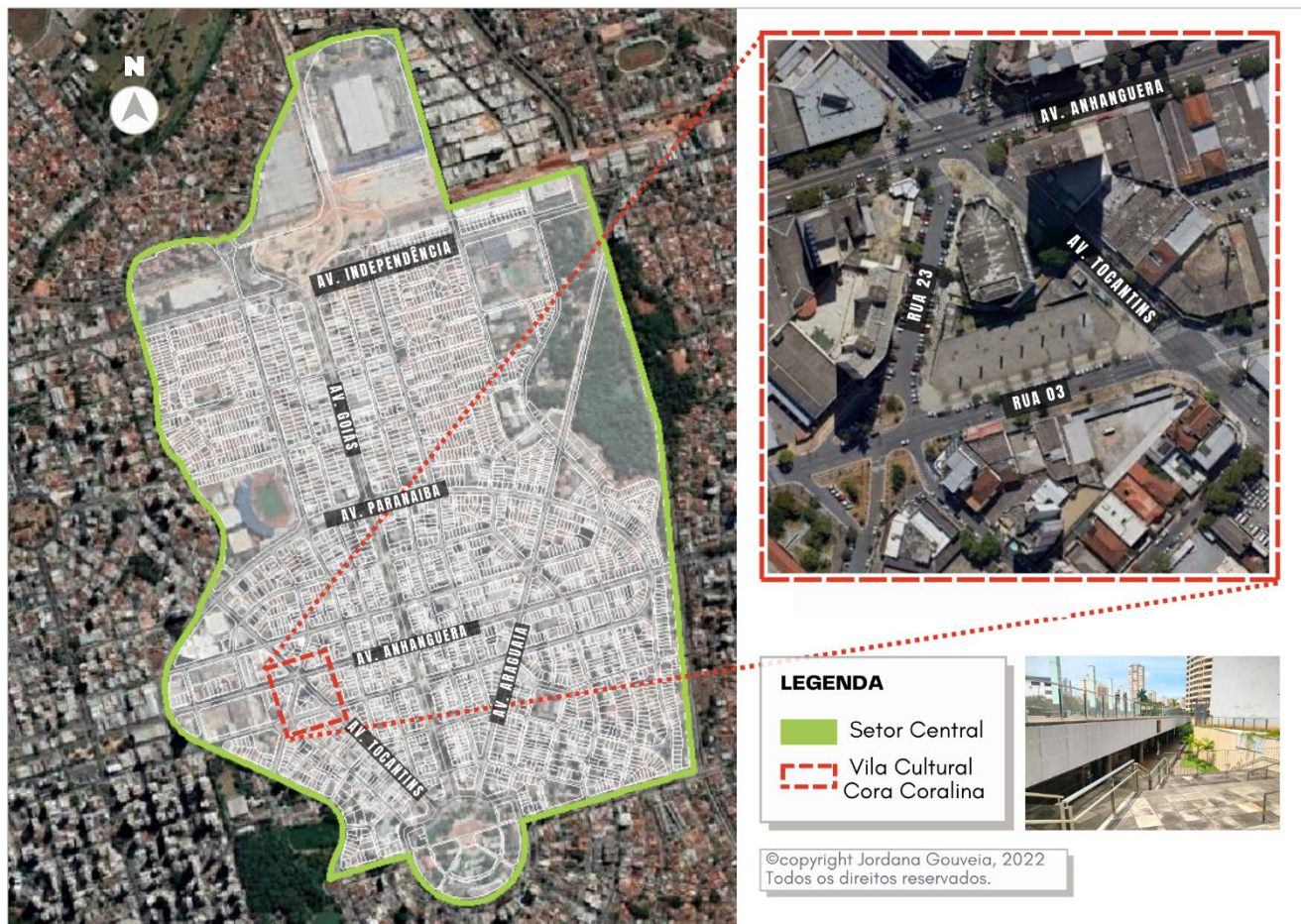
Fonte: Jordana Gouveia, 2023.

Fato exposto, o caso do Mercado Popular reitera a ideia de que uma agenda cultural e de eventos fixas contribui para a permanência e a apropriação do espaço pelas pessoas, sendo um exemplo positivo de revitalização de um espaço público da cidade. De mesmo modo, no mercado também houve a apropriação de símbolos que expressam os anseios da comunidade que vivencia aquele espaço.

2.1.2. Vila Cultural Cora Coralina e Teatro Goiânia (2013-2015)

O complexo da Vila Cultural Cora Coralina está localizado na quadra 67, um triângulo entre as vias Avenida Tocantins, Rua 23 e Rua 03, no Setor Central, como pode ser observado no mapa de localização baixo (figura 18):

Figura 18. Mapa de localização Vila Cultural Cora Coralina, Setor Central



Fonte: Imagens de satélite fornecidas pelo Google Earth. Elaborado pela autora, 2022.

A quadra onde está inserida a Vila Cultural e o Teatro Goiânia faz parte do projeto original feito pelo urbanista Attilio Correa Lima, na década de 1930. O Cine-Teatro Goiânia, como era chamado anteriormente, foi inaugurado em 1942. Segundo Antunes (2022), o edifício é tombado pelo estado, tendo sido declarado patrimônio por meio do Despacho nº 1.096/1982, Decreto nº 4.943, de 31 de agosto de 1998; e é tombado como patrimônio junto a outros elementos do Setor Central e do Setor Campinas por meio da Portaria nº 507, de 18 de novembro de 2003, expedida pelo IPHAN. Nas fotografias abaixo (figura 19) pode-se ver as modificações do edifício ao longo dos anos:

Figura 19. Teatro Goiânia nas décadas de 1960 e de 2000 (antes da construção da Vila Cultural)



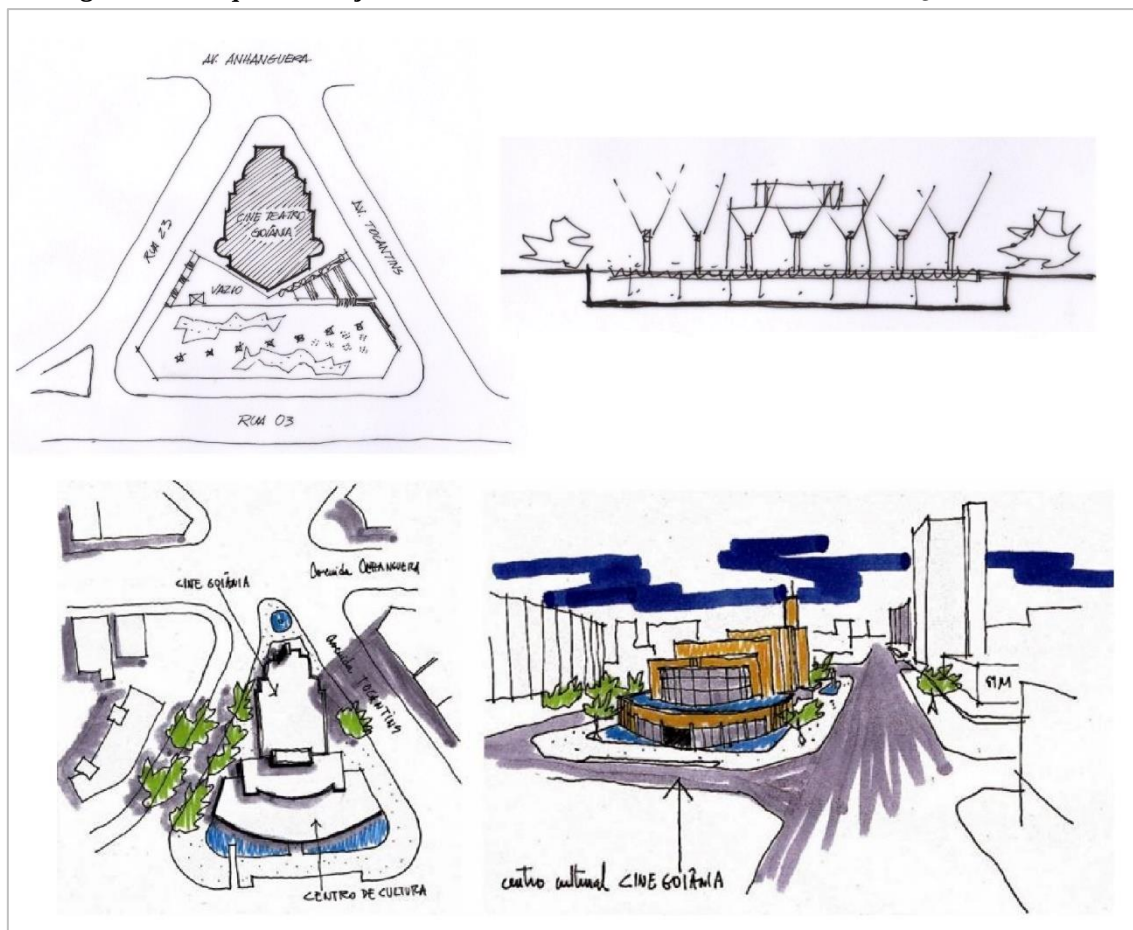
Fonte: GRUPOQUATRO Arquitetura e Urbanismo⁴².

Em meados de 2009 começaram conversas sobre uma revitalização do espaço, tendo em vista que já existia um projeto realizado pelo escritório GRUPOQUATRO quando da proposta “Plano Goiânia 21” em 1998, intitulado “Projeto Cine-Teatro Goiânia” (figura 20). Segundo os responsáveis pelo projeto

Dessa forma, a Vila Cultural é um projeto de arquitetura urbana com o objetivo de participar do processo de revitalização da área central de Goiânia. A ideia é retirar os edifícios de baixa qualidade arquitetônica inseridos na quadra do Cine-Teatro para destacá-lo visualmente, presenteando a cidade com uma praça urbana que marca o seu tempo e dialoga com o estilo original da arquitetura Art Déco. No corte de dez metros no terreno propõe-se construir um museu da vertente brasileira do movimento Art Déco com todas as atividades culturais inerentes a esta tipologia de equipamento cultural. O edifício do museu será construído no subsolo para liberar o Cine-Teatro da inoportunidade das construções vizinhas. (GRUPOQUATRO)

⁴² GRUPO QUATRO. **Vila Cultural**. Goiânia: portfólio profissional do escritório Grupo Quatro Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: < <https://grupoquatro.com.br/portofolio/vila-cultural/>>.

Figura 20. Croquis do Projeto Cine-Teatro Goiânia, de autoria do GRUPOQUATRO, 1998



Fonte: GRUPOQUATRO Arquitetura e Urbanismo.

As obras foram iniciadas em outubro de 2011, após cerca de três anos do anúncio oficial em 2008. Segundo Alves (2009), a demora se deu devido ao processo de desapropriação dos imóveis existentes na quadra:

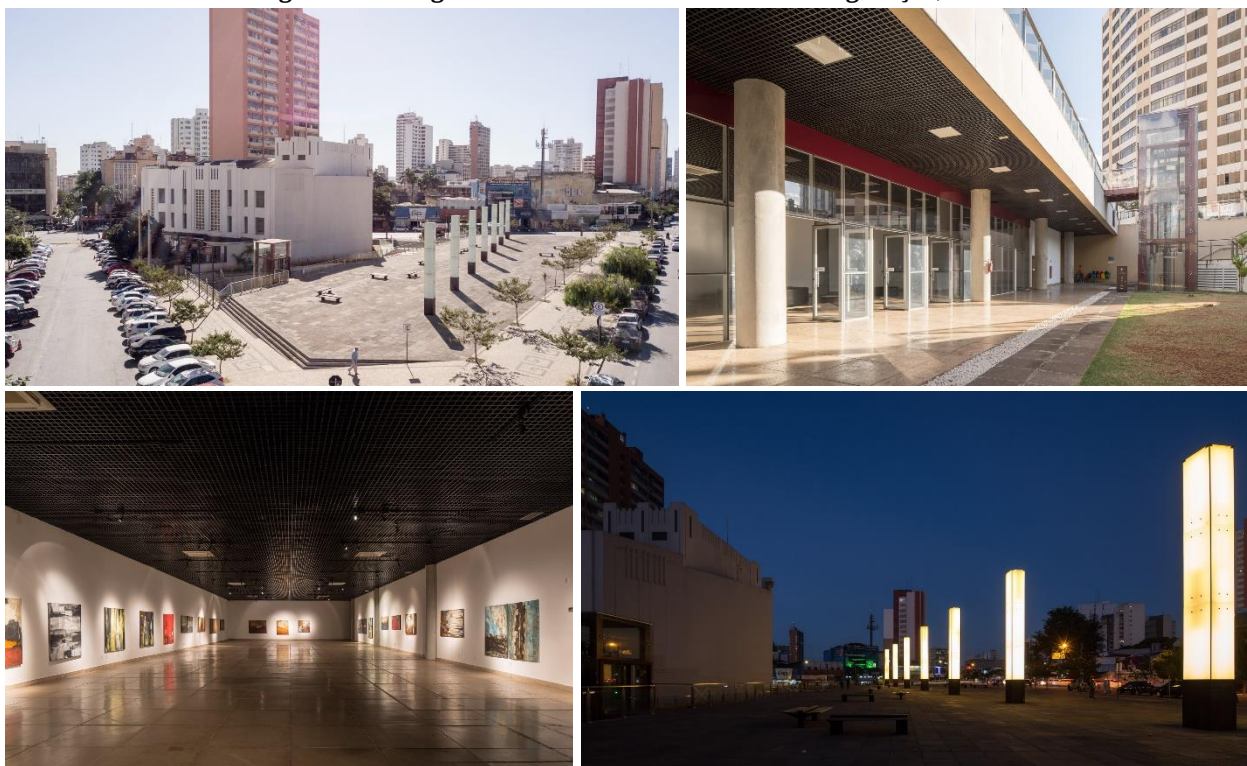
Os entraves para a construção da Vila Cultural foram discutidos hoje pelos presidentes da Goiás Turismo, Barbosa Neto, e do Tribunal de Justiça, Paulo Teles, com integrantes do trade turístico goiano. De acordo com Barbosa Neto, toda a verba necessária para a demolição e construção da Vila está disponibilizada. “Temos mais de 30 milhões de reais para o projeto. Não podemos perder este investimento por conta de batalhas judiciais”, afirmou. O Governo de Goiás depositou R\$ 2,7 milhões referentes às desapropriações dos edifícios que vão compor a obra, em torno do Teatro Goiânia, entre os meses de abril e maio de 2008. (ALVES, 2009)⁴³

⁴³ ALVES, M. **Verba para a nova Vila Cultural que será construída ao lado do Teatro Goiânia está garantida.** Goiânia: Portal Notícias de Goiás, veiculado em 18/08/2009. Disponível em: <<http://www.noticiasdegoias.go.gov.br/index.php?idMateria=63224&tp=positivo>>.

Dois anos depois, em 31 de outubro de 2013, o novo espaço foi inaugurado pelo governo estadual e pela Goiás Turismo - Agência Goiana de Turismo. O investimento no espaço foi de R\$ 12 milhões, sendo a maior parte provenientes do Ministério do Turismo e o restante de contrapartida do Governo Estadual, com recursos liberados pela Caixa Econômica Federal (GOVERNO DE GOIÁS, 2013)⁴⁴.

Segundo a Goiás Turismo (2018), o espaço inaugurado (figura 21) era composto pelos seguintes espaços: Sala de Exposições Principal, Sala Multimídia João Bênnio (com capacidade para 59 pessoas), Sala Antônio Poteiro, Sala Sebastião Barbosa, Sala do Acervo Técnico, Hall, Varanda e a Praça Belkiss Spenziere (GOIÁS TURISMO, 2018)⁴⁵. O espaço não possui exposições permanentes ou de longa duração, recebendo eventos diversos – exposições artísticas, feiras independentes, encontros *geeks* etc.

Figura 21. Fotografias da Vila Cultural em sua inauguração, 2013



Fonte: GRUPOQUATRO Arquitetura e Urbanismo.

⁴⁴ GOVERNO DE GOIÁS. **Vila Cultural Cora Coralina será inaugurada dia 31.** Sala de imprensa, veiculada em 18/10/2013. Disponível em: < <https://www.goias.gov.br/servico/102748-vila-cultural-cora-coralina-sera-inaugurada-dia-31.html> >.

⁴⁵ GOIÁS TURISMO. **CULTURA - CONHEÇA A VILA CULTURAL CORA CORALINA EM GOIÂNIA.** Goiânia: Jornal Goiás Turismo, reportagem veiculada em 09/01/2018. Disponível em: < <https://www.jornalgoiasturismo.com.br/2018/01/cultura-conheca-vila-cultural-cora.html> >.

Todavia, autores questionam o partido adotado para o projeto arquitetônico, que desconsiderou o projeto original de Correa Lima para a quadra, assim com a intencionalidade de que os fundos do prédio do teatro ficassem ocultos. Valva (2016) ressalta que edificações históricas de estilo eclético foram demolidas, em detrimento do novo espaço:

No caso específico dessa quadra, além da destruição dos edifícios, muitos deles remanescentes do ecletismo, que marcou a arquitetura residencial do início de formação da cidade, perdeu-se, também, a essência da forma urbana das quadras projetadas por Atílio. Com a demolição total e a implantação de uma praça seca, foram colocados em evidência os fundos do teatro Goiânia, a partir da destruição do tecido urbano da quadra. O edifício do Teatro Goiânia foi projetado pelo engenheiro arquiteto Jorge Félix de Sousa e José Amaral Neddermeyer e inaugurado em 1942. Possui uma composição original e inovadora, marcado pela presença das curvas na fachada principal e riqueza de detalhes. Interessante notar que toda a ornamentação está aplicada somente nas laterais e principalmente na fachada frontal. O fundo do teatro não possui ornamentação nem acompanha as linhas movimentadas que marcam a sua identidade formal. Confirmando, assim, a lógica de implantação dos edifícios nas quadras projetadas por Atílio, onde o fundo não era para ser visto. As quadras eram para serem adensadas, apropriadas por edifícios em toda a sua extensão. (VALVA, 2016, p. 26)

Nesse mesmo sentido, Pereira, Barbosa e Rezende (2016) criticam o paradoxo entre os usos propostos para a Vila Cultural e os usos originais do Teatro Goiânia:

A intervenção proposta para o Cine Teatro Goiânia, se resumiu ao projeto da Vila Cultural que está localizada nos fundos do teatro, em subsolo, não competindo visualmente com a construção antiga (figuras 4, 5 e 6). Do contrário, ressaltou o teatro na paisagem, embora destacando uma parte do edifício conformada para submeter-se aos fundos dos antigos lotes, sem o trabalho decorativo característico das fachadas concebidas para a visibilidade. A Vila Cultural renega o uso do teatro: o seu programa não complementa e ancora as atividades normalmente conduzidas ao palco. Em terreno exíguo para o seu fim, o Teatro Goiânia carece de espaços de ensaio para artes cênicas, dança e música, que o daria autonomia de funcionamento. O projeto do GRUPOQUATRO estabelece tão somente uma relação de contiguidade formal, com usos distintos, a saber: salas de exposições e centro de informações turísticas. Segundo a SECULT (Secretaria de Cultura), desde sua inauguração em 2013, a Vila Cultural recebe uma média de 350 visitantes ao mês, valor muito baixo de usuários para uma intervenção recente e com propósito diferente. (PEREIRA, BARBOSA e REZENDE, 2016, p. 208)

Entretanto, além das casas que foram demolidas, o comércio existente ao lado do Teatro Goiânia acabava por ocultar o mesmo, com fachadas protendidas e placas de publicidade que cobriam a paisagem, como ocorre atualmente em todo o bairro. Como

afirmado pelos autores, atualmente em 2022 o espaço segue com exposições temporárias, porém em visita *in loco* (figura 22) constatou que, assim como outros espaços da cidade, necessita manutenção e limpeza. Os totens luminosos e bancos da praça encontram-se danificados; já o espaço do subsolo se encontrava lacrado nas duas visitas realizadas (em uma quinta-feira e em um domingo do mês de dezembro de 2022). As instalações do Teatro Goiânia também carecem de manutenção, como por exemplo os bancos em frente ao teatro.

Figura 22. Vila Cultural Cora Coralina e Teatro Goiânia, 2022



Fonte: Jordana Gouveia, 2022

Fato exposto, dentre as intervenções analisadas, a Vila Cultural é um espaço que possui uma agenda de eventos e atividades culturais que convida a população para

se apropriar do espaço, o que deve continuar, como ressaltado pelo entrevistado Alexandre Perini:

Eu acho que a Vila Cultural Cora Coralina ficou legal, foi uma coisa boa, está? Mas, como todo o equipamento cultural, carece de gestão e investimento, né? Porque não é só fazer, tem que pôr dinheiro. Tem que pôr equipe. Tem que ter um evento.

Mas ali faltou uma rampa de acessibilidade. Ali, naquele lugar, dá para fazer. Agora ficou ótimo, né. Porque limpou o Teatro Goiânia. Porque ali em volta era um açougue, era uma garagem. Eram uns botequinhos.

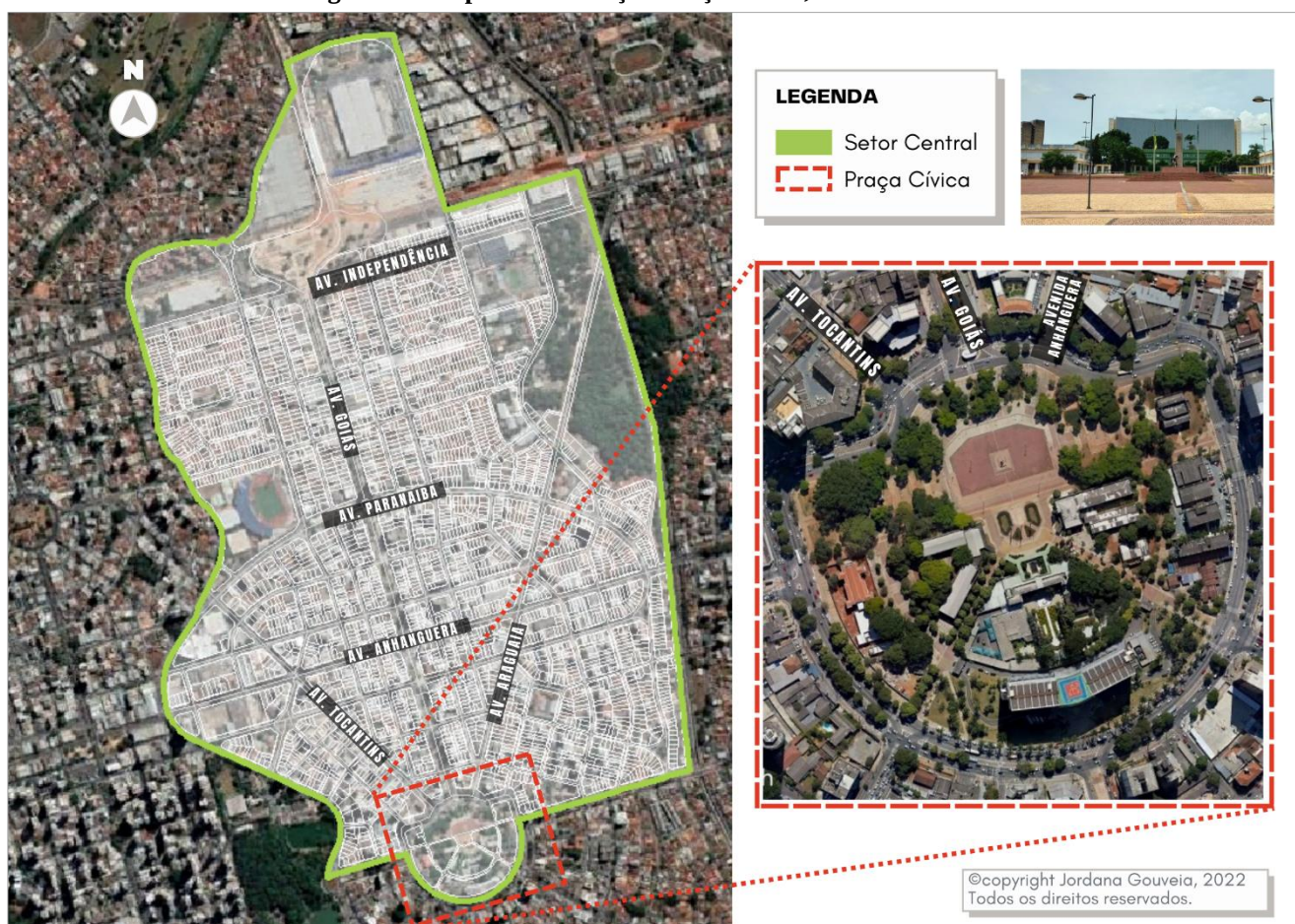
(Entrevistado Alexandre Perini, 50 anos, arquiteto. Entrevista realizada em 12/05/2022)

Destarte, tanto a análise das falas dos entrevistados, quanto a visita em campo demonstram que deve haver ressalvas quanto à pouca realização de eventos e divulgação do espaço. Tal fato reitera a necessidade de manutenção da infraestrutura do espaço, assim como a realização de ações que garantam o uso contínuo do espaço, de modo a convidar os indivíduos para se apropriarem e utilizarem tanto o espaço da Vila Cultural Cora Coralina quanto o Teatro Goiânia.

2.1.3. Praça Cívica/Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira (2018-2019)

A Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira ou Praça Cívica, como é mais conhecida, faz parte do projeto original da cidade de Goiânia, feito pelo urbanista Attilio Corrêa Lima, quando da inauguração da cidade na década de 1930. Segundo o IPHAN (2010), a praça “é considerada o principal elemento do traçado urbano de Goiânia”. No mapa abaixo é possível observar a localização da praça no perímetro do Setor Central (figura 23):

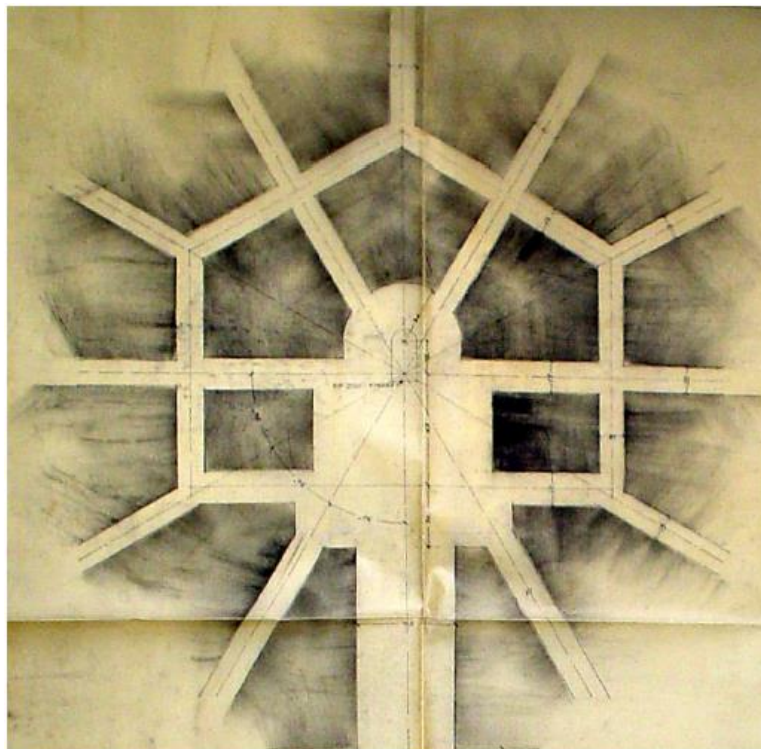
Figura 23. Mapa de localização Praça Cívica, Setor Central



Fonte: Imagens de satélite fornecidas pelo Google Earth. Elaborado pela autora, 2022.

A praça é o ponto central do desenho radiocêntrico proposto por Correia Lima: dela irradiam três grandes avenidas – Araguaia, Goiás e Tocantins. Nas duas imagens abaixo podemos notar os eixos formados pelas avenidas iniciados a partir da praça, presentes tanto no croqui feito por Attilio (figura 24) e na fotografia datada de 1937 (figura 25):

Figura 24. Estudo do Centro Cívico de Goiânia, de Attilio Corrêa Lima 1932



Fonte: Acervo Corrêa Lima. In.: DINIZ, 2007, p. 136.

Figura 25. Vista do alto do Palácio das Esmeraldas, 1937



Fonte: Secretaria de Cultura – Prefeitura Municipal de Goiânia, 2017.

Segundo Diniz (2007), além do caráter estético, o projeto da praça também simbolizava o centro do poder da nova capital, bem como o centro do poder do Estado, sendo, portanto, um símbolo do interventor Pedro Ludovico Teixeira e do presidente Getúlio Vargas, ambos representados na figura do Bandeirante. Para a autora:

Corrêa Lima descreveu a principal praça, a Praça do Centro Administrativo, ou Cívico, como um lugar de “caráter monumental”,

“os edifícios públicos que a guarnecem formam um conjunto arquitetônico único, ligados por um elemento comum em forma de colunata formando galeria coberta.” (Ibid., p. 142)⁴⁶. Corrêa Lima “comprometido” em materializar a política personalista do Governo intervencionista colocou como ponto focal da Praça Cívica um ícone de propaganda getulista, o bandeirante (DINIZ, 2007, p. 134)

Como discutido no Capítulo I, o projeto original de Goiânia passou por diversas alterações até a inauguração da cidade, o que não foi diferente na Praça Cívica. Após a saída de Corrêa Lima, foram propostas modificações pela firma Coimbra & Bueno, em 1935. Segundo Santos (2020), tais mudanças descaracterizaram o projeto original de Corrêa Lima:

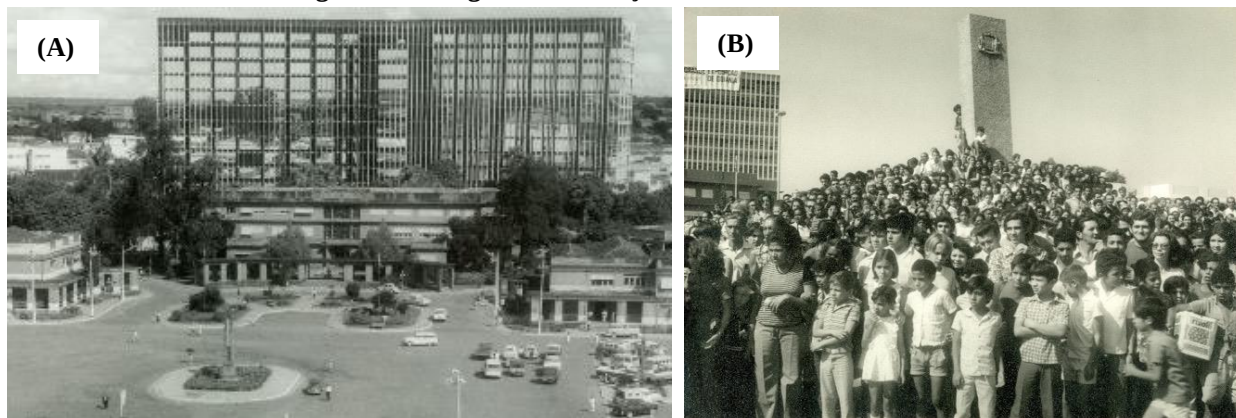
Ao observar uma imagem da Praça modificada pelos Coimbra Bueno, no entanto, é possível notar a desfiguração realizada (Figura 59): a começar, a caixa viária que circunda a praça foi transformada em arco, alterando o desenho geométrico com arestas, tornando a praça uma rotatória com caixa viária para fluxo intenso, contrariamente ao planejado. A unidade administrativa foi desconectada e os elementos edifícios foram dispostos de maneira diversa da prevista pelo desenho de Attilio, cujo conjunto arquitetônico formado pelo Palácio do Governo, Secretaria Geral do Estado, Câmara Estadual, Palácio da Justiça e Prefeitura se unificaria por meio de colunatas, a formar passeios cobertos facilitando a interligação e comunicação destas partes, centralizando o poder. Em vez disso, o local destinado ao Palácio da Justiça e à Prefeitura foram dotados de espelhos d’água. A presença da vegetação, também configura uma alteração ao desenho original. (SANTOS, 2020, p. 95)

Nos anos seguintes a praça passou por diversas modificações em seu espaço físico, bem como por diferentes usos oficiais e formas de apropriação. Segundo Santos (2020), na década de 1960, a praça ficou marcada pela construção do Centro Administrativo e pelo Monumento às Três Raças (figura 26):

A década de 1960 foi marcada por mais duas interferências: a construção do Centro Administrativo, rompendo completamente com a horizontalidade da Praça e a inserção do Monumento à Goiânia – conhecido como Monumento às três raças – em substituição à Luminária que fazia o papel de Obelisco da praça. (SANTOS, 2020, p. 120)

⁴⁶ LIMA, A. C. **Goiânia, a nova capital de Goiás** (cont.). Arquitetura e Urbanismo, p. 140-146, mai/jun. 1937.

Figura 26. Fotografias da Praça Cívica, final dos anos 1960



Fonte: Acervo MIS-GO. In.: SANTOS, 2020, p. 121-122.

Já entre as décadas de 1970 e 1980, a Praça Cívica passou a receber a Feira Hippie (figura 27). Segundo Santos (2020),

Abrangendo uma pluralidade de identidades e interações, envolvendo apresentações culturais de diferentes vertentes, música, declamação de poesias e performances, a feira Hippie, que lançou uma nova categoria de feira em Goiânia, por não se tratar de mercado de hortifrutícolas e sim de artesanato – e por se tratar de uma expressão política, que com o tempo se perdeu e foi suprimida pelo cunho comercial –, continuou fazendo parte da paisagem da Praça na década de 1980. (SANTOS, 2020, p. 127)

Figura 27. Feira Hippie na Praça Cívica, década de 1980



Fonte: Acervo MIS-GO. In.: SANTOS, 2020, p. 127.

A feira aconteceu na praça até o final da década 1980, quando foi transferida para a Avenida Goiás; segundo a entrevistada Cristina Helou, à época a feira tinha um caráter popular e artesanal:

Um outro espaço é a Av. Goiás, onde acontecia a Feira Hippie, não é onde é hoje. E, eu fui muitas vezes porque tia Nádia fazia pão sírio porque ia com Cláudio meu primo para ajudar, ia lá e a gente expunha às coisas no chão, era de fato, artesanato. Era hippie mesmo.

(Entrevistada Cristina Helou Gomide, 52 anos, Historiadora e professora. Entrevista realizada em 31/05/2022).

Posteriormente, nos anos 2000, a feira foi transferida para a Praça do Trabalhador e lá segue atualmente, como discutiremos a respeito no tópico específico sobre esta praça.

Nas décadas de 1990 a 2000 a Praça Cívica passou a ser ocupada por carros e sendo utilizada como estacionamento, sobretudo por usuários dos prédios públicos que funcionavam no local (figura 28).

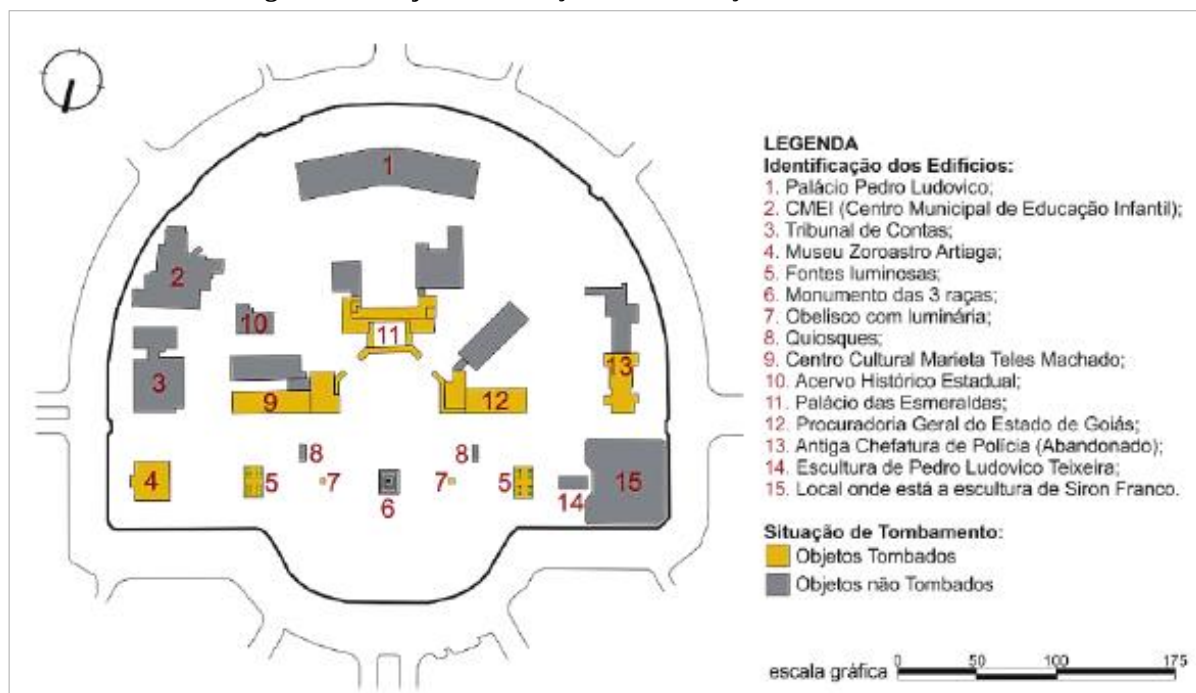
Figura 28. Praça Cívica ocupada por carros estacionados antes da revitalização, 2013



Fonte: Arquivo TV Anhanguera, 2013.

Em 2003, o conjunto da Praça Cívica foi tombado como patrimônio pelo IPHAN, por meio da Portaria nº 507 de 18 de novembro de 2003. O tombamento incluía, além do traçado do núcleo pioneiro, vinte e dois bens entre edifícios institucionais e mobiliários urbanos, sendo doze deles no intitulado “Conjunto da Praça Cívica” (figura 29). Na imagem abaixo, elaborada por Rezende *et al* (2015), é possível ver os prédios que compõem o conjunto:

Figura 29. Conjunto da Praça Cívica e relação de bens tombados



Fonte: REZENDE *et al*, 2018, p. 310.

Conforme identificado em pesquisas anteriores⁴⁷, o espaço da Praça Cívica está inserido na memória coletiva dos usuários do Setor Central, sendo percebido como local histórico importante no núcleo pioneiro da capital, tanto por ser um dos espaços mais antigos da capital, quanto por ter sido palco para diversos eventos sociais e cívicos importantes para a cidade (REZENDE *et al*, 2018).

Destarte, na década 2010, começam a surgir debates sobre uma revitalização do espaço e, principalmente sobre a proibição de circulação e estacionamento de carros no local. Em 2012, por exemplo, o governo estadual anunciou⁴⁸ um projeto de revitalização para a Praça Cívica, em uma proposta que já incluía a retirada dos estacionamentos:

Durante os dias da semana, é comum que a área fique lotada de veículos. A maioria pertence a funcionários públicos que trabalham

⁴⁷ SILVA, J. G. e; GRANDE, I. O. de. **Vivência e pertencimento: a importância dos espaços culturais do Setor Central na construção da memória urbana goianiense.** Goiânia: Anais do Seminário Pensando O Projeto, Pensando A Cidade, FAU-UFG, 2016. v. 1. p. 1-934.

SILVA, J. G. e; TEIXEIRA, E. **Patrimônio, memória e pessoas nos centros urbanos: uma análise da revitalização da Praça Cívica, Goiânia-GO.** Brasília: Revista Paranoá, v. 1, n. 30, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/34850>.

⁴⁸ DAHER, B. **Praça Cívica e prédios devem ser reformados.** Goiânia: Jornal O Popular, reportagem veiculada em Disponível em: < <https://opopular.com.br/noticias/cidades/pr%C3%A7a-c%C3%ADvica-e-pr%C3%A9dios-devem-ser-reformados-1.166468>>.

nas imediações da praça, que agora terão de encontrar alternativas para estacionar. (...) Além dos motoristas que param na praça, dezenas de flanelinhas e de lavadores de carros, que ganham a vida trabalhando no local, reclamam que as mudanças acabarão com a fonte de renda deles. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável, responsável pelo controle da obra, informou que esses trabalhadores poderão se cadastrar em projetos de requalificação profissional da prefeitura para terem outra profissão. (PORTAL G1, 2015⁴⁹)

Porém, apenas em 2015 o projeto de requalificação da Praça Cívica se efetivou, por meio de uma ação da prefeitura municipal e através da captação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-Cidades Históricas). O projeto foi elaborado pelo escritório de arquitetura GRUPOQUATRO, sob responsabilidade técnica do arquiteto e urbanista Fernando Cruvinel Teixeira, resgatando a proposta feita na década de 1990 pelo mesmo grupo para o PROJETO GOIÂNIA 21 – Operação Centro, (citado anteriormente no Capítulo I).

O projeto de revitalização teve como objetivo “resgatar as atrações importantes da configuração original do espaço” (PEREIRA; BARBOSA; REZENDE, 2016). Segundo Santos (2020):

De acordo com uma das equipes responsáveis pelo redesenho da Praça – Fernando Teixeira Arquitetos Associados –, o local havia assumido um caráter de espaço de lazer, além de ser palco para comemorações cívicas e políticas e que com o tempo, ela foi perdendo sua “essência” se transformando em uma grande rótula de circulação viária, com seus espaços interiores ocupados por estacionamentos de carros particulares (Figura 120), tornando-se um local sem atrativos para a população e turistas, além de tornar-se um local propício para atividades ilícitas, pelo fato de diminuir o alcance visual dos recintos da Praça. (SANTOS, 2020, p. 132)

As obras foram iniciadas em fevereiro de 2015 e a inauguração do espaço revitalizado aconteceu em duas etapas – a primeira em agosto de 2015 e a segunda em agosto de 2016. Na figura 30, elaborada pela Prefeitura Municipal, estão identificadas as intervenções previstas na proposta; já na figura 31 são apresentadas duas fotografias aéreas, mostrando o antes e depois da praça:

⁴⁹ PORTAL G1 GO. **Praça Cívica será revitalizada e terá estacionamento proibido, em Goiânia.** Goiânia: Canal G1, reportagem veiculada em 02/02/2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/goias/noticia/2015/02/praca-civica-sera-revitalizada-e-tera-estacionamento-proibido-em-goiania.html>>. Acesso em: outubro/2022.

Figura 30. Proposta de revitalização da Praça Cívica, 2015

Fonte: Rezende *et al*, 2015, p. 316.

Figura 31. Comparativo da Praça Cívica antes e após as obras, 2008 e 2018.



Fonte: Barbieri + Gorski, 2018. Editado pela autora, 2022.

Segundo relatório realizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU GO, além da elevação das vias ao nível do passeio, as intervenções realizadas na praça compreenderam os seguintes itens:

Outras intervenções foram: restauração das fontes luminosas e limpeza, recuperação, tratamento e proteção com verniz especial das peças em bronze do Monumento das Três Raças, novo destaque à estátua de Pedro Ludovico, antigamente instalada próximo ao prédio do palácio que leva o seu nome e removida para o centro da Praça Cívica, com pedestal e placa indicativa, retirada do piso asfáltico e substituição por piso drenante, revitalização do calçamento e iluminação pública. (CAU/GO, 2015, p. 02)⁵⁰

Na vistoria realizada pela arquiteta responsável pelo relatório, foram constatadas irregularidades quanto a acessibilidade da praça para PcD (deficientes visuais, cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida):

A preocupação com a universalidade do acesso e do uso é evidente com a instalação de rota acessível em toda a extensão da Praça possibilitando a circulação por ela e o acesso aos monumentos artísticos e históricos. Apesar disso, foram constatados alguns equívocos na implementação da rota acessível, tanto relacionados à locomoção quanto à qualidade na execução. Mesmo recém-inaugurado e com algumas partes ainda em instalação, já existem alguns problemas estruturais nos pisos que já apresentam danos diversos. Paralelamente, percebe-se que houve uma grande preocupação na circulação na Praça, mas negligenciou-se o acesso aos edifícios públicos nela existentes. A rota, muitas vezes, não contempla o acesso às entradas desses prédios. Por fim, observa-se uma falha na compatibilização da rota acessível com as caixas de inspeção diversas da Praça Cívica levando à existência de pequenos obstáculos num piso que deveria ser totalmente adaptado para a rolagem de cadeiras de rodas e circulação de pessoas com dificuldade de locomoção. (CAU/GO, 2015, p. 16)

Fato exposto, percebe-se que apesar da ideia principal do projeto ser “devolver a praça aos pedestres”, a execução da obra não atendeu aos requisitos de acessibilidade, apresentando defeitos antes mesmo da finalização da obra. Outro exemplo são as fontes luminosas: no projeto eram previstas fontes d’água, todavia por não serem viáveis financeiramente, foram substituídas por fontes secas. De mesmo modo, os prédios existentes não acessíveis e não foram criadas atividades que convidem os usuários a se apropriarem da praça de maneira orgânica.

⁵⁰ CAU/GO. **Relatório de Constatação**. Goiânia: Conselho de Arquitetura e Urbanismo, 2015. Disponível em: < <https://www.caugo.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/Relatorio-Acessibilidade-Praca-Civica.pdf>>. Acesso em: outubro de 2022.

Em pesquisa realizada após a requalificação, Rezende *et al* (2015) identificam que o projeto não contribuiu para a permanência dos usuários no espaço:

A maior parte dos novos elementos da Praça Cívica passa despercebida na paisagem, à exceção do piso avermelhado. O estacionamento foi retirado e gerou acessibilidade para transição de pedestres, o que era asfalto virou passeio e escadarias para impedir a passagem de carros e servir de base ao monumento central preexistente, em homenagem às três raças formadoras da nação. Houve a recuperação de antigas fontes, mas abandonando suas características reflexivas devido ao custo de manutenção proibitivo para o orçamento municipal. A proposta em execução é de fontes secas, sem o tanque de água original. (...) O projeto de requalificação terminou não acrescentando espaços para ancorar a permanência, sendo uma intervenção estritamente paisagística. Conjectura-se que a presença do palácio residencial do Governo do Estado tenha sido a motivação desestimuladora de propostas para uso mais intenso, como espaços para alimentação e exposições. (MÁXIMO; BARBOSA; REZENDE, 2016, p. 212).

Após a inauguração, em 2017 o governo estadual em conjunto com o IPHAN divulgou a proposta de criação do “Circuito Cultural Praça Cívica Dr. Pedro Ludovico Teixeira” (figura 32), que previa a restauração e a requalificação dos prédios existentes e a construção de novos espaços, assim como diversas atividades, como feiras, exposições e práticas educativas. Porém, até o presente momento (2022) a proposta não foi realizada, de fato.

Figura 32. Proposta do Circuito Cultural Praça Cívica Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 2017



Fonte: Jornal O Popular, reportagem veiculada em 09/01/2017⁵¹.

No ano seguinte, por meio do Decreto nº 2.325 de 13 de novembro de 2018, a Prefeitura restringiu a realização de eventos na praça em intervalos de cento e vinte dias, mediante aprovação prévia da municipalidade e do IPHAN. Nesse período, os eventos que aconteceram na praça se resumiram aos realizados pela prefeitura municipal (Natal Na Praça e Réveillon Na Praça).

Todavia, a sociedade não participou desses processos: as propostas foram apresentadas já de forma consolidada pela administração pública, do mesmo modo que não consultaram os moradores e frequentadores do bairro sobre quais atividades poderiam ser desenvolvidas no novo espaço. Ademais, como concluído a partir de pesquisas anteriores, a falta de manutenção do espaço físico nos anos seguintes, as poucas propostas de atividades culturais que incentivem o uso da praça contribuíram para o abandono e apagamento desse espaço dentro da cidade.

⁵¹ O POPULAR. **Nova obra para resgatar Praça Cívica.** Goiânia: Jornal O Popular, reportagem veiculada em 09/01/2017. Disponível em: <<https://opopular.com.br/noticias/cidades/nova-obra-para-resgatar-pra%C3%A7a-c%C3%ADvica-1.1207101>>. Acesso em: outubro/2022.

Em 2019, apenas três anos depois, o governo estadual anunciou uma nova revitalização da praça. No mesmo ano, uma reportagem do jornal O Popular (figura 33) denunciava que, mesmo após a requalificação, o espaço continuava a ser utilizada como estacionamento:

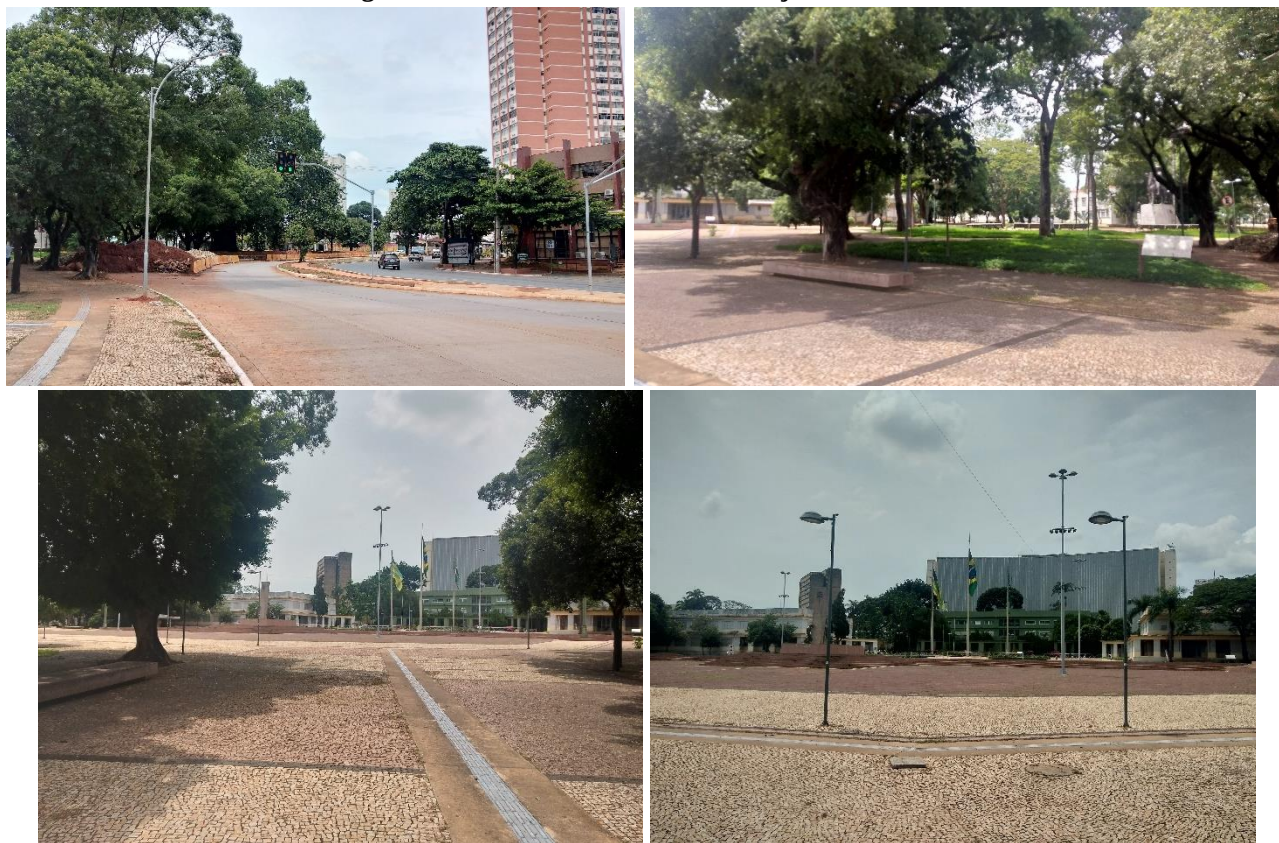
Figura 33. Reportagem Jornal O Popular, 11/03/2019



Fonte: Jornal O Popular, 2019.

Recentemente, em julho de 2021, a praça foi interditada novamente para as obras do BRT, com previsão de execução de 75 dias. Para a análise proposta nesta pesquisa foi realizada uma visita *in loco* em janeiro de 2023, quando foi constatado que as obras ainda não foram finalizadas e a praça segue com espaços danificados e com entulhos de obra, como observa-se nas fotografias abaixo (figura 34):

Figura 34. Visita *in loco* feita em 08 de janeiro de 2023



Fonte: Jordana Gouveia, 2022.

Nos resultados obtidos através da aplicação do questionário virtual, nos meses de maio a dezembro de 2022, dos noventa e três participantes, 48,1% citaram a Praça Cívica como um dos espaços simbólicos e/ou marcantes do Setor Central. Quando questionados sobre quais os aspectos positivos e negativos das intervenções urbanas ocorridas no Setor Central, muitos participantes citaram a requalificação da praça como um exemplo positivo de obra urbana, todavia destacam a falta de atividades culturais e ainda a atual reforma do espaço para implantação do sistema BRT:

Amei a revitalização da Praça Cívica, voltou a ter muita gente no fim de semana só relaxando na sombra, praticando esporte, passeando com a família, tem vendedores de pipoca, é uma delícia! Acho que a criança vai criando uma imagem mais afetuosa com o centro e que carrega para resto da vida, sai desse imaginário de "local distante e perigoso". O do início da Goiás também, porque é a maior referência de art déco que temos... Deveríamos fortalecer ainda mais, inclusive, porque é uma graça e valoriza demais a estética do centro. A parte negativa da praça cívica está agora com essas obras longas, espero REALMENTE que traga melhoras no transporte, porque só pegava ônibus muito lotado lá no final do dia. (Participante S. G. O., 27 anos, advogada.)

Positivo projeto original ter dado esperança de que a praça voltaria ao seu aspecto original. Negativo obra demorou muito tempo para finalizar e não foi totalmente recuperada os espelhos de água não funcionam os jardins não foram recuperados. Iluminação é precária, falta segurança valorização com iluminação dos prédios históricos na praça. (Participante D.B.C., 34 anos, auxiliar administrativo)

Positivo foi a revitalização da antiga estação ferroviária. Negativo é a demora na intervenção na praça cívica para acesso ao eixo norte/sul. (Participante D. I de C., 31 anos, engenheira civil)

Revitalização da praça como positivo, como negativo a não inclusão a convivência nos espaços públicos (Participante P.H.B.M., 48 anos, pedagogo)

Já para o entrevistado Alexandre Perini, a revitalização da praça não foi positiva: o arquiteto discorda da elevação do nível da rua para passeio e da falta de manutenção dos espaços:

Uma das coisas que me incomoda, mas não é assim espaço: eu não gosto da Praça Cívica mais. Para mim, ela acabou. Ela já entrou em outra reforma né?! Agora deram uma acabada boa nela também. Eu também não gosto de ver esses grandes equipamentos abandonados. (...) O prédio do museu do professor Zoroastra, que era um professor colecionista, que guardava as pecinhas né? Que é Art Decó “roots”, está lá abandonado. A praça ficou com pouco contraste. Ela é toda adaptada para deficiente visual, mas ela para deficiente visual é um lixo. Que ela é aberta, não tem sombra. Os amigos meus que têm deficiência visual, dizem que acharam lá terrível (...) Não... Não boa. Não ficou boa. Primeiro porque aquele traçado era tombado. Se a desculpa de fazer a praça era para não entrar carro, então bastava pôr uma cancela, poderia ter deixado o asfalto do mesmo jeito. Eu não tenho problema nenhum em brincar no asfalto. O asfalto bem-feito e lisinho, ele é bom para levar menino para andar de bicicleta, ensinar a criança a andar de patins. (Entrevistado Alexandre Perini, 50 anos, arquiteto. Entrevista realizada em 12/05/2022)

Para o entrevistado Francisco Divino, a praça é um espaço bom para passeios e caminhadas, porém com as obras em andamento o espaço está proibido:

Teve uma melhora, com essa nova modificação, não sei o que vai acontecer. (Estão passando BRT). Agora, não sei, porque teve uma melhora boa, fui lá, fazer caminhada lá, aí depois, não fiz mais. Eles interditaram. (Entrevistado Francisco Divino Jorge dos Santos, 71 anos, aposentado. Entrevista realizada em 05/06/2022)

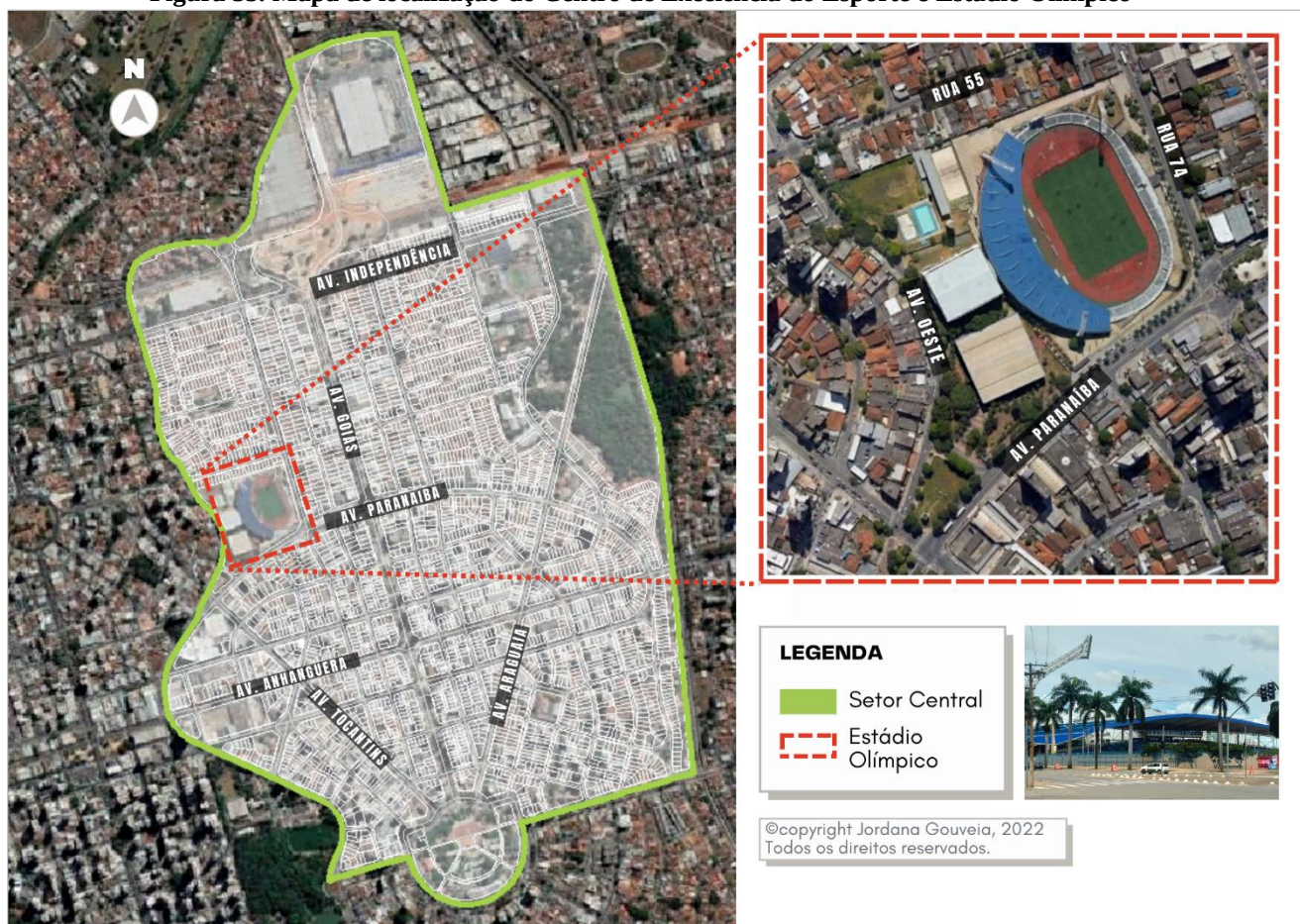
Nesse sentido, a pesquisa demonstra que, no caso da Praça Cívica os diversos projetos e propostas de revitalização/requalificação trouxeram melhorias do ponto de vista de infraestrutura e arquitetônico para os espaços, mas que atualmente estão

danificados pela falta de manutenção e pelas obras do BRT. Todavia, como visto neste e nos demais estudos de casos, os projetos seguem tratando o bairro de forma pontual, desenvolvendo ações focais e que não integram os espaços com os usuários, tampouco o Setor Central com o restante da cidade – seja pela pouca criação de atrativos urbanos, como habitações coletivas, modais de transporte acessível e novos espaços; ou ainda pela inexistência de uma agenda cultural no bairro, proposta em diversas oportunidades pelo poder público, porém nunca efetivada de fato.

2.1.4. Estádio Olímpico Pedro Ludovico Teixeira - Centro de Excelência do Esporte (2000-2016)

O Estádio Olímpico Pedro Ludovico Teixeira é um dos quatro edifícios que compõem o Centro de Excelência do Esporte, composto ainda pelo Laboratório de Capacitação e Pesquisa, o Parque Aquático e o Ginásio Esportivo Rio Vermelho. O complexo esportivo está localizado entre a Avenida Paranaíba e a Rua 74, como pode ser observado no mapa abaixo (figura 35):

Figura 35. Mapa de localização do Centro de Excelência do Esporte e Estádio Olímpico



Fonte: Imagens de satélite fornecidas pelo Google Earth. Elaborado pela autora, 2022.

Originalmente, o espaço abrigava o antigo Estádio Olímpico, inaugurado em 3 de setembro de 1941 (figura 36). Segundo a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás – ALEGO, o projeto do estádio surgiu em meados de 1937, tendo sido aprovado pelo então governador Pedro Ludovico Texeira:

O primeiro projeto, que permitiu a construção do estádio, foi assinado pelo então deputado estadual João Teixeira Álvares Júnior e pelo governador Pedro Ludovico Teixeira. Está na Lei Estadual nº 245, de 5 de agosto de 1937, aprovada por unanimidade na Assembleia

Legislativa, que autorizou o Executivo a subvencionar a Prefeitura de Goiânia para a construção de um estádio, nesta Capital. Segundo o texto original da matéria, o terreno foi doado pelo Estado e a construção inicial foi da Prefeitura de Goiânia.

Como as obras, na época, não andaram, em 9 de fevereiro de 1940 elas foram assumidas integralmente pelo Estado, sendo concluídas 18 meses depois. Foi o Decreto-Lei nº 2.865, de 26 de janeiro de 1940, assinado pelo governador Pedro Ludovico, que delimitou a área que seria destinada ao estádio e logo deu início à sua construção de fato. No início, a população chamava o estádio apenas como “Campo da Avenida Paranaíba”. (ALEGO, 2022)⁵²

Figura 36. Estádio Olímpico, décadas de 1940, 1950 e 1970



Acervo da página “Goiânia Antiga”, 2016.

Até a década de 1970, o Estádio Olímpico foi o principal estádio da cidade; em 1975 foi inaugurado o Estádio Serra Dourada, no Setor Jardim Goiás, construído em uma das novas centralidades que surgiram na cidade com a expansão urbana. Nos anos 1980, durante os acontecimentos do Acidente do Césio 137, o estádio foi um dos

⁵² ALEGO. **Aprovado na Alego, há 80 anos era inaugurado o Estádio Olímpico de Goiânia.** Goiânia: Agência Assembleia de Notícias, veiculado em 01/02/2022. Disponível em: < <https://portal.al.go.leg.br/noticias/122912/aprovado-na-alego-ha-80-anos-era-inaugurado-o-estadio-olimpico-de-goiania> >.

espaços usados para a triagem de pessoas contaminadas (figura 37). Estima-se que mais de 110 mil pessoas passaram pelo estádio na época do acidente.

Figura 37. Triagem de pessoas durante o Acidente do Césio 137, décadas de 1980



Fonte: Jornal A Redação, 2021⁵³.

Mesmo após o estigma deixado pelo acidente radiológico, nos anos seguintes o estádio continuou sendo um dos mais significativos espaços esportivos da cidade.

O antigo Estádio Olímpico foi ganhando muitas melhorias ao longo do tempo. No início tinha arquibancadas de madeira, posteriormente substituídas por alvenaria, fechando todo o anel em volta do estádio. As cadeiras ocupavam apenas um pequeno setor, do lado Oeste do campo de jogo, na altura da linha divisória, onde ficavam tribuna para autoridades e cabines de imprensa. O antigo campo de jogo tinha dimensões de 105 metros de comprimento por 68 metros de largura, com grama Cuiabana. Inicialmente o estádio contava com dois vestiários para os times e um para a arbitragem. Depois foram construídos outros dois, igualmente destinados aos atletas. (A REDAÇÃO, 2021)

Já nos anos 2000, a partir de uma iniciativa do governo estadual, uma revitalização do estádio passou a ser discutida. Um projeto para o novo estádio foi elaborado em 1998 pelo escritório GRUPOQUATRO Arquitetura e Urbanismo, dentre as propostas do Plano Goiânia 21 – Revitalização do Centro de Goiânia (figura 38).

Figura 38. Projeto para o Centro de Excelência do Esporte, Grupo Quatro 1998

⁵³ A REDAÇÃO. **Estádio Olímpico: há 80 anos palco de celebrações do esporte em Goiânia.** Goiânia: Jornal A Redação, Edição Especial Jóias do Centro, veiculado em 12/11/2021. Disponível em: < <https://www.aredacao.com.br/colunas/159060/estadio-olimpico-ha-80-anos-palco-de-celebracoes-do-esporte-em-goiania> >.



Fonte: GRUPOQUATRO Arquitetura e Urbanismo⁵⁴

A última partida de futebol realizada no antigo estádio ocorreu em 20 de março de 2005; em 05 de julho de 2006 o estádio começou a ser demolido para dar lugar ao novo complexo esportivo. Todavia, devido a problemas judiciais e com as trocas de governo, as obras se estenderam por cerca de dez anos, tendo sido paralisadas pela justiça de 2009 e 2013, e novamente entre setembro e dezembro de 2015. Segundo Vasconcelos (2016)⁵⁵:

O imbróglio judicial que se arrastou após a demolição do Olímpico está ligado justamente a estes dois módulos. Inicialmente, o estado lançou licitação única para as duas obras com orçamento previsto de R\$ 40 milhões. Entretanto, durante a reforma houve divergência entre o governo e a Eletroenge, empresa licitada. Em 2009, a reforma foi paralisada. O governo alegou que o saldo contratual seria gasto sem que estádio e laboratório estivessem prontos. Em julho de 2011, a liminar que garantia à empreiteira o direito de continuar a obra caiu, abrindo espaço para duas novas licitações: uma para o Estádio Olímpico e uma para o Laboratório de Capacitação e Pesquisa. Jayme Rincón admite que o projeto inicial de 2002 fornecido pela própria Agetop já estava “defasado”. O Olímpico sequer receberia partidas de futebol. O novo projeto ganhou, entre outros itens, mais vestiários e

⁵⁴ GRUPOQUATRO. **Centro de Excelência do Esporte**. Goiânia: portfólio profissional do escritório Grupo Quatro Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <<https://grupoquatro.com.br/portfolio/centro-de-excelencia-do-esporte/>>.

⁵⁵ VASCONCELOS, F. **Olímpico é entregue após 10 anos e custa mais que o dobro do previsto**. Goiânia: TV Anhanguera, reportagem veiculada em 08/08/2016. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/go/noticia/2016/08/olimpico-e-entregue-apos-10-anos-e-custa-mais-que-o-dobro-do-previsto.html>>.

cabines de imprensa. O valor mais que dobrou. Abandonado por tantos anos, o local sofreu com o descaso e a ação do tempo. Com mato alto, estrutura exposta e água parada, as obras do estádio Olímpico se tornaram um imenso criadouro do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue. Moradores protestaram e tentaram agir por si só, mas não tiveram resultados. (VASCONCELOS, 2016)

Nas fotografias abaixo observa-se como estava o espaço em 2012, enquanto as obras estavam paralisadas (figura 39):

Figura 39. Estádio Olímpico durante o período de obras, 2012



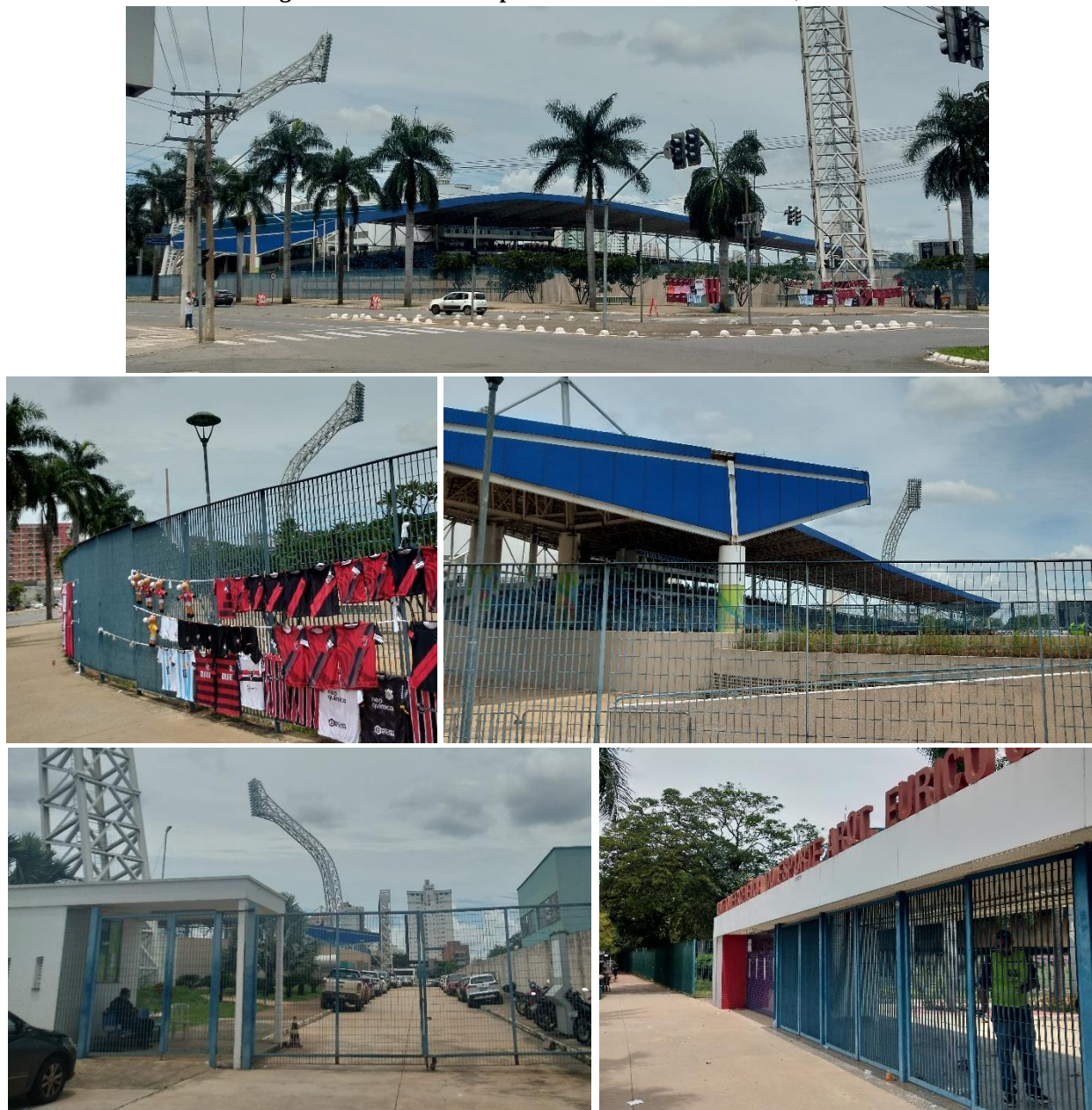
Fonte: TV Anhanguera, 2012⁵⁶

Finalmente, em 08 de agosto de 2016 o espaço foi inaugurado, agora já Centro de Excelência do Esporte, porém sem estarem finalizados o Parque Aquático e do

⁵⁶ TV ANHANGUERA. **Sucata no Estádio Olímpico de Goiânia.** Goiânia: TV Anhanguera, reportagem veiculada em 21/02/2012. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/5203240/> >.

Ginásio Olímpico. Nos anos seguintes, o estádio foi sede de grandes eventos esportivos, como por exemplo jogos da Copa do Mundo (2019) e Copa América (2021), além de competições de outros esportes além do futebol. Em visita *in loco* realizada em novembro de 2022, constatou-se que o espaço continua com uma agenda ativa de eventos – pelo menos quanto ao Estádio Olímpico (figura 40).

Figura 40. Estádio Olímpico Pedro Ludovico Teixeira, 2022



Fonte: Jordana Gouveia, 2022.

Destarte, os demais espaços são utilizados para aulas e treinamentos de alunos da rede pública de ensino. Comparado com outros espaços que sofreram intervenções urbanísticas de revitalização, o caso do Estádio Olímpico é um dos poucos que atualmente é utilizado de forma ativa. Todavia, o estudo de caso demonstra que, apesar

da demora e dos problemas que envolveram as obras e do projeto não ter sido debatido com a comunidade local, por estar ligado a grandes eventos e, sobretudo, eventos de futebol, o local não sofre com pouca manutenção e estrutura, como é o caso dos demais estudos de caso.

2.1.5. Rua do Lazer/Rua 8 (2019)

A Rua do Lazer, ou Rua 8, é uma rua localizada no Setor Central, de Goiânia, Goiás, que funciona como um “calçadão”, uma das únicas vias exclusivas para pedestres e sem acesso de veículos na cidade. No mapa abaixo observa-se a localização da Rua do Lazer no Setor Central (figura 41):

Figura 41. Mapa de localização Rua do Lazer e Rua 08, Setor Central



Fonte: Imagens de satélite fornecidas pelo Google Earth. Elaborado pela autora, 2022.

Segundo Oliveira et al, a Rua do Lazer foi inaugurada oficialmente em 1975 (OLIVEIRA, MORAIS E SILVA, 2021, p. 3). Já em 1977 foi fechada para o trânsito de veículos, se tornando um “calçadão” entre as duas quadras. No mosaico abaixo (figura 42), observa-se como era o espaço em seus anos iniciais, entre as décadas de 1970 e 1990:

Figura 42. Fotos da Rua do Lazer nas décadas de 1970 a 1990



(A) Década de 1970. Fonte: A Redação, 2021. (B) Década de 1980. Fonte: Museu da Imagem e Som, 2019. (C) e (D) Década de 1990. Acervo da página “Goiânia Antiga”, 2016.

Destarte, mesmo não possuindo nenhum espaço ou edificação considerados patrimônio cultural de forma oficial (em nenhuma esfera de poder), o espaço está fortemente ligado à memória dos moradores da cidade como ponto cultural e de encontro. A rua abrigou diversos locais de cultura marcados na história do bairro e da cidade, entre eles o Cine Casablanca, um dos movimentados cinemas de rua nas décadas de 1970 e 1980. Conforme reportagem especial⁵⁷ sobre o Setor Central, feita pelo jornal A Redação, o espaço “Em 2013, ficou entre as 10 finalistas na escolha da mais bela rua de Goiânia” (A REDAÇÃO, 2021). Segundo Oliveira, Morais e Silva (2021):

A região central de Goiânia, com destaque para a Rua do Lazer por estar inserida nessa localidade, pode ser definido, desde seu início, como um espaço de grande importância para a população goianiense, já que foi a partir dessa área que a cidade surgiu,

⁵⁷ A REDAÇÃO. **Rua do Lazer: eterno ponto de encontro da juventude goianiense.** Goiânia: Jornal A Redação, Coluna Joias do Centro, reportagem veiculada em 14/05/2021. Disponível em: <<https://www.aredacao.com.br/colunas/150846/rua-do-lazer-eterno-ponto-de-encontro-da-juventude-goianiense>>.

compreendida como a própria “cidade”, abrigando funções relevantes, sobretudo o comércio, e representando, também, o convívio da população (...) (OLIVEIRA, MORAIS E SILVA, 2021, p. 16)

Esse movimento seguiu na via pelas décadas seguintes também, mesmo com o crescente número de comércios que fecharam ou prédios que deram espaço a estacionamentos. Segundo Boaventura (2015), a Rua do Lazer:

(...) possui uma intensa movimentação. O comércio de bares e restaurantes se apropriaram desta dela com suas mesas e bancos. Em dias de feiras o burburinho do comércio, o movimento das pessoas, as barracas e os bancos se misturam ocupando todo o trecho, propiciando assim uma interessante vivência. Grupos de teatros, de dança ou coletivos fotográficos, quase sempre se encontram ali para se reunirem. (BOAVENTURA, 2015, p. 106-107)

Em 2019, o espaço foi revitalizado pela Prefeitura Municipal, como parte do projeto ReViva Goiânia. A princípio, a previsão era que a obra durasse três meses, iniciando em abril de 2019. Porém, ao todo foram seis meses de obras, o que inclusive acarretou prejuízos⁵⁸ para os comerciantes locais. Segundo reportagem feita pelo Portal G1⁵⁹, os comerciantes relatam que não houve diálogo com a administração pública antes da realização das obras:

Os comerciantes contaram que a prefeitura não fez uma reunião para explicar como seriam as obras e nem para ouvir sugestões deles. “Tinha que ter mais coisas de serviço, como um Vapt Vupt, por exemplo, para atrair mais pessoas, senão só deixar bonito não adianta tanto”, disse Daniel Alves Valin. O G1 entrou em contato com a prefeitura para saber sobre a possibilidade de reunião com os lojistas e sobre que estabelecimentos serão colocados na região, mas não obteve resposta até a publicação dessa reportagem. (PORTAL G1, 2019)

Logo, volta-se à questão que permeia toda esta pesquisa: para quem é feita tal revitalização? Quem define o que é melhor ou não para um espaço na cidade? Intervir em um espaço público sem informar a comunidade que o utiliza diariamente é uma forma de, de certa maneira, negar o direito à cidade para esses sujeitos. Como salientado por Oliveira, Moraes e Silva (2021), na Rua do Lazer:

⁵⁸ O POPULAR. **Obra deixa lojas da Rua do Lazer desertas em Goiânia**. Goiânia: Jornal O Popular, reportagem veiculada em 30/07/2019. Disponível em: <<https://opopular.com.br/noticias/cidades/obra-deixa-lojas-da-rua-do-lazer-desertas-em-goi%C3%A2nia-1.1853343>>.

⁵⁹ PORTAL G1. **Rua do Lazer começa a ser revitalizada, mas lojistas cobram mais ações para atrair público**. Goiânia: Portal G1, reportagem veiculada em 24/04/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/04/24/rua-do-lazer-comeca-a-ser-revitalizada-mas-lojistas-cobram-mais-acoes-para-atrair-publico.ghtml>>.

(...) embora as dinâmicas do espaço tenham sido alteradas, a rua e seus sujeitos ainda são referências na área central. Ela permanece como identidade histórica e espacial para os comerciantes ligados a esse lugar, que se reconhecem, pois nela constituíram as suas trajetórias de vida (OLIVEIRA, MORAIS E SILVA, 2021, p. 16).

Como identificado por diversos estudos⁶⁰ sobre a Rua do Lazer, o espaço tem relevância e significado afetivo para os moradores e usuários do Setor Central. Nesse sentido, intervenções significativas no espaço público refletem – positiva e negativamente – na vida dos usuários, bem como em toda a dinâmica do próprio bairro. No caso em questão, as mudanças espaciais realizadas foram:

- Instalação de sistema de drenagem;
- Retirada do calçamento original e instalação de calçamento permeável;
- Projeto de paisagismo para canteiros;
- Pintura e manutenção dos postes de iluminação;
- Construção de quiosques para lanchonetes;
- Instalação de mesas e tabuleiros para a prática de jogos;
- Instalação de quatro câmeras de monitoramento 24h;
- Reforma dos becos internos das quadras, criando o Beco dos Esportes e o Beco da Cultura (onde foi inaugurado o Teatro da Companhia Carlos Moreira).

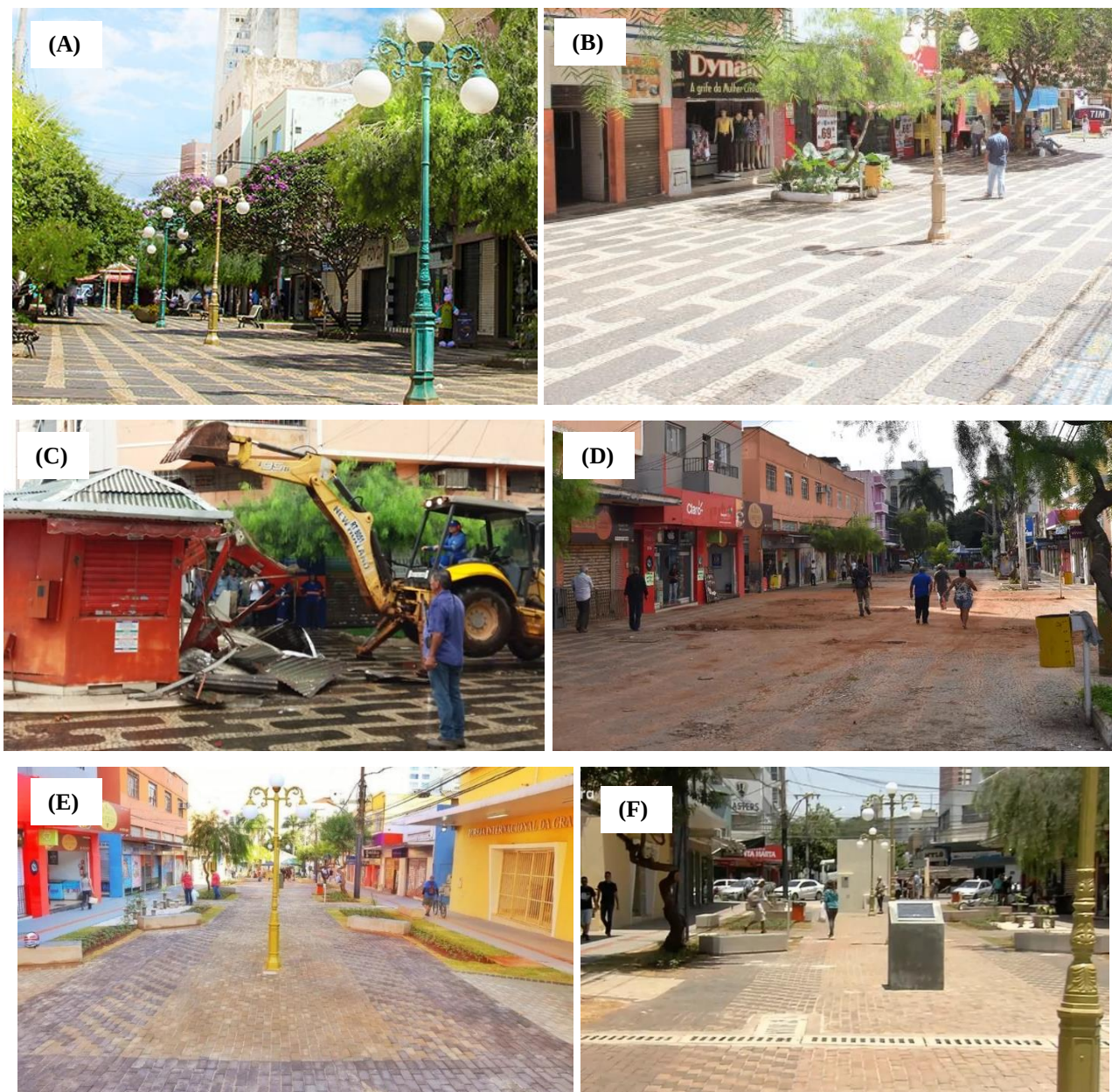
Dentre as mudanças, as que mais se destacam são a retirada do piso original (semelhante aos pisos característicos das calçadas da cidade de São Paulo) e dos bancos de madeira (que foram substituídos por bancos de concreto). No mosaico de fotografias abaixo (figura 43), pode-se observar como era a Rua do Lazer antes da revitalização e durante as obras:

⁶⁰ OLIVEIRA, J. S. de; MORAIS, J. M. de; SILVA, M. P. da. **RUA DO LAZER NO CENTRO DE GOIÂNIA: uma análise a partir do conceito de lugar**. Grajaú/MA: Revista InterEspaço, v. 07, 2021, p. 01-19. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/13588>>.

PEREIRA, D. da S. **Mapa mental do centro de Goiânia-GO: um olhar a partir das mudanças visuais do espaço geográfico**. João Pessoa/PB: Anais XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (XIV ENANPEGE virtual), 2021. Disponível em: < <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77896>>.

BOAVENTURA, C. **Encontro e memória o centro de Goiânia e o Jôquei Clube**. Goiânia: UEG, Anais do Evento Seminário Internacional de Arquitetura, Tecnologia e Projeto, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: < <https://anais.ueg.br/index.php/siarq/article/view/4610>>.

Figura 43. Rua do Lazer antes, durante e depois das obras, ano de 2019



(A) e (B) fotos da rua antes das obras, 2019. Fonte: Jornal O Popular, 2019. (C) e (D) fotos da rua durante as obras, 2019. Fonte: Portal G1, 2019. (E) e (F) fotos das obras recém inauguradas, 2019. Fonte: Jornal O Hoje, 2019.

Porém, em entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, a revitalização realizada na Rua do Lazer é citada por moradores locais como fator que trouxe “nova energia” para o espaço e que contribuiu de certa forma para segurança e utilização do espaço, como pode ser visto na fala da entrevista de Guilherme Talarico:

Mas essa revitalização aqui da Rua do Lazer, da Rua Oito também, o espaço ali embaixo. Dos barzinhos que estão abrindo ali, o cinema que resta ali na Rua Oito. Essa revitalização trouxe um novo pique, uma energia boa aqui para esta região que estava se tornando a Cracolândia de Goiânia, né. Minha mãe, por exemplo, ficou

assustada quando o pessoal começou a abordar ela em plena luz do dia, os usuários de droga. A gente sabe muito bem que esse não é um problema social exclusivo de Goiânia. Não é restringindo o acesso que a gente vai resolver, mas foi muito interessante essa revitalização da Rua Oito, e a primeira coisa que eu senti que foi importante para mudar essa situação da Cracolândia aqui nesse espaço. (Entrevistado Guilherme Talarico, 52 anos, historiador. Entrevista realizada em 07/05/2022)

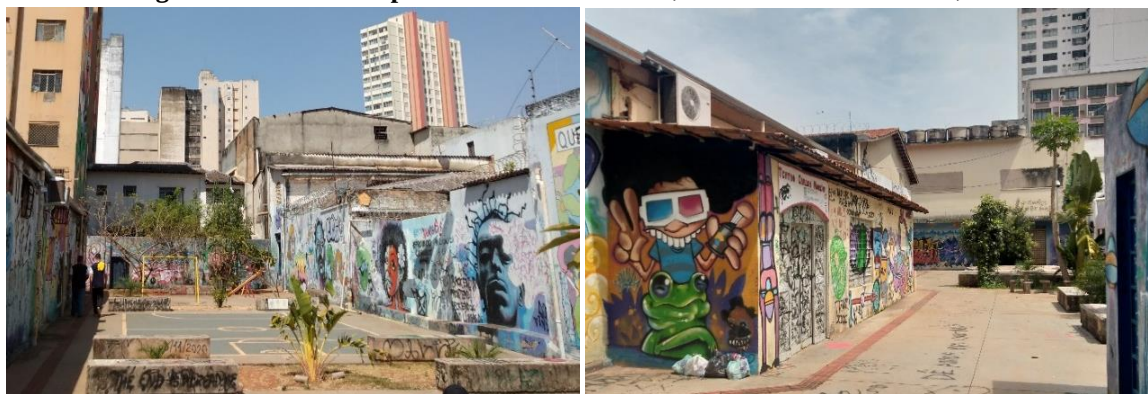
Já em visita *in loco* feita em novembro de 2022 (figuras 44 e 45), foi perceptível a falta de manutenção do espaço: bancos e postes danificados, quiosques pichados, calçamento com buracos, vegetação grande e sem poda recente, bem como a poluição visual causada por banners e propagandas fixadas nas fachadas dos prédios.

Figura 44. Visita *in loco* feita em 20 de novembro de 2022



Fonte: Jordana Gouveia, 2022.

Figura 45. Beco dos Esportes e Beco da Cultura, ambos na Rua do Lazer, 2022



Fonte: Jordana Gouveia, 2022.

A utilização do espaço para eventos e pontos comerciais, porém, é uma iniciativa privada, realizada por moradores, comerciantes e produtores culturais do bairro, como relatado pela reportagem do jornal O Hoje, em edição do dia 12/11/2021 (figura 46).

Figura 46. Reportagem do jornal O Hoje, 12/11/2021



Fonte: Jornal O Hoje, reportagem veiculada em 12/11/2022.

No caso da Rua do Lazer e do restante da Rua 08 (continuidade da via após o cruzamento com a Avenida Anhanguera), é a partir da iniciativa de comerciantes locais e produtores culturais que foi criada uma agenda de eventos (não oficial) para o espaço. Um exemplo é a feira independente “Feirou” (figura 47), que acontece a cada dois meses na Rua do Lazer:

Figura 47. Feira de produtores independentes “Feirou”, ocorrido em 07/05/2022



Foto: Jordana Gouveia, 2022.

Outro fator que atualmente tem movimentado o local e atraído novos públicos para o espaço é a presença de uma vida noturna ativa, com destaque para os bares Zé

Latinhas e Casa Liberté, da produtora Müquifu Cultural e do Cinema Cine Ritz, todos localizados na Rua 08 (figura 48).

Figura 48. Bares Zé Latinhas e Casa Liberté, ambos na Rua 08



Fonte: Acervo pessoal de Wanderley Sena, 2022.

Figura 49. Vista da Rua 08, trecho após cruzamento da Av. Anhanguera, 2022



Fonte: Jordana Gouveia, 2022.

Como resultado de uma parceria firmada entre o Zé Latinhas, a Casa Liberté e o Müquifu Cultura, foi criado o evento “Centrão” (figura 50). O evento teve sua primeira edição realizada em 2021 e atualmente acontece com certa periodicidade, intercalado com eventos inéditos, como é o caso do “Felamacumbia”, festival de música Afro-latina que em 2022 aconteceu na Rua 08.

Figura 50. Cartazes de divulgação do evento "Centrão" e do festival "Felamacumbia"



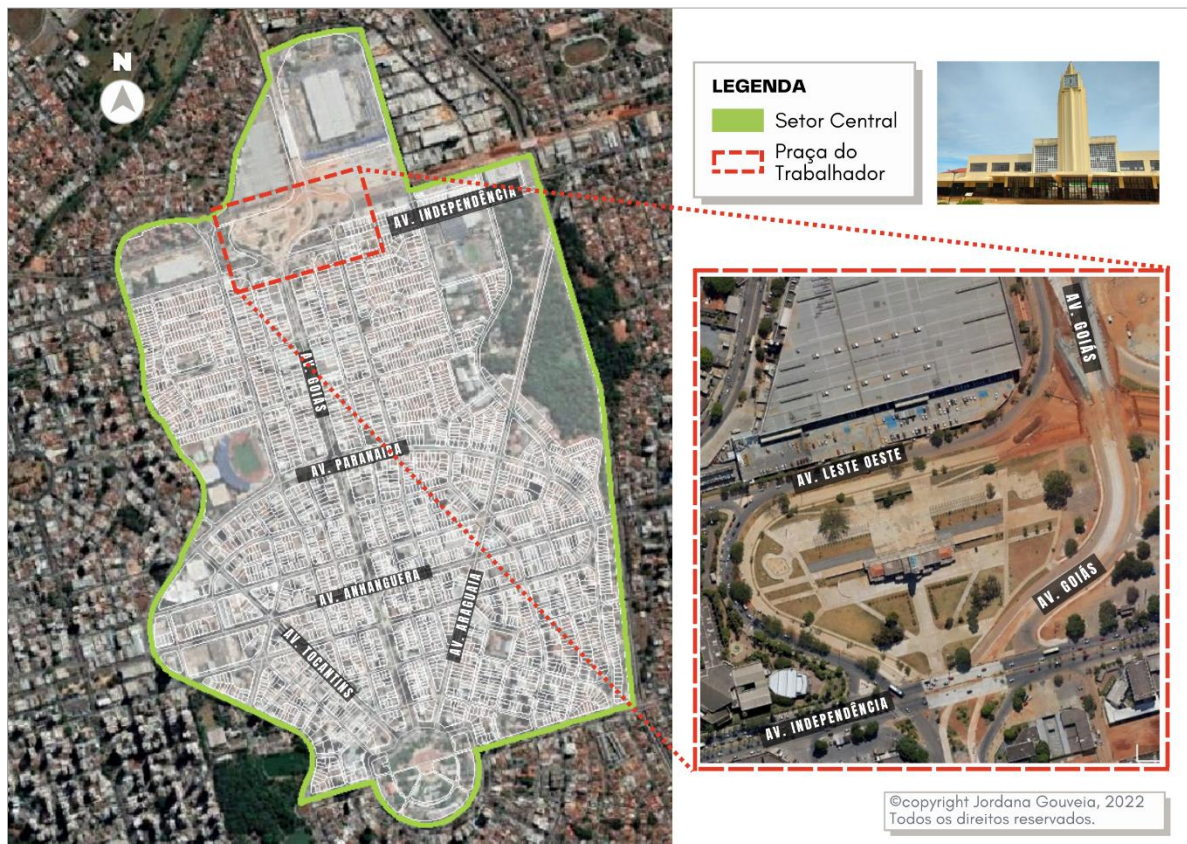
Fonte: perfil oficial do Bar Zé Latinhas, 2022.

O estudo demonstra que existem diversas referências culturais na Rua do Lazer, como é o caso das feiras de vinil, dos festivais de música, o cinema de rua, entre outros. Após a revitalização realizada em 2019 – sem um diálogo prévio com a comunidade, vale salientar –, a administração pública não criou atividades que trouxessem a população para os espaços. Todavia, atualmente através da iniciativa privada, a Rua do Lazer/Rua 08 possui um ritmo cultural significativo dentro do Setor Central. No caso da Rua 08, pode-se considerá-la um dos “novos” espaços do público alternativo e da comunidade LGBTQAP+ na cidade, que nos últimos anos vem se apropriando do bairro, por meio de comércios e instituições que optam por se instalarem no Setor Central.

2.1.6. Praça do Trabalhador e Antiga Estação Ferroviária (2019)

A Praça do Trabalhador está localizada na divisa do Setor Central e o Setor Norte Ferroviário, na área entre as avenidas Independência, Leste-Oeste e Contorno, como indicado no mapa de localização abaixo (figura 51).

Figura 51. Mapa de localização Praça do Trabalhador, Setor Central



Fonte: Imagens de satélite fornecidas pelo Google Earth. Elaborado pela autora, 2022.

A praça está localizada onde originalmente existia o Centro Ferroviário de Goiânia, inaugurado na década de 1950. Segundo Brandão (2017), o centro foi construído em uma área pública de mais de 500.000 m², doada pelo Estado de Goiás à União. (BRANDÃO, 2017, p. 90). Abaixo é possível ver toda a extensão do Centro Ferroviário (figura 52), a posição da linha férrea (em amarelo) e a área revitalizada em 2019, onde está localizado o edifício da antiga Estação Ferroviária (em vermelho):

Figura 52. Montagem mostrando o Centro Ferroviário de Goiânia e a linha férrea, 1961



Fonte: BRANDÃO, 2017, p. 90 e 106. Editado pela autora, 2022.

Segundo Brandão (2017), o complexo foi construído ao longo de três anos, composto por várias estruturas:

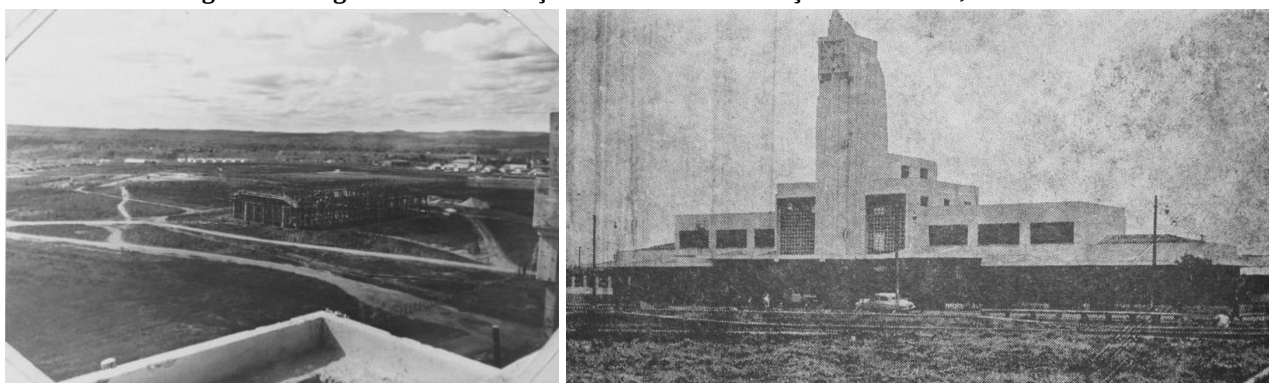
No espaço foram incorporadas algumas estruturas físicas, tais como: o mais bem equipado e eficiente Depósito de Tração (figura 26); um amplo e moderno depósito, com previsão para reparação de máquinas diesel-elétricas; montagem de uma serraria; construção de casas para engenheiros residentes; 100 casas para os ferroviários (figura 27 a 29); sedes para a Divisão de Obras e o 2º Distrito de Transporte e órgãos subordinados. Ainda, foram construídas uma Central de Telefones de Chamada Seletiva, uma Cooperativa de Consumo dos Servidores da E.F.G. – mercearia - que fornecia os mais diversos insumos para os associados por meio de desconto em folha de pagamento e uma pedreira no km 415, nos arredores da cidade, com o objetivo de sistematizar o empedramento da Via Permanente, em prolongamento para Registro do Araguaia passando por Campinas. E por fim, a ocupação e adequação do Quartel Militar (figura 30) existente para as instalações administrativas. (BRANDÃO, 2017, p. 87)

Com relação ao edifício da Estação de Goiânia (figura 53), Brandão (2017) destaca que não foi identificada uma data exata de inauguração, mas na placa oficial de identificação consta a data 11 de novembro 1952. Segundo a autora, o prédio se tornou um marco na cidade por suas características estilísticas:

Simultaneamente, a CC-7 supervisionava a construção da nova Estação Ferroviária, projetada por técnicos do DNEF e construída pela Serviente – Companhia Serviços de Engenharia, escolhida por meio

de licitação pública (FREITAS, 2006:31). As mudanças na construção da Estação Ferroviária de Goiânia resultaram num edifício com características monumentais em dois pavimentos com torre para relógio. Seu estilo art déco regia a composição, o escalonamento e a simetria com que os volumes eram distribuídos a partir de um eixo central, que se apresentava ao longo da torre do relógio (figuras 19 a 22). A edificação disposta mais a oeste do pátio de manobras, em frente ao entroncamento da Av. Independência - antiga Rua 67 - com a Av. Goiás, transformou-se no marco da cidade, sendo a Região Norte, a parte mais baixa. Tanto aqueles que chegavam como os que saíam da cidade, de trem, avistavam o centro cívico ao percorrer os olhos pelo grande boulevard da Av. Goiás. (BRANDÃO, 2017, p. 76)

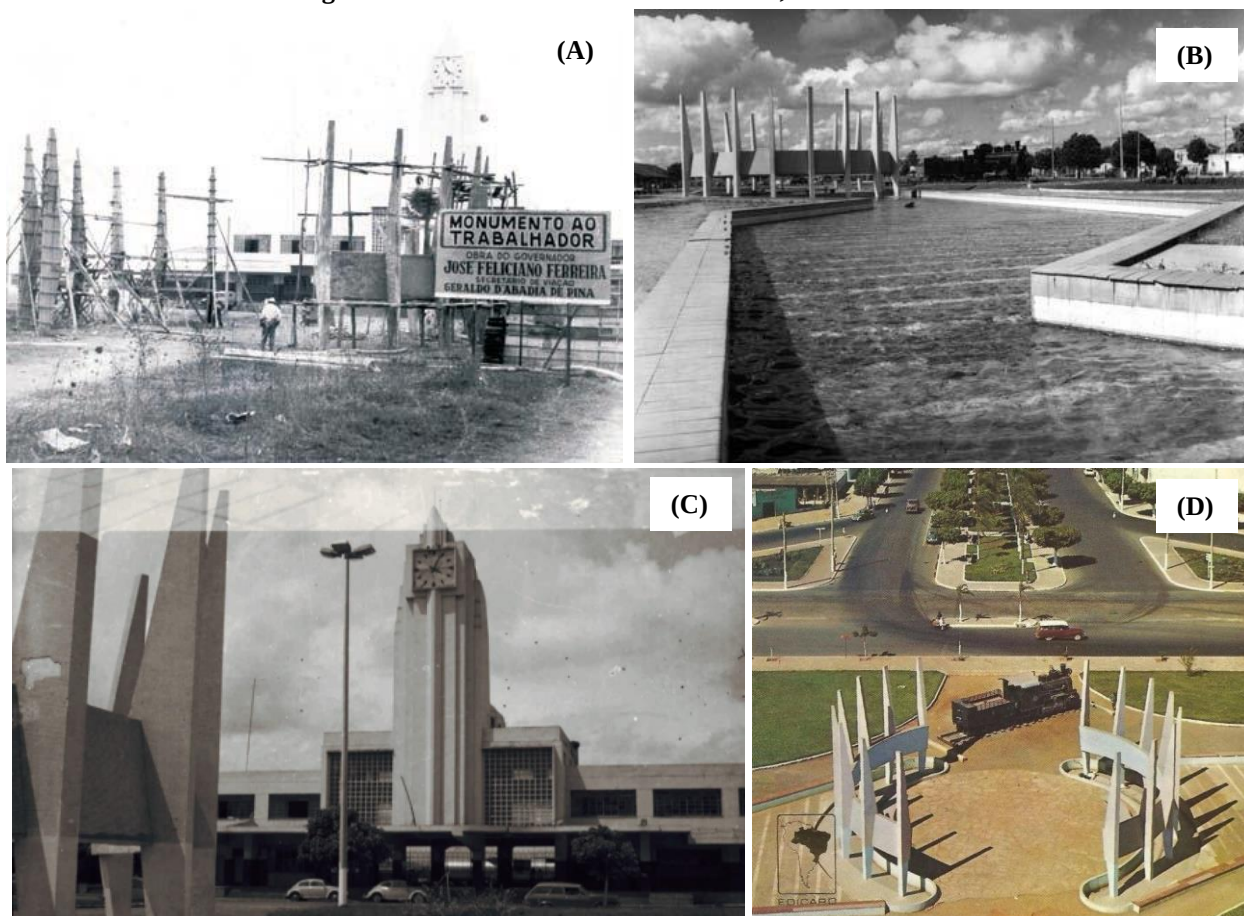
Figura 53. Registros da construção do edifício da Estação de Goiânia, 1953 e 1961



Fonte: BRANDÃO, 2017, p. 78-79.

Em 1959 foi inaugurado em frente ao prédio da Estação o Monumento dos Trabalhadores (figura 54), erguido no intuito de homenagear e representar os trabalhadores que construíam a cidade e “(...) o crescimento das lutas trabalhistas e das ideias de justiça social que entusiasmavam vastos setores da população e repercutiam no mundo político” (PERES, 2019). O monumento era composto por pilares triangulares de concreto dispostos em forma de círculo e, na parte interna, dois painéis de pastilhas intitulados “O mundo do trabalho” e “A luta dos trabalhadores” (figura 55), de autoria do artista plástico Clóvis Graciano.

Figura 54. Monumento aos Trabalhadores, década de 1960



(A) e (B) Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia (2003). (C) Fonte: Fotografia Histórica/Cedoc TV Anhanguera. (D) Fonte: Zuhair Mohamed, 1960.

Figura 55. Detalhe dos painéis internos do Monumento aos Trabalhadores



Fonte: PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2003. Editado pela autora, 2022.

Segundo Brandão (2017), é a partir da implantação do monumento que foi criada a estrutura da praça, separando-a da área do complexo ferroviário:

Porém, ao mesmo tempo, o monumento iniciou o processo de fragmentação do espaço ocupado pela ferrovia com a implantação de uma via que contornava e isolava o arranjo formando uma pequena praça com o objetivo de permitir o acesso à estação sem transitar pelo monumento. (BRANDÃO, 2017, 106).

Dez anos depois, em 1969, segundo Peres (2019), durante a Ditadura Militar, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) atacou o Monumento ao Trabalhador, derramando piche fervido nos murais que compunham a obra e remetiam a “cenas do trabalho mecanizado e de lutas sociais como a dos chamados mártires de Chicago” (PERES, 2019). Em 1973, foi feita uma raspagem das pastilhas deterioradas dos painéis, sem plano de recuperação da obra pela gestão municipal à época (BORGES, 2017). Finalmente, em 1987, com a justificativa de uma obra de prolongamento da Avenida Anhanguera que nunca foi realizada, o monumento foi demolido⁶¹ por tratores (DIAS, 2016). Destarte, com ou sem o monumento, a Praça do Trabalhador foi (e ainda é) cenário para diversas manifestações sociais ao longo dos anos (figura 56):

Figura 56. Manifestações ocorridas na Praça do Trabalhador, 1961 e 2021



(A) Manifestação de 1º de Maio. Fonte: Habilis Consultoria. (B) Manifestação contra o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Fonte: O Popular, reportagem veiculada em 02/10/2021.

⁶¹ Sobre a destruição do Monumento aos Trabalhadores se faz necessária a reflexão sobre a retirada de monumentos de espaços públicos. No caso de monumentos e estátuas de personagens historicamente ligadas ao extermínio de povos indígenas, ao tráfico e à escravização de povos negros, à invasão de terras, ao estupro e assassinato de milhares de indivíduos ao longo dos anos, o direito à permanência no espaço público da cidade se dá, possivelmente, pelo vínculo desses símbolos ao mito fundador brasileiro (DAMATTA, 1981), sendo reproduzido por seus “descendentes” – que se identificam e se reconhecem nessa identidade tida como “heroica”. Já no caso de monumentos e estátuas representativos para os grupos lidos como subterrâneos (POLLAK, 1989), sejam eles as classes trabalhadoras, os povos indígenas, os povos negros ou outros grupos subalternizados, percebe-se que o direito à permanência no espaço público é marcado por conflitos e violências, como visto neste caso. A simples existência social desses corpos na cidade se dá de forma marcada por um cotidiano de preconceitos, dificuldades e poucas (ou nenhuma) oportunidades.

Para Peres (2019), o descaso do poder público, o abandono e os conflitos políticos-ideológicos ao longo dos anos causaram o apagamento e a consequente demolição do monumento. No mesmo sentido, Borges (2017) reitera que o apagamento do monumento e, consequentemente da praça, se deu pelo próprio contexto da cidade de Goiânia:

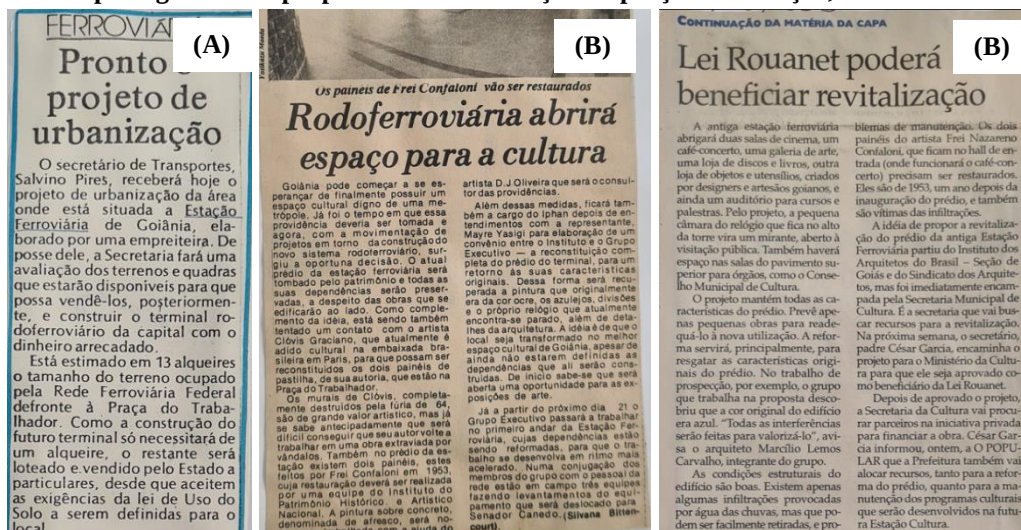
Regra geral, ações para universalizar as referências da memória em Goiânia, principalmente quando direcionadas aos moradores, resultam obscurecidas nos diferentes ciclos de política cultural da cidade. Raros são os momentos em que posturas associadas à política de memória integram eixos do programa cultural de uma gestão. Quando ocorrem, revelam-se em iniciativas intermitentes e desencaixadas do habitus dos agentes atuantes no campo cultural, aos quais sequer são disponibilizados os resultados das ações empreendidas, para conhecimento, debate e avaliação quanto a sua continuidade. Algo de promissor, que eventualmente surge numa ou noutra gestão, acaba sucumbido por força de rubricas definhadas e reduzidas a eventos pontuais com função mais de comemorar datas do calendário cívico da cidade do que de seguir propriamente um fluxograma cultural conceitualmente concebido. (BORGES, 2017, 356)

Em 2003, através do Decreto Municipal nº 1.805 é criado o Grupo de Trabalho para avaliar o resgate do Monumento dos Trabalhadores e elaboração do "Relatório Monumento ao Trabalhador - Estudos para a reconstrução"⁶². Nos anos seguintes à demolição do monumento, diversas propostas no intuito da revitalização da praça e do monumento foram elaboradas, porém a reconstrução nunca aconteceu.

As propostas de revitalização da praça e, principalmente, da antiga estação já existiam desde a década de 1980 (figura 57). Analisando reportagens da época percebe-se que o objetivo era sempre ligar o espaço a atividades culturais:

⁶² PREFEITURA DE GOIÂNIA. **Monumento ao Trabalhador – estudos para reconstrução: Relatório**. Goiânia: Decreto n. 1.805, de 24 de junho de 2003. Grupo de Trabalho, 2003. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/24171881/Relatorio-Monumento-ao-Trabalhador-Estudos-para-Reconstrucao>>. Acesso em: novembro de 2022.

Figura 57. Reportagens sobre propostas de revitalização da praça e da estação, décadas de 1980 e 1990



(A) Jornal Diário da Manhã, 20/01/1982; (B) Jornal O Popular, 13/01/1985; (C) Jornal O Popular, 26/05/1999. Fonte: Acervo pessoal de Maysa Antunes, 2022.

Tendo sido tombada como patrimônio cultural em 2003 pelo IPHAN, em 2013 a Estação foi pleiteada pelo PAC-Cidades Históricas para receber recursos para uma revitalização. Todavia, apenas em 2016 começaram conversas entre a prefeitura municipal e o IPHAN para uma revitalização da praça e da estação. A primeira audiência pública referente revitalização da praça ocorreu em 20/04/2016 na Câmara Municipal, na qual participaram

(...) representantes da PUC-GO, Universidade Federal de Goiás (UFG), Agência Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Cultura e de Direitos Humanos, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-GO), Associação dos Anistiados pela Cidadania e Direitos Humanos de Goiás (Anigo), Central Única dos Trabalhadores de Goiás, Força Sindical e diversos sindicatos, como o dos Arquitetos e Urbanistas do Estado de Goiás, entre outras entidades. (ALCANTARA, 2016)⁶³

No ano seguinte, em 01/12/2017, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou um inquérito civil⁶⁴ para apurar as ações e omissões ilícitas do município quanto ao estado de conservação e uso do prédio. Dias depois, 13/12/2017, a prefeitura e o IPHAN assinaram a ordem de serviço para início da obra de restauração da antiga Estação

⁶³ ALCANTARA, Q. **Audiência hoje vai discutir revitalização da praça do Trabalhador**. Goiânia: Sala de Imprensa – Prefeitura Municipal de Goiânia. Disponível em: <<https://www.goiania.go.leg.br/sala-de-imprensa/noticias/audiencia-hoje-vai-discutir-revitalizacao-da-praca-do-trabalhador>>.

⁶⁴ MAIS GOIÁS. **MPF investiga ações ilícitas da prefeitura em relação à Estação Ferroviária**. Goiânia: Portal Mais Goiás, reportagem veiculada em 05/12/2017. Disponível em: <<https://www.maisgoias.com.br/cidades/mpf-investiga-acoes-ilicitas-da-prefeitura-em-relacao-a-estacao-ferroviaria/>>.

Ferroviária, que previa um orçamento de R\$ 5,87 milhões, financiados através do PAC-Cidades Históricas. A ordem descrevia os serviços a serem realizados:

(...) será feito o detalhamento do projeto executivo da obra e iniciada a série de intervenções que visa a restauração do edifício, a fim de atender o programa de necessidades proposto pela Secretaria Municipal de Cultura; além da restauração dos dois afrescos de Frei Nazareno Confaloni; e a requalificação de toda a área envoltória, que inclui serviços de paisagismo e implantação de equipamentos urbanos. (IPHAN, 2017)⁶⁵

O projeto elaborado foi apresentado à imprensa em 18/01/2018⁶⁶. As obras foram iniciadas no mesmo ano, começando pela restauração dos murais internos da Estação, de autoria do artista plástico Frei Nazareno Confaloni. Segundo a Construtora Biapó, contratada pelo IPHAN, as obras tiveram duração de dezessete meses – de dezembro de 2018 a maio de 2018. O restauro compreendeu os seguintes itens:

As intervenções realizadas abrangeram a revitalização completa da edificação, incluindo reconstituição dos azulejos da fachada, pisos e cobertura. Três elementos icônicos da edificação ganharam destaque: a locomotiva Maria Fumaça, que após ser recuperada foi devolvida para seu lugar original, na plataforma de embarque; o relógio da torre, que também foi recuperado; e os dois painéis pintados em 1953 por Frei Confaloni – um marco das artes plásticas em Goiás e introdutor do modernismo – foram totalmente restaurados. As paredes, esquadrias e gradis restaurados e pintados, e foi instalada nova sinalização, internamente e também na área externa. A edificação recebeu novas instalações elétricas e hidráulicas, bem como instalação de aparelhos de climatização e de sistema de proteção contra descargas atmosféricas.

A obra permitiu ainda a requalificação urbana da Praça do Trabalhador, cujo espaço e história se confundem com a edificação da antiga estação, que recebeu nova pavimentação, paisagismo, iluminação e mobiliário, criando mais um espaço de convivência para população. (CONSTRUTORA BIAPÓ)⁶⁷

Porém, o que de fato foi revitalizado foi o edifício da antiga estação e o pedaço da praça no qual está inserido – toda a área que contempla a Praça do Trabalhador ainda

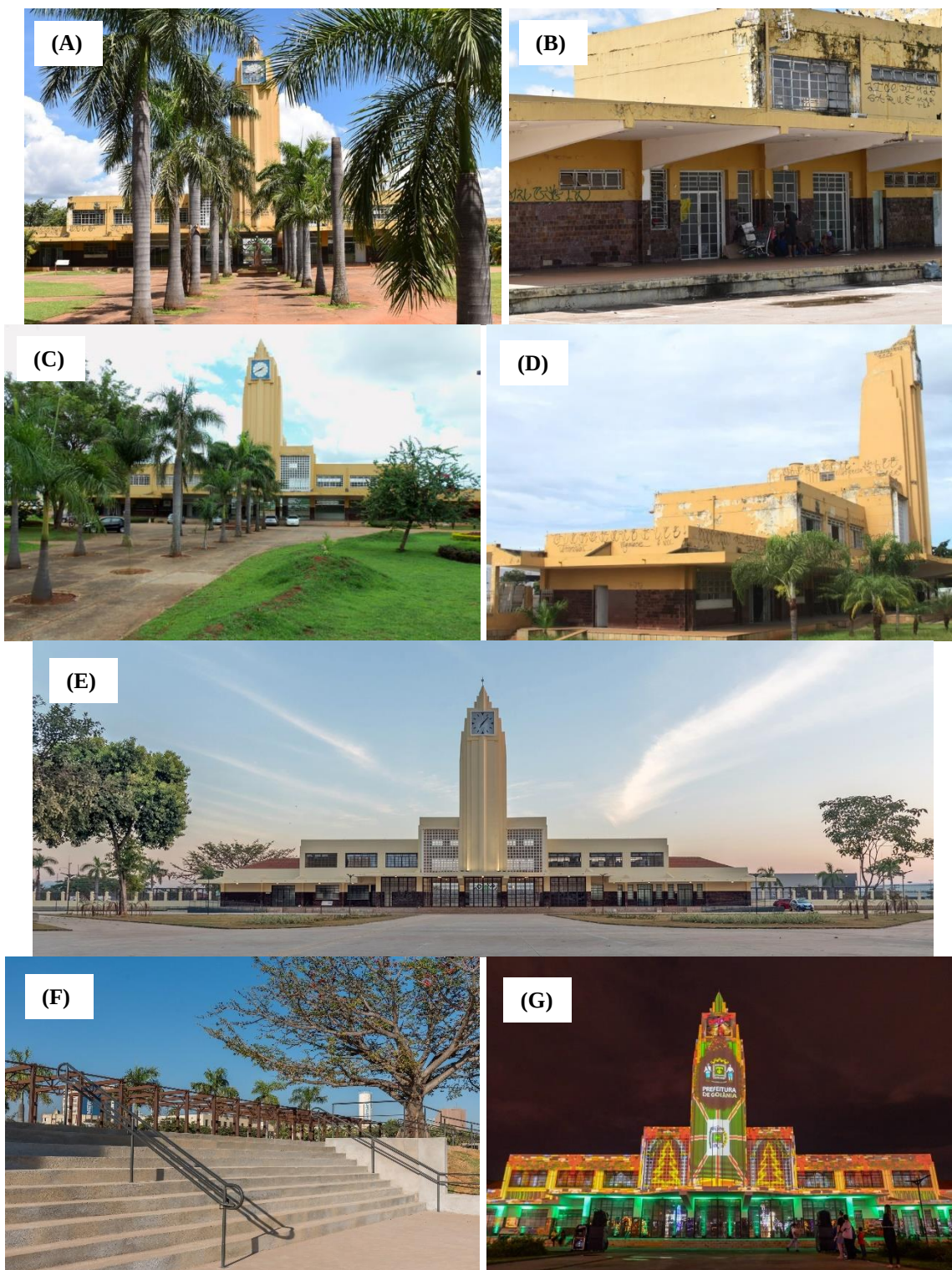
⁶⁵ IPHAN. **Assinada ordem de serviço para restauração da Estação Ferroviária de Goiânia (GO)**. Brasil: Assessoria de Comunicação Iphan, 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pac/noticias/detalhes/4490/assinada-ordem-de-servico-para-restauracao-da-estacao-ferroviaria-de-goiania-go>>.

⁶⁶ O HOJE. **Nova Estação Ferroviária de Goiânia terá plano apresentado nesta quinta (18)**. Goiânia: Jornal O Hoje, reportagem veiculada em 18/01/2018. Disponível em: <<https://ohoje.com/noticia/cidade/s/n/143766/t/nova-estacao-ferroviaria-de-goiania-tera-plano-apresentado-nesta-quinta-18/>>.

⁶⁷ Disponível em: <<https://biapo.institutobiapo.com.br/portfolio-item/estacao-ferroviaria-de-goiania/>>.

se encontra em obras, atualmente (2022). As fotografias abaixo (figura 58) mostram como era e como ficou a Estação Ferroviária e seu entorno após a revitalização de 2019:

Figura 58. Praça do Trabalhador antes, durante e depois das obras, ano de 2019



(A) e (B) fotos antiga estação antes das obras, 2018. Fonte: Jornal O Popular, 2018.

(C) e (D) fotos antiga estação antes das obras, 2018. Fonte: Jornal O Hoje, 2018.

(E) e (F) fotos após obra finalizada, 2019. Fonte: Construtora Biapó.

(G) “Projeção Mapeada de Natal” realizado pela prefeitura, 2021. Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia, 2021.

Porém, até o presente momento apenas a região do entorno imediato da Estação Ferroviária foi inaugurada em 2019, o restante da praça segue em obras. O espaço revitalizado e o espaço ainda em obras não se conectam fisicamente, tendo em vista que a topografia do terreno não foi trabalhada de modo a integrá-los: em visita *in loco* realizada em 2022, constatou-se que a porção da praça onde fica a Estação Ferroviária não possui ponto de desembarque de transporte coletivo, tampouco local para estacionamento de carros. Para acessá-la pelos fundos do prédio, uma escadaria é um obstáculo inicial para PCD, pessoas com mobilidade reduzida e idosos. (figura 59):

Figura 59. Vista dos fundos da Praça do Trabalhador (Avenida Leste-Oeste), 2022



Fonte: Jordana Gouveia, 2022.

Na visita realizada constatou-se que, semelhante a outros espaços revitalizados na capital, passados apenas quatro anos após a entrega da revitalização, a praça carece de manutenção, limpeza, bem como voltou a ser abrigo para pessoas em situação de rua. Do mesmo modo, o prédio da antiga estação também já apresenta danos patológicos em sua estrutura (figura 60).

Figura 60. Vistas da Praça do Trabalhador, 2022



Fonte: Jordana Gouveia, 2022.

Atualmente, o prédio é o Centro Cultural Estação Cultura, e abriga o Museu Frei Confaloni e uma unidade do Atende Fácil (central de relacionamento presencial com a prefeitura municipal). Na visita *in loco* feita no museu observou-se que o prédio também carece de manutenção, limpeza e, sobretudo, de uma melhor estrutura (mobiliários, sinalização visual etc.) e apoio para que os funcionários possam trabalhar (figura 61):

Figura 61. Espaços internos do Museu Frei Confaloni, 2022



(A) vista da recepção do museu; (B) único mapa tátil para deficientes visuais existente no museu; (C) vista da Galeria Canfaloni e do acervo permanente; (D) uma das janelas danificadas existentes (2º andar); (E) e (F) vista da torre do relógio e antecâmara (espaço vazio atualmente), onde foram identificados trincados no vidro do relógio, presença de mofo no teto e paredes; não foi identificada nenhuma sinalização visual e/ou tátil (exceto placas improvisadas em papel A4). Fonte: Jordana Gouveia, 2022.

Destacam-se as iniciativas da Secult e da diretoria do museu em promover eventos, exposições, visitas escolares entre outras atividades, que são divulgadas no perfil oficial “@museufreiconfaloni” no Instagram e vem atraindo novos públicos para o espaço.

Porém, como visto no caso da Praça Cívica, a revitalização foi uma obra pontual e pouco conectada ao entorno e aos sujeitos que se apropriam daqueles espaços no dia a dia: a praça está localizada nas proximidades da Câmara Municipal e do Terminal Rodoviário de Goiânia. No mesmo espaço ainda está instalada a Feira Hippie, a Feira da Madrugada e as lojas da Rua 44, um polo comercial que atrai clientes de todo

o país. Para o entrevistado Alexandre Perini, todavia, a revitalização da praça a separou em dois espaços:

Mas, assim, do Centro, o mais bravo que estão fazendo, por exemplo é a reforma da Estação Ferroviária. Ficou boa, né? Aí já trataram de mudar o nome da praça. Não é mais Praça do Trabalhador. Praça da Antiga Estação Ferroviária. Não querem colocar que é Praça do Trabalhador. O monumento nem existe mais...

O que eu acho negativo é essa história do estacionamento na Praça do Trabalhador, porque, se você perceber, ali, grandes forças de incorporação estão agitando, né? Você pega aquele quarteirão lá, onde tem a sopa; se você perceber, ele está todo vazio, tem uma outra loja só. Ele está prestes a uma hora, evaporar dali. E virar alguma coisa muito grande, né. Como alguma região da 44 ali, né? (Entrevistado Alexandre Perini, 50 anos, arquiteto. Entrevista realizada em 12/05/2022)

A questão dos feirantes em Goiânia é muito complexa. Eles sempre são movidos de um canto para outro no Centro e em outros bairro com os projetos de intervenção urbana, como se pudessem se “rearranjar” para onde quer que forem.

O conflito entre os feirantes e a administração municipal se arrasta desde a década de 2000, quando a Feira Hippie deixou de ser realizada na Praça Cívica e na Avenida Goiás e foi realocada para a área do antigo Centro Ferroviário. Por exemplo, os camelódromos antigos e os vendedores ambulantes da Avenida Goiás foram levados para o Mercado Aberto da Paranaíba, inaugurado em 2003. Todavia, por ficarem totalmente desarticulados da Região da 44, que cresceu absurdamente, o comércio lá se tornou insustentável e vem diminuindo bastante nos últimos anos.

Em 2019, após a inauguração do espaço da estação ferroviária, as obras no restante da Praça do Trabalhador continuaram, porém sem que informações fossem dadas aos feirantes locais, como pode ser visto nas reportagens abaixo (figura 62), feitas pelo Jornal Opção:

Figura 62. Reportagens veiculadas pelo Jornal Opção, veiculadas entre março e maio de 2019



Fonte: Jornal Opção, 2019⁶⁸.

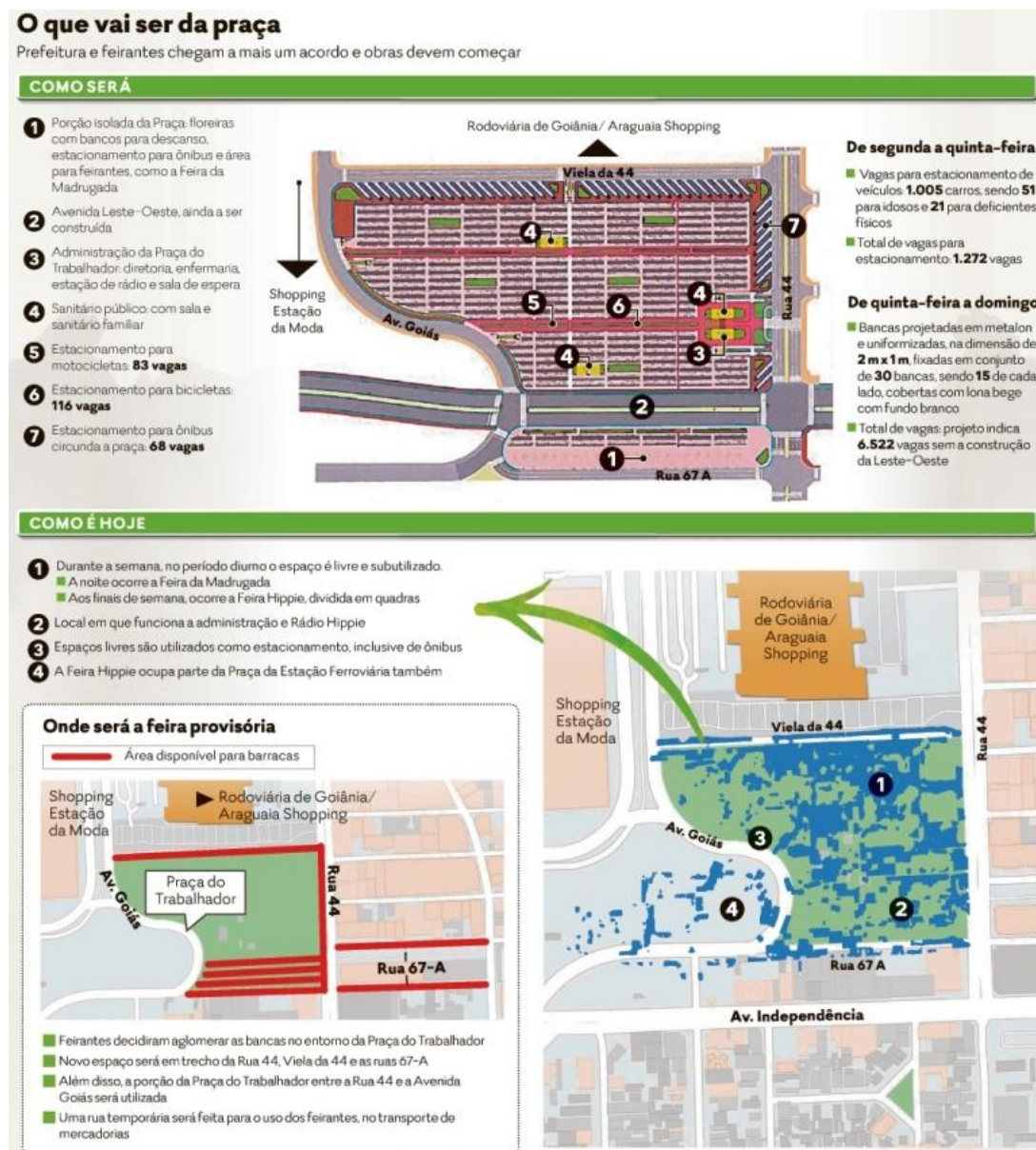
⁶⁸ JORNAL OPÇÃO. **Feirantes da Praça do Trabalhador cobram informações da prefeitura sobre reforma no local.** Goiânia: Jornal Opção, reportagem veiculada em 19/03/2019. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/feirantes-da-praca-do-trabalhador-cobram-informacoes-da-prefeitura-sobre-reforma-no-local-171937/>>.

_____. **Proposta de revitalização da Praça do Trabalhador não atende anseios dos feirantes.** Goiânia: Jornal Opção, reportagem veiculada em 22/05/2019. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/proposta-de-revitalizacao-da-praca-do-trabalhador-nao-atende-anseios-dos-feirantes-186052/>>.

_____. **Feirantes pedem que revitalização da Praça do Trabalhador fique para janeiro.** Goiânia: Jornal Opção, reportagem veiculada em 27/05/2019. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/feirantes-pedem-que-revitalizacao-da-praca-do-trabalhador-fique-para-janeiro-186859/>>.

Com a reforma de 2018-2019 o espaço foi mais uma vez fragmentado, criando-se duas praças: uma “Praça da Estação” (o espaço revitalizado) e uma “Praça do Trabalhadores” (onde acontece o comércio popular e a Feira Hippie). De mesmo modo, o projeto elaborado e apresentado pela prefeitura para o restante da praça, também não se conecta com o entorno da estação, lidando com os dois lados da Praça do Trabalhador como se, de fato, fossem duas praças independentes (figura 63):

Figura 63. Projeto apresentado pela prefeitura para a Praça do Trabalhador



Fonte: Jornal O Popular, 2021⁶⁹.

⁶⁹ O POPULAR. **Praça do Trabalhador em Goiânia deve ficar pronta em outubro.** Goiânia: Jornal O Popular, reportagem veiculada em 28/07/2021. Disponível em: < <https://opopular.com.br/noticias/cidades/praca-do-trabalhador-em-goiania-deve-ficar-pronta-em-outubro-1.2292431>>.

Na imagem abaixo (figura 64), é perceptível a fragmentação do espaço da praça em duas novas praças que não se conectam:

Figura 64. Mapa de localização Praça do Trabalhador, Feira Hippie e Região da 44, Setor Central



Fonte: Imagens de satélite fornecidas pelo Google Earth. Elaborado pela autora, 2022.

Essa fragmentação do espaço corrobora para criar fronteiras – espaciais e simbólicas. Conforme afirmado por Silva *apud* Borela (2010):

(...) fronteiras são exterioridades, resultados expressivos. Nela imperam figuras, imagens, tipos (...) Fronteiras são lugares de deslizamento, alianças, bifurcações e substituições que preparam o reconhecimento e a necessidade de limites. (SILVA *apud* BORELA, 2010, p. 50)

As fronteiras existentes entre as duas praças – a praça da Estação *versus* a praça dos Trabalhadores – para além dos limites já impostos pelo próprio terreno, se tornam também simbólicas pois é possível perceber uma valorização do patrimônio material em art déco, porém com uma defasagem quanto a manutenção e estrutura para atividades; em contrapartida, do outro lado um entrave com o comércio e a cultura de feiras populares, representada pela Feira Hippie e a Região da 44. A praça da Estação recebe eventos artísticos, apresentações da Orquestra Sinfônica, decorações em época natalina etc., enquanto a praça dos Trabalhadores segue aguardando a finalização das

obras (adiadas novamente em dezembro de 2022), e condições dignas para os feirantes possam trabalhar.

Destarte, a Feira Hippie tem um caráter singular para a identidade goianiense, sendo um espaço conhecido nacionalmente, estando presente também na memória dos goianienses. Além disso, a Praça do Trabalhador é lócus de algo que Milton Santos chama de “Circuito Inferior da Economia ” (SANTOS, 1979)⁷⁰. Segundo Salvador (2012)⁷¹, existem dois circuitos de economia: o Circuito Superior da Economia é representado pelos bancos, grandes lojas e redes de supermercados, a indústria de exportação, atacadistas e transportadoras; já o Circuito Inferior da Economia é composto por atividades de pequena dimensão, geralmente pelas populações pobres, pelo comércio local bem enraizado e que mantém relações privilegiadas com sua região. Para Santos (1979):

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS, 1979, p. 29).

Do mesmo modo, a Feira Hippie segue até os dias atuais movimentando o capital e servindo como fonte de renda para milhares de famílias de classes menos favorecidas, como visto nas reportagens citadas acima. Para além da falta de articulação entre os dois espaços – as duas praças –, vale ressaltar que a praça possui um sentido simbólico como espaço de luta, de resistência, de apropriação da urbe, um lugar, de fato, territorializado pelas camadas mais populares por meio da força de trabalho e do consumo. Os trabalhadores, que ali resistem, ressignificam suas estratégias de sobrevivência, fortalecem sua memória e vivem intensamente o centro de Goiânia com todas as suas contradições e relações antagônicas, contrariando todos os discursos de

⁷⁰ SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Coleção Ciências Sociais, 1979.

⁷¹ SALVADOR, D. S. de O. **Espaço geográfico e circuito inferior da economia urbana**. Fortaleza: Mercator - Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC, vol. 11, núm. 25, mayo-agosto, 2012, pp. 47-58. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273624812004>

que o “Centro morreu”, o “Centro foi abandonado” etc. e legitimando-o como lugar de memória e de ativação popular dos espaços públicos.

2.1. O patrimônio na legislação: os instrumentos de amparo ao patrimônio cultural goianiense ao longo dos anos

O estilo arquitetônico das edificações e do traçado urbano escolhidos para Goiânia, quando da realização do seu projeto original – na década de 1930 –, para além de um caráter estético e técnico, ligavam-se também ao discurso vigente no período. Segundo Lopes (2018):

A história dessa cidade esteve marcada desde a sua fundação (1937) por uma ideia específica de patrimônio cultural, ou melhor, uma concepção sobre ele, produzida no contexto dos anos 1930, no governo Vargas, sob influência de intelectuais modernistas e no contexto de criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Portanto, predominando, a partir de então, uma noção de patrimônio histórico e artístico nacional vinculada à ideia de fatos memoráveis da história do Brasil (LOPES, 2018, p. 276)

Em 2022, Maysa Antunes, arquiteta e mestre em História pelo PROMEP/UEG, em sua pesquisa de mestrado intitulada “*Conteúdos para a Difusão do Patrimônio Cultural Goianiense nas Mídias Digitais*” (ANTUNES, 2022), elaborou um relatório a respeito de toda a legislação referentes ao patrimônio cultural na cidade de Goiânia, desde sua inauguração até os dias atuais. Esse rico estudo foi utilizado como fonte de pesquisa para a análise da legislação do Setor Central e constitui importante pesquisa acadêmica no âmbito do Patrimônio Cultural e da História para a cidade.

Como salientado no Capítulo I e conforme Antunes (2022), é na década de 1970 que “tem início uma preocupação com a ‘falta de cuidado com a memória do município’. Ou, em outros termos, uma reescrita de partes importantes da história da cidade, destacando-se a descaracterização de alguns locais pertinentes à sua configuração original.” (ANTUNES, 2022, p. 40). Segundo a autora, em 1975 tem-se o primeiro registro de “(...) tentativa referente à lei jurídica para proteger um bem cultural na cidade”, que se tratou da solicitação frustrada de tombamento do Museu Zoroastro Artiaga, “primeiro museu goiano e da cidade criado em 1946”, junto ao IPHAN (ANTUNES, 2022, p. 49).

Já na década de 1980, é registrada nova tentativa de preservação patrimonial legal, dessa vez na esfera estadual, por meio do Conselho Estadual de Cultura: segundo

Antunes (2022), o então conselheiro José Mendonça Teles solicitou em um relatório técnico o tombamento de diversos bens culturais na cidade, sendo eles: o conjunto arquitetônico da Praça Cívica; o prédio do Grande Hotel; o Relógio da Avenida Goiás; o Liceu de Goiânia; o Teatro Goiânia; o prédio da Justiça Federal; o Lago das Rosas; a Casa de Pedro Ludovico Teixeira; o Colégio Ateneu Dom Bosco; a Estação Ferroviária; o prédio do antigo Grupo Escolar “Modelo”; a Igreja do Sagrado Coração de Maria; a Igreja do antigo Seminário dos Padres Redentoristas; a Sede do Fórum e da Prefeitura Municipal de Campinas; e o prédio da Escola Técnica Federal de Goiânia (ANTUNES, 2022, p. 50).

Após a solicitação de Mendonça Teles, em 1982 efetivou-se o tombamento dos bens listados, com base na Lei Estadual Nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, que conforme Antunes (2022), se trata da “primeira lei de proteção dos bens culturais de Goiás elaborada por José Mendonça (...). Posteriormente foi criado o Decreto Nº 4.943, de 31 de agosto de 1998” (ANTUNES, 2022, p. 52).

Na década de 1990, tem-se o início do amparo legal quanto ao patrimônio cultural de Goiânia na esfera municipal (ANTUNES, 2022), por meio da Lei Nº 6.962 de 21 de maio de 1991, que discorria sobre o tombamento de diversos bens materiais. Sobre essa legislação, segundo Antunes (2022), é possível notar “a relação entre ‘relevância histórica’ e ‘características arquitetônicas originais, na definição legal do que seja considerado um bem cultural, no âmbito municipal” (ANTUNES, 2022, p. 63). Os bens tombados foram:

Art. 1º São considerados bens culturais do Município de Goiânia, de relevância histórica, não podendo ser alteradas as suas características arquitetônicas originais, o *Coreto da Praça Cívica*, a Igreja Coração de Maria, a Capela São José (Vila São José), o antigo Convento dos Padres Redentoristas (Campinas), o Cruzeiro da Praça Germano Roriz, a fachada da Igreja Catedral, o *antigo prédio da Estação Ferroviária*, o *Grande Hotel (Av. Goiás)*, a *estátua de Bartolomeu Bueno da Silva (Praça do Bandeirante)*, o *monumento às Três Raças (Praça Cívica)*, o túmulo da família do fundador da cidade, Doutor Pedro Ludovico Texeira (Cemitério Santana) e o *Palácio das Esmeraldas*. (GOIÂNIA, 1991, grifo nosso)

Na sequência, em 1992, é criado o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Goiânia através da Lei Nº 7.164, de 14 de dezembro, sendo o novo conselho parte integrante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, atual SECULT.

Já em 1994 tem-se o tombamento municipal das áreas verdes pioneiras da cidade – Bosque Botafogo, Jardim Botânico, Cabeceira do Areião, Bosque dos Buritis e Parque Zoológico de Goiânia/Lago das Rosas – por meio do Decreto Nº 2.109, de 13 de setembro de 1994 (ANTUNES, 2022). O interesse pelo tombamento das áreas verdes, nesse período, se deu como tentativa de ligar a imagem de Goiânia a discursos de “cidade sustentável”, “cidade saudável” e “cidade florida”, no intuito de sobrepor a imagem negativa deixada como marca após o Acidente do Césio 137 (ocorrido no final da década de 1980).

Na esfera estadual, por meio do Decreto Nº 4.943, de 31 de agosto de 1998, ocorre o tombamento de diversos bens culturais: “o Centro Cultural Martim Cererê, Capela Nossa Senhora das Graças, Centro Cultural Gustav Ritter (antiga residência dos Padres Redentoristas), Academia Goiana de Letras, dois murais de Frei Confaloni (situados dentro do prédio da antiga Estação Ferroviária), Praça do Trabalhador e os antigos prédios do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e Chefatura de Polícia” (ANTUNES, 2022, p. 60).

Nos anos 2000, no âmbito municipal, foram tombados como patrimônio: a Casa da Cultura Dr. Altamiro Moura Pacheco⁷², localizada na Avenida Araguaia; a Casa de Venerando de Freitas Borges⁷³, primeiro prefeito de Goiânia, localizada na Rua 01; o Mercado Popular Municipal⁷⁴, localizado na Rua 74; e o prédio sede do IBGE⁷⁵ – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, localizado na Avenida Tocantins (ANTUNES, 2022).

Na esfera federal, em 18 de novembro de 2003, o núcleo pioneiro foi tombado pelo IPHAN através da Portaria Nº 507, que estabeleceu como patrimônio vinte e um bens edificadas e o traçado urbano dos núcleos pioneiros dos bairros Setor Central e Campinas (IPHAN, 2003). Conforme informado pela Agência Municipal de Turismo Eventos e Lazer (Agetul), no Setor Central foram considerados os seguintes bens:

- Prédio da Delegacia Fiscal (conjunto da Praça Cívica)

⁷² Decreto nº 1.866, de 10 de setembro de 1999. Diário Oficial do Município nº 2.390, de 20 de setembro de 1999.

⁷³ Decreto nº 2.289, de 30 de novembro de 1999. Diário Oficial do Município nº 2.432, de 8 de dezembro de 1999.

⁷⁴ Decreto nº 1.901, de 26 de setembro de 2000. Diário Oficial do Município nº 2.593, de 3 de outubro de 2000.

⁷⁵ Decreto nº 3.434, de 16 de outubro de 2001. Diário Oficial do Município nº 2.795, de 22 de outubro de 2001.

- Fontes Luminosas (conjunto da Praça Cívica)
- Museu Zoroastro Artiaga (conjunto da Praça Cívica)
- Obeliscos (conjunto da Praça Cívica)
- Palácio do Governo (conjunto da Praça Cívica)
- Prédio da Procuradoria-Geral do Estado (conjunto da Praça Cívica)
- Prédio da Secretaria-Geral do Estado (conjunto da Praça Cívica)
- Casa de Pedro Ludovico Teixeira
- Coreto
- Torre do relógio da Avenida Goiás
- Prédio do Fórum
- Prédio do Tribunal Eleitoral
- Prédio da antiga Escola Técnica Federal de Goiás (atual Instituto Federal de Goiás)
- Prédio da Antiga Estação Ferroviária
- Elementos arquitetônicos do Lago das Rosas
- Prédio do Colégio Lyceu de Goiânia
- Prédio do antigo Grande Hotel
- Prédio do Teatro Goiânia

Segundo Antunes (2022), é a partir do tombamento federal que surge a preocupação com o estilo Art Decó. A autora identifica em sua pesquisa que, nos anos posteriores ao tombamento pelo IPHAN, foram realizadas diversas ações de iniciativa pública e privada, cujo objetivo era “valorizar o estilo Art Decó na cidade”. Nesse sentido, uma dúvida que permanece é como, de fato, se deu a escolha do estilo como representativo da capital à época? O questionamento também é feito pela autora:

(...) percebe-se que a referência do termo Art Déco aparece pela primeira vez na Portaria Federal em 2003. O termo foi bastante citado na proposta de tombamento feita em 2002, contida no documento Goiânia Art Déco: acervo arquitetônico e urbanístico - dossiê de tombamento. Esta concepção de patrimônio, tomada em âmbito federal, traz em si conceitos e definições que precisam ser mais bem discutidos, embutindo questões, como: por que o patrimônio edificado neste caso é identificado com um estilo — Art Déco — e não com a originalidade da cidade? Quais edificações poderão e quais não poderão ser identificadas com o estilo, e por quê? (ANTUNES, 2022, p. 62)

Sobre tal hipótese, é possível indagar que a valorização desse estilo arquitetônico como patrimônio tendo em vista que o mesmo, na década de 1980, “passa a ser incorporado como imprescindível na construção de narrativas históricas, em um contexto que pode ser identificado como sendo após a ‘fase heroica’ do SPHAN” (ANTUNES, 2022, p. 73). Para Mahler e Silva *apud* Antunes (2022), ainda que o Art Decó fosse o estilo mais utilizado em prédios públicos no núcleo pioneiro da capital, em toda a cidade existem também significativas edificações em outros estilos arquitetônicos:

Contudo, é muito importante salientar que a memória arquitetônica de Goiânia não é restrita ao estilo Art Déco. Há um rico e variado acervo arquitetônico, identificado por Mahler e Silva (2007, p. 112), “o passeio pela Rua 20 e pelo centro urbano de Goiânia oferece uma diversidade de estilos e formas que refletem o ideário moderno. Trata-se da expressão de um monumento de grande densidade de significados para a cultura e arquitetura brasileiras”. Os autores citam outros estilos arquitetônicos do século passado, além do Art Déco: neocolonial, normando, eclético e moderno. (ANTUNES, 2022, p. 75)

Já no campo do patrimônio cultural imaterial, nota-se apenas o tombamento da gastronomia e cultura dos Pit Dogs (figura 65), ocorrida por meio da Lei Nº 20.872, de 08 de outubro de 2020 (esfera estadual) e da Lei Nº 10.634, de 08 de junho de 2021 (esfera municipal). Os Pit Dogs⁷⁶ são muito comuns não apenas no Setor Central, mas em toda a cidade e são bem característicos do cotidiano goianiense. Os Pit Dogs são típicas sanduicherias, sendo caracterizadas pela arquitetura dos quiosques e pelos sanduiches, os chamados *X-Burgers* (figura 66).:

⁷⁶ Segundo Antunes (2022), o termo “Pit dog” refere-se a “(...) os termos americanos Pit stop e Hot Dog. O primeiro termo significa “parada”, refere-se às corridas automobilísticas que aconteciam no autódromo há mais de 50 anos. No local havia trailers de vendas de lanches e o principal produto era o sanduíche chamado Hot Dog (nome de origem americana). Consequentemente, essas lanchonetes passaram a ser chamadas de Pit Dogs que significa “parada para comer um Hot Dog”. Após isso, esse termo passou a ser utilizado pelas sanduicherias implantadas nos locais públicos do Estado como praças e avenidas” (ANTUNES, 2022, p. 81).

Figura 65. Exemplos de Pit Dogs na Avenida Universitária, Goiânia (GO)



Fonte: Jordana Gouveia, 2022.

Figura 66. Exemplo de sanduiches vendidos nos Pit Dogs em Goiânia



Fonte: Jordana Gouveia, 2022.

2.2.1. Plano Diretor e legislação fiscal como ferramentas para salvaguarda do patrimônio cultural

Com relação aos planos diretores da capital, segundo Antunes (2022), a primeira menção sobre patrimônio cultural ocorreu na versão de 1992⁷⁷, que menciona “a proteção, preservação e recuperação do patrimônio histórico, artístico e cultural” (ANTUNES, 2022, p. 77). No plano diretor de 2007⁷⁸, destaca-se o “Programa de Valorização do Patrimônio Cultural”, bem como a definição de patrimônio cultural:

Integram o Patrimônio Cultural, o conjunto de bens imóveis de valor significativo, edificações isoladas ou não, *enquadradas como “Art Déco”*, os parques urbanos e naturais, as praças, os sítios e paisagens, com simbolismo cultural, assim como manifestações e práticas culturais e tradições que conferem identidade a estes espaços (GOIÂNIA, 2007, grifo nosso).

⁷⁷ Lei Complementar Nº 015, de 30 de dezembro de 1992.

⁷⁸ Lei Complementar Nº171, de 29 de maio de 2007.

Após o processo de revisão⁷⁹ deste plano diretor, iniciado em 2017, a nova versão⁸⁰ atualmente vigente no município trouxe uma nova definição quanto ao patrimônio cultural retirando-se a especificação quanto ao estilo Art Decó:

Integram o Patrimônio Cultural os bens tombados, os parques urbanos e naturais, as praças, demais áreas protegidas, os sítios e paisagens dotados de simbolismo cultural, assim como manifestações e práticas culturais e tradições que conferem identidade a estes espaços e ao povo goianiense. (GOIÂNIA, 2022)

A revisão do plano incorpora ainda o Programa de Controle e Monitoramento dos Bens Tombados e o estabelecimento de uma definição para áreas tombadas, a Área de Patrimônio Cultural (APAC), que se referem a:

Área de Patrimônio Cultural (APAC), para qual serão estabelecidas restrições e limitações urbanísticas ao uso e ocupação do solo, bem como incentivos à manutenção do bem tombado, mediante a aplicação de instrumentos urbanísticos visando a correlação das funções urbanas com a preservação dos bens de patrimônio histórico e artísticos tombados e suas áreas de entorno (GOIÂNIA, 2022).

Do mesmo modo, o novo Código Tributário do Município de Goiânia (CTM)⁸¹, aprovado em 2021 e atualizado em 2022, incorporou incentivos fiscais sobre a proteção de edificações consideradas bens culturais e as tombadas como patrimônio. A lei prevê a redução ou mesmo a isenção do pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) em casos de:

Art. 13. Para os imóveis classificados como bens culturais, será concedida isenção de 30% (trinta por cento) do IPTU. (...)
Art. 16. Para os imóveis tombados, desde que mantidas as características originais, será concedida isenção total do IPTU. (GOIÂNIA, 2022)

O novo código também prevê a isenção de IPTU por cinco anos na primeira aquisição de imóvel em prédios novos no Centro, uma vez que o bairro está localizado em um dos polos de desenvolvimento econômico da cidade, estabelecido no novo Plano Diretor. Segundo o CTM:

⁷⁹ O Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001), legislação específica referente ao planejamento urbano nas cidades brasileiras, estabelece que “a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos” (BRASIL, 2001).

⁸⁰ Lei Complementar Nº 349, de 04 de março de 2022.

⁸¹ Lei Complementar Nº 344, de 30 de setembro de 2021.

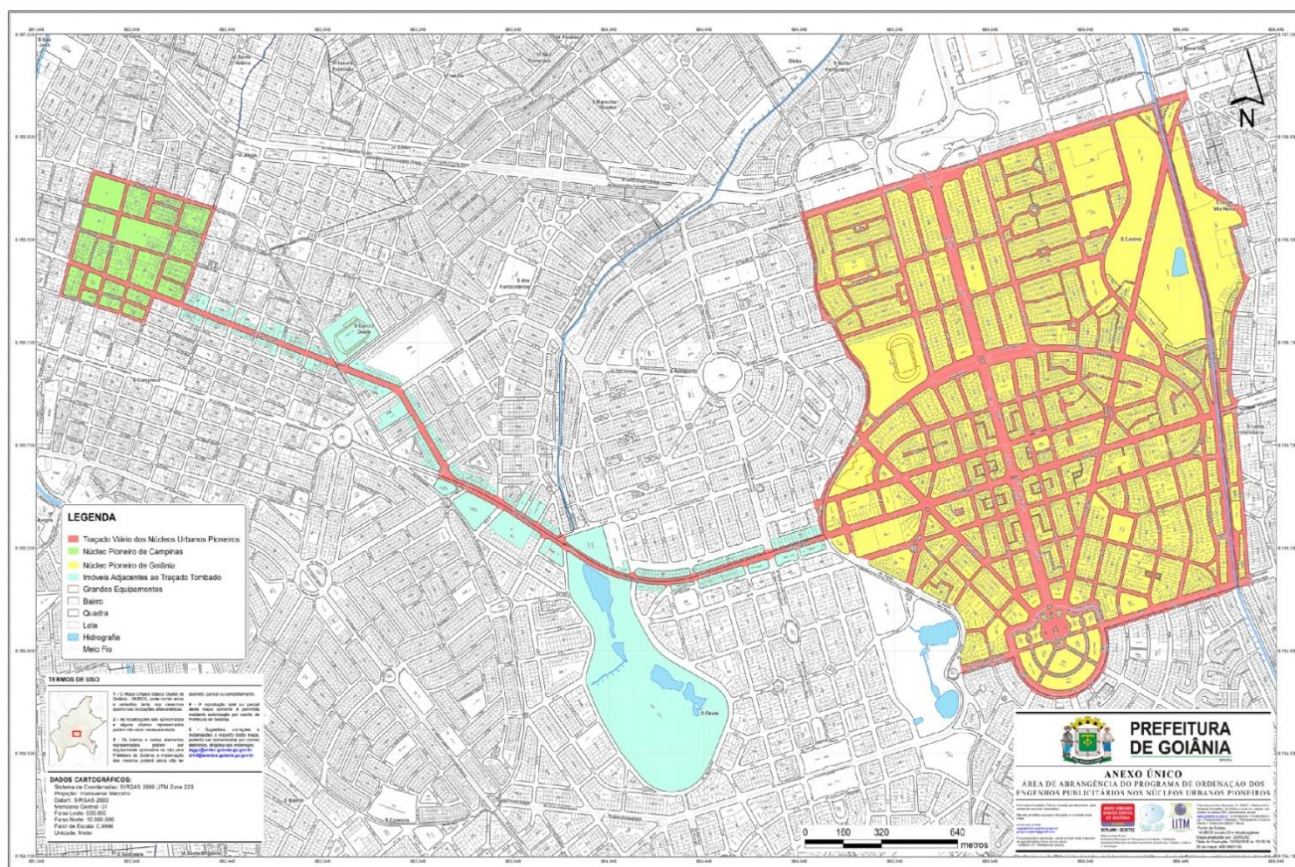
Art. 5º Para empresas estabelecidas nos Polos de Desenvolvimento Econômico deste Município, nos termos do Plano Diretor, será concedida:

I - Isenção de 30% (trinta por cento) do IPTU, no prazo de 03 (três) anos, após o início da atividade da primeira empresa do interessado implantada no respectivo polo;

II - Isenção total do ITBI na primeira aquisição de imóvel destinado à implantação do empreendimento, ficando condicionado ao prazo de 03 (três) anos para o início da atividade. (CTM, 2021)

Outra ferramenta que pode contribuir para a proteção do patrimônio no Setor Central é o Programa de Ordenação dos Engenheiros Publicitários nos Núcleos Urbanos Pioneiros de Goiânia⁸² – comumente chamado de programa Fachada Limpa. A legislação foi aprovada em 2020 e prevê parâmetros e limites para publicidade em todo o perímetro do Setor Central e bairro de Campinas, como identificado no mapa abaixo (em amarelo o Setor Central e em verde o núcleo pioneiro de Campinas):

Figura 67. Demarcação de imóveis objeto de aplicação desta Lei Complementar, integrantes do traçado tombado como patrimônio dos Núcleos Urbanos Pioneiros de Goiânia



Fonte: Prefeitura de Goiânia, 2020.

⁸² Lei Complementar Nº 326, de 03 de janeiro de 2020.

O programa estabelece ainda muitas “por metro quadrado (m²) ou fração de publicidade irregular” que vão de infrações leves, no valor de R\$500,00, até infrações gravíssimas, no valor de R\$2.000,00 (GOIÂNIA, 2020). Além das penalidades, o programa também garante incentivos aos donos de imóveis, estando previsto no CTM a isenção de pagamento do ITPU por dois anos a contribuintes que aderirem ao programa.

2.2.2. Realidade prática e utopismo: possibilidades para o patrimônio cultural no Setor Central de Goiânia

A partir do estudo da legislação referente ao patrimônio cultural da cidade de Goiânia, nota-se uma maior atenção quanto à temática do patrimônio cultural local – pelo menos por meio do novo plano diretor, do CTM e pelo programa Fachada Limpa. Todavia, mesmo existindo leis específicas, é necessário que haja a aplicação prática da legislação.

No caso do programa Fachada Limpa, por exemplo, mesmo após dois anos de aprovação da lei, pouco foi de fato realizado, como observado na reportagem publicada pelo Jornal O Popular em 13 de maio de 2022:

Dois anos e cinco meses após a sanção da lei complementar 326/2020, a chamada Lei das Fachadas, imóveis nos setores Central e Campinas de Goiânia continuam aparentando engenhos publicitários fora dos padrões. Após diversas tentativas de obter um regramento que impeça a poluição visual e a manutenção do patrimônio histórico no chamado Núcleo Pioneiro de Goiânia, comerciantes e Paço Municipal tinham chegado a um acordo em 2019 para conceder benefício fiscal aos proprietários ou locatários dos imóveis que realizassem a limpeza das fachadas e se adequassem ao projeto. No entanto, ninguém se adequou à lei e nem mesmo a Prefeitura realiza fiscalização para o cumprimento. (ABREU, 2022)⁸³

Conforme apresentado anteriormente, no caso do Setor Central de Goiânia há interesse quanto à preservação do patrimônio cultural material, seja por meio das reiteradas intervenções urbanísticas de revitalização e/ou requalificação ao longo dos anos, seja através do tombamento de edificações em estilo Art Decó e de alguns espaços históricos. Todavia, a utilização dos instrumentos legais de salvaguarda do patrimônio cultural na cidade restringe-se, muitas vezes, ao caráter estilístico e a imóveis públicos.

⁸³ ABREU V. **Lei das fachadas em Goiânia fica só no papel**. Goiânia: Jornal O Popular, reportagem veiculada em 13/05/2022. Disponível em: <<https://opopular.com.br/noticias/cidades/lei-das-fachadas-em-goi%C3%A2nia-fica-s%C3%B3-no-papel-1.2455386>>. Acesso em: setembro/2022.

No ano de 2020 a Prefeitura de Goiânia realizou uma audiência pública para avaliar o possível tombamento de cerca de 640 imóveis particulares. A solicitação inicial foi feita pelo Ministério Público (MP-GO) em 2011 e o processo se estende até os dias atuais:

A lista final usada pela Secult é resultado de uma ação do Ministério Público, de 2015, e outra da Justiça, de 2013. O levantamento dos imóveis da última foi feito à época pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (SEPLANH) e, a primeira, foi realizada por meio de uma parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Universidade Federal de Goiás (UFG). (...) a catalogação dos imóveis fazia parte de um inventário para o conhecimento do acervo de residências com estilos arquitetônicos predominantes entre as décadas de 1930 e 1980. Para isso, foi feita a capacitação de professores, grupos de pesquisa e estagiários da UFG. (MACHADO, 2020)⁸⁴

Entretanto, os proprietários dos imóveis se mostraram desfavoráveis ao tombamento. A maioria ficou sabendo do fato quando receberam a notificação da prefeitura, não tendo sido consultados ou mesmo informados quais os ônus e benefícios de ter um imóvel considerado patrimônio cultural, como percebe-se na fala do advogado que representa os moradores:

O advogado que representa os moradores afetados pela ação do MP, Sebastião Ferreira Leite, o Juruna, questionou a falta de participação da sociedade na definição da política pública para a preservação do patrimônio histórico e falta de incentivos. “Quais os benefícios que a Prefeitura vai dar a esses proprietários? Quais as contrapartidas vão receber? Não podemos aceitar essa política do Judiciário e do Ministério Público imposta goela abaixo.” Juruna criticou o prejuízo que o acautelamento causa, devido ao tempo que levará para os imóveis serem analisados. Segundo ele, como muitos foram descaracterizados ou demolidos, eles terão seus processos arquivados. Contudo, até lá, a burocracia irá prejudicar os donos desses imóveis. (MACHADO, 2020)

Até meados de 2022 a Prefeitura, representada pela Secretaria Municipal de Cultura (Secult) de Goiânia, já havia negado o pedido de tombamento de mais de 200 imóveis constantes na lista do MP-GO. Alguns desses imóveis, inclusive, já foram demolidos e/ou modificados antes mesmo de terem seu pedido analisado:

⁸⁴ MACHADO, G. **Audiência pública debateu possível tombamento de mais de 600 imóveis em Goiânia**. Goiânia: Sala de Imprensa, Prefeitura Municipal, 2020. Disponível em: < <https://www.goiania.go.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/audiencia-publica-debateu-possivel-tombamento-de-mais-de-600-imoveis-em-goiania>>. Acesso em: setembro/2022.

Cruzamento de dados feito pelo POPULAR com base nas informações que constam no inventário, no Diário Oficial do Município e no Google Street View e em conversas com vizinhos mostram que um dos imóveis foi demolido entre 2017 e 2018 e dois tiveram a estrutura bastante alterada nos últimos anos. Há também o caso de um imóvel que está abandonado, outro que é um restaurante e um que nos últimos anos teve o muro alterado para ficar maior, escondendo o interior da propriedade, aparentemente abandonada. (LEIJOTO, 2022)⁸⁵

Nesse sentido, deve-se ampliar o leque da legislação para além do dito *patrimônio de pedra e cal* – que no caso de Goiânia podemos dizer *pedra, cal e Art Decó*. É importante, também, que os agentes públicos responsáveis considerem os projetos de leis e aprovações recentes, bem como as definições atuais de estudos sobre o patrimônio cultural, que não dicotomiza o material do imaterial, mas os trata numa perspectiva integrada, conforme Chuva (2020). É de suma importância que a comunidade participe do processo de forma ativa, desde a catalogação, definição e aprovação de bens patrimoniais. Segundo sintetiza Nito e Scifoni (2019):

Se os valores emanam dos grupos sociais, tal como esclarece Meneses (2012; 2017), por qual razão os processos de identificação continuam a se dar de forma discricionária, sem ouvir aqueles que vivem cotidianamente o patrimônio? É fundamental, na atualidade, problematizar a forma como se dão esses procedimentos de seleção e eleição, os quais passam muito longe de apreender os sentimentos e significados que os grupos sociais atribuem aos bens culturais, uma vez que não estabelecem qualquer diálogo com aqueles que são os sujeitos do patrimônio. É preciso compreender a relação existencial e de fruição social que estes grupos têm com o patrimônio e isso só será possível quando os procedimentos de identificação, seleção e eleição se abrirem ao diálogo com estes sujeitos, valorizando e incorporando os saberes empíricos, os desejos e expectativas dos grupos sociais. (NITO e SCIFONI, 2019, p. 92-93)

No campo do patrimônio imaterial, por exemplo, é louvável a iniciativa de realização do “Mapeamento da Cultura Afro-brasileira em Goiânia”, projeto lançado em 12 de agosto de 2022. O projeto se trata de um estudo acerca das referências culturais de cultura negra na cidade de Goiânia, sendo as:

expressões da cultura negra na capital, com georreferenciamento e recorte sociocultural de comunidades de Afoxés, Ternos de Congada, Catupés, Moçambiques, Escolas de Samba, Blocos Afro, Terreiros de

⁸⁵ LEIJOTO, M. **Prefeitura de Goiânia nega pedido de tombamento de 200 imóveis**. Goiânia: O Popular, reportagem veiculada em 02/05/2022. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/prefeitu___ra-de-goi%C3%A2nia-nega-pedido-de-tombamento-de-200-im%C3%B3veis-1.2448607>. Acesso em: setembro/2022.

Umbanda e Candomblé, Cultos Tradicionais, Grupos de Capoeira, Hip Hop, Entidades do Terceiro Setor, dentre outros. (SECOM, 2022)⁸⁶

O mapeamento está em andamento até o presente momento, sendo importante salientar que o projeto é resultado de parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memórias e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (PROMEP/UEG), supervisionado pelos professores doutores Marcos Torres e Ricardo Rotondano; e a Superintendência de Igualdade Racial da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas da Prefeitura de Goiânia.

No Setor Central espaços públicos (como o Mercado Central, a Rua do Lazer, o Camelódromo, a Feira Hippie, o Cine Ritz, etc.) e ainda manifestações culturais existentes (como o Chorinho no Grande Hotel, as feiras locais, a cena musical de rock e hardrock, performances artísticas, grupos teatrais, celebrações como o Encontro de Folias, entre outros) são elementos que reiteram a necessidade de analisar o contexto do patrimônio cultural local para além apenas do Art Decó. Segundo Lima (2017):

A ligação dos sujeitos com o lugar numa perspectiva de enraizamento e identidade é o que amadureceu o entendimento do que é o patrimônio e do que efetivamente resiste. E assim, tomando como referência as noções de memória e esquecimento, foi possível associar as relações de poder que envolvem o pretérito-presente da exclusão sociocultural e política do patrimônio e dos grupos. Mais do que uma análise restrita ao que restou do patrimônio histórico material na paisagem destas cidades e das ações de preservação institucional, buscamos evidenciar as relações sociais de uso dos patrimônios culturais para compreender a forma como sua apropriação por parte das populações locais constituem-se resistências às supostas ameaças ao patrimônio, a saber: a modernização do território, o uso mercadológico, ou ainda, a negligência política. (LIMA, 2017, p. 26)

Em um contexto latino-americano, ao pensar sobre a escolha de um estilo como “valeroso” em detrimento de outros que não são considerados “importantes”, como pode ser o caso do Art Decó em Goiânia, deve-se pensar como o próprio conceito de patrimônio é criado em nossa sociedade.

Como identificado por Costa (2016), os valores que englobam tal conceito advêm de preceitos estabelecidos de forma impositiva pelo norte global; para o autor,

⁸⁶ SECOM. **Rogério Cruz lança Mapeamento da Cultura Afro-brasileira em Goiânia, e destaca desenvolvimento de políticas públicas para o setor.** Goiânia: Secretaria de Comunicação - Prefeitura de Goiânia, publicado em 12/08/2022. Disponível em: < <https://www.goiania.go.gov.br/rogerio-cruz-lanca-mapeamento-da-cultura-afro-brasileira-em-goiania-e-destaca-desenvolvimento-de-politicas-publicas-para-o-setor/> >

como uma estratégia da colonialidade na busca por um “*universalismo global*”, é imposto aos países latino-americanos um “conjunto de leis, normas e ideias, de pontos de vista éticos, étnicos e estéticos oriundos do ‘mundo’ capitalista europeu, que anseia difundir valores globais” (COSTA, 2016, p. 11). Segundo Mesquita (2020):

As narrativas e o próprio discurso acerca do patrimônio cultural são elaborados e associados a partir de valores dominantes de civilização, progresso e cultura, reiterando moldes eurocêntricos basilares da colonialidade do poder e do saber. Dessa maneira, o patrimônio cultural é importante mecanismo de reprodução de diferenças e a seletividade presente na escolha daquilo que se deve preservar é definida pela colonialidade (Canclini, 2008; Costa, 2016). Ao reforçar a subalternização e o esquecimento da história e referências culturais de negros, indígenas, mulheres e grupos historicamente marginalizados, essas narrativas também distanciam essas coletividades das dinâmicas que se estendem sobre o território urbano, mas não sem impactá-las grandemente. (MESQUITA, 2020, p. 170)

De mesmo modo, o discurso de que do centro histórico está “morto”, “decadente” e precisa ser “resgatado” também pode ser relacionado com as políticas liberais e nosso modelo socioeconômico. No caso do Setor Central, a “decadência” é percebida, de fato, na falta de manutenção dos espaços públicos e equipamentos urbanos, poluição da paisagem por material publicitário, descaracterização de prédios de importância arquitetônica e histórica, entre outros. Esse processo, comum não apenas em Goiânia, mas em diversas cidades brasileiras, pode ser analisado conforme Sousa (2022):

Nesse sentido, a decadência do espaço público está relacionada em primeiro lugar ao incremento de políticas liberais, que comprometem a qualidade e a segurança – fato resultante da redução nos investimentos nestes espaços. E em segundo lugar, deve-se ao aprofundamento das desigualdades, provocado pela contínua exploração do sistema econômico. Estes três fatores, inspiram o olhar de Fonseca (2005), que afirma a existir uma relação entre padrões sociais e o uso de tais locais. Segundo a autora, pessoas de classe alta e classe baixa usam o espaço público de maneira distinta. A autora sustenta que os espaços públicos têm sido frequentados cada vez mais por pessoas de baixa renda, tornando-os menos atraentes às diferentes classes, o que contribui para sua desvalorização. A classe alta apenas observa estes locais de dentro de seus carros. (SOUSA, 2022, p. 230-231)

Entretanto, deve-se ressaltar que, para além da questão da legislação urbanística, a proteção e salvaguarda do patrimônio cultural nas cidades brasileiras esbarra ainda em questões como o revisionismo histórico, a manutenção de símbolos de poder de grupos

dominantes (no caso de Goiânia podemos citar bens culturais voltados para exaltação do Bandeirantismo), bem como o racismo, xenofobia e preconceitos étnicos-culturais, infelizmente, intrínsecos no Brasil atualmente. Como afirmado por Costa (2021), o modelo de planejamento urbano precisa ser repensado:

Para que la vida urbana digna se consolide en la ciudad democrática, es necesario repensar la planificación, cuya naturaliza sobrevalora los negocios inmobiliarios, financieros, mediáticos, técnicos y de consumo como ideologías del progreso. Es importante reformular las relaciones de la política cultural con la esfera pública y con la ciudadanía, por medio de una planificación urbana posible, en la que el sujeto existente e imaginativo de su papel en la transformación espacial tome decisiones. La creatividad, las potencialidades y las vulnerabilidades de los sujetos localizados deben ser asimiladas y operadas, con su presencia en el lugar de existencia y en el plan estratégico. (COSTA, 2021, p. 115)

No intuito de romper a manutenção do sistema vertical e hierárquico de escolha de patrimônios e de espaços públicos na cidade, uma possibilidade interessante são os Inventários Participativos de Referências Culturais (IPHAN, 2016). Essa ferramenta, desenvolvida pelo IPHAN, será mais explorada no Capítulo III a seguir, uma vez que é um dos métodos utilizados na pesquisa de campo realizada.

CAPÍTULO III. CIDADE FALADA, CIDADE VIVIDA: SETOR CENTRAL PRESENTE NA MEMÓRIA DOS SUJEITOS URBANOS

Como citado anteriormente, após a realização dos estudos de caso e da análise da legislação urbana, vista no capítulo II, foi realizada a pesquisa de campo, que se valeu de entrevistas e visitas ao local de estudo. A proposta focou, pois, nos sujeitos, na percepção e na legibilidade dos espaços pelas pessoas, no intuito de entender como se dão os processos de transformação urbana. Objetivou-se identificar a memória coletiva que se transforma após esse processo de mudança dos espaços na cidade ao longo dos anos e, sobretudo, após as intervenções urbanísticas ocorridas no Setor Central.

Nos tópicos a seguir serão apresentados, inicialmente, a metodologia utilizada para realização das entrevistas e questionários virtuais, bem como relato da experiência de pesquisa em campo. Em seguida, são apresentados os dados obtidos e análise dos mesmos; foi realizado também um exercício de catalogação e identificação de referências culturais citadas pelos participantes do estudo, a partir do método de classificação dos Inventários Participativos de Referências Culturais (IPHAN, 2016).

3.1. Diálogo como método: parâmetros de pesquisa e elaboração do roteiro de entrevista

A presente pesquisa, conforme anunciado anteriormente, buscou estabelecer a forma com que as pessoas se conectam e apropriam-se dos espaços públicos do Setor Central, a partir de seus símbolos e marcos, bem como sua importância histórica, cultural e patrimonial. Além de uma análise espacial e/ou ambiental dos espaços públicos do Setor Central, o foco proposto foi primordialmente a relação entre *sujeito*, *memória* e *lugar*.

Por se tratar então de um objeto subjetivo – a *memória* –, a escolha do método da oralidade se deu por ser uma ferramenta que consegue aproximar o pesquisador do objeto de estudo. Lima (2017), que também trabalha com análise de cidades sob a óptica do patrimônio cultural, utiliza a história oral como uma das ferramentas de pesquisa, justificando a escolha do método da seguinte forma:

Toda pesquisa confere visibilidade aos sujeitos e objetos, em graus diferenciados. No caso específico desta pesquisa, a própria memória é o que chama os sujeitos para o centro. Ao recorrermos à oralidade, entrevistando pessoas comuns e documentando oralmente, visualmente e por escrito, favorecemos a própria busca de suportes para a memória continuar existindo. Seu poder torna-se mais evidente

quando se constrói uma documentação, seja ela escrita, visual ou sonora. Isso é o que conjecturamos poder fundamentar a dimensão de luta pela reconstrução do passado histórico-cultural como patrimônio também das classes populares, ao invés de induzirmo-nos a uma visão homogênea, abstrata e, portanto, empobrecedora do mesmo. (LIMA, 2017, p. 28)

De mesmo modo, Serpa (2018), também define que uma forma de abordagem empírica, a partir de entrevistas junto a profissionais, técnicos, usuários e leigos a respeito dos espaços públicos pesquisados contribui para visualizarmos a “dimensão subjetiva dos processos de apropriação social do espaço público na cidade contemporânea” (SERPA, 2018, 151). A realização de entrevistas permite:

(...) explicitar o entendimento e a imagem que se tem do bairro enquanto conceito (construção mental), já que se concorda aqui com Tuan (1983) de que o conceito pode ser deduzido e esclarecido por meio perguntas, dirigidas primeiro para o concreto e depois para o mais abstrato. (...) Nas entrevistas qualitativas com os moradores foi dada especial atenção às festas e comemorações nos bairros pesquisados: o que você entende por “cultural”? O que há, em sua opinião, em termos de manifestações culturais em seu bairro? Como eram essas manifestações no passado? Algo mudou? (SERPA, 2018, p. 153-153)

Já em sua pesquisa sobre espaços públicos do ponto de vista da geografia e da fenomenologia, Serpa (2021, p. 87) reitera que “são as vivências e experiências pessoais que conferem valor e qualidade às formas urbanas visíveis”. O autor sugere que o método de análise da cidade deve englobar as representações sociais e espaciais que os sujeitos urbanos exprimem nos espaços. Segundo o autor:

Se os espaços de representação contêm os espaços percebidos e vividos dos diferentes grupos e classes sociais, é certo que eles contêm e expressão também as lutas e os conflitos dos diferentes grupos e classes pelo domínio das estratégias de concepção desses espaços. Assim, partindo-se da premissa de que há uma dimensão coletiva e uma dimensão individual nas estratégias de representação de diferentes agentes e grupos, é necessário também buscar a operacionalização da noção de “redes socioespaciais” na construção de uma metodologia que dê conta da complexidade dos processos cognitivos. A noção de redes de relações socioespaciais deve ser a base de uma metodologia que busque explicar a articulação entre as representações sociais e espaciais dos diferentes agentes e grupos nos complexos processos cognitivos de representação e apropriação do espaço. (SERPA, 2021, p. 87)

Segundo Gomes (2013), para análise da vida na cidade devemos estar “sensíveis” aos elementos que compõem a cena urbana. O autor cita algumas questões que podem ajudar nesse processo (GOMES, 2013, p. 191):

- Que lugares são frequentados?
- Que atividades são realizadas?
- Qual o ritmo do lugar?
- Que discursos são comumente associados a esses lugares?
- Por que as pessoas justificam sua presença neles?

Do mesmo modo, Serpa (2018) desenvolve a “metodologia de apreensão dos conteúdos simbólicos e arquetípicos das paisagens urbanas”, no seu caso com foco na relação sujeito - paisagem - natureza, mas analisando os espaços da cidade a partir da narrativa oral de entrevistados. Segundo o autor, por meio de estudos empíricos, o objetivo foi “explicitar as imagens permeadas de subjetividade da ‘natureza’ na cidade, a fim de embasar a formulação de uma linguagem que possa servir de base comum para planejadores e leigos, nos processos de produção do espaço urbano” (SERPA, 2018, p. 118). O autor sugere fazer perguntas sobre experiências pessoais marcantes, buscando valorizar o caráter subjetivo das “questões perceptivas”. Nesse sentido, as perguntas que direcionaram as entrevistas e questionários realizados nesta pesquisa, foram desenvolvidas tendo em mente as relações sociais e espaciais dos indivíduos com o Setor Central de Goiânia.

Assim como as perguntas feitas por Gomes (2013) e Serpa (2018), foi elaborado um roteiro de perguntas cuja questões norteadoras buscaram ser simples e objetivas, norteadas pelos três eixos *sujeito*, *memória* e *lugar*. Em resumo, o roteiro buscou atender às seguintes questões:

- Quem é o participante (idade, gênero, profissão, bairro onde mora)?
- Qual a relação do participante com o Setor Central?
- Qual a frequência e o tipo de uso que o participante faz do Centro? Há quanto tempo?
- O participante tem memórias afetivas ligadas ao bairro? Boas, ruins?
- Qual a opinião do participante sobre as intervenções urbanas ocorridas?

- As intervenções interferiram de alguma maneira em como o participante utiliza o bairro no dia a dia?
- O participante já participou de alguma consulta pública sobre as obras?
- O que o participante considera patrimônio cultural no Setor Central?

Tendo sido elaborado o roteiro de perguntas, pensou-se nos critérios de inclusão e exclusão de participantes: para entrevistas presenciais, seriam convidados participantes maiores de 18 anos (independente de gênero), desde que necessariamente moradores do Setor Central, tendo uma vivência cotidiana com o bairro e acompanhando as intervenções urbanísticas em seu aspecto prático; já para os questionários virtuais, os únicos critérios foram que os participantes fossem maiores de 18 anos, que residissem ou não na cidade de Goiânia – GO atualmente, desde que já tivessem ido ao bairro.

3.2. O caminho até a comunidade: a experiência de realização das entrevistas e aplicação dos questionários virtuais

Com relação às entrevistas presenciais, foram realizadas quatro entrevistas (tabela 2), ocorridas nos meses de maio e junho de 2022. Os participantes foram escolhidos por serem todos moradores do Setor Central – exceto o caso de Alexandre Perini, que atualmente reside em um bairro vizinho ao Setor Central.

Tabela 2. Relação de entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo em 2022

Data	Nome Completo	Idade	Profissão
07/05/2022	Guilherme Talarico de Oliveira	52 anos	Historiador e Professor
12/05/2022	Alexandre José Perini	50 anos	Arquiteto
31/05/2022	Cristina Helou Gomide	52 anos	Historiadora e Professora
05/06/2022	Francisco Divino Jorge dos Santos	71 anos	Aposentado

O convite para participar da pesquisa foi feito diretamente a cada um dos entrevistados, via contato telefônico. As entrevistas ocorreram nas residências de cada participante e duraram em média de 60 a 90 minutos. Dentre os quatro participantes, apenas Guilherme Talarico aceitou elaborar o mapa mental do Centro; os demais participantes optaram por não participar dessa atividade. Após a realização de cada

entrevista, os áudios gravados foram disponibilizados na íntegra para os entrevistados e foram transcritos⁸⁷ para utilização na pesquisa. Na realização das entrevistas foram utilizados os seguintes itens/equipamentos:

- Aparelho smartphone, para captura e gravação do áudio;
- Microfone semiprofissional, para melhor captura do áudio;
- Roteiro de perguntas, para direcionamento do tema da entrevista;
- Folhas A4 em branco, lápis de cor, canetas e lapiseira (para serem utilizados no desenho do mapa mental).

Já por meio do questionário virtual, foram realizadas noventa e três entrevistas no formato remoto, por meio da plataforma *Google Forms*. O questionário virtual apresentou as mesmas perguntas realizadas durante as entrevistas presenciais, porém, adaptadas para que pudessem ser de múltipla escolha e/ou discursivas. Quanto à divulgação da pesquisa, foram utilizadas redes sociais (*Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*), grupos institucionais de pesquisa, convite via e-mails etc., buscando atingir o maior número de participantes possível, sendo que o único critério de participação era que o participante fosse maior de idade e aceitasse as condições do termo de consentimento, apresentado na tela inicial do questionário virtual.

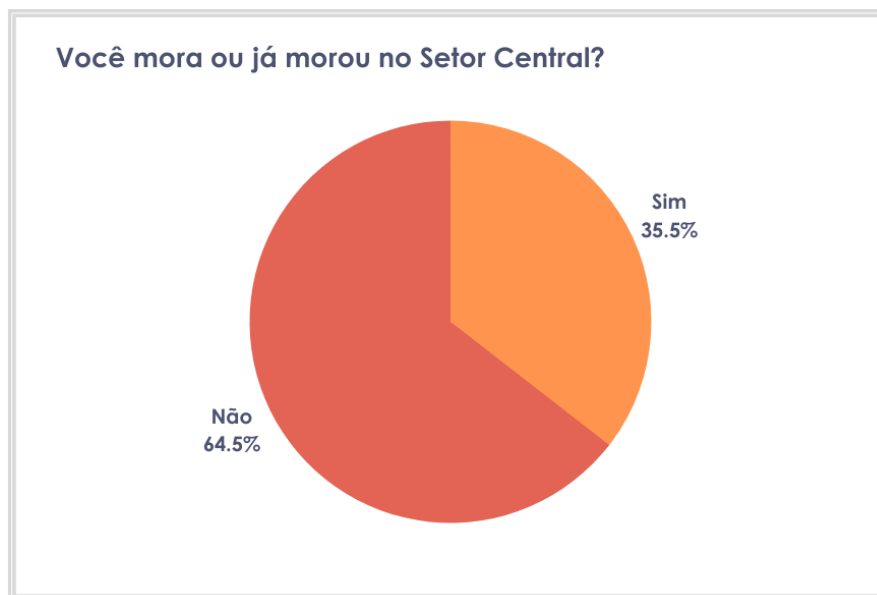
O questionário foi dividido em três etapas: na primeira é apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e é solicitado o aceite da declaração de participação como voluntário da pesquisa; na segunda são feitas as perguntas referentes à pesquisa; e na terceira é solicitada a confirmação do aceite de participação da pesquisa acadêmica. Ao final do preenchimento do questionário virtual, todos os participantes receberam via e-mail cópia das respostas, do TCLE e todos os dados referentes à pesquisa.

As primeiras seis perguntas do questionário online consistiam em caracterizar o perfil dos participantes, quanto a idade, profissão e se é ou não morador do bairro. As profissões informadas foram diversas, por exemplo: professor, arquiteto, estudante, bancário, geógrafo, assistente social, *personal trainer*, entregadores, vendedores, advogados, entre outros. Já a média de idade dos participantes que responderam ao questionário ficou entre 23 e 72 anos.

⁸⁷ As entrevistas transcritas para texto constam em anexo no final deste relatório.

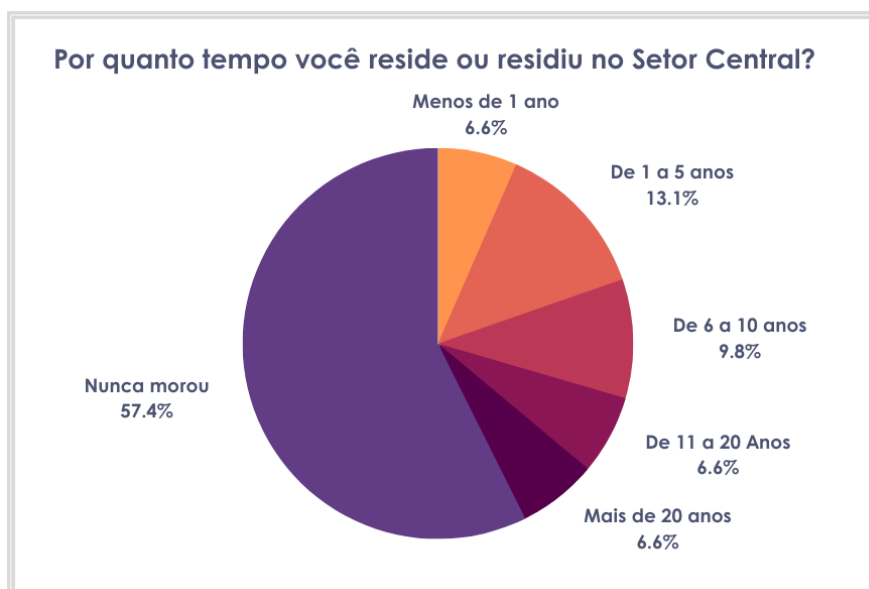
Dentre os participantes da pesquisa, a maioria (64,5%) não mora no Centro; já entre os moradores, a média de tempo em que a pessoa residia no bairro variou entre oito meses até cinquenta anos (figura 68 e figura 69):

Figura 68. Gráficos referente aos participantes que moram ou não no Setor Central



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

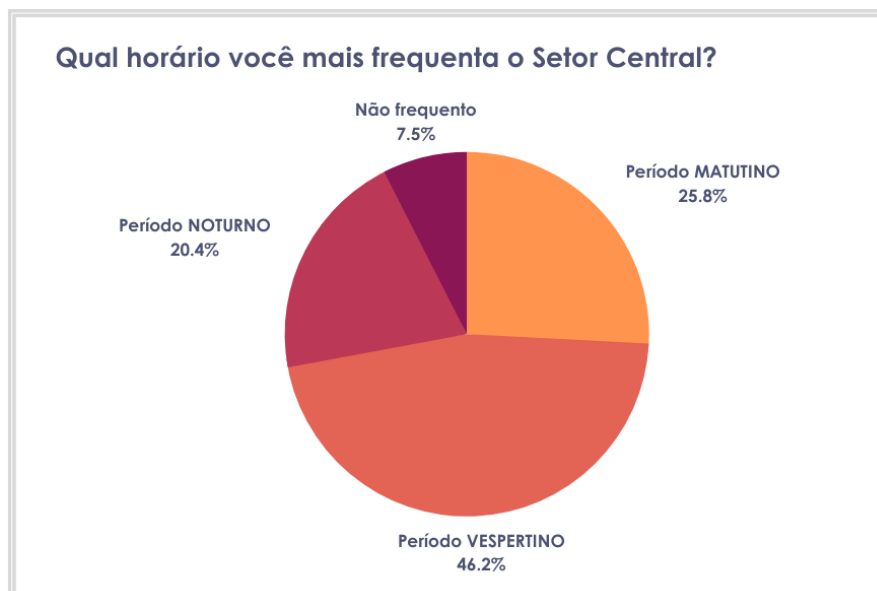
Figura 69. Gráficos referente ao período em que os participantes moraram no Setor Central



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

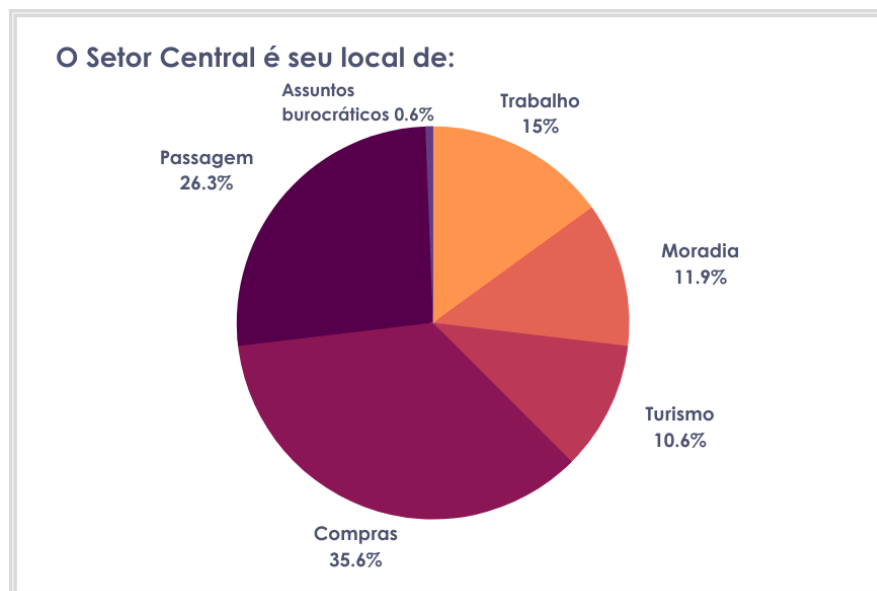
Do mesmo modo, a maioria dos participantes declarou que o Centro é seu local de trabalho, espaço de compras e/ou passagem, sendo que o período que mais frequentam o Setor Central é o vespertino, das 12h00 às 18h00 (figuras 70 e 71):

Figura 70. Gráfico referente horário em que o participante frequenta o bairro



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Figura 71. Gráfico referente aos usos que os participantes fazem do bairro



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

As seis questões seguintes focaram nas memórias que os participantes tinham do bairro. Quando questionados sobre qual a primeira imagem/lembança que vem à mente quando se fala do Setor Central (figura 72), os participantes destacaram alguns dos espaços analisados nos estudos de caso, principalmente a Praça Cívica. Foram citados também termos pessoais, como “memória”, “infância” e “nostalgia”. Percebe-se que, pelo menos para os participantes, o bairro está vinculado ao caráter comercial, como espaço de compras e lojas. Também foram muito citados termos que remetem ao

estado de conservação e manutenção do espaço físico do bairro, como “abandono”, “decadência”, “descaracterizado”, “pichações” e “dificuldade de estacionar”:

Figura 72. Primeira imagem/lembrança que vem à mente quando se fala do Setor Central



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Na sequência, quando questionados se possuíam alguma lembrança positiva do bairro, muitos participantes citaram momentos da infância, bem como passeios e idas aos cinemas de rua:

Os cinemas que eu frequentava semanalmente na década de 1960, esticando para um passeio nas ruas, interagindo com diferentes turmas de jovens, colegiais ou universitários, numa espécie de footing, com o propósito de paquera. (Participante S. H., 72 anos, psicóloga)

Muitas. As cores e os cheiros do mercado central, os velhinhos nas ruas, festivais de cinema no cine cultura, madrugadas andando a pé pelo bairro, relaxar no bosque dos buritis, os ipês floridos em meio ao trânsito de pessoas e carros, cervejas tomadas sozinha e com amigos no final da tarde.... (Participante C. S. dos S., 38 anos, operadora de call center)

Por onde transitei várias vezes com amigos, no final da adolescência, indo para bares, lanchonetes, algumas lojas (ex. de livros e CDs usados). Também me recordo com carinho de diversas idas ao longo da vida, ao Teatro Goiânia, Teatro Rio Vermelho e ao Cine Cultura. (Participante F. T. G, 35 anos, assistente administrativo)

Andar na Avenida Goiás, fazer compras nas lojas na Rua do lazer, lanchar nos botequins, ir no mutirama, passear na praça cívica, nadar no Jôquei Clube. Memórias relacionadas a um passado bom. (Participante J. M. A., 50 anos, engenheira)

Mensalmente minha mãe tirava uma quarta para me levar ao cine ritz, eu tinha entre 8 até os 14 anos mais ou menos, era o dia mais

barato, a gente descia no ponto do eixo e sempre tinha uns peruanos com umas músicas de flauta, no cruzamento da Goiás com a Anhanguera! Achava um máximo a música e as roupas deles! Quando a gente chegava no Ritz, ficava na fila horas, ela geralmente ia até a esquina! Seguimos essa tradição até os anos 2002 por aí. Além do cine ritz, todo natal era de lei irmos ao natal na praça cívica, comer bastante comida típica, tirar foto com o papai Noel e assistir o coral! Também lembro de alguns eventos de cultura japonesa/ anime que aconteciam no Liceu em 2006 ou 2007. (Participante M. F. S., 29 anos, engenheira ambiental)

Segundo Serpa (2018, p. 133), “é principalmente a história pessoal do indivíduo que determina sua relação com os espaços que compõem o seu cotidiano. O lugar se transforma em sujeito. (...) O lugar desperta a criança adormecida”. Analisando as falas dos participantes, percebe-se que muitos relacionam sua história particular com locais (uma loja, uma rua, uma pizzaria), citando memórias afetivas e momentos felizes que viveram no bairro. Essa ligação afetiva com o lugar fica explícita também em falas como a da entrevistada Cristina Helou:

Lembro de muitas histórias do meu pai, minha mãe contava muita história também. Meu pai é uma história viva. Não vivenciei muitas coisas que ele me conta, mas imagino as cenas conforme ele me conta. Sempre vejo a Avenida Tocantins. Ele conta que o Centro era local de paquera, que as pessoas andavam pela Avenida naquele vai e vem, então, tem muita história interessante e acabo me remetendo a isso também. Não só histórias romantizadas, meu pai tem uma história que fala de uma menina que foi agredida. Uma mulher muito bonita que foi agredida porque era negra aqui, no Centro da cidade. Ele foi em defesa dela porque os rapazes não. E ela passava e parava o trânsito. (Entrevistada Cristina Helou Gomide, 52 anos, Historiadora e professora. Entrevista realizada em 31/05/2022).

Já quando questionados se possuíam alguma lembrança negativa do bairro, a maioria relatou fatos recentes: muitos citaram a situação de “abandono” dos espaços e vias públicas, problemas no trânsito e momentos de violência/insegurança que passaram ao frequentar o Setor Central:

Sim, me lembro do abandono do bairro, principalmente no período noturno, por parte do poder público. (L. M. G., 28 anos, advogado)

Sim. A recente depredação e desvalorização do Centro. Moradores de rua e usuários de crack. (Participante L. Y. M. de O., 41 anos, conciliador)

Evito o centro ao máximo em dias de semana, devido ao trânsito e movimentação de pessoas em excesso nas ruas. (Participante K. C. de S., 28 anos, vendedor)

Particularmente acho o centro de Goiânia feio visualmente, sujo, perigoso e péssimo para a locomoção, sem lugar pra estacionar e muito lotado (pré pandemia). As linhas de ônibus são até boas em relação ao transporte público em geral de Goiânia. Entretanto, devido a pandemia aparentemente o centro mudou, está com menos trânsito e movimento, talvez seja temporário. (Participante R. R. A., 29 anos, engenheira mecânica)

À noite me sinto insegura em alguns locais que têm pouca iluminação e muita sujeira. Me deixa triste ver prédios antigos e bonitos cobertos de letreiros comerciais. Essa é a parte que menos gosto. (Participante M. C. D. S., 35 anos, servidora pública)

Uma vez fui roubada no ponto de ônibus da Av. Tocantins, em frente a Pizzaria Scarolla. Levaram meu sit pass, lembro que fiquei muito assustada. Também já ouvi muitos assaltos à noite do prédio onde moro. Já cheguei a chamar a polícia algumas vezes. (Participante C. J. D., 37 anos, servidora pública)

Outro termo citado pelos entrevistados como lembrança negativa foi a mudança do canteiro central da Avenida Goiás, ocorrida ao longo dos anos e que atualmente está sendo modificado mais uma vez, agora para a instalação do BRT como pode ser visto abaixo (figura 73).

Figura 73. Antes e depois da Avenida Goiás durante obras de instalação do BRT, 2022



Fonte: VIANA, 2022⁸⁸.

O que fizeram com o jôquei clube de Goiânia. A gameleira da paranaíba que cortaram, que foi de cortar o coração. A cidade é viva e somos responsáveis para criar soluções não cortar uma árvore daquele tamanho, com tanta história. Acho que o brt passando pela

⁸⁸ VIANA, E. **Antes e depois da Avenida Goiás viraliza; veja o que será feito para compensar retirada de árvores.** Goiânia: Portal 6, reportagem veiculada em 24/10/2022. Disponível em: <<https://portal6.com.br/2022/10/24/antes-e-depois-da-avenida-goias-viraliza-veja-o-que-sera-feito-para-compensar-retirada-de-arvores/>>.

Na sequência, as perguntas foram direcionadas sobre o tema das intervenções urbanísticas feitas no Setor Central. Quando questionados se as obras ocorridas no Setor Central interferiram no modo como frequentam e/ou utilizam o bairro, a maioria (58,1%) responderam que “NÃO”, enquanto 41,3% responderam “SIM”. Na mesma pergunta, os participantes puderam especificar de que forma as obras interferiram, se positiva ou negativamente:

De negativo foi que até o momento piorou o trânsito, de positivo, quando for concluído a obra do brt, acredito que facilitara para quem utiliza o transporte público ter acesso ao centro de forma rápida e simples. (Participante J. de S. T., 28 anos, arquiteta)

A primeira melhorou o tráfego de veículos na região, e a segunda fez com que o espaço da Praça Cívica voltasse a ser utilizado pelo público, principalmente aos fins de semana, se tornando tanto local para lazer quanto para a prática de atividades físicas. (Participante L. M. G., 28 anos, advogado)

Positivo: revitalização dos espaços públicos. Negativo: brt na praça cívica piora o tráfego. (Participante S. H., 72 anos, psicóloga)

Até o momento vejo bastante lados negativos... A avenida Goiás perdeu sua identidade e além dos espaços com árvores que foram retirados. (Participante D. S., 25 anos, psicólogo)

Positivo é que elas incentivam a ocupação das ruas pelas pessoas. A cidade é das pessoas, não dos automóveis, não dos edifícios. Quando as pessoas se encontram na rua, elas se olham, se comunicam e isso é o ponto inicial de qualquer coisa boa que possa acontecer para a gente enquanto sociedade. O que considero negativo é que, como aconteceu na praça cívica, as pessoas que moram nas ruas ou que são mal vistas socialmente, vão sendo empurradas para outras áreas próximas... isso acontece porque a pobreza não é bonita de se ver e estão sempre tentando "limpar" a cidade dessa "mancha", porém sem que haja um enfrentamento real do problema. (Participante C. S. dos S., 38 anos, operadora de call center)

Não houve empenho na revitalização de forma a atrair e manter as pessoas em espaços que estavam abandonados. Então não teve nada de positivo, tanto que já está precisando de uma nova revitalização em 3 anos. (Participante M. L., 43 anos, jornalista)

Tais dados podem indicar que, por se tratar de projetos que buscaram atender a demandas específicas e pontuais, as modificações do espaço físico pouco contribuíram para que as pessoas passassem a frequentar mais o bairro. Ao serem indagados de que forma houve tal interferência, muitos citaram os novos espaços como atrativos, porém a insegurança, a dificuldade de mobilidade e de trânsito são alguns dos impeditivos:

Quando está tudo novinho é prazeroso passear, quando inaugura um café ou pizzeria em algum casarão antigo eu acho ótimo ir conhecer. (Participante M.E.N., 52 anos, psicóloga)

As intervenções permitiram o pedestre a se apropriar dos espaços (principalmente nas praças). (Participante F. C. de S. P., 33 anos, engenheiro florestal)

Sim, Passamos a frequentar muito mais o Beco e a Rua do Lazer após a revitalização. Sempre levo o meu filho no Beco para ver os grafites. Se os becos da Rua do Lazer fossem mais seguros, visitaríamos mais, pois agora colocaram inclusive parquinho para as crianças. (Participante C. J. D., 37 anos, servidora pública)

Sim, A abertura de bares e espaços culturais fizeram com que eu frequente mais. (Participante M. N. de O., 30 anos, arqueóloga)

Sim, apresento mais a cidade a pessoas de fora, porque vira um ponto turístico realmente bonito e interessante. (Participante S. G. de O., 27 anos, advogada)

Sim, No caso da rua do lazer, eu basicamente comecei e continuo a frequentar por conta das intervenções culturais promovidas pelo governo(chorinho) ou organizações privadas/autônomas. (Participante C. S. dos S., 38 anos, operadora de call center)

Assim como identificado nos estudos de caso, tanto os quatro entrevistados de forma presencial, como os participantes do questionário virtual informaram que nunca participaram de pesquisas e/ou consulta pública sobre as intervenções urbanas que ocorrem no bairro (figura 77):

Figura 77. Porcentagem de pessoas que foram consultadas ou não sobre obras/intervenções urbanas no Setor Central



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Nas três perguntas finais do questionário, os entrevistados foram indagados sobre o tema do patrimônio cultural. Quando questionados se existe patrimônio cultural no Setor Central, a maioria dos participantes citaram lugares e edificações. Já quando questionados se existe no Setor Central algo/algum espaço que deveria ser considerado patrimônio cultural, além de lugares e edificações que já são tombados oficialmente como patrimônio, os participantes citaram outros termos: becos e vielas (miolos de quadra), grafite arte urbana e o Beco da Codorna, o Jóquei Clube, o Cine Ritz, casarões antigos, a culinária local (empada do Mercado, esfiha da lanchonete Esfiha Quente, pastel da Pastelaria Formosa), comércio popular (camelôs, ambulantes, lojas de R\$1,99), a Feira Hippie, etc.

Os dados obtidos nas entrevistas presenciais e por meio do questionário virtual, permitem perceber que o Setor Central pode ser, de fato, um espaço inserido na memória coletiva local – considerando que na amostra de participantes havia pessoas que frequentavam diariamente e outras que não tem convívio com o bairro. Reitera-se que esta pesquisa, enquanto exercício acadêmico, não representa todos os moradores da cidade; para tanto seria necessário que a pesquisa pudesse atingir mais participantes, envolvendo mais pesquisadores e com maior prazo de execução.

De todo modo, os dados da pesquisa demonstram que o Setor Central é composto por diversas referências culturais, espaços significativos e simbólicos, práticas e modos de saber fazer únicos. Mesmo observando apenas a superfície de elementos socioculturais que compõem o tecido urbano do bairro, a pesquisa constata que Centro enquanto espaço social existe e resiste: o patrimônio cultural local, seja ele material ou imaterial, está presente nas ruas, vielas, becos, teatros, mercados, museus, lojas etc.

Após a pandemia de COVID-19, ocorrida nos anos de 2020 a 2022, o Setor Central passou a sofrer com efeitos da especulação imobiliária e com o fechamento de diversas lojas e comércios; no cenário atual e, sobretudo com o avanço das obras do BRT, é comum ver mais lojas fechadas do que abertas na Avenida Goiás, por exemplo. Esse processo, intensificado pela pandemia e comum a outras cidades brasileiras, está vinculado também ao sistema socioeconômico no qual nossa sociedade se estabelece. Segundo Serpa (2021):

Se a rua já foi lugar de encontro por excelência, hoje se converte em rede organizada pelo/para o consumo, em passagem de pedestres encurralados e de automóveis privilegiados, em transição obrigatória

entre o trabalho, os lazeres programados e a habitação. Embora palco para os grandes eventos permitidos e estimulados pelo poder público (carneval, shows, espetáculos, festivais), é também objeto das forças repressivas que impõem o silêncio e o esquecimento à verdadeira apropriação: a da “manifestação” efetiva. (SERPA, 2021, p. 72)

A fala do entrevistado Alexandre Perini reforça que, no caso do Setor Central, possivelmente há um interesse mercantil por detrás dos processos de intervenção urbana no bairro:

Eu participei daquelas discussões do centro de Goiânia, na década de noventa. Tinha uns comitês, a gente ia lá participar. Na época de estudante, ou mesmo depois, mas eu gosto muito de fazer evento no centro, eu sempre faço com os amigos. Sempre estava fazendo, mas com o COVID agora, deu uma parada. Mas participava, agora não está tendo mais esse tipo de abertura. O centro está passando por um período de incubação das grandes corporações. Por exemplo, a maioria dos imóveis já está na terceira ou quarta geração de herdeiros. Imagina, e imóvel é uma coisa, no centro hoje você consegue alugar sala na Anhanguera, você não conseguia até uns anos. Tem um monte de salas para alugar, de costa para o Sol, um monte de grupo... (Entrevistado Alexandre Perini, 50 anos, arquiteto).

Já a fala da entrevista Cristina Helou reitera a pluralidade do Centro e, sob a óptica do patrimônio, questiona quais patrimônios são eleitos para as revitalizações:

Acho que o Centro é um lugar de manifestação, mas ao mesmo tempo, a gente que trabalha com patrimônio também tem uma lógica no Centro, como se só fosse patrimônio aqui. Não é à toa que a gente está pensando na produção daquele vídeo. E os outros lugares não são patrimônio? Porque o Centro foi construído para ser Patrimônio, com uma arquitetura construída para ser diferenciada, então tem toda uma proposta. E o patrimônio que foi sendo construído? Às casas que foram sendo construídas pelos operários que construíram Goiânia, que foram postos cada vez mais para fora do Centro da cidade, isso não é patrimônio? Então, essa revitalização tem seus pontos fracos. (Entrevistada Cristina Helou Gomide, 52 anos, Historiadora e professora. Entrevista realizada em 31/05/2022).

Nesse contexto, a memória urbana e a subjetividade que envolvem a relação entre o sujeito e o espaço urbano também passam por intervenções. Segundo Gomes (2013):

Quando há mudanças nessas áreas ou deslocamento dessa centralidade do imaginário, há concomitantemente transformações profundas nas formas como pensamos uma cidade, mutações nas áreas urbanas significam uma transformação de sentido que deve ser acompanhada de uma mudança de lugares e da imagem deles. (GOMES, 2013, p. 190)

Ademais, o modelo socioeconômico no qual vivemos contribui para que indivíduos e espaços se conectem apenas como consumidores e produtos, respectivamente. Os espaços se tornam cada vez mais “instagramáveis”⁸⁹ e menos vividos. Para Serpa (2018, p. 26), as novas formas de intervenção urbana contemporânea ao agregar os sentidos do mercado financeiro por meio da cultura “homogeneiza as diferenças culturais em prol de modos de consumo mundializados”; logo, a escolha de quais espaços da cidade devem receber revitalizações/requalificações e como estas serão planejadas pode ser questionada. Ainda, segundo o autor:

A publicidade comercial ultrapassa os limites do consumo de bens e passa a investir diretamente no campo político, dirigindo-se explicitamente à opinião pública, propondo sua “formação”. As sensações, o divertimento e o espetáculo são, afinal, a essência dessa “assimilação consumidora”, constituindo uma cultura que é, ao mesmo tempo, de massa e “personalizada”, centrada sobre o imediatismo e a força da autoidentificação. (SERPA, 2018, p. 36)

Se as intervenções visam apenas a parte estética e arquitetônica dos espaços, esses novos espaços podem se tornar acessórios a serem agregados a empreendimentos imobiliários, vide o que já acontece atualmente em Goiânia com os parques urbanos. A paisagem urbana e o patrimônio cultural, nesse sentido, se tornam bens de valor agregado ao imóvel. A cultura e o patrimônio cultural urbano se tornam produtos e espetáculos.

Todavia, a partir da coleta dos relatos e lembranças dos participantes da pesquisa, os dados produzidos neste relatório podem representar uma forma de desvelar memórias da própria cidade de Goiânia, para além do patrimônio-oficial e do patrimônio-espetáculo.

3.3. Tecendo a *colcha de retalhos*: sujeitos urbanos, referências culturais e um planejamento do/para o Setor Central

Retomando a metáfora da *colcha de retalhos* de referências culturais, a qual nos referimos na introdução deste relatório, as entrevistas e questionários revelam que o Setor Central passou e ainda passa por diversas intervenções em seu espaço físico, porém segue atraindo os indivíduos, mesmo com os problemas de infraestrutura e

⁸⁹ O termo “instagramável” remete a ambientes/cenários criados propositalmente para compor como plano de fundo para fotos e postagens na rede social *Instagram*.

insegurança. Como pudemos observar, o patrimônio cultural no Centro está vinculado ao caráter material e, sobretudo, ao estabelecido pelos órgãos de salvaguarda oficiais (IPHAN, Secult etc.).

Uma ferramenta existente para auxiliar no planejamento urbano, garantindo a participação efetiva da comunidade, é o método dos Inventários Participativos de Referências Culturais, como mencionado anteriormente no capítulo II. Essa metodologia foi desenvolvida pelo IPHAN em 2012, sendo baseada principalmente no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Em 2016 o IPHAN publicou o manual de aplicação dos inventários participativos, no qual são estabelecidos parâmetros para realização da pesquisa, organização dos dados obtidos e devolutiva para a comunidade. Para Nito e Scifoni (2018):

O método do inventário de referências culturais estimula e fomenta a participação e o envolvimento dos grupos sociais, para que o processo de identificação se dê a partir da compreensão e do ponto de vista daqueles que são os intérpretes do patrimônio. (...) subvertendo o olhar do patrimônio cultural daquilo que é mais consagrado, para pensar outros patrimônios possíveis, a partir das memórias coletivas que são construídas no cotidiano das classes populares. (NITO e SCIFONI, 2018, p. 85)

Segundo o manual, o objetivo principal é inventariar as referências culturais de um determinado território (IPHAN, 2016). O conceito de referências culturais engloba:

(...) são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. (IPHAN, 2000, p. 8)⁹⁰

A realização dos inventários se divide em três etapas: a primeira é o levantamento preliminar, quando são levantadas as informações a respeito do território e o contato inicial com membros da comunidade; a segunda é a identificação, quando são realizadas entrevistas e conversas na comunidade, buscando catalogar as referências culturais; a terceira e última etapa é o produto final, quando os dados obtidos nas etapas anteriores são organizados, produzindo relatórios, dossiês ou outras formas de divulgar

⁹⁰ IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais (Manual de Aplicação). Brasília: Iphan, 2000. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>.

os resultados (NITO e SCIFONI 2018, p. 87). O método identifica e qualifica as referências culturais por meio de seis categorias, sendo elas:

- **Celebrações:** festas, rituais – religiosos ou não –, comemorações de datas/feriados específicos de determinado local, entre outros;
- **Formas de expressão:** formas de linguagem diversas, podendo ser corporal, oral, gráfica, sonora, artística etc.;
- **Saberes:** conhecimentos, técnicas, ofícios, o “saber fazer”;
- **Lugares:** espaços de manifestação e práticas culturais, significativos para o grupo;
- **Edificações:** construção com valores simbólico, arquitetônico e/ou estético;
- **Objetos:** instrumentos de trabalho, religiosos, de uso cotidiano, brinquedos e ou significativos para a memória.

Como exemplo prático, pode-se citar o “Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação”, realizado na cidade de São Paulo em 2019. Segundo o dossiê elaborado como produto, o inventário teve como objetivo “identificar e mapear as referências culturais dos diversos grupos sociais que moram e trabalham na região central da cidade (...)” (REPEP, 2019, p. 10), e garantir a “manutenção das referências culturais historicamente construídas e ligadas à presença dos grupos sociais que ocuparam o território do Minhocão ao longo do tempo” (REPEP, 2019, p. 12).

Como estabelecido pelo próprio manual de aplicação do IPHAN, para a realização de um inventário participativo é necessária uma equipe multidisciplinar, composta de vários profissionais e voluntários, bem como um plano de aplicação e um cronograma específico. No caso da presente pesquisa, a proposta não foi a realização de um inventário do Setor Central, mas utilizar a metodologia e as classificações sugeridas para a tabulação dos dados obtidos na pesquisa de campo.

As diversas representações culturais obtidas através dos relatos dos participantes compõem a *colcha de retalhos* que buscamos *tecer* através desta pesquisa. Na tabela a seguir, como um exercício metodológico, buscou-se organizar as informações obtidas na pesquisa de campo (entrevistas e questionário virtual), categorizando-as conforme sugerido pelo manual de aplicação do IPHAN:

Tabela 3. Referências culturais identificadas no Setor Central por meio da pesquisa de campo, 2021-2022

CELEBRAÇÕES	FORMAS DE EXPRESSÃO	SABERES	LUGARES	EDIFICAÇÕES	OBJETOS
Natal na Praça (Vila do Papai Noel)	Grafite/Arte Urbana	Gastronomia dos Pit Dogs	Praça Cívica	Estação Ferroviária	Bancos da Avenida Goiás
Carnaval	Teatro de rua	Empada de frango (Mercado Central)	Rua do Lazer e Rua 08	Teatro Goiânia	Torre do Relógio (Av. Goiás)
Chorinho	Comércio ambulante (camelôs)	Compradores/vendedores de Ouro	Praça do Trabalhador	Antigo Banco do Estado de Goiás	Coreto (Praça Cívica)
Parada LGBT	Arquitetura Art Decó	Vendedores de Frutas	Becos e miolos de quadras	Museu Pedro Ludovico	Monumento às Três Raças
Cine Almofada	Bloquinhos de carnaval	Contadores de “causos”	Galeria Goiânia Ouro	Cine Ritz	
Desfile de 7 de setembro	Feiras livres/independentes	Raizeiros	Avenida Goiás	Mercado Popular da 74	Associação Coró de Pau
Festival Sons do Mercado	Mercado de Pulgas/Feira de Antiguidades		Avenida Paranaíba	Jóquei Clube	Fumo de corda
	Cena musical de rap e hip-hop		Mercado Central	Restaurante Bolonha	
	Cena musical de rock, hard rock e metal		Beco da Codorna	Casa Rosa da Rua 06	
			Parque Mutirama	Grande Hotel	
			Sebos e lojas de discos	Museu Zoroastro Artiaga	
			Lojas de R\$1,99	Cine Cultura	
			Camelódromos	Museu Pedro Ludovico Teixeira	
			Região da 44	Parthenon Center	
			Lanchonete J. Pereira (Biscoito Pereira)	Academia Goiana de Letras	
			Pizzaria Cento e Dez	Vila Cultural Cora Coralina	
			Pizzaria China	Café Central	
			Esfiha Quente	Colégio Lyceu	

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

3.4. *Colcha de retalhos e fios de memória: cenas urbanas do Setor Central*

No intuito de contribuir com *fios de memória* que constituem o patrimônio cultural do Setor Central, buscamos através de imagens montar um quadro dos símbolos e significados do espaço urbano também para quem produz esta pesquisa: enquanto pesquisadores e observadores também participam do dia a dia da cidade, vivenciando os espaços públicos.

Nesse sentido, Gomes (2013) reforça que as cidades “se apresentam comumente para nós como um conjunto de cenas, como um álbum de imagens produzidas nesses espaços público”. Ademais, segundo Barbosa (2017), a análise da cidade através das visualidades contribui para que o historiador possa *desvelar* o que está além do discurso oficial:

Cabe a história, portanto, problematizar esse enredo, interromper as linearidades. Afinal, a combinação ver, ler e pensar a centralidade urbana, pelo viés das visualidades, tem por objetivo recusar o sentido literal das representações que instauram um regime de historicidade quase absoluto. De tal maneira, somos instigados a seguir o caminho das luzes, iluminando sombras. (BARBOSA, 2017, p. 231)

Segundo Correa (2020), o espaço urbano é produzido socialmente, sendo consequência da ação de diversos agentes sociais “dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles e outros segmentos da sociedade” (CORREA, 2020, p. 43). Segundo o autor, o espaço urbano é “(...) produzido, impregnado de materialidades, (...) mas também pleno de significados diversos, como aqueles associados a estética, status, etnicidade e sacralidade” (CORREA, 2020, p. 44).

Para o exercício de organizar os *retalhos* que compõem a *colcha* chamada Setor Central, elegeu-se a fotografia como ferramenta para representar nossa percepção dos espaços públicos do Centro, assim como os sujeitos urbanos que o constituem. Para Argan (2005)⁹¹, cada indivíduo observa a cidade na sua própria experiência cotidiana, assim como cria suas próprias memórias (ARGAN *apud* GOMES, 2013, p. 187). Segundo Gomes (2013), as cenas dos espaços urbanos são

(...) o produto da articulação e da interdependência de três esferas: uma física, uma comportamental e outra de significação. Em outras

⁹¹ ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

palavras, há uma morfologia diferenciada que orienta ou define comportamentos e atitudes. A leitura deles está diretamente relacionada ao lugar onde tudo isso se passa, isto é, as significações estão associadas ao lugar físico onde ocorrem. Esses lugares físicos são posições dentro de um sistema complexo e essas posições têm sentidos, atributos e qualidades. Tudo isso intervém na produção de significação. Por isso insistimos, lugares, práticas sociais e sentidos têm que ser pensados em conjunto. O espaço público também é então resultado da articulação dessas três dimensões. (GOMES, 2013, p. 188)

Já a forma de seleção e apresentação das fotografias, a montagem, proposta a seguir remete à obra *Mnemosyne*, um *atlas de imagens*, de autoria de Aby Warburg – historiador das artes e antropólogo (SAMAIN, 2011, p. 34)⁹². Samain (2011) descreve a obra como:

(...) agrupava da ordem de 79 painéis, reunindo umas 900 imagens (principalmente fotografias em P&B). Todas são reproduções (de obras artísticas, de pinturas, de esculturas, de monumentos, de edifícios, de afrescos, de baixo-relevos antigos, de gravuras, de grisailles, de iluminuras, mas também de recortes de jornais, selos postais, moedas com efígies) que, 90 anos atrás, Warburg organizava, *montava* (não necessariamente numa ordem linear de leitura, mas à maneira de peças capazes de serem deslocadas a todo o momento) sobre painéis de madeira (de 1,5m x 2m), recobertos de tecido preto. Instalava, então, esses quadros de imagens nas ilhargas de sua biblioteca elíptica (foto 3 e foto 4) para que as *imagens pudessem entrar em diálogo, se pensar entre si, no tempo e no espaço de uma longa história cultural ocidental*; para que pudessem também ser *observadas, relacionadas, confrontadas na grande arquitetura dos tempos e das memórias humanas*. A história da arte tradicional transfigurava-se em uma antropologia do visual. (SAMAIN, 2011, p. 36, grifo nosso)

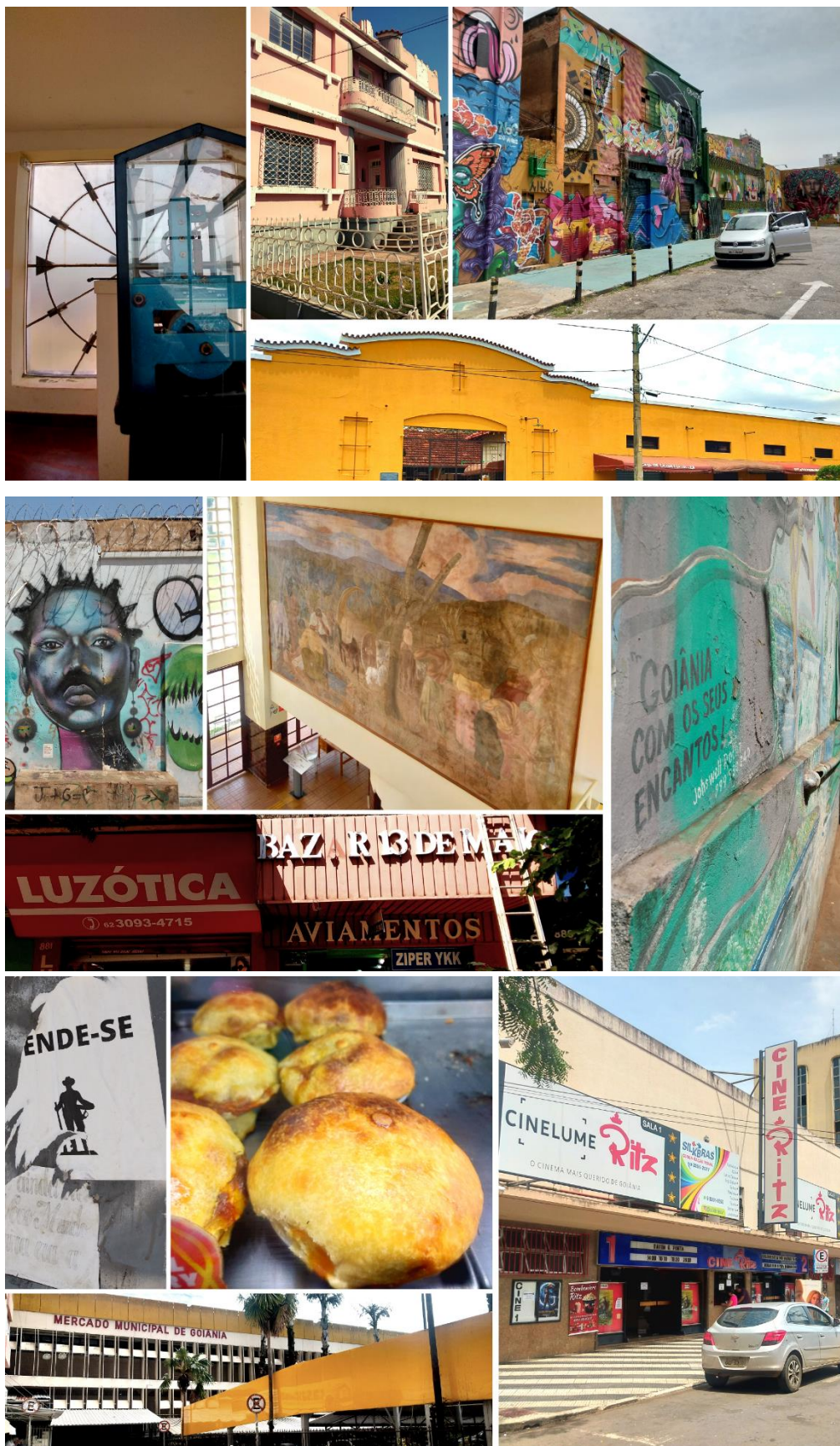
Ainda, segundo Barbosa (2017) “a montagem visual requer um pensamento multifocal que opere junções através do historicismo observando, antes de qualquer coisa, o princípio dialético que flui na substância das imagens (...)” (BARBOSA, 2017, p. 198). Para Gomes (2013, p. 193), as cenas registradas pelo indivíduo, “se soma a muitas outras e produz efeitos inesperados e não dirigidos”. Segundo o autor:

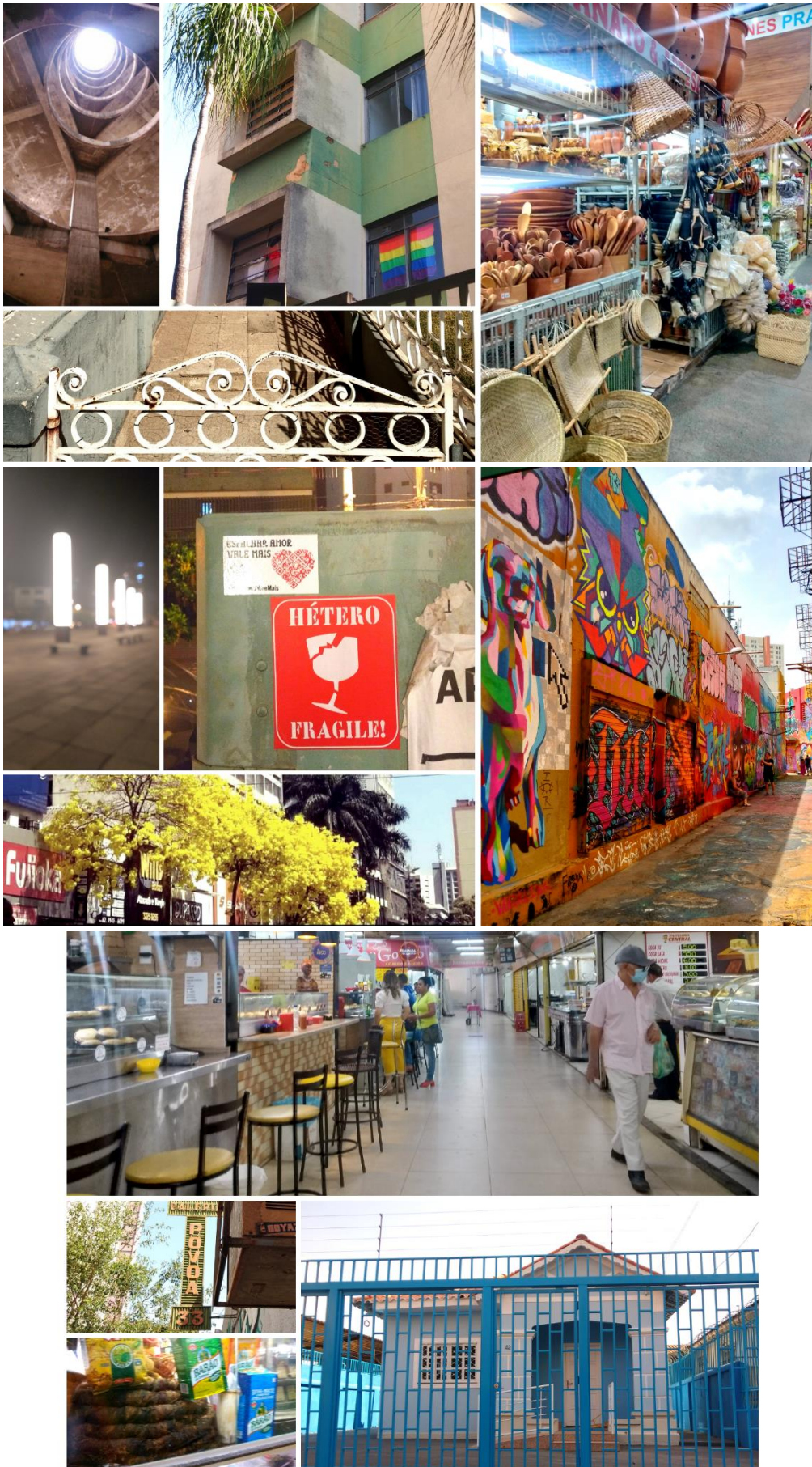
Os espetáculos da vida social se sobrepõem sem que necessariamente possuam coerência entre si. Eles são assim, múltiplos, variados. Se os cenários são muitos, as possibilidades de leitura e interpretação são quase infinitas. (GOMES, 2013, p. 193)

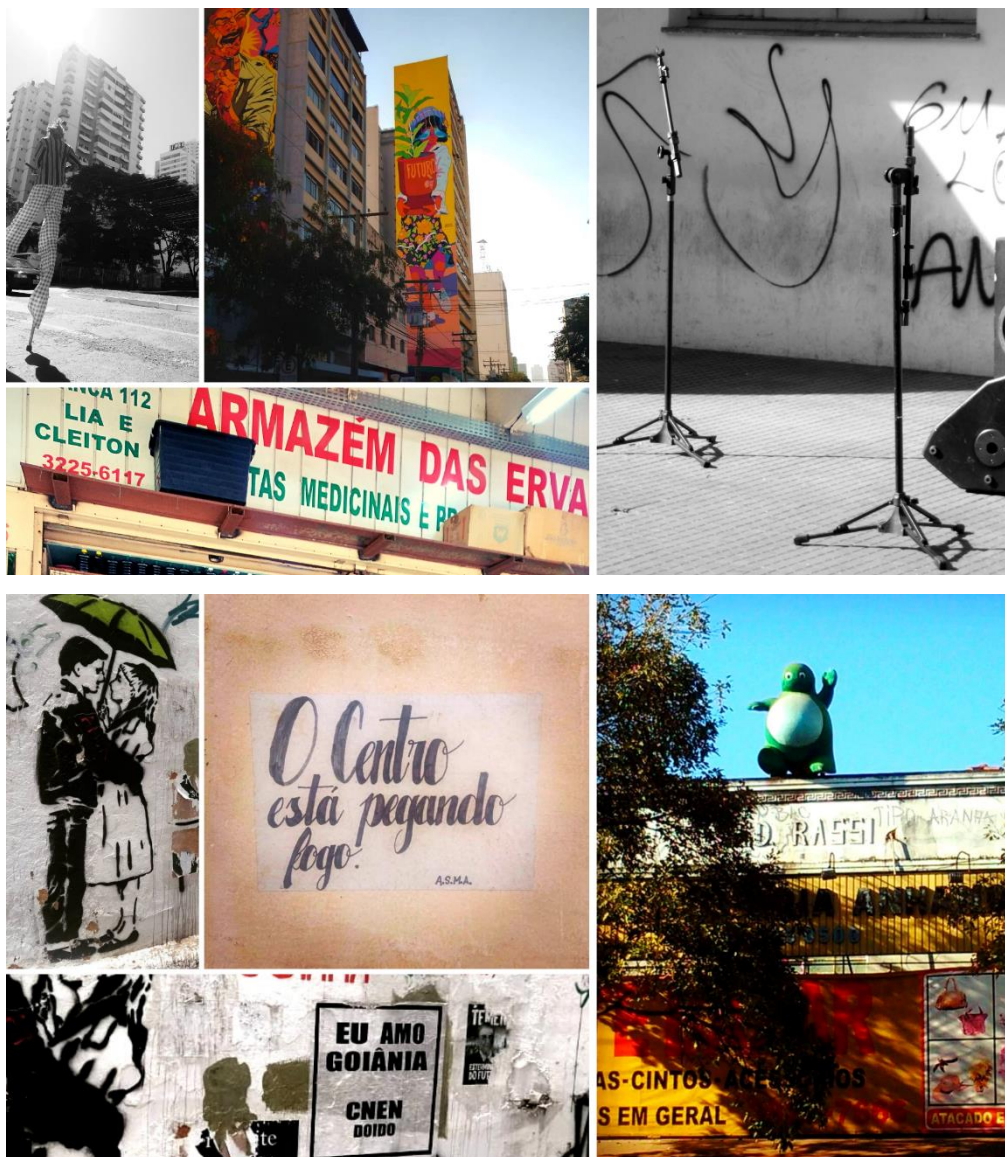
⁹²SAMAIN, E. As “*Mnemosyne(s)*” de Aby Warburg: Entre Antropologia, Imagens e Arte. Revista Poiesis, número 17, p. 29-51, 2011. Disponível em: < http://www.poiesis.uff.br/PDF/poiesis17/Poiesis_17_EDI_Mnemosyne.pdf >. Acesso em: janeiro de 2022.

A montagem a seguir, resultado do exercício mnemônico, é composto por cenas do Centrão. Elas formam uma coletânea de momentos e registros da vivência particular da pesquisadora Jordana Gouveia, em suas idas e vindas no bairro ao longo de sua vida; uma coletânea de momentos, espaços, cheiros, cores, objetos, ritmos que pode-se vivenciar ao andar pelo Centro de Goiânia:









Durante a construção da montagem de fotografias, pode-se rememorar momentos, bons e ruins, festas, passeios, desde a infância até à vida adulta. Partes do Centro e partes desta pessoa. Assim como Warburg, as imagens selecionadas representam mais que meras fotografias; conforme Samain (2011, p. 39), elas são “(...) sobrevivências, supervivências, memórias que, de repente, interrogam nosso tempo presente”.

O objetivo da composição, portanto, foi pensar nos símbolos e significados que o Setor Central tem para a pesquisadora, assim como foi questionado aos participantes da pesquisa de campo. A montagem reitera também à inquietação inicial da pesquisa: o discurso de que o bairro está “abandonado” ou “morto”.

Pelo contrário: ao viver Setor Central, percebe-se que ele está vivo, existindo e resistindo em todos os elementos aqui representados e além: no vendedor de frutas, no

comprador de ouro, no fumo de corda, na empada de frango; nos grafites dos prédios, nos lambe-lambes dos muros, nos becos e vielas; nas bancas do Mercado Central, nos camelôs, nos feirantes, nos artistas de rua; nos bancos da Avenida Goiás, nas feirinhas da Rua do Lazer, nos filmes em cartaz do Cine Ritz, nas mesas e cadeiras do Zé Latinhas e da Casa Liberté, no pedaço de pizza da Pizzaria China; nas fachadas em art déco e nos prédios modernistas, no Teatro Goiânia e na memória do Monumento ao Trabalhador. Isso é a cidade enquanto “ser” vivo. Isso é o Centrão resistindo.

CAPÍTULO IV. *CENTRÃO RESISTE*: DINÂMICAS EXISTENTES, UTOPIAS E NOVAS POSSIBILIDADES

Por se tratar de um mestrado profissional, a presente pesquisa demanda a elaboração de um produto e uma devolutiva para a comunidade estudada. Segundo Mattos, Assunção e Batista (2020), o mestrado profissional:

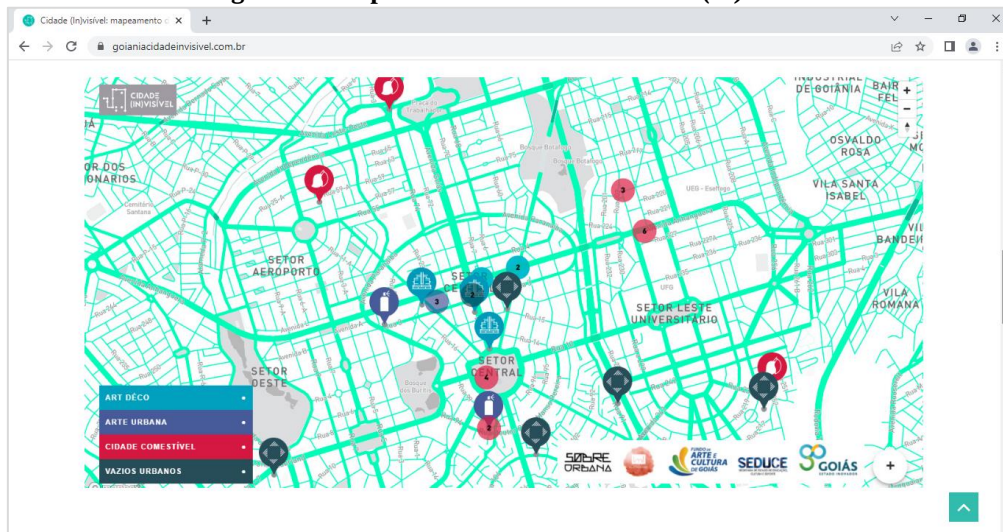
(...) qualifica diferentes tipos de profissionais na aplicação do conhecimento adquirido na academia em suas empresas, instituições públicas e particulares de ensino, redes de saúde e comunidades, vinculando e ampliando os laços entre a universidade e a sociedade. (...) Considerando a possibilidade de o conhecimento científico gerado em um mestrado profissional auxiliar outras pessoas e organizações a solucionar problemas similares ao estudado, além da construção do produto técnico, é relevante também a disseminação do conhecimento produzido para a sociedade. A premissa básica do mestrado profissional foca na integração entre o conhecimento aprendido e as práticas organizacionais, e busca trabalhar as habilidades e competências dos discentes na aplicação efetiva dos conhecimentos adquiridos. (MATTOS, ASSUNÇÃO e BATISTA, 2020, p. 36-37)

Fato exposto, o produto proposto para esta pesquisa é criação da a plataforma virtual *Centrão Resiste* (<https://www.centraoresiste.com/>). O site, hospedado em plataforma gratuita, reúne todo o conteúdo obtido durante a pesquisa realizada, desde a parte historiográfica acerca do Setor Central ao longo dos anos, análise das intervenções urbanísticas, bem como um mapa virtual interativo, no qual são identificadas as referências culturais, roteiros de passeio e lugares que passaram por transformações urbanas.

4.1. O que inspirou o *Centrão Resiste*?

A proposta para o portal *Centrão Resiste* se inspira em dois portais virtuais existentes: o primeiro se trata do portal “CIDADE (IN)VISÍVEL” (www.goianiacidadeinvisivel.com.br/), um projeto desenvolvido e realizado pelo coletivo Sobreurbana, em 2016. Segundo o site, o portal é uma “plataforma de mapeamento colaborativo, aberta a todos para adicionar, descobrir e discutir lugares da cidade (...)” e “foi criado para dar visibilidade a lugares da cidade que muitas vezes passam despercebidos na correria do dia a dia.”. O mapa (figura 78) apresenta a localização de lugares em quatro categorias: art déco, arte urbana, cidade comestível e vazios urbanos.

Figura 78. Mapa interativo *Goiânia Cidade (In)visível*

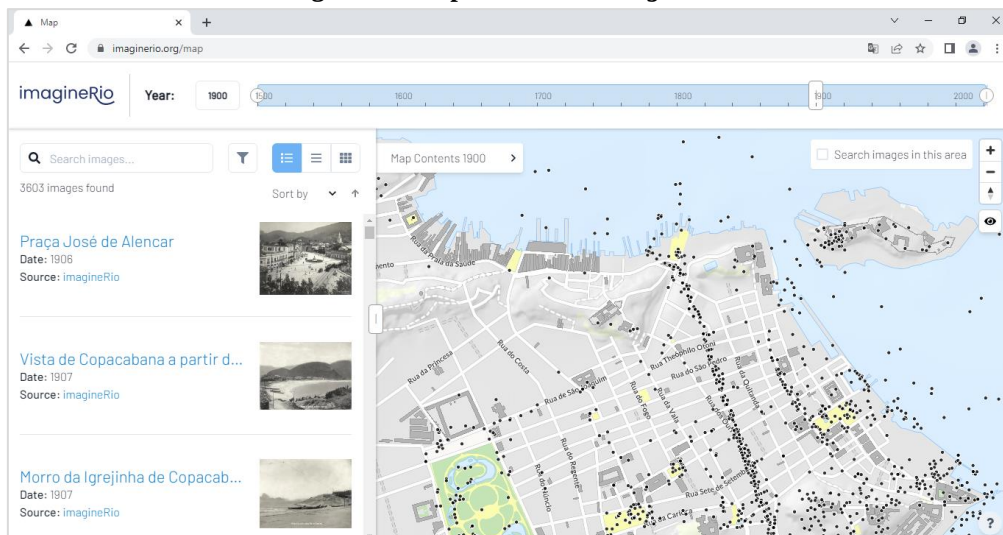


Fonte: Sobreurbana, 2022. Disponível em: <<https://www.goianiacidadeinvisivel.com.br/>>.

Já o segundo é o “*imagineRio*” (<www.imagnerio.org/pt>), que de acordo com o próprio portal é descrito como “um atlas digital pesquisável que ilustra a evolução social e urbana do Rio de Janeiro ao longo de toda a sua história, como existiu e como foi imaginada”.

O site conta com mapa interativo (figura 79) e acervo iconográfico composto por “vistas, mapas históricos e plantas-baixas - de arquivos iconográficos, cartográficos e arquitetônicos”.

Figura 79. Mapa interativo *ImagineRio*



Fonte: ImagineRio, 2022. Disponível em: <<https://www.imagnerio.org/map>>.

4.2. Conectando ruas e telas: desenvolvimento do site e formas de utilização do produto

No primeiro momento da pesquisa, foram desenvolvidas propostas iniciais de layout para a plataforma *Centrão Resiste* (figuras 80 e 81):

Figura 80. Layout inicial desenvolvido para o site *Centrão Resiste*, 2022



Fonte: elaborado pela autora em conjunto com Rubens Pinheiro Neto (2022).

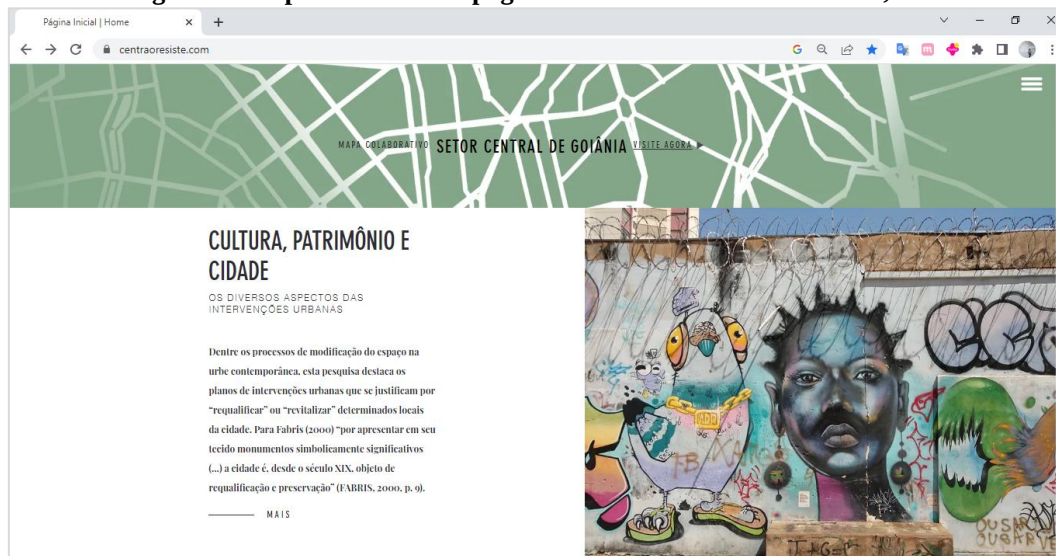
Figura 81. Layout inicial com visão dos tópicos “A Pesquisa” e “A Cidade”, 2022



Fonte: elaborado pela autora em conjunto com Rubens Pinheiro Neto (2022).

A partir das contribuições recebidas na banca de qualificação (ocorrida em agosto de 2022), os layouts foram reformulados e o produto foi tomando forma (figura 81):

Figura 82. Captura de tela da página inicial do site *Centrão Resiste*, 2023



Fonte: *Centrão Resiste*, 2023. Elaborado pela autora em conjunto com Rubens Pinheiro Neto (2023).

Nesse sentido, a proposta para o portal *Centrão Resiste* foi que ele apresente também um mapa interativo do Setor Central (<https://www.centraoresiste.com/mapa-interativo>), no qual o visitante pode interagir clicando nos marcadores do mapa para visualizar informações sobre os locais pesquisados.

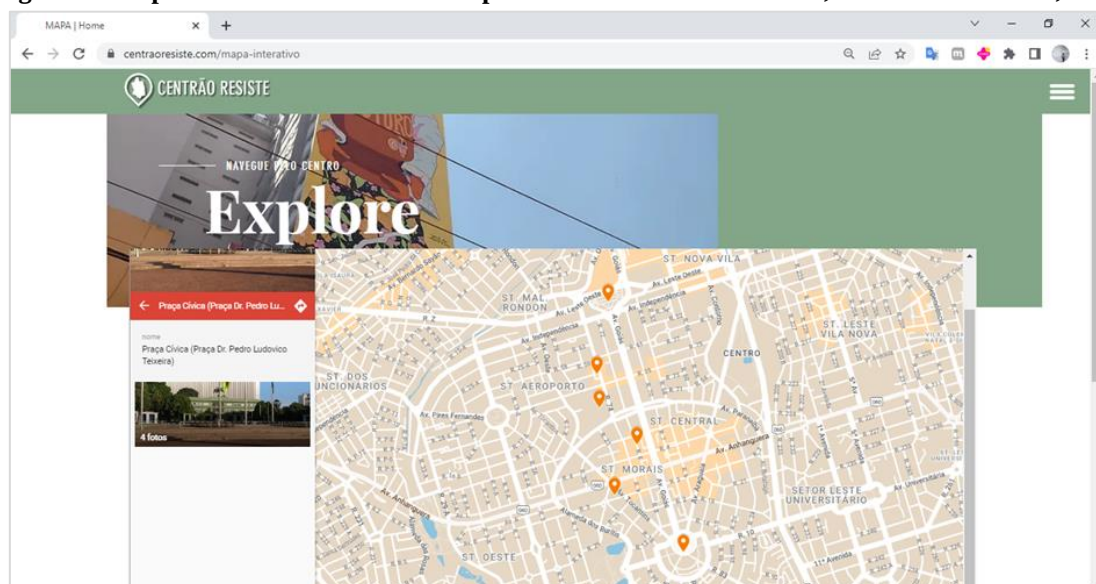
O mapa foi elaborado através da ferramenta virtual *Google My Maps*, podendo ser acessado na tela inicial do site ou ainda pela barra do menu. O mapa conta com três sugestões de roteiros para serem feitos no Setor Central: Roteiro de Comidas & Bares, Roteiro das Histórias e Roteiro das Artes & Culturas.

Figura 83. Captura de inicial com o mapa interativo Setor Central, site *Centrão Resiste*, 2023



Fonte: *Centrão Resiste*, 2023. Elaborado pela autora em conjunto com Rubens Pinheiro Neto (2023).

Figura 84. Captura de tela referente ao mapa interativo do Setor Central, site *Centrão Resiste*, 2023



Fonte: *Centrão Resiste*, 2023. Elaborado pela autora em conjunto com Rubens Pinheiro Neto (2023).

Figura 85. Captura de tela referente aos Estudos de Caso, site *Centrão Resiste*, 2023

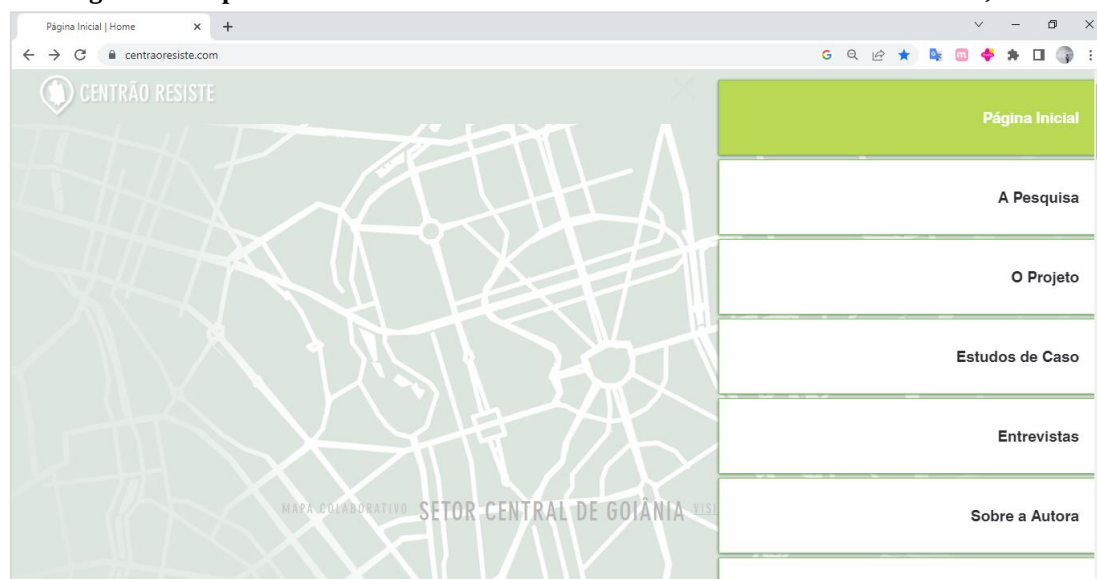


Fonte: *Centrão Resiste*, 2023. Elaborado pela autora em conjunto com Rubens Pinheiro Neto (2023).

O site conta com um menu (figura 86), pelo qual podem ser acessados os tópicos/menus específicos:

- **Home:** tópico que dá acesso à página inicial do portal;
- **A pesquisa:** tópico no qual é possível ver a apresentação da pesquisa realizada e os dados obtidos;
- **Estudos de caso:** tópico que apresenta os estudos de caso realizados referentes às intervenções urbanísticas ocorridas no Setor Central;
- **Entrevistas:** tópico que apresenta os relatos dos participantes, obtidos durante a pesquisa de campo (entrevistas e questionários);
- **Sobre a autora:** tópico de apresentação da pesquisadora responsável, bem como da equipe que participou da realização do projeto;
- **Contribua/Contato:** tópico para que os visitantes do site possam participar e contribuir para a plataforma, fazendo sugestões, enviando materiais e/ou entrar em contato com a pesquisadora responsável.

Figura 86. Captura de tela do menu de acesso ao conteúdo do site *Centrão Resiste*, 2023



Fonte: *Centrão Resiste*, 2023. Elaborado pela autora em conjunto com Rubens Pinheiro Neto (2023).

Estando disponível de forma livre e gratuita para a sociedade em geral, o acesso ao portal possui como requisitos que o usuário possua equipamento eletrônico (celular, computador, notebook, tablet etc.) e conexão de internet. Para acessar o site o usuário deverá digitar o endereço na aba superior direita do navegador escolhido (*Google, Internet Explore, Mozilla* etc.) ou ainda pesquisando o termo “centrão resiste” na aba de pesquisa de site de busca.

O produto pode ser utilizado de diversas formas: como ferramenta educativa – formal e informal –; como banco de dados para pesquisas sobre o Setor Central; como mapa para turistas e moradores, que queiram seguir os roteiros de passeio propostos; entre outros. Ademais, foi criado o endereço virtual <centraoresiste@gmail.com>, através do qual os usuários podem entrar em contato diretamente com a pesquisadora responsável, enviando materiais e contribuições, bem como fazendo sugestões e ou informes de correções necessárias.

4. 3. 1. Público-alvo do *Centrão Resiste*

Como informado anteriormente, o objetivo final do portal é que ele possa ser acesso por toda a comunidade; logo, o público-alvo do produto é a sociedade em geral, sobretudo os cidadãos goianienses. Ademais, o público-alvo também tem a possibilidade de se tornar colaborador da pesquisa, fornecendo informações que complementem o projeto (fotografias, filmes, gravações, relatos, entrevistas etc.)

Para garantir a acessibilidade para o público, o conteúdo da pesquisa acadêmica foi revisado de modo a adaptá-lo para uma linguagem menos acadêmica e técnica. De mesmo modo, a diagramação visual e as imagens que foram selecionadas para o portal buscaram ser atrativas e harmoniosas, para que a navegação no site ocorra de forma intuitiva e acessível.

4. 4. *Centrão Resiste* na luta pelo direito à cidade: devolutivas para a comunidade

Como formas de devolver para a comunidade o resultado da pesquisa, a partir de uma perspectiva de ética acadêmica, foram propostas duas devolutivas.

4. 4. 1. Encontro com os entrevistados

No intuito de divulgar o lançamento do portal, pretende-se fazer um encontro presencial com os entrevistados da pesquisa, com data e local ainda a serem definidos, a depender da disponibilidade deles. O objetivo, além de agradecer a participação, é mostrar os resultados obtidos com a pesquisa e abrir o espaço virtual do portal para colaborações futuras.

Do mesmo modo, os participantes que responderam ao questionário virtual receberão um comunicado via e-mail, informando sobre o lançamento do site e convidando-os a colaborarem com materiais para o portal (fotografias, relatos, vídeos, sugestão de lugares para serem divulgados, curiosidades etc.), assim como participarem do evento de lançamento.

4. 4. 2. Evento de lançamento do portal *Centrão Resiste*

Em parceria com o arquiteto e produtor cultural Alexandre Perini, será organizado um evento presencial de lançamento oficial do portal *Centrão Resiste*, com data e local ainda a serem definidos, a depender da disponibilidade da Secretaria de Cultura de Goiânia, tendo em vista que deve ser feita a solicitação e o agendamento prévio dos espaços. Todavia, uma das prerrogativas do evento é que o mesmo ocorra simultaneamente a algum evento e/ou atividade cultural que já aconteça com frequência no Setor Central (por exemplo o Mercado de Pulgas, realizado no Mercado Popular da 74; a Feira Cultural da Hocus Pocus, realizado em frente à loja de discos e livros; o Encontro de Vinis Centrão, realizado pelo Bar Zé Latinhas).

Objetivo do evento é apresentar o portal para a comunidade participando de forma ativa do cotidiano do Setor Central e, ao mesmo tempo, convidando a todos para colaborarem com a continuidade do projeto. O evento será divulgado através de redes sociais (Facebook, Instagram etc.), redes de transmissão online, assim como serão convidados produtores culturais, gestores do patrimônio, representantes de movimentos sociais, associações sociais, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode-se observar ao longo dos dois anos que envolveram a presente pesquisa, o Setor Central está intrinsicamente ligado à identidade do goianiense, seja pelo seu caráter histórico (enquanto núcleo pioneiro), seja como espaço de resistência para os diversos grupos que se apropriaram do bairro após seu esvaziamento.

A análise da relação entre cidades e patrimônio cultural é de extrema importância para planejadores urbanos e demais profissionais envolvidos na administração dos espaços públicos urbanos, devendo estar presente na pauta das políticas públicas. De mesmo modo, tais políticas devem garantir a efetividade da participação da comunidade no processo de planejamento, não apenas como espectador, mas como agente ativo.

Outro tópico que surge durante a pesquisa é o questionamento do próprio conceito de patrimônio cultural vigente: como afirmado por diversos autores, o entendimento do que é patrimônio cultural em nosso contexto latino-americano esbarra no fato de que tais conceitos foram desenvolvidos em cenários totalmente diferentes. A definição de patrimônio cultural globalizante, difundida mundialmente por organizações e agências internacionais (como por exemplo a UNESCO e o ICOMOS), padroniza as práticas profissionais e homogeneízam os projetos de revitalização/requalificação realizados em todo o globo. Cidades diferentes, contextos diferentes, porém soluções semelhantes.

No caso de Goiânia e do Setor Central, como visto nos estudos de caso e na pesquisa de campo realizados, percebe-se que os projetos desenvolvidos possuem parâmetros técnicos de qualidade, todavia não tiveram a participação da comunidade, que apenas assistiu à execução das obras, como observadores da montagem de um cenário: o palco para o espetáculo do patrimônio cultural urbano, parafraseando Otília Arantes. A pergunta que sobressai, e que foi repetida por alguns dos entrevistados é “para quem foi feito esse espaço?”

Ademais, findas as obras, os espaços seguiram ociosos, ou seja, a mudança proposta foi apenas material e estética. Nesse sentido, resta à iniciativa popular e de associação de moradores de criarem uma agenda de eventos e atividades culturais que convidem os usuários para se apropriarem dos espaços públicos – ao exemplo da parceria firmada entre os comerciantes e donos de bares na Rua 08, e da administração do Mercado Popular da 74, realizada pela associação local.

A pesquisa, para além de um estudo acadêmico, objetivou criar ferramentas e embasamento documental para contribuir com a comunidade, criando um banco de dados referente ao Setor Central – histórico, levantamento fotográfico e documental, análise da legislação urbanística, pesquisa de campo. Os dados obtidos, disponibilizados publicamente através do portal virtual *Centrão Resiste*, reiteram a importância de garantir o direito à cidade para todos os sujeitos urbanos que se apropriam dos espaços, que produzem o patrimônio cultural no dia a dia, no viver cotidiano do Setor Central.

Todavia, a inquietação inicial que motivou esta pesquisa é sanada diante dos dados que, aqui dispostos como a tecitura de uma colcha, contrariam a ideia de que os processos de revitalização e requalificação urbana é que podem trazer de volta a vida ao Centro. Ele não está abandonado, embora esse é o discurso que parte de agentes imobiliários e um problema que a todo custo o governo tenta aplacar; ele também não está morto, como parte da mídia e da população goianiense acredita... Como ele resiste, então?

Viver o bairro de forma mais ativa, como foi possível durante a realização desta pesquisa, revela que sim, o Centrão resiste! Resiste através da vida que pulsa nas cores, nos sabores, nos cheiros; da vida que surge e se mantém nos becos, nas ruas, nos mercados, nas feiras, nas festas e manifestações; resiste na pluralidade do encontro entre os sujeitos urbanos que dia a dia vivem os espaços do Setor Central, como parte da identidade goianiense e do modo de ser goiano.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Sobre a memória das cidades**. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. D.; SPOSITO, M. E. B. *A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 1ª. ed., 2020, p. 19-39.

ANTUNES, M. M. **Conteúdos para a Difusão do Patrimônio Cultural Goianiense nas Mídias Digitais**. Goiás: Relatório Técnico (Mestrado Profissional), Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina (PROMEP/UEG), 2022. Disponível em: <https://cdn.ueg.edu.br/source/mestrado_em_estudos_culturais/memoria_e_patrimonio_-_campus_cora_coralina_338/conteudo/11839/Maysa_Relatorio_Tecnico_PROMEP_2022_1.pdf>. Acesso em: Agosto de 2022.

AMARAL, C. V. L. **Planos de Goiânia: a construção da cidade moderna na perspectiva urbanísticas**. In: CAIXETA, Eline M. M. P.; ROMEIRO, Bráulio *Interlocuções na arquitetura moderna no Brasil: o caso de Goiânia e outras modernidades*. Goiânia: Editora UFG, 2015. p. 43-70.

ARANTES, G. D. F. **Reabilitação urbana como gentrificadora segregadora social: o caso dos Parques Vaca Brava e Flamboyant**. Goiânia: dissertação de mestrado, PUC-GO, 2012.

ARANTES, O. B. F. **Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas**. In: ARANTES, Otilia B. F.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013, p. 11-74.

ARAUJO, M. D. **A hospitalidade no mercado Popular da rua 74 – Goiânia, em tempos de pandemia causadas pela covid-19**. Goiânia: Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Gestão dos Serviços de Hospitalidade) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, 2022. Acesso em: outubro de 2022.

ARRAIS, J. D. S. E. S. **Os espaços públicos em áreas centrais: configuração, vitalidade e infraestrutura ociosa no centro antigo de Goiânia**. Brasília: dissertação de mestrado, Universidade de Brasília (UnB), 2015.

BARBOSA, Raquel Miranda. **Muito além das telas douradas: cidade e tradição em Goiandira do Couto**. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História (Doutorado) da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

BORGES, P. C. A. **Mudanças urbanas e fragilidades da política de memória (A destruição do Monumento ao Trabalhador em Goiânia)**. Brasília: Revista Sociedade e Estado, vol. 32, n. 2, Maio/Agosto 2017, p. 345-370. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/rqCLx3ZsSJyWgn7mrX6tzNp/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: novembro de 2022.

BRANDÃO, S. B. **A antiga linha férrea de Goiânia. De símbolo da modernidade à obsolescência**. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) - Universidade Federal de

Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: < <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7776> >. Acesso em: novembro de 2022.

CARDOSO, R. **Identidades e convivências: o centro como ponto de encontro**. In: MEYER, R. M. P. (Org.). *Os centros das metrópoles. Reflexões e propostas para a 108 cidade democrática do século XXI*. São Paulo, Associação Viva o Centro, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Terceiro Nome, 2001.

CARLOS, A. F. A. **Da organização à produção do espaço em movimento**. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2020, p. 53-74.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHAUL, N. F. **Goiânia: a capital do sertão**. Goiânia: Revista UFG, v. 11, n. 6, p. 100-110, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48235/23591>>. Acesso em: Setembro de 2021.

CHAVEIRO, E. F.. **Goiânia: travessias sociais e paisagens cindidas**. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

COELHO, G. N.; VALVA, M. D'A. **Patrimônio cultural edificado**. Goiânia: UCG, 2001.

COSTA, R. A. R. **A recepção e a estética das imagens grafitadas nos espaços da cidade de São Paulo**. São Paulo, Dissertação de Doutorado, ECA-USP, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001101009>>. Acesso em: outubro/2021.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão**. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. D.; SPOSITO, M. E. B. *A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 41-52.

CORRÊA LIMA, A. **Plano Diretor da Cidade (Relatório apresentado ao interventor Pedro Ludovico Teixeira): Goiânia - a nova Capital**. In: IBGE. *Goiânia - Coletânea*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. p. 45-112.

COSTA, E. B. da. **Intervenções em centros urbanos no período da globalização**. Presidente Prudente: Revista Cidades, v. 9, 2012, pg. 86-117. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12029>>. Acesso em: Abril de 2022.

COSTA, E. B. da. **Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder**. In.: *Actas XIV Colóquio Internacional de Geocrítica*.

Barcelona, Catalunha: Universidade de Barcelona, p. 1-32, 2016. Disponível em: <https://www.ub.edu/g_eocrit/xiv_everaldocosta.pdf>. Acesso em: outubro de 2022.

COSTA, E. B. da. **Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia**. Bogotá, Colômbia: Cuadernos de Geografía - Revista Colombiana de Geografía, v.26, n. 2, Jul-Dez 2017. 53-75. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/2818/281852304004/html/>>. Acesso em: Abril de 2022.

COSTA, E. B. da. **Planificación urbana posible, imaginario, existencia y cultura**. São Paulo: Tempo Social - Revista de Sociologia, v.33, n. 1, 2021. 91-120. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/164522/170818>>. Acesso em: Maio de 2022.

COSTA, E. B. da. **Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina, conceptos decoloniales y praxis**. Venezuela: Revista Geográfica Venezoelana, v.1, n. 62, Janeiro-Junho 2021a. pg. 108-127. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/47523>>. Acesso em: Maio de 2022.

COSTA, E. B. da. **Planificación urbana posible, imaginario, existencia y cultura**. São Paulo: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 33, n. 1, 2021b. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/164522/170818>>. Acesso em: Abril de 2022.

COSTA, E. B. da; SCARLATO, F. C. **As fases de (re)produção do patrimônio cultural brasileiro: interpretação e valoração da paisagem urbana da gênese colonial à mercantilização das cidades históricas no Brasil**. OLAM: Ciência & Tecnologia, Rio Claro, ano 9, v. 9, n. 1, p. 8-47, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/2585/2645>>. Acesso em: Dezembro de 2021.

DAHER, T. **Goiânia, uma utopia européia no Brasil**. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

DAHER, T. **O projeto original de Goiânia**. Goiânia: Revista UFG, v. XI, n. 6, p. 77-90, Junho de 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48233/23589>>. Acesso em: Abril de 2022.

DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DIAS, E. **Goiânia e sua (falta de) memória: a saga para reconstruir o Monumento ao Trabalhador**. Goiânia: Jornal Opção, reportagem veiculada em 01/05/2016, edição n. 2130. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/goiania-e-sua-falta-de-memoria-saga-para-reconstruir-o-monumento-ao-trabalhador-64949/>>. Acesso em: novembro de 2022.

DIDI-HUBERMAN, G. **O que vemos e o que nos olha**. Campinas: Editora 34, 1998.

_____. **Quando as imagens tocam o real**. Belo Horizonte: Pós, v.2, n.4, p.204-2019, 2012.

DINIZ, A. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932 – 1935): Ideal estético e a realidade política**. Brasília: Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2901>>. Acesso em: Setembro de 2021.

ESTADO DE GOIÁS. **Decreto-Lei nº 3.547 de 6 de julho de 1933**. *Encarrega o urbanista Attilio Corrêa Lima, representante da firma P. Antunes Ribeiro e Cia.; do Rio de Janeiro, do estabelecimento do projeto da futura Capital do Estado*. Goiás: 1933.

ESTADO DE GOIÁS. **Decreto-Lei nº 657 de 3 de janeiro de 1935**. *Determina que se denomine "Avenida Goiás", a que, na planta da nova Capital, tomou o nome de Pedro Ludovico*. Goiás: 1935.

ESTADO DE GOIÁS. **Decreto-Lei nº 3.547, de 6 de julho de 1933**. Goiás: 1933.

GRANDE, I. O. de. **Contradições no centro tradicional de Goiânia: usos e transformações no espaço da praça cívica e Avenida Goiás**. Florianópolis: Revista PerCursos, v. 16, n. 30, p. 74-98, Janeiro-Abril 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616302015074>>. Acesso em: Junho de 2021.

GRANDE, I. O. de; BOAVENTURA, D. M. R. **Da praça ao shopping: mudanças no espaço público do centro de Goiânia**. Chapecó: Revista Grifus, v. 23, n. 36/37, 2014. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/2777>>. Acesso em: julho/2021.

GOMES, P. C. da C. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GONÇALVES, J. R. S. G. **O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 28, n. 55, 2015, p. 211-228. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/55761>>. Acesso em: Junho de 2021.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

JAQUES, P. B. **Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?** Salvador: Revista de Urbanismo e Arquitetura, v. 06, n. 01, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229/2347>>. Acesso em: Julho de 2021.

JEUDY, H. P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, R. P. **Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, v. 17, n. 49, jun. 2002.

LIMA, L. N. M. de. **Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência**. Brasília: Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de Brasília UnB, 2017. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24935> >. Acesso em: outubro a dezembro de 2022.

LOPES, E. A. D. B. **Goiânia: dinâmicas do patrimônio e da memória entre a instituição da cidade-monumento e a cidade-praticada: diálogos e desafios**. Porto Alegre: Anos 90, v. 25, n. 48, dezembro 2018, p. 275-296. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/82408>>. Acesso em: agosto 2022.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MANGUEL, A. **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2ª ed., 2021.

MATTOS, M. C. de; ASSUNÇÃO, Y. B.; BATISTA, M. H. **A teoria na prática: o conhecimento aplicado no desenvolvimento de produtos técnicos**. In.: VASCONCELOS, F. C. W. *Produtos Técnicos como Instrumentos de Divulgação Científica*. Editora Appris, 2020. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=AF3yDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT18&dq=mestrado+profissional+divulga%C3%A7%C3%A3o+cient%C3%ADfica&ots=qLQI5VxjQL&sig=I91N59-DjjsCx4zXwbOEAX-kJAo#v=onepage&q&f=false> >. Acesso em: janeiro de 2023.

MEDEIROS, W. A. de. **Patrimônio, memória e gestão: uma nova imagem de Goiânia**. Goiânia: dissertação de mestrado, PUC-GO, 2003.

MEDEIROS, W. de.; RESENDE, S. C. P. **Goiânia, retorno ao centro: entre a fragmentação do território e a legitimação do ideário moderno**. Goiânia: Revista Mosaico, v. 14, p. 80-94, 2021. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/8658>>. Acesso em: Janeiro de 2022.

MENDONÇA, J. G. C. **A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

MESQUISTA, E. **Território usado e lógicas patrimoniais no Paraguai**. Revista PatryTer, v. 3, n. 6, p. 167–184, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/32283>>. Acesso em: outubro/2022.

NITO, M. K. da S.; SCIFONI, S. **Ativismo urbano e patrimônio cultural**. São Paulo: Revista arq.urb, v. 1, n. 23, p. 82–94, 2019. Disponível em: <<https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/40>>. Acesso em: outubro de 2022.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: Julho de 2021.

PEREIRA, P. H. P.; BARBOSA, J. M.; REZENDE, M. D. S. 3/21: **O Plano Goiânia 21 e as intervenções no Centro de Goiânia**. Anápolis: Revista Mirante, v. 9, n. 1, 2016, p. 199-215. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/mirante/article/view/5162>>. Acesso em: outubro de 2022.

OLIVEIRA, E. C. **História Cultural de Goiânia**. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

OLIVEIRA, A.F; CHAVEIRO, E.F. **Desigualdades sócio-espaciais, democracia e gestão metropolitana: análise do desempenho institucional em Goiânia (1997-2007)**. Goiânia: Boletim Goiano de Geografia, v. 28, n. 2, p. 187-202, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/5743/4538>>. Acesso em: Maio de 2022.

OLIVEIRA, J. S. de; MORAIS, J. M. de; SILVA, M. P. **RUA DO LAZER NO CENTRO DE GOIÂNIA: uma análise a partir do conceito de lugar**. Grajaú/MA: Revista InterEspaço, v. 07, n. 20, p. 01-19, 2021. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/13588/9532>>. Acesso em: setembro de 2022.

O POPULAR. **Paço fracassa há 20 anos em revitalização do Centro de Goiânia**. Goiânia: Grupo Jaime Câmara, reportagem veiculada em 04/07/2021. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/pa%C3%A7o-fracassa-h%C3%A1-20-anos-em-revitaliza%C3%A7%C3%A3o-do-centro-de-goi%C3%A2nia-1.2278943>>. Acesso em: junho/2022.

PESAVENTO, S. J. **Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano**. Pelotas/RS: Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, vol. II, n. 4, Jul/Dez 2005, pg. 9-17. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/893>>.

PERES, N. B.. **Lugares de Memória dos Trabalhadores #17: Monumento ao Trabalhador, Goiânia (GO)**. Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT), 2019. Disponível em: <<https://lemtufrij.wordpress.com/2019/12/05/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-17-monumento-ao-trabalhador-goiania-go-nelio-borges-peres/>>. Acesso em: novembro de 2022.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. São Paulo: Estudos Históricos, 2, n. 3, 1989. 3-15. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: Julho de 2021.

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/minhocacontragentrificacao>>. Acesso em: dezembro de 2021.

REZENDE, M. D. S.; PEREIRA, P. H. M.; FROTA, J. A. D.; BARBOSA, L. J. M. **Patrimônio ou espetáculo? O caso da revitalização da praça cívica de Goiânia.** Anápolis: Revista Mirante, v. 11, n. 7, junho de 2018. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/mirante/article/view/7989>>. Acesso em: julho/2021.

SANT'ANNA, M. **A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos.** Brasília: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 35, p. 139-155, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/pu_blicacao/revpat_35.pdf>. Acesso em: Julho de 2021.

SANTOS, R. S. dos. **A plasticidade na interação entre sujeito e lugar – Estética em um sítio patrimonial: o caso da Praça Cívica em Goiânia.** Brasília: Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/39183>>. Acesso em: julho/2021.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2018.

SERPA, A. **Lugar e centralidade em um contexto metropolitano.** In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. D.; SPOSITO, M. E. B. *A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.* São Paulo: Contexto, 2020. p. 97-108.

SERPA, A. **Por uma geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia.** São Paulo: Contexto, 1. ed., 2021.

SOUSA, G. V. de . **Espaço público como expressão ativa do território usado.** Revista PatryTer, v. 5, n. 10, p. 273–295, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/42743>>. Acesso em: novembro de 2022.

UNES, Wolney. **Identidade Art Déco de Goiânia.** Goiânia: Editora UFG, Ateliê Editorial, 2008.

VALVA, M. D. **A permanência e a transformação das cidades. Goiânia e o tombamento de seu traçado viário.** Caracas, Venezuela: Revista Espacios, vol. 38, nº 16, 2017, p. 15-30. Disponível em: <<https://revistaespacios.com/a17v38n16/a17v38n16p15.pdf>>. Acesso em: outubro de 2022.

VILARINHO, L. C. **Descentralização do centro de Goiânia (1950-1980).** Presidente Prudente: Caderno Prudentino de Geografia, n. 40, v.2, p. 39-58, Jul./Dez. 2018. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6046>>. Acesso em: março de 2023.

UNIÃO, CGU -C. G. D. **Relatório nº. 20160322. Avaliação dos Resultados da Gestão na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Estado de Goiás, IPHAN/GO.** Goiás: Superintendência do IPHAN-GO, 2016.

ANEXOS

ANEXO I

Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa CEP-UEG



UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MEMÓRIA E IMAGINÁRIO NOS CENTROS URBANOS: O CENTRO HISTÓRICO DE GOIÂNIA - GO E SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS

Pesquisador: Jordana Gouveia e Silva

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 50839721.0.0000.8113

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Goiás

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.989.115

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas dos arquivos Informações Básicas da Pesquisa ("PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO1800080", de 12/08/2021) e Projeto de Pesquisa ("projeto_de_pesquisa_jordana_gouveia", de 02/08/2021).

Recomendações:

Solicita-se à pesquisadora:

1. Apresentar ao CEP, para apreciação, assim que os tiver os confeccionar, os modelos (com questões norteadoras/formulários/roteiros) de entrevista e do formulário de questionário que serão utilizados como instrumentos de coleta de dados, conforme compromisso. Os mesmos devem ser incluídos como apêndices no arquivo do Projeto de Pesquisa ou inserido na Plataforma como arquivos separados.
2. Disponibilizar os links dos formulários de questionário e entrevista para serem analisados pelo CEP, uma vez que os mesmos estiverem prontos para conferência e análise do conteúdo

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Gostaríamos de parabenizar a pesquisadora, e o seu orientador, pelo extremo cuidado e rigor com a elaboração do projeto e de todos os documentos solicitados por este comitê para apreciação e aprovação da pesquisa. Desejamos sucesso no desenvolvimento da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado

Prezada pesquisadora,

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UEG considera o presente protocolo APROVADO. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado e lembramos que os relatórios de pesquisa devem ser enviados semestralmente, comunicando ao CEP a ocorrência de eventos adversos esperados ou não esperados, conforme disposto na Norma Operacional do CNS nº 001/2013. O prazo para a entrega do relatório final, via notificação na Plataforma Brasil, é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.



UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 4.989.115

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ANAPOLIS, 21 de Setembro de 2021

Assinado por:

MARIA IDELMA VIEIRA D ABADIA
(Coordenador(a))

ANEXO II

Transcrições de entrevistas presenciais

DATA DA ENTREVISTA: 07 de maio de 2022

LOCAL: Goiânia (GO)

ENTREVISTADO(A): Guilherme Talarico de Oliveira, 52 anos, Historiador e professor

Pesquisadora Jordana: Você reside ou já residiu no bairro Setor Central em Goiânia?

Entrevistado Guilherme: Minha família veio de São Paulo, em meados da década de setenta. E a gente, desde aquela época, sempre morou no centro da cidade. Quando meus avós vieram para cá, eles eram fazendeiros, compraram terra em Goiás e se mudaram para Goiânia... A gente morou no primeiro lugar que meus avós moravam, foi na praça de Botafogo, meados da década de setenta. Depois ela comprou uma casa ali na Rua Vinte e Quatro, na esquina da Vinte e Quatro, onde tem o Condomínio Cristal hoje.

Depois, no Edifício Angelina que também é na Vinte e Quatro. Depois disso, minha vó já comprou esse apartamento no qual estamos em frente, que fica na esquina da Rua Três com a Oito, eu já tinha uns dez ou onze anos. Minha família sempre foi de São Paulo à Goiânia, então, às vezes, meu pai estava trabalhando em São Paulo. A gente morou no interior de São Paulo durante muito tempo também, mas todas as férias a gente já morava aqui, então eu me lembro, por exemplo, quando a Rua do Lazer ainda não existia, atravessavam carros aqui. Na Anhanguera também. Depois teve um período que a gente morou naquele prédio, ali na esquina com a Seis, aonde é a loja da Apolo Esportes. Também em um outro prédio ali na Rua Nove do lado ali da Galeria do Cine Ouro, então sempre esse núcleo aqui.

Pesquisadora Jordana: Sempre no centro?

Entrevistado Guilherme: Sempre no centro. Eu digo que a Rua Três é meu berço. Do Jóquei à Alameda do Botafogo, a Três todinha assim do centro é onde eu vivi, cresci e aprendi a ser gente. Foi aqui.

Pesquisadora Jordana: A pergunta número dois... O Setor Central é o seu local de trabalho? Atualmente é seu local de trabalho?

Entrevistado Guilherme: Não. Atualmente não.

Pesquisadora Jordana: Moradia?

Entrevistado Guilherme: Sempre foi moradia.

Pesquisadora Jordana: Lazer?

Entrevistado Guilherme: Também, porque eu sou “joqueano”, né? E é muito triste, né. Do jeito que você vê o Jóquei que estava...

Pesquisadora Jordana: Turismo também?

Entrevistado Guilherme: Pode-se considerar.

Pesquisadora Jordana: Passagem?

Entrevistado Guilherme: Sim, também.

Pesquisadora Jordana: E compras?

Entrevistado Guilherme: Sim.

Pesquisadora Jordana: Algum outro tem que eu não tenha mencionado?

Entrevistado Guilherme: Acho que relação afetiva com esse espaço que é diferente, né?

Pesquisadora Jordana: Por que diferente?

Entrevistado Guilherme: É porque você envolve todas essas coisas, mais nos momentos de vivência, por exemplo, meus amigos. Desde o tempo da escola a gente convive e as lembranças, as memórias aqui, deste espaço, são desde essa época. A gente era de brincar na rua, mas era um outro tipo de brincadeira também, não era como brincadeira de cidade pequena, no interior... Por exemplo, eu não aprendi a andar de bicicleta por conta desse movimento no centro da cidade, a minha mãe também não tinha tempo de levar a gente a um parque para aprender a andar de bicicleta, e não deixava a gente andar de bicicleta na rua, então, quando eu já achava que era dono do meu nariz, ao invés de uma bicicleta, eu queria andar de skate. Então, assim, essas memórias.

Pesquisadora Jordana: Acho que já emenda então à terceira pergunta que, ao se falar sobre o centro, qual é a primeira coisa que te vem à mente?

Entrevistado Guilherme: Ah... Eu estou tentando achar uma palavra para essa vivência, sabe? Para perceber que eu já tô ficando velho e desde quando eu sou criança, eu ando por essas ruas aqui. Eu não sei uma palavra certa.

Pesquisadora Jordana: Ao se falar sobre o centro, você tem alguma memória ou lembrança afetiva em particular?

Entrevistado Guilherme: Muitas, muitas... Desde esse período, de criança mesmo, eu me lembro quando a gente tinha que acordar cedo para ir à escola. A gente ia a pé; de lá atravessava o centro em várias direções. Primeiro eu estudei no Santo Agostinho, então eu pegava aqui, descendo a Araguaia. Minha mãe levava a gente a pé, meu pai precisava do carro para trabalhar e não dava tempo de levar a gente para a escola, enfim. Sempre

fui a pé para a escola. Depois, a gente foi estudar no Emanuel, depois da Praça Cívica, no comecinho do Setor Sul. Na época era viela, agora tem uma avenida que passa ali. Então era um outro caminho que eu fazia, atravessando o centro, ali pela Praça Cívica, depois comecei a estudar, aí eu já trabalhava no Colégio Carlos Chagas, que era na esquina da Goiás como a Quatro. Em sobreloja, tinha um colégio ali, mas foi rápido também, porque foi antes do vestibular. Foi quando eu resolvi fazer escola técnica. Isso foi meio desgastante para mim, eu não gostei de estudar o dia inteiro. Não sobrava tempo para namorar, para me divertir. Comecei a trabalhar nessa época também. Comecei a trabalhar com quinze anos e meu pai arrumou uma peixada para mim, né. Porque era para eu começar a trabalhar como contínuo de banco, que funcionava ali na Goiás. Hoje é uma loja de variedades daqueles chineses.

Pesquisadora Jordana: Qual o nome do banco?

Entrevistado Guilherme: Chamava-se Banco Geral do Comércio, hoje, depois de um tempo, o Santander comprou esse banco. Era ali na Goiás, número trezentos e alguma coisa... Quase eu lembro até o número... Tem uma memória muito boa do centro da cidade, quando eu trabalhava no banco, aqui no centro, porque, como Office Boy, eu circulava praticamente o centro comercial, as repartições... Todos os dias. Você tinha que levar um documento na prefeitura, que na época era chamado Palácio Campinas, ali na Praça Cívica. Isso com quinze anos, eu já conhecia muito bem a cidade, então meu pai achou que poderia ser tranquilo. E, realmente, foi muito tranquilo. Período que eu me divertia muito andando pela cidade, na porta do prédio aqui também, que na época era da minha avó. Ali de frente, tinha um fliperama; todas as oportunidades que eu tinha para sair do trabalho para entregar alguma coisa, em algum lugar, carimbar um documento —, na época, a gente tinha que carimbar coisas né —, eu dava uma paradinha no fliperama.

Então eu chegava até ir ao cinema, no Jóquei, jogar bola, depois eu voltava para o trabalho, era assim, me divertia muito.

Pesquisadora Jordana: Qual cinema que você gostava muito?

Entrevistado Guilherme: Aqui no Centro né? Era muito bom o centro, eram uns espaços culturais, nos cinemas. Uma pena que, hoje, a gente só tenha um, dois... Dois com o Banana que, infelizmente, pegou fogo, mas era ali na Goiás. Tinha o Frida, eu assisti o “E.T”. ali no Frida. Nunca esqueço, eu lembro. Eu acho que eu lembro quase todos os filmes aqui no Casablanca. Eu achei a assistir o Super Homem, aquele primeiro, aqui no Casablanca. Depois de um tempo, eu ainda era adolescente, o

Casablanca passou a ser um filme pornô, né. E era assim, o ápice da contravenção: você conseguir entrar no cinema. A gente fazia essa disputa: quem conseguia assistir um filme no Casablanca. O cine oro era maravilhoso e o que eu mais gostava, eu achava incrível, era o Cine Capri. Lá na Tocantins, eu me lembro ainda do cinema que funcionava no antigo Hotel Presidente.

Eu gostava demais porque eu achava imponente aquela escadaria, eu achava a coisa mais incrível você subir na escadaria. Tinha gente que até tinha dificuldade para ir ao cinema, no caso do Capri, por conta das escadarias. Cê precisava comprar o bilhete, a gente ficava, às vezes, aguardando o horário da sessão ali na escada. Realmente era um espaço muito bacana. Apesar de não ser acessível.

Pesquisadora Jordana: O que você mais gosta no Centro?

Entrevistado Guilherme: Por eu não ser um cara muito ligável em automóvel, não tenho nem carteira de motorista, eu não gosto, eu acho que a facilidade de acesso né? Outra coisa que eu adorava no centro de Goiânia era a infinidade de lojas de disco que a gente tinha aqui. Aqui mesmo, onde a gente está sentado, era uma que eu gostava muito. Chamava-se Discatel. Ali, na outra quadra, tinha Paulistinha... Tinha várias. Paulistinha, na Rua do Lazer, tinha uma Paulistinha pequena, mas era na Anhanguera então assim, praticamente em todas as quadras na Goiás, tinha uma loja de discos. Depois o vinil desapareceu, chegou o LP, o CD... Os sebos ocuparam esse espaço, sabe? Fora sumindo.

Tem uma que existe daquela época até hoje é na Anhanguera. É uma pequenininha também, não vou lembrar o nome.

Pesquisadora Jordana: O que você menos gosta do Setor Central?

Entrevistado Guilherme: O descaso com a parte urbana. O descaso com os prédios históricos. Porque eu sou um historiador, mas não é romantismo com o que é antigo, é mais essa feiura de manutenção do espaço. Esses painéis que os meninos fizeram com o grafite agora, recentemente, deu um outro ar para a rua. Poderiam espalhar. Tanta gente olha e fala “poderia ser um painel ali também”. Para dar uma vida para o Centro. Fica tão bonito, todo mundo admira.

Pesquisadora Jordana: Qual espaço, para você, é um marco ou um símbolo no centro. O que te vem à mente?

Entrevistado Guilherme: Eu acho o Jóquei uma pérola no centro de Goiânia. Acho que eu fico esperançoso que esses projetos de revitalização vinguem. Que venham a ser concretizados, porque é um desrespeito o abandono do Jóquei Clube e os antigos

cinemas. Eu sou da opinião de que os cinemas deveriam deixar de ser igreja e voltar a ser cinema.

Pesquisadora Jordana: Quais os locais que você mais frequenta/utiliza no centro, atualmente?

Entrevistado Guilherme: Aqui, na Rua do Lazer, porque eu moro do lado. Alguns, no prédio da minha mãe, são muito idosos, pessoal da antiga mesmo que ainda mora ali, então se incomodam com a música. Às vezes a galera exagera no horário; música alta e tal. Mas essa revitalização aqui da Rua do Lazer, da Rua Oito também, o espaço ali embaixo. Dos barezinhos que estão abrindo ali, o cinema que resta ali na Rua Oito. Essa revitalização trouxe um novo pique, uma energia boa aqui para esta região que estava se tornando a Cracolândia de Goiânia, né. Minha mãe, por exemplo, ficou assustada quando o pessoal começou a abordar ela em plena luz do dia, os usuários de droga. A gente sabe muito bem que esse não é um problema social exclusivo de Goiânia. Não é restringindo o acesso que a gente vai resolver, mas foi muito interessante essa revitalização da Rua Oito, e a primeira coisa que eu senti que foi importante para mudar essa situação da Cracolândia aqui nesse espaço. Foi a abertura de uma distribuidora de bebidas vinte e quatro horas. Num primeiro momento minha mãe ficou assustada, “pronto, agora é que vai ser mesmo um espaço de drogados e bêbados”, mas eu já tinha alertado ela que era exatamente o contrário. Por ser um comércio aberto vinte e quatro horas é que ia intimidar os usuários de drogas, e foi realmente o que aconteceu.

Pesquisadora Jordana: Quais outros espaços públicos você identifica que sofreram mudanças, obras de intervenção urbana?

Entrevistado Guilherme: A Praça Cívica, por ser uma região que a gente circulava muito. Um outro espaço que eu acho que foi muito interessante por um tempo foi esse aqui, onde estamos, o Grande Hotel, né? Ele passou a ser um centro cultural pouco aproveitado, diga-se de passagem, mas naquela época rolava o Chorinho. Muito interessante também. Acho que, a partir do chorinho, veio essa revitalização do centro. Foi uma ideia muito bacana.

Pesquisadora Jordana: O que você acha mais significativo dessas reformas do bairro?

Entrevistado Guilherme: Eu acho que as pessoas ainda têm muito medo do centro da cidade. Já vi situações de pessoas de quase pânico de andar aqui pelo centro. Me parece que melhorou um pouco. Não sei te dizer como estão os índices de violência, mas a impressão que eu tenho é que as pessoas estão mais à vontade no centro.

Pesquisadora Jordana: Entendi. Positivo, então, você enxerga que melhorou, deu mais segurança para as pessoas após as revitalizações?

Entrevistado Guilherme: Pelo menos, assim, é uma segurança simbólica.

Pesquisadora Jordana: Você acha que teve alguma coisa negativa após as revitalizações?

Entrevistado Guilherme: Eu acho que tem um processo, que é quase inevitável, que é de expulsar o comerciante mais tradicional. O preço... Esse nosso amigo, que eu estava lembrando, Joaquim da VHS, ele não conseguiu ficar aqui pelo encarecimento do espaço. Aumentou o aluguel, porque houve uma revitalização da região. Ele teve que sair; esse processo, eu acho que é difícil de ser evitado. Talvez seja um ponto negativo. Mas, por outro lado, é uma balança, né?! Traz espaços novos, outros comércios mais sofisticados. A gente está aqui, numa sorveteria que não existia até pouco tempo. Você não tinha uma sorveteria aberta no final de semana em Goiânia. Lanche aberto no centro. O centro virava um deserto de fim de semana.

Pesquisadora Jordana: **As mudanças ocorridas no centro interferiram, de alguma forma, o modo como você utiliza o bairro?**

Entrevistado Guilherme: Nunca. De modo algum. Lembro da reforma da Avenida Anhanguera; foi triste. E daquela retirada do canteiro central da Anhanguera, mas mesmo naquela época a gente não sabia que era passageiro. Essa obra que houve aqui, recentemente, na Avenida Goiás, foi bem impactante para os moradores, principalmente para quem circula de carro. Mas também não mudou a rotina de quem mora aqui.

Pesquisadora Jordana: **Na sua opinião pessoal, existe patrimônio cultural presente no Setor Central?**

Entrevistado Guilherme: Patrimônio cultural, não... O Art Decó não representa, para os moradores da cidade, do centro da cidade.

Pesquisadora Jordana: Por quê?

Entrevistado Guilherme: Ele é quase que invisível, principalmente para quem já mora aqui há muito tempo. Não percebe o Art Decó como um elemento diferenciado, né? Da urbanidade. Ele sempre esteve em alguns espaços, ele vai estar sempre como, por exemplo, o entorno da Praça Cívica, mas a gente lamenta, claro, que alguns espaços vão sumindo. Aquelas casas mais antigas, bonitas, os sobrados. A gente passa por eles quase que desapercebidamente, mas quando eles somem a gente percebe.

Pesquisadora Jordana: Para você, o que deveria ser considerado patrimônio cultural?

Entrevistado Guilherme: Eu acho que o tombamento do traçado da cidade foi muito feliz. Eu vejo assim, quando a gente vai para outros lugares que tem um traçado planejado, por exemplo, aonde eu estou morando agora, em Goianésia: uma cidade planejada com os quarteirões quadradinhos, com as ruas numeradas. A gente passa a dar mais valor para Goiânia.

Pesquisadora Jordana: **Tem algum outro elemento que você acha que deveria ser patrimônio cultural?**

Entrevistado Guilherme: Eu achei interessante a proposta de tombamento do Pit Dog, do lanche. Por falta de um outro termo, a gente vai chamar de comida de rua. Em Goiânia a gente conhece como Pit Dog. Eu achei interessante porque, se você pensar que o Pit Dog é um espaço de resistência ao Fast-Food. É uma coisa que quem mora no centro dá valor.

Pesquisadora Jordana: **Existe algum espaço no centro que não existe mais, mas que deveria ser considerado patrimônio?**

Entrevistado Guilherme: Vou considerar que vi do Jóquei como quase que ele não existe mais. Ele está lá, mas só a casca. Toda aquela vida que existia de um clube social no centro da cidade. Está congelado, não existe mais. Acho que o Jóquei seria um ganho muito grande para Goiânia se ele fosse, de alguma forma, tombado e revitalizado. Eu acho que o colégio em frente. José Carlos de Almeida. Agora virou um departamento da Secretaria da Educação. É um colégio em frente ao Jóquei. Lembrei de um lugar, Jordana, só que, assim, é mais comum como espaço de uma memória de rebeldia. Era um lugar que eu odiava, que era Café Central.

Pesquisadora Jordana: Você não gostava?

Entrevistado Guilherme: Não. Odiava. Sempre fui meio revoltado assim. Era meio punk quando era mais novo e eu sempre vi ali o Café Central como um lugar retrógrado, conservador... A categoria que eu mais odiava no mundo era dessa gente observadora. Que abusava e abusa até hoje dos poderes. Eu confesso que fiquei feliz que ele não existe mais, mas talvez se ele tivesse sido reconfigurado para uma outra coisa...

Pesquisadora Jordana: **Quando a gente fala do centro, tem alguma memória que você não gosta? De algum momento, no centro, que te marcou negativamente?**

Entrevistado Guilherme: Ah, mais do meu pai. Me lembra muito o centro de Goiânia, sabe? Ele era um cara que ele também gostava muito aqui do centro; teve momentos muito agradáveis aqui, apesar de alguns serem muito tristes também. Lembrei agora do dia que o Brasil perdeu a copa de oitenta e dois. Foi muito triste. Meu pai me pegou

pela mão, a gente encostou ali; chamava Fonte do Paladar, era uma sorveteria que tinha ali na Anhanguera, a gente se sentou ali, pediu um sorvete. O país inteiro comovido por ter perdido. De ter sido eliminado, não fomos para final... Então são memórias do centro. E outra coisa, também, que eu lembro; essa história ficou marcada. Tinha uma vizinha ali, da minha mãe, ela implicava muito com uma munguba que ficava ali, no primeiro andar. Então a munguba ficava para dentro do apartamento dela.

Pesquisadora Jordana: Do prédio, praticamente.

Entrevistado Guilherme: Ela achava muito ruim a árvore ali e sempre reclamava porque trazia muito inseto, muito bicho para o apartamento dela. Durante dois anos, ela reclamando e eu a ouvia brigando com a munguba. Um dia cortaram a árvore, podaram. Tanto que, né. Não existe mais. O Sol batendo, incidindo diretamente no apartamento, Jordana, na outra semana essa velha morreu. Não esqueço disso. Fiquei muito impressionado. Eu era adolescente na época.

Pesquisadora Jordana: Com relação às mudanças de espaço, você acompanha algum espaço que se transformou totalmente e que hoje em dia é bem diferente?

Entrevistado Guilherme: Aquela região do mercado mudou bastante, né? No Mercado Central, ali. Na Três que era um espaço mais degradado antes, mas ficou muito interessante. Estrutura no concreto, mas me parece que perdeu um pouco daquele ar de popular. Agora ele é popular novamente, mas não sei te dizer. Não é como antigamente. Aquele Centro Cultural Cora Coralina, anexo ali ao teatro Goiânia também. Ficou muito bonito, apesar de eu também achar que ele é pouco explorado, mal aproveitado. Mudou completamente a configuração.

Pesquisadora Jordana: Você já chegou a participar de alguma consulta pública referente às mudanças e obras que aconteceram no centro?

Entrevistado Guilherme: Nunca. Nem eu nem as pessoas que eu conheço que moram aqui no centro.

Pesquisadora Jordana: Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar? Eu percebi que você é bem apaixonado pelo centro igual a mim.

Entrevistado Guilherme: Adoro isso aqui. Amo esse espaço. Eu tenho muita saudade de quando eu trabalhava como Office Boy aqui, trabalhei pouco tempo, depois eu fiquei trabalhando internamente no banco. Mas eu adorava ter que circular pela cidade. E ainda ganhava por isso. Eu achava um máximo isso, ficar andando pela cidade, rodando a cidade, passeando e eles me pagavam para isso. Eu achava bom.

DATA DA ENTREVISTA: 12 de maio de 2022

LOCAL: Goiânia (GO)

ENTREVISTADO(A): Alexandre José Perini, 55 anos, Arquiteto

Pesquisadora Jordana: Você já residiu ou reside no Setor Central de Goiânia-GO?

Entrevistado Alexandre: Eu sempre morei em lugares muito próximos ao Centro, né? Morei no Setor Coimbra, logo ali, perto do Zoológico, então dava para ir a pé; onde eu moro hoje, também dá para ir a pé, porque aqui onde eu estou, Colemar Natal e Silva, é muito perto do Centro também, né? Firma o retão, aqui, dá dois quilômetros. Acho que nem dois quilômetros, você já está no ponto do Botafogo. É muito perto. Eu trabalhei de Office Boy desde muito cedo, né? Então eu conheci o Centro trabalhando.

Pesquisadora Jordana: Vou falar algumas palavras, você vai me falando, mais ou menos, atualmente, como é a sua relação com o Centro. Ele é seu local de trabalho, atualmente?

Entrevistado Alexandre: Eu trabalho próximo. Eu trabalho no Setor Oeste, ali perto, colado no Centro também. A maioria das coisas que eu faço, é ali. Um almoço, compras... Já deve ter alguns anos, tipo assim, algumas décadas. Uma década minha que não vou em shopping. A ferragista que eu vou, o supermercado que eu vou, é no centro. O máximo, na Vila Nova. Minha vida fica toda nesse trecho aqui.

Pesquisadora Jordana: Tudo no Centro, né?

Entrevistado Alexandre: É, do Centro para cá. Eu atravesso o centro, faço vários caminhos passando pelo centro. Um dia eu venho pela Araguaia, outro dia desço a Nove e pego a Cinco.

Pesquisadora Jordana: Tudo a pé?

Entrevistado Alexandre: Pego a Cinquenta e Cinco... Não. De carro.

Pesquisadora Jordana: De carro também?

Entrevistado Alexandre: A pé, às vezes, eu vou almoçar, né? A gente vai a pé, ali perto.

Pesquisadora Jordana: Quando a gente fala sobre o Setor Central, qual que é a primeira coisa que te vem à mente?

Entrevistado Alexandre: Ah, bom, a primeira coisa que vem assim é o abandono. Acho que o abandono e falta de política pública, né? A gente já participou de tanta discussão sobre o Centro; vai ver falta investimento; na verdade, falta manutenção, investimento, serviço de qualidade... Uma prefeitura atuante, um estado atuante. O

estado, quando atua no Centro, ele atua sempre com coisas grandiosas, né? Com coisas que fazem, assim, estardalhaço. No final das contas, o impacto é muito... É gigantesco.

Pesquisadora Jordana: Então, quando a gente fala sobre o Centro, você tem alguma memória ou lembrança que, particularmente, seja vivente, venha à mente?

Entrevistado Alexandre: Eu ia ao bairro que eu morava, Setor Bueno. É atendido por duas linhas de ônibus, né? O Setor Coimbra e o Vila Canaã, que passava pelo Setor Coimbra; então a gente tinha esses dois ônibus para irmos ao centro. Eu ia muito com a minha mãe, eu nunca deixei de ir nos lugares. Minha memória afetiva é muito ligada à comida. Porque, vamos falar isso, há cinquenta anos, não tinha fast-food. Eu continuo indo na China, na pizzaria da Rua Sete. Sabe? Eu tomo vitamina ainda na Esfiha Quente, passo no... Deixa-me ver. No J. Pereira, na Cinquenta e Cinco... Para esses lugares, quando eu vou fazer um lanchinho, é sempre aqui em volta do Centro. Mui dificilmente eu vou num fast-food desses, de origem americana, ou alguma coisa assim... Deixa-me ver, e muitos amigos também, com o pessoal do Mercado da 74. Outra coisa que eu gosto de fazer: as lojas de material eletrônico, que eu compro muito.

Pesquisadora Jordana: Disco, essas coisas?

Entrevistado Alexandre: De disco, livraria, Lojas Americanas, para comprar uma bobagenzinha. Bretas... Deixa-me ver. O que mais... Lojas de R\$1,99, que eu gosto para dar uma gelada na cabeça. É, assim... Eu uso o Centro muito. Muito mesmo. Banco também. Quando eu vou sacar, eu só saco no Centro, eu tenho já o roteirinho completo, da Caixa Econômica, nos lugares que eu vou sacar uma grana, é só por aqui. Eu não vou longe assim não. Borracharia, tem borracharia. Eu só vou na borracharia no Centro também.

Pesquisadora Jordana: Tem, mais ou menos, então a vida inteira que você sempre...

Entrevistado Alexandre: Sempre. Eu nunca, nunca desisti do Centro, não. Eu gosto de Campinas também. É engraçado, né? Acho que quem gosta, quem usa o centro de Goiânia, também usa Campinas sem medo.

Pesquisadora Jordana: Eu não fiz essa no começo: você não é natural de Goiânia?

Entrevistado Alexandre: Não. Sou.

Pesquisadora Jordana: Você é de Goiânia?

Entrevistado Alexandre: Eu sou. Eu sou mesmo. Cê quer que eu brinque? Falo que eu sou catarinense. Nasci no Hospital Santa Catarina.

Pesquisadora Jordana: Também no Centro?

Entrevistado Alexandre: No Centro, ali.

Pesquisadora Jordana: Muito legal. Você já deu uma introdução do que seria a próxima pergunta: o que você mais gosta do Centro, hoje em dia?

Entrevistado Alexandre: Cara, eu sou um usuário de serviços tipo luthier, para arrumar um violão, que está com um traste solto. Eu sei, eu não preciso pesquisar na Internet que eu já sei onde fica o cara. Mesmo sem nunca ter usado o serviço dele, sabe? Então o Centro, até você consegue ter essa memória. Ah, eu preciso arrumar uma calça jeans, onde tem? Ah, tem aquele cara que mexe com rouba jeans, na Seis, não tem? Eu nunca usei o serviço dele, mas eu sei que lá tem. Às vezes você já tem a memória do lugar que você passa, você vai levando. Não, onde é que compra tal isso? Falo, “no Centro”, acho que Goiânia você tem uma loja assim, já passei lá, um dia, eu vi pendurado.

Pesquisadora Jordana: Entendi. Bem legal.

Pesquisadora Jordana: E o que você menos gosta, no Centro, hoje em dia

Entrevistado Alexandre: Com essa pandemia e essa crise que o Brasil entrou, né? O que eu mais detesto, não é detestar, mas minha causa é o tanto de gente morando na rua, né? Pessoal abandonado, pessoal passando fome, isso aí é... A pior parte do Centro é essa. Que o pessoal aglutina ali, porque ali a vida diária é um lugar onde o cara ganha uma esmolinha, onde ele lava um vidro de carro, né... Onde ele acha alguma coisa, onde ele tem um restaurante que ia jogar comida fora e dá para ele. Então isso é muito triste. O Centro está... Acho que a gente nunca viu nada igual, né? Os sinaleiros estão... Uma coisa muito... Não está bom isso aí. Isso veio contribuir para a piora. Do Centro, é essa crise, essa falta de empatia, essas coisas... Muita droga, né. O craque, até uns anos atrás, fez um arraso no Centro de Goiânia, mas agora o craque deu uma sumida, eu não sei porquê, que cargas d'água, mas o pessoal do craque, eles escolhem lugares para ficar onde eles se sentem seguros, né. Geralmente onde tem câmera filmando pra eles não serem mortos, então o pessoal ficava na Dez. Fica ali naquela pracinha, ficam perto da Independência, na Sessenta e Oito que ali tem vigilância.

Pesquisadora Jordana: Na CEPAL do Setor Sul.

Entrevistado Alexandre: Naquela região ali. Agora diminuiu demais, né. Nem o pessoal da sopa do... Lembra aquelas filonas de sopa? Deu uma diminuída. Não sei onde está, não é que acabou não, é porque eles estão em algum outro lugar.

Pesquisadora Jordana: Quais espaços você identifica como marcantes ou simbólicos no Centro?

Entrevistado Alexandre: Olha, eu acho que na praça, Jordana, realmente é um... Apesar de ela não ser o ponto irradiador, ela, vamos falar, é um cruzamento de dois mega eixos.

Que, aliás, não dá para entender por que transformaram em mega eixos, qual motivo de Goiânia ter um “X” escrito no meio dela, né? Uma cidade com um monte de planejamento...Esse aí foi coisa do governo, né. Por que alguém que mora em Senador Canedo tem que ir pra Trindade? No mesmo ônibus? Ninguém pergunta, não. Estão ligando Aparecida a Goiânia. Perguntaram para alguém se ia ser vantajoso? Perguntaram para o prefeito de Aparecida? Pro governo de Goiânia? Fizeram um estudo, para saber as viagens e como é que vai ficar isso? Imagina. É um absurdo, até. Mas a praça, eu gosto muito daquele pedacinho, por causa do barulho. Ela tem um barulho próprio, né? Tem um... Uma “zoerinha” própria, mas eu gosto muito daquela... Da Paranaíba mesmo sem as árvores, com aquela tenda horrorosa lá. Com aquele mercado que não era para ser daquele jeito. Ele era como um espaço de eventos, não era para ser daquele jeito.

A avenida Goiás, ela era todinha tomada de barraquinhas.

Pesquisadora Jordana: A feira hippie acontecia...

Entrevistado Alexandre: Não, era aquela feita que está lá.

Pesquisadora Jordana: Ah, você fala dos camelôs?

Entrevistado Alexandre: É. Uma feira de camelô.

Mas, assim, eu gosto muito daqui, dali daquele pedaço. Eu gosto ali da Oito. Não gosto do Parthenon Center, aquele pedaço ali perto do Parthenon Center, sabe? Gosto do comecinho da Quatro, que eu acho legal. Gosto muito do Mercado Central, apesar de ser feio pra caramba. O original era muito bonito, esse é de lascar o cano da garrucha.

Pesquisadora Jordana: Você já até respondeu essa aqui também, que são quais os locais que você mais frequenta e utiliza no Setor Central hoje em dia? Você falou a região das lojinhas.

Entrevistado Alexandre: É... A Sessenta e Oito. Eu entro num no R\$1,99 a cabeça fica gelada. A loja de livro, eu vou muito. E ferragista, que eu sempre estou fazendo alguma coisa, montando alguma coisa.

Pesquisadora Jordana: Certo, agora a gente vai entrar na parte que fala sobre as intervenções urbanas que aconteceram no centro. Quais espaços públicos, do Setor Central, você identifica que sofreram mudanças? Obras de revitalização,

requalificação, intervenção e outros? Se você se lembra do ano em que essas... Ou ano ou a época que essas mudanças aconteceram.

Entrevistado Alexandre: Vou falar de trás para a frente, que aí fica mais fácil. Eu acho que a Vila Cultural Cora Coralina ficou legal, foi uma coisa boa, está? Mas, como todo o equipamento cultura, carece de gestão e investimento, né? Porque não é só fazer, tem que pôr dinheiro. Tem que pôr equipe. Tem que ter um evento.

Pesquisadora Jordana: Desenvolver evento...

Entrevistado Alexandre: Tem que ter um evento. Eu falo para perguntar para as pessoas, quantos parques tem em Goiânia. Aí o cara fala assim “tem tal”, eu falo assim “não tem nenhum”. Parque tem evento, parque tem banheiro limpo. Sabe? Parque tem manejo, parque tem uma equipe, o tempo inteiro lá dentro. O parque não é o que vocês estão vendo aí. Isso é só um hiato arborizado na cidade. Qual evento que tem? Quando tem evento, é evento particular. Deveria ter todo Sábado, todo Domingo. Deveria ter alguma coisa... Dia de semana, na campanha, sabe? Um lugar limpo, uma equipe de manutenção lá o tempo inteiro, né?! Não tem.

Pesquisadora Jordana: Está... Vila Cultural Cora Coralina?

Entrevistado Alexandre: Eu acho que até... Não sei que ano foi. Aqui foi dois...

Pesquisadora Jordana: A Cora Coralina foi antes da Praça Cívica, a Praça Cívica foi em 2015.

Entrevistado Alexandre: É... Dos 2014, acho.

Lá é muito parecida com aquele circuito cultural, lá de Belo Horizonte, até o elevador é igual. Mas ali faltou uma rampa de acessibilidade. Ali, naquele lugar, dá para fazer. Agora ficou ótimo, né. Porque limpou o Teatro Goiânia. Porque ali em volta era um açougue, era uma garagem. Eram uns botequinhos.

Pesquisadora Jordana: Agora dá para ver o teatro, né?

Entrevistado Alexandre: Agora dá para ver o teatro. Dá para ver que parece um barco. Agora aquele teatro é Art Decó, porque não confunda arquitetura com Art Decó, com fachadas, com elementos Art Decó. Não. É que aqui em Goiás tem essa confusão demais, demais.

Pesquisadora Jordana: Outros locais que você se lembra que teve obras de intervenção?

Entrevistado Alexandre: Teve a Praça Cívica, né.

Não... Não boa. Não ficou boa. Primeiro porque aquele traçado era tombado. Se a desculpa de fazer a praça era para não entrar carro, então bastava pôr uma cancela,

poderia ter deixado o asfalto do mesmo jeito. Eu não tenho problema nenhum em brincar no asfalto. O asfalto bem-feito e lisinho, ele é bom para levar menino para andar de bicicleta, ensinar a criança a andar de patins. Não era assim a Praça do Moreirinha?

Pesquisadora Jordana: Sim.

Entrevistado Alexandre: Praça do Moreirinha, no estacionamento, fechava ele Domingo. E o pessoal ensinando menino a andar de bicicleta.

Pesquisadora Jordana: Agora eles fizeram uma praça lá, com negócio de skate.

Entrevistado Alexandre: O prédio do museu do professor Zoroastra, que era um professor colecionista, que guardava as pecinhas né? Que é Art Decó “roots”, está lá abandonado. A praça ficou com pouco contraste. Ela é toda adaptada para deficiente visual, mas ela para deficiente visual é um lixo. Que ela é aberta, não tem sombra. Os amigos meus que têm deficiência visual, dizem que acharam lá terrível. Aquele bege claro, quando o Sol bate, dizem que não... Porque todo mundo acha que cego é cego 100%. Mas, assim, do Centro, o mais bravo que estão fazendo, por exemplo é a reforma da Estação Ferroviária. Ficou boa, né? Aí já trataram de mudar o nome da praça. Não é mais Praça do Trabalhador. Praça da Antiga Estação Ferroviária. Não querem colocar que é Praça do Trabalhador. O monumento nem existe mais. Mas ele está em tempo para fazer aquele monumento. Um dia ainda vou fazê-lo, numa escala pequena, tamanho assim, humano em aço corten e colocar ele lá de novo, sabe?

Entrevistado Alexandre: Dois mil reais. É o que ele está desenhado aí para fazer.

Pesquisadora Jordana: Até passando para a próxima pergunta... O quê que você acha mais significativa após essas mudanças ou obras no bairro? Você considera algo que você considera negativo?

Entrevistado Alexandre: O que eu acho negativo é essa história do estacionamento na Praça do Trabalhador, porque, se você perceber, ali, grandes forças de incorporação estão agitando, né? Você pega aquele quarteirão lá, onde tem a sopa; se você perceber, ele está todo vazio, tem uma outra loja só. Ele está prestes a uma hora, evaporar dali. E virar alguma coisa muito grande, né. Como alguma região da 44 ali, né.

Pesquisadora Jordana: Enfim, a próxima pergunta: essas mudanças ocorridas no Setor Central interferiram no modo como você frequenta ou utiliza o bairro?

Entrevistado Alexandre: Mudou para mim, porque como eu moro do lado de cá do Botafogo, eu tenho três ou quatro chances, só, para atravessar. Senão eu atravessaria na 78, na Independência, na 10 e lá no CEPAL. As outras travessias não são de fluxo, então quando tem alguma obra dessas aí, para a gente vira a maior complicação para ir

em direção ao meu trabalho. Mas ele é isso aí. Influenciaram diretamente. Igual quando fizeram a reforma da 10, lembra?

A reforma da 10 foi puxada também, foi complicado de ir trabalhar. E essa última mudança do Centro também foi, assim... Porque imagina. Jogou o trânsito pesadíssimo, ainda com a reforma da praça, tudo para a Rua 01.

Pesquisadora Jordana: E mudaram os sentidos das vias todinhas.

Entrevistado Alexandre: E eu pegava a 94, que saía em cima do meu trabalho, agora eu tenho que ir lá no Buriti, dar uma volta no quarteirão, pegar a Rua 01 para poder chegar lá. Bagunçou bastante.

Pesquisadora Jordana: Então, principalmente, o trânsito. Agora a gente vai entrar na etapa com relação ao patrimônio cultural.

Para você, existe patrimônio cultural presente, hoje em dia, no Setor Central?

Entrevistado Alexandre: Patrimônio cultural é uma coisa que você está sempre construindo ele. As pessoas têm que ter noção de que patrimônio não é só o que está nas costas, sabe? Patrimônio está em constante... Né? Quê que aconteceu de uns anos para cá... Hoje chama de hipsterismo... De hype, né? Teve um retorno da valorização dessas coisas vintage, de trabalhos manuais. Eu vejo, por exemplo, o tanto que a percepção é diferente. Você olha aqueles painéis de grafite, que tão lá na Rua Oito. O que é aquilo para você?

Pesquisadora Jordana: Eu tenho algumas concepções, porque lá, por exemplo, eu não considero nem como obra de arte. Para mim, é marketing.

Entrevistado Alexandre: Não, para mim todos eles são propagandas, são painéis publicitários de uma marca de cerveja de mandioca. Qual é o valor artístico daquilo, é uma ilustração de grande porte... Não tem valor artístico. “Ah, mas é colorido”, tirou a tinta da lata e passou na parede, por exemplo, o Edifício Queen Elizabeth, teve, durante anos, um painel da Coca-Cola lindo. Foi feito na década de 1970 por uns irmãos paulistas que vieram aqui. Penduraram sem auxílio de projeção, sem tirar a tinta da lata, fazendo a tinta porque naquela época não tinha essa profusão de cores que tem hoje. Esse painel ficou anos lá. Era artístico? Não. É uma ilustração, um trabalho, é um trabalho que se vale de algum conhecimento, técnicas de arte, mas não é arte. Tá entendendo? E o pessoal compra tudo isso como arte. Agora, eu pedi para aquele painel estar lá? Me agride? Me agride. Eu acho colorir demais, eu preferia ver uma cidade limpa, acho que um ou outro, está bom, mas aquilo em excesso não precisa né?! Pagou alguma coisa aquilo? É um painel publicitário. Voltou um dinheirinho para colocar em

algum lugar? Perguntei para o vereador, ele não respondeu. Tinha que pagar... Em São Paulo paga né? Cê viu que uma empresa de cerveja fez um desse lá, teve que pagar. Então, eu acho essas percepções é que são estranhas na construção do patrimônio, por exemplo. Você pega o prédio do mercado da 74, que é tombado, e ele está todo grafitado com dinheiro da prefeitura. Aí você vai no banheiro, o banheiro é um lixo, então é essa falta de percepção. A prefeitura é muito equivocada. Aliás, Goiânia tá sem prefeito vai fazer uns 30 anos. Eu não acho que o último prefeito de Goiânia, Nion Albernaz, porque depois não dá pra falar que os caras sabem, porque não sabem uma linha.

Pesquisadora Jordana: O próprio conceito de patrimônio mesmo, hoje em dia, na área de patrimônio a gente tem muitos autores que trabalham essa subversão do que é patrimônio, quando ele é apropriado pelo mercado, que aí deixa alguns autores igual a Otília Arantes. Utiliza o termo de fetichização do patrimônio.

Pesquisadora Jordana: Para a próxima questão... Para você, o que deveria ser considerado patrimônio cultural no Setor Central e que, não é? Não apenas patrimônio material, mas imaterial também. A questão da subjetividade também é importante.

Entrevistado Alexandre: Uma coisa que a gente fica preocupado em Goiânia, já que é um lugar muito arborizado, e está perdendo massa. E isso é patrimônio e primeiro, o que acontece, as pessoas não tão sabendo repor. Ninguém mais pensa em plantar árvore, então um centro sem árvore é uma coisa. Uma coisa que perdeu em Goiânia são os eventos de rua. Com a pandemia, mas, mesmo antes da pandemia, já ia vindo um declínio muito grande, porque não tem incentivo. E é extremamente burocrático. Qualquer coisa que cê quiser fazer na rua, em Goiânia, é difícilimo para você poder fazer. Eu acho que a gente tem que ter alguma questão de limpeza mesmo. Qualquer lugar que cê for, é só lixo. Tudo quebrado, tudo danificado. Naquela reforma da Rua 08, aquilo ali é uma. Totalmente sem fundamento, aquilo ali foi feito por curioso. Ainda tirou o desenho do chão, do piso original. Lá não precisava nada, só de faxina.

Pesquisadora Jordana: Então, para você, existe... Agora, com relação aos espaços, existe algum espaço no Setor Central que não exista mais e que deveria ter sido considerado patrimônio?

Entrevistado Alexandre: Os colégios. Hoje eu até abordei isso com você. O José Carlos de Almeida, que é Art Decó, não tem um órgão lá hoje. Uma coisa que não está funcionando bem é o estádio olímpico que, também para mim, não precisava daquela

reforma de maneira alguma. Quando ele foi inaugurado, Getúlio Vargas enterrou no meio do campo uma cápsula do tempo? Um tubo de chumbo que, antigamente, tubo de esgoto era de chumbo. Ele fechou lá. Quando eles arrancaram a terra, jogaram a cápsula fora.

Pesquisadora Jordana: Não sabia disso.

Entrevistado Alexandre: Essa é a importância de ter um historiador, em tudo o que você for fazer. E um paisagista. Tem que ser um paisagista bom, não um jardineiro. Para ele chegar, olhar tudo, ver como é que vai ficar, depois de pronto e depois um cara da história para não cometer essas gafes.

Pesquisadora Jordana: Com relação aos espaços do Setor Central, tem algum espaço que te traz alguma memória negativa? Com relação ao centro?

Entrevistado Alexandre: Sim. Eles têm umas coisas que hoje me incomodam sim. Um é o Beco da Codorna, que teve uma das entradas “grilada” né? Precisa perceber, quando você espelha o centro assim, você tem outro Beco da Codorna, do outro lado lá.

Só que é menor um pouco, mas ele tem entrada e saída. A Codorna só tem uma entrada, a outra ali no cinema. Alguém pegou aquela ruazinha que tem ali e campou ela. Isso aí me incomoda. Uma das coisas que me incomoda, mas não é assim espaço: eu não gosto da Praça Cívica mais. Para mim, ela acabou. Ela já entrou em outra reforma né?! Agora deram uma acaba boa nela também. Eu também não gosto de ver esses grandes equipamentos abandonados. As escolas... Isso que me incomoda demais de ver: as escolas abandonadas. Lyceu detonado, sabe? O Lyceu, para mim, eu vejo aquela pracinha que foi feita ali na frente do Lyceu, com verba do PAC cidade histórica, e a praça nunca terminou.

O que incomoda pra caramba também é o camelódromo. Não gosto, e o camelódromo era uma pracinha também, né?! Foi feito pela própria prefeitura. Ali não era um prédio, ali era bolsão. Igual ao que tem na 04. Me incomoda pra caramba também, eu acho de um brutalismo de uma feiura, que pouca coisa pode ser tão feio igual aquele prédio. É um lixão aquilo ali, não contribui em nada para o centro de Goiânia.

Pesquisadora Jordana: Com relação aos espaços do centro, você acha que há apagamento da memória em algum espaço do centro?

Entrevistado Alexandre: Ah, isso... Ficou de forma permanente. Fachada de lona custando R\$25,00 o metro. Toda hora, os olhos não veem, mas a memória vai apagando. Não tenha dúvidas algumas profissões, algumas coisas desapareceram. Os cinemas mesmo acabaram. O fato de o centro não ter um cinema mais. Foram todos

para o shopping. Hoje a gente tem um fenômeno, que você vai poder dizer, que são as grandes lojas, os grandes magazines, que já não tem necessidade de existir mais aquelas lojas gigantes no centro, né. Estão todas fechando. O que está tomando lugar é só aquela Big Lar (loja), que abre lojas onde eram as lojas, mas, mesmo assim, não se sabe até quando a Big Lar (loja) vai conseguir se segurar porque na hora que todo mundo comprar as coisas Internet.

Pesquisadora Jordana: Certo, com relação ainda à memória do Setor Central, que foi o palco do acidente do césio. Você chegou a participar naquela época? De frequentar ou...

Entrevistado Alexandre: Não. Não morava aqui. Mas eu tenho muitos amigos que moram ali. Moraram perto. Amigo meu que, tipo assim, tirou o sapato do pé dele e jogou fora no lixo, porque estava todo contaminado de césio. A chinelinha do menino, ele morava do lado né, o Daniel do pastel morava do lado do terreno. O terreno é da casa dele. Aí, no chão, ele falou, que o cara passou medidor. Mediu meu pé, não deu, mediu a sandália, o cara já pegou e jogou fora. Mas eu fico pensando, quantos acidentes desse já aconteceram e nunca foram divulgados, com outras coisas e outros tipos de produto.

É igual o crime da mala. Para cada crime da mala descobertos, cinquenta chegaram no aterro sanitário. Imagina quantas.

Pesquisadora Jordana: Essa é a última pergunta. Você já participou... Você já foi consultado em algum tipo de consulta pública sobre essas obras que aconteceram no centro.

Entrevistado Alexandre: Ah, já. Eu participei daquelas discussões do centro de Goiânia, na década de noventa. Tinha uns comitês, a gente ia lá participar. Na época de estudante, ou mesmo depois, mas eu gosto muito de fazer evento no centro, eu sempre faço com os amigos. Sempre estava fazendo, mas com o COVID agora, deu uma parada. Mas participava, agora não está tendo mais esse tipo de abertura. O centro está passando por um período de incubação das grandes corporações. Por exemplo, a maioria dos imóveis já está na terceira ou quarta geração de herdeiros. Imagina, e imóvel é uma coisa, no centro hoje você consegue alugar sala na Anhanguera, você não conseguia até uns anos. Tem um monte de salas para alugar, de costa para o Sol, um monte de grupo... Loja de sapato que no centro tinha muito, a Flávios fechou.

DATA DA ENTREVISTA: 31 de maio de 2022

LOCAL: Goiânia (GO)

ENTREVISTADO(A): Cristina Helou Gomide, 52 anos, Historiadora e professora

Pesquisadora Jordana: Você reside ou já reside no Setor Central de Goiânia?

Entrevistada Cristina: Resido neste momento.

Pesquisadora Jordana: Tem quanto tempo que mora aqui no Centro?

Entrevistada Cristina: Tem 12 anos.

Pesquisadora Jordana: Se fosse descrever o Setor Central, para você, seria o local de fazer o que? Compras?

Entrevistada Cristina: Tudo! Eu sou apaixonada por esse lugar onde estou. Aqui, você tem supermercado, banco, farmácia. Gosto muito da vida noturna do Centro, mesmo antes da revitalização. Gosto muito da lógica do centro. Tem restaurantes, tem feiras. Tem os mercados, os dois mercados, o Mercado da 74, o Mercado da Rua 3. Então, um dos lugares que mais senti falta na pandemia de sair, de passear, foi de andar com o Ângelo, de mãos dadas, pelo Centro. Sempre que ele chegava da aula de manhã, assim mais cedo, ele falava “Cris, vamos dar uma volta no Centro?”. Eu chegava da aula, à gente sempre saía, passeando. A gente ficou com tanto medo que, nem isso a gente fazia. A gente saía, ficava muito amedrontado. Então, assim, eu amo passear pelo Centro. Acho que, aqui, é um lugar muito democrático, inclusivo, de todas as pessoas, todos os gêneros, de todas as escolhas, todas as posições. Então, assim, eu gosto muito!

Pesquisadora Jordana: Quando a gente fala sobre o Centro, qual a primeira memória que vem à cabeça?

Entrevistada Cristina: O Jóquei

Pesquisadora Jordana: Por quê?

Entrevistada Cristina: Não sei (risos). Quando eu era criança, não era sócia de clube, mas, quando fui ficando mocinha, meu sonho era vir para o Jóquei. Eu vinha, assim, meio clandestinamente com as amigas que podiam entrar no Jóquei. Então, cresci assim, muito com essa memória do Jóquei. Outro lugar que me vem à mente é as Lojas Americanas, porque eu e meu primo morávamos em Campinas, na Campininha. Aí, a gente, uma vez por mês, passeava a pé até as Americanas. Assim, a gente ganhava o dinheiro do ônibus, mas vínhamos até as Americanas, às vezes, assistir um filme, uma coisa assim. Comia o famoso cachorro-quente e voltava para casa. Assim, era o passeio predileto da gente. Então, marcou minha infância também!

Pesquisadora Jordana: Quando falamos sobre o Centro, tem alguma memória afetiva ou particular que marcou muito para você?

Entrevistada Cristina: Os cinemas, eu fui muito no cinema. Muito ruim, a gente ver o que está acontecendo hoje com os cinemas. A gente tem hoje um bom cinema, só o Ritz e, assim mesmo, em função da revitalização. Eu não gosto de shopping, eu vou em shopping, passeio, mas o shopping é.... Como eu disse, o Centro é um espaço da cidade, um espaço público, mas o shopping é à privatização do lazer, à capitalização do lazer.

Pode pensar assim, quando você está no seu momento de lazer, até nisso, seu lazer é mercadológico, aí o shopping não foge disso. Aí, andar pelo Centro, ter possibilidade de assistir um filme no Centro, assistir uma peça de teatro no Teatro Goiânia ou mesmo na Torre Vermelha (Centro de Convenções). Eu lembro muitíssimo do Serra Dourada, quantos shows não fui lá. Sinto falta dessas relações, assim, de lazer em espaços que sejam menos ligados ao mercado.

Pesquisadora Jordana: Você acha que isso mudou nos últimos anos, aumentou, diminuiu?

Entrevistada Cristina: Olha, está rolando a revitalização do Centro, já tem algum tempo, está mais evidente agora. Tem muito barzinho, quinta-feira mesmo, quinta passada, saí para levar uma amiga da faculdade, recém-chegada para conhecer o local, está morando neste prédio. Falei “Vou te apresentar o Centro”. Aí, tinha música, tinha dança, tinha bastante coisa, mas acho que as pessoas estão voltando a frequentar o Centro com mais assiduidade. Ah, nossa tenho que contar uma coisa! Eu cresci passeando pela Avenida Goiás, eu, meu pai e minha mãe. Eu tenho dois irmãos, mas não estavam vivos. Sabe qual era o passeio da gente de Domingo? Passear pela Av. Goiás e ver vitrine. Adoro ver vitrine até hoje. A gente começava pelo comecinho da Goiás, lá para o lado da Praça do Trabalhador e vinha até à Praça Pedro Ludovico, à Praça Cívica. Aí, eu brincava no Monumento das Três Raças, depois, a gente bebia caldo de cana, garapa que a gente chamava. E, minha avó morava no Edifício Tocantins que é, aqui, no Centro. Aí, eu também vinha, mas não gostava da minha vó não. O menino tem que ficar quieto, não tem graça, então, eu não curtia. Mas, essa do passeio no Centro, eu lembro com muita saudade, eu passeava serelepe olhando as vitrines.

Pesquisadora Jordana: Hoje em dia, o que você mais gosta no Centro?

Entrevistada Cristina: Eu gosto de passear pelo Centro. O que eu mais gosto hoje de fazer é andar com o Ângelo pelo Centro, ver loja, entrar nas lojas, sair...

Pesquisadora Jordana: E o que você menos gosta?

Entrevistada Cristina: O que eu menos gosto é que sinto mais receio, mais medo, porque quando mudei para cá, eu andava tudo isso aqui sozinha. Eu ia para o Casablanca, tomava um chopp e voltava, sozinha. Não faço mais isso. E, me preocupa porque também é uma culpabilização das pessoas que estão em condição de rua, mas não são as pessoas em situação de rua. Sinto que tem abandono em relação a segurança, porque a polícia, na boa, não protege. Eu tenho mais medo da polícia, do que de outras pessoas. Então, nesse sentido, me incomoda um pouco. Mas, é só, porque tenho poucas críticas. Acho que de políticas públicas, e da própria lógica da polícia como parte de políticas públicas. Ela não é parte da política pública. Eu tenho medo de ver um carro da polícia parado na rua e ter que passar na frente. Não sei qual vai ser a reação, principalmente, a gente que é da esquerda me incomoda bastante. Acho que o Centro é um lugar de manifestação, mas ao mesmo tempo, a gente que trabalha com patrimônio também tem uma lógica no Centro, como se só fosse patrimônio aqui. Não é à toa que a gente está pensando na produção daquele vídeo. E os outros lugares não são patrimônio? Porque o Centro foi construído para ser Patrimônio, com uma arquitetura construída para ser diferenciada, então tem toda uma proposta. E o patrimônio que foi sendo construído? Às casas que foram sendo construídas pelos operários que construíram Goiânia, que foram postos cada vez mais para fora do Centro da cidade, isso não é patrimônio? Então, essa revitalização tem seus pontos fracos. Por isso, gosto dessa lógica dos barzinhos, que tem uma comunidade LGBT, que tem toda uma proposta diferenciada, que eu acho que é bem democrático. De apresentar as diversas apresentações culturais. Sim, o Mercado da 74 é muito legal nesse sentido. É caro, né? Quando eu ia no Mercado da 74 era baratinho, a cervejinha era baratinha, a comida era baratinha, agora o negócio lá, gourmetizou. Me lembra o Pelourinho de Salvador, depois que revitalizou, mandaram a pobreza ir embora, montaram às lojas. Agora, ficou caro, né?!

Pesquisadora Jordana: Quais espaços ou lugares, identifica como marcantes ou simbólicos aqui, no Centro?

Entrevistada Cristina: A Avenida Goiás e Avenida Anhanguera, porque eu vi ambas se transformando. Na infância, eu passeava muito por ali. Mesmo fazendo críticas ao Monumento dos Bandeirantes, me lembro de quando era Praça, é estranho, né?! Lembro de muitas histórias do meu pai, minha mãe contava muita história também. Meu pai é uma história viva. Não vivenciei muitas coisas que ele me conta, mas imagino as cenas

conforme ele me conta. Sempre vejo a Avenida Tocantins. Ele conta que o Centro era local de paquera, que as pessoas andavam pela Avenida naquele vai e vem, então, tem muita história interessante e acabo me remetendo a isso também. Não só histórias romantizadas, meu pai tem uma história que fala de uma menina que foi agredida. Uma mulher muito bonita que foi agredida porque era negra aqui, no Centro da cidade. Ele foi em defesa dela porque os rapazes não. E ela passava e parava o trânsito.

Pesquisadora Jordana: Locais que mais frequenta no Centro?

Entrevistada Cristina: Eu ando muito no Centro, a gente gosta muito de descer até o Mercado da 3 e voltar, comprar alguma coisa lá e voltar. Como diz o Ângelo “Vou porque sou o carregador.”

Pesquisadora Jordana: Quais espaços do Centro sofreram mudanças ou passaram por obras?

Entrevistada Cristina: O que mais me marcou foi a Avenida Anhanguera quando colocou o corredor de ônibus, o Eixão, foi muito estranho. Achei aquilo muito esquisito, na minha cabeça, não conseguia visualizar à Avenida, porque era um avenidão. E, olhar para ela modificada, foi bastante estranho. Um outro espaço é a Av. Goiás, onde acontecia a Feira Hippie, não é onde é hoje. E, eu fui muitas vezes porque tia Nádia fazia pão sírio porque ia com Cláudio meu primo para ajudar, ia lá e a gente expunha às coisas no chão, era de fato, artesanato. Era hippie mesmo.

Pesquisadora Jordana: Teria mais algum outro espaço?

Entrevistada Cristina: Que me marcou muito acho que foram esses dois, em termos de modificação. Tem outros também, mas assim, tem coisas muito bacanas nesse processo de transformação do Centro. Tem os painéis com os grafites pintados, a gente olha para o prédio ali, do Guilherme, da mãe do Guilherme, eu acho muito legal. Gosto de como a Rua do Lazer está ali, posta, não acho que combina muito aquelas igrejas ali não, mas...

Pesquisadora Jordana: O que acha mais significativo após essas mudanças? Significativo do ponto de vista negativo ou positivo.

Entrevistada Cristina: Acho que, de algum modo, por mais que tenha uma proposta oficial, acho que tem um chamamento para o Centro. Então, eu sempre faço uma postagem convidando para o Centro. Vem para o Centro, vamos passear no Centro. Vem conhecer o Centro. O Centro é bacana e eu tenho visto que muitos coletivos têm se apropriado do Centro como um espaço nesse sentido. Uma outra coisa é que o Centro é espaço de luta, mesmo sendo o Bandeirantes, o local de representação de um genocida,

de uma história de genocídio, de 300 anos é ali que às pessoas vão e se movimentam para dizer, nós estamos aqui nos movimentando e reagindo.

Pesquisadora Jordana: Agora, em específico, sobre as intervenções urbanas, as obras chegaram a interferir no modo em que utiliza o bairro?

Entrevistada Cristina: Chegaram. Nesta gestão do Íris, fizeram os bequinhos da Rua do Lazer, abriram um barzinho, tem um Chorinho, eu me movimento mais por ali depois dessas modificações, inclusive, porque as pessoas que têm comércio lá, comércio como restaurante, bar, o próprio cinema Ritz acabam sendo um chamamento. E eu moro em frente à essa pizzaria, à casa, o casarão, quando mudei, ela não existia, estava parado.

A gente também até criou um projeto, concorreu à Lei de Cultura para revitalizar e montar um Centro Cultural, eu e uma galera, o pessoal da arte e a gente que trabalha com patrimônio. O Ângelo ia abrir tipo um espaço de música, onde ele ia se movimentar dando aulas, ia ter Sarau, mas também não passou, porque a gente pediu uma grana. Foi um aporte grande, um grande aprendizado, entrar na casa foi muito forte porque ela estava muito carregada da energia de usuários e tudo. A casa tem uma energia muito forte, então, também tem esse casarão que movimenta muito. E, aqui, à Assembleia saiu dali, agora acho que vai ser um Centro Cultural....

Pesquisadora Jordana: Para você, existe Patrimônio Cultural presente no Centro?

Entrevistada Cristina: Sim, a gente tem sim, a começar pela presença de moradores muito das antigas. Me lembrei que, depois com Covid, não vi mais essa senhora. Ela mora ali, no Centro e um dia, em função do cachorro dela que latiu para mim, ela saiu na porta e fomos conversar. Ela me contou de muitas famílias aqui e de como as coisas eram diferentes. Então, a própria lógica de que, aqui, é um espaço de vivência, experiências, não é à casa dela, nem à outra casa, nem à casa, nem à outra, mas ao próprio movimento atribuído com essas vivências vividas ao longo do tempo e de pessoas que permanecem. Então, mesmo às permanências e às mudanças presentes ao longo dessas permanências, também compõem o Patrimônio Cultural, não tenho a menor dúvida.

A própria lógica do Centro é essa. Embora seja um espaço que muita gente foi embora e tudo, embora, tenha sido pensado, inicialmente, para ser um espaço de elite. É um espaço da elite.

Pesquisadora Jordana: E, para você, o que deveria ser considerado Patrimônio Cultural do Centro que, não é?

Entrevistada Cristina: O Monumento do Trabalhador que não existe mais. Acho que, sou historiadora, mas todas as formas de intervenção que foram acontecendo ao longo do tempo precisam ser levadas em consideração e pensadas por que essas modificações vão acontecendo, porque as pessoas buscam essas modificações. Então, acho que isso também deve ser considerado como um movimento do Patrimônio. Não é pegar e voltar à coisa todinha como era antes, como se não tivesse havido uma trajetória. Esses dias estava conversando com os colegas da história, a gente falava sobre a problemática do Monumento ao Bandeirante que é algo que este ano, sobretudo, que o governo está com o projeto, de juntar o Instituto Histórico de comemorar 300 anos de aniversário e a gente fazendo a crítica, derruba ou não derruba, retira ou não retira e surgiram muitas ideias.

Uma coisa que a gente pode pensar, inclusive, para fazer a discussão do Bandeirantes ser Patrimônio. O Bandeirante é importante para nossa história sim, para a gente lembrar daquilo que a gente não pode ter. Daquilo que a gente não quer, daquilo que a gente não pode idolatrar. E que herói, quando a gente idolatra o herói, ele deixa de ser o coletivo. Então, pensar nesses patrimônios oficiais como espaços de intervenção. No Bandeirantes tem uma mancha vermelha que é a representação de uma mancha de sangue. Então, nesse sentido, para mim, é uma ação de cultura, ação que remete à ideia de Patrimônio Cultural como ato de intervenção.

Pesquisadora Jordana: Existe algum espaço do Centro que não existe mais que deveria ser considerado Patrimônio Cultural?

Entrevistada Cristina: Um monte, às duas casas aqui de frente, que quando a gente descobriu que iam ser tombadas. Dormimos com as casas, acordamos sem elas. Todas Art Decó, por mais que a gente tenha crítica. Nossa, muitos espaços, muitas casas foram derrubadas em diversos locais, inclusive, com a conivência da prefeitura.

Vários lugares, eu penso que essas edificações e o Jóquei que, quando mudei para cá, não cheguei a frequentar, mas quando eu e o Ângelo fomos fazer natação, fomos lá no Jóquei e muito angustiante, a gente passar e ver aquele espaço, às fotografias, lembrar da pré-adolescência, da adolescência e eu vivenciei o Jóquei fazendo natação, até ele entrar em total decadência. Ele não está destruído, mas ele está destruído!

Para mim, ele já foi um espaço de memória de todos os tipos, da juventude, da infância e tinha gente de tudo que é modelo também, de classes diferenciadas, o jóquei era lugar

de festa, sociabilidade, marchinha de Carnaval, muitos bailes aconteciam lá. Eu cheguei a ir em um baile lá, mas eu era jovem ainda, mas eu fui.

Pesquisadora Jordana: Vê com bons olhos às revitalizações, seja pela iniciativa privada ou pública?

Entrevistada Cristina: Acho que esse processo de revitalização tende a expulsar o pobre, como foi com a Avenida Goiás, Av. Tocantins, expulsando prostitutas, travestis. Nunca vi como foi, mas imagino como tenha sido.

Fizemos um trabalho na universidade e alguns alunos chegaram a entrevistar as pessoas. Tanto que à Av. Goiás tinha os pontos, a própria Avenida Anhanguera, o processo de revitalização não, no presente, mas ao longo da história mesmo, ela vai expulsando às pessoas porque pobre é feio e perigoso. Isso, para mim, é uma ideia de coletividade que não contenta todas as pessoas. Então, nesse sentido é a crítica.

Outra crítica é há uma revitalização onde vi uma Praça que não é Cívica, chama Pedro Ludovico, aquela ideia de que o homem que construiu Goiânia, um homem a frente de seu tempo, como se fosse possível alguém ser a frente do seu tempo.

E, a ideia de Pedro Ludovico com a estátua já é enorme, aí puseram ele num pedestal enorme. Então, para olhar para ele, precisa olhar para cima, tipo assim, reverenciado. Então, existe uma lógica nessa revitalização que é uma lógica de exaltar os monumentos, o próprio Monumento das Três Raças que é uma alusão à harmonia das três raças, quando a gente sabe que houve enfrentamento, que houve escravidão, que não teve nada de harmônico. A colonização e a bandeiragem não foram harmônicas e que incide sobre nós até hoje que até, o hino da história de Goiás ressalta o Bandeirante e falava que maravilha que ele jogou fogo no índio e trouxe à vida para Goiás. Para Goiás que estava morto e entrou no cio. Esse é nosso hino, pensa que loucura?!

Eu tenho muitas críticas porque a revitalização em grande parte dos aspectos é nesse sentido. Por outro lado, temos a vinda das pessoas para o Centro e a gente teve muito processo de disputa, briga para que se mantivesse o Chorinho, por exemplo. Um espaço aberto, extremamente democrático e que atribui movimento ao local que é Patrimônio.

Se o patrimônio está parado, ninguém pode usar, qual sentido ele vai ter para vinda das pessoas?! Igual você ir ao Museu e ficar “Olha o cachimbo que fulano fumava”, “Olha essa máquina de escrever, fulano escrevia carta”. Mas, e aí, não estou me vendo nesse negócio, onde me vejo. Então, o que o Centro significa para as pessoas? Às pessoas tem que olhar e falar, “Nossa, aqui é meu espaço de memória.” Por que é meu espaço de memória? Aquele Monumento, no Centro, conta uma história, mas que história ele está

ensinando e que história é essa que queremos agregar? Eu gostaria de agregar umas estátuas indígenas, uma estátua para indígenas que representasse a luta, a luta ainda não acabou e está aí até hoje. Então, exaltar um bandeirante, um Monumento das 3 Raças, como vem sendo feito ao longo da história, não cabe mais para uma cidade, sem fazer isso com crítica. Porque isso implica em apoiar a invasão de territórios indígenas e a morte de muitos indígenas ainda hoje.

Pesquisadora Jordana: Um desenho do Setor Central

Entrevistada Cristina: O Teatro Goiânia, porque tudo que vou fazer passo em frente ao Teatro. E, tenho uma memória muito boa de quando eu e Ângelo nos casamos, antes de nos casar, a gente sempre passeava por ali e o Teatro Goiânia era um point. A gente sempre dava um beijo ali, na porta e fui em muitos shows ali, muitas peças de teatro e adoraria que o Teatro Goiânia fosse revitalizado.

Fui muito no Cine Ouro, em muitos shows de rock depois que foi revitalizado e agora, está ali parado novamente. Depois, até mesmo pensem na revitalização daquele espaço. Mas, me vem o Teatro Goiânia como espaço acolhedor, porque Teatro é tudo tão grande, tão aberto, parece que é tão impessoal, o Teatro Goiânia parece que tem muita história.

Fui quando era criança com a minha mãe e a gente atravessava a rua e ia comer pizza. Ele chama a gente. Ele me remete ao tempo presente e me remete a toda trajetória de passear no Centro. Patrimônio parece que é um treco que está tão longe das pessoas, as pessoas não se veem no patrimônio, e as pessoas precisam se ver não por que a gente vai dizer para elas, seu patrimônio é esse, mas porque elas vão se ver naquilo ou não se ver. Porque quando a gente não se vê é construção da nossa referência, da nossa identidade.

DATA DA ENTREVISTA: 05 de junho de 2022

LOCAL: Goiânia (GO)

ENTREVISTADO: Francisco Divino Jorge dos Santos, 71 anos, Aposentado

Pesquisadora Jordana: Qual é a sua profissão?

Entrevistado Francisco: Bancário aposentado

Pesquisadora Jordana: Reside há quanto tempo no Centro.

Entrevistado Francisco: No Centro, mudamos em 1995.

Pesquisadora Jordana: 27 anos, então?

Entrevistado Francisco: Isso, mais ou menos!

Pesquisadora Jordana: Para vocês, hoje o Centro é local de tudo? Moradia, lazer, trabalho (trabalho não, o senhor é aposentado),

Entrevistado Francisco: Sim

Pesquisadora Jordana: Passeio, compras

Entrevistado Francisco: Sim

Pesquisadora Jordana: Quando falamos sobre o Centro, qual a primeira coisa que vem à mente do senhor?

Entrevistado Francisco: O Centro, eu o imagino como uma comodidade.

Pesquisadora Jordana: Por quê?

Entrevistado Francisco: Porque aqui a gente tem tudo. Tem amizades, temos uma vivência do espaço

Pesquisadora Jordana: Quando falamos do centro tem alguma memória bem específica que vem à mente do senhor?

Entrevistado Francisco: A memória que tenho é de que trabalhei sempre aqui, no centro. Trabalhei no BEG e na Rua 21, onde moro hoje.

Pesquisadora Jordana: O senhor trabalhava onde?

Entrevistado Francisco: CASBEG

Pesquisadora Jordana: A memória do senhor é relativa ao BEG?

Entrevistado Francisco: Sim, trabalhei lá, lá na Praça dos Bandeirantes, no BEG de Campinas, mas à minha memória é aqui, no centro mesmo.

Pesquisadora Jordana: O senhor tem alguma memória negativa do Centro? Alguma época específica?

Entrevistado Francisco: A memória negativa porque o centro, hoje, está muito abandonado. Ele não tem o movimento de antigamente, a infraestrutura, estão deixando acabar. Então, isso aí que tenho do Centro.

Pesquisadora Jordana: O que o senhor mais gosta no Centro hoje em dia?

Entrevistado Francisco: Amizade. Ontem mesmo, a gente estava comentando sobre amizade, porque tem o bar aqui, a gente sempre vai para lá, no Ponto 18. Eu mesmo não tenho vício em bebidas, mas aquele negócio de ficar batendo um papo, conversando, é amizade, né? E a confiança que os outros moradores têm com a gente também. Já conheço todo mundo.

Pesquisadora Jordana: O que menos gosta no Centro?

Entrevistado Francisco: O abandono do Centro e a falta de infraestrutura, que está deixando o Centro acabar.

Pesquisadora Jordana: Quando começou a trabalhar aqui, quando mudou para cá, era muito diferente do que vemos hoje em dia?

Entrevistado Francisco: Era diferente um pouco. Na parte de infraestrutura, tinha mais manutenção, tinha mais gari, era limpando direto, hoje não tem isso mais. Os policiais fazendo ronda, isso não tem mais hoje.

Pesquisadora Jordana: Quais são os espaços (lugares) mais marcantes do Centro?

Entrevistado Francisco: O lugar mais marcante é o Lyceu. Estudei ali, em 1973. No complexo, no segundo grau, era um dia no Lyceu e outro dia no COLU (Colégio Universitário). No COLU, fiz o terceiro ano, o terceiro colegial.

Pesquisadora Jordana: Estudou quanto tempo lá?

Entrevistado Francisco: Fiz só o terceiro colegial. Vim de Ipameri, que é minha cidade. Lá fiz até o segundo ano e fiz o terceiro ano aqui, no Lyceu e no Pré-Universitário, que era na Rua 7.

Pesquisadora Jordana: Tem outro espaço no Centro que considera marcante?

Entrevistado Francisco: O BEG que eu trabalhei né, no estado, a sede da Praça dos Bandeirantes.

Pesquisadora Jordana: Hoje em dia, quais são os lugares que mais frequenta no bairro?

Entrevistado Francisco: O Ponto 18, à Afabeg, que é pertinho. É o local que mais convivo.

Pesquisadora Jordana: Qual os espaços do Centro que o senhor identifica que mudaram bastante, que passaram por obras, ao longo do tempo? Caso lembre, um espaço que mudou totalmente.

Entrevistado Francisco: O espaço que mudou mais totalmente, foi aqui em frente, a Rua 21, a construção do Banana Shopping, isso mudou radicalmente. Antes, era bem diferente, uma garagem, tinha loja de roupa, então mudou completamente esse espaço.

Pesquisadora Jordana: A obra da Avenida Goiás, o senhor acha que modificou muito o que era a Av. Goiás antes, inicialmente? Quando colocaram ali a passagem do ônibus...

Entrevistado Francisco: Não, ainda não está concluída, mas modificou pouco. Porque, até agora, não vi solução.

Pesquisadora Jordana: Nas obras que tiveram no bairro, recentemente ou mais antigamente, identificou algo que foi positivo ou negativo?

Entrevistado Francisco: O Banana teve uma época que era positiva, agora, está muito negativo, porque houve o abandono das lojas, acabou a movimentação, saiu o Vapt-Vupt, saíram os restaurantes. Só está funcionando o Panda. O acidente também (que o Banana pegou fogo), o BEG também, o movimento acabou com o fechamento das CASBEG.

O fechamento do BEG foi em 2000 e pouco, 2001, 2003.

Pesquisadora Jordana: O Banana deixou de ficar movimentando quando? Quando virou o Panda?

Entrevistado Francisco: Em 2018, mais ou menos, 2019 com a saída do Vapt-Vupt

Pesquisadora Jordana: Com relação à obra que fizeram na Praça Cívica, antes era estacionamento, depois modificaram lá, acha que ficou melhor, pior?

Entrevistado Francisco: Teve uma melhora, com essa nova modificação, não sei o que vai acontecer. (Estão passando BRT). Agora, não sei, porque teve uma melhora boa, fui lá, fazer caminhada lá, aí depois, não fiz mais. Eles interditaram.

Pesquisadora Jordana: Na Praça do Trabalhador chegou a ir, depois da reforma?

Entrevistado Francisco: Fui, mas tem muito tempo, dois anos. Mas, ainda não está concluído.

Pesquisadora Jordana: No caso da Praça do Trabalhador, já finalizaram.

Entrevistado Francisco: Ali, ficou de muito difícil acesso. (Para chegar lá, ficou ruim). É, ficou ruim

Pesquisadora Jordana: As mudanças interferiram no modo que frequenta / utiliza o bairro?

Entrevistado Francisco: Interferiram

Pesquisadora Jordana: Só a questão do trânsito, ou teria mais alguma outra questão?

Entrevistado Francisco: Trânsito, movimento. E ficou difícil até para andar a pé.

Pesquisadora Jordana: No período em que mora aqui ou antes de morar no Centro, já participou de alguma pesquisa pública com relação a obras que teriam no Centro antes delas acontecerem?

Entrevistado Francisco: Não, nunca participei. Nunca fui consultado.

Pesquisadora Jordana: Nem ficou sabendo de audiência pública para poder tentar participar?

Entrevistado Francisco: Também não.

Pesquisadora Jordana: O que o senhor entende como Patrimônio Cultural?

Entrevistado Francisco: Definiria assim **Patrimônio Cultural** aquele que tem alguma história antiga. Assim, eu acho que foi um patrimônio cultural, assim mais ou menos, antigo que determina algum movimento. A importância dele, o patrimônio.

Pesquisadora Jordana: Para o senhor, existe, Patrimônio Cultural no Centro de Goiânia?

Entrevistado Francisco: Existe. O Lyceu, né? A Casa do Altamiro de Moura Pacheco, que é, ali, na esquina. Existe o Memorial do Pedro Ludovico, existe uma outra casa aqui, pertinho, que foi do primeiro prefeito.

Pesquisadora Jordana: Além desses que citou, o que precisa ser, para o senhor, um Patrimônio Cultural?

Entrevistado Francisco: O relógio é um Patrimônio Cultural. Acho que a sede antiga do BEG devia ser considerada um Patrimônio Cultural. O edifício deveria restaurar ele, mas já tem previsão, né?

Pesquisadora Jordana: Do que ainda tenho conhecimento, o prédio pertence ao Itaú. Do ponto de vista de lei, ele não é tombado.

Entrevistado Francisco: O Grande Hotel, também.

Pesquisadora Jordana: Recentemente, eles tombaram até os pits dogs como patrimônio. Teria algo semelhante aos pits dogs.

Pesquisadora Jordana: Existe algo no Centro que já foi demolido, que não existe mais, que deveria ter sido considerado Patrimônio?

Entrevistado Francisco: Tinha uma casa aqui, que era antiga, era patrimônio, eles a demoliram. Neste prédio, tinha uma casa aqui que foi demolida, mais ou menos, quando nós mudamos para cá.

Pesquisadora Jordana: Tem algum outro lugar que não existe mais que deveria ter sido considerado Patrimônio?

Entrevistado Francisco: Não, não estou lembrando. Lembro desse (casa antiga) e tem uma casa aqui, ali na Rua 18 que eles deixaram. Você pode ver no Banana que tem lá e tem na Rua 24, eles destruíram lá, o Primeiro Palácio. Foi um alvoroço danado lá (lembro de ter saído nos Jornais), é foram, porque lá foi demolido.

Pesquisadora Jordana: Vou falar de alguns espaços e você me fala se lembra de reformas que aconteceram nesses espaços, tudo bem?

Pesquisadora Jordana: Praça Cívica?

Entrevistado Francisco: Teve reforma e mudou bastante.

Pesquisadora Jordana: Rua do Lazer?

Entrevistado Francisco: Também. Lembro levemente da Rua do Lazer. Tinha cinema, Casa Blanca...

Pesquisadora Jordana: Da Antiga Estação, que era Praça do Trabalhador?

Entrevistado Francisco: Isso, teve uma modificação muito grande ali também.

Pesquisadora Jordana: O Mercado da 78?

Entrevistado Francisco: O Mercado da 78, acho que é o único que nunca visitei ele. Tem um mercado aqui também, o Mercado Central, só não sei se ele é Patrimônio.

Pesquisadora Jordana: Estádio Olímpico?

Entrevistado Francisco: Também conheço e ele mudou muito

Pesquisadora Jordana: Já foi em algum evento no Estádio Olímpico?

Entrevistado Francisco: Já, já até joguei lá. Joguei futebol.

Pesquisadora Jordana: Nos últimos anos, o que mudou mais no bairro que influenciou mais para o senhor foi a questão do trânsito?

Entrevistado Francisco: Do trânsito, da infraestrutura, dos imóveis que hoje estão, à maioria, fechados.

Pesquisadora Jordana: A Pandemia acelerou esse processo?

Entrevistado Francisco: Acelerou um pouco.

Pesquisadora Jordana: Mas, vocês gostam de morar aqui?

Entrevistado Francisco: Gosta. Ontem mesmo a gente estava falando se fosse para morar em outro lugar aqui, em Goiânia, eu não dou conta. Tem que ser da Avenida Araguaia até o Setor Universitário, que eu morei lá na Rua 229 por muitos anos. É daqui para lá, se for outro lugar, não mudo não.

Pesquisadora Jordana: Teria mais alguma coisa que queira falar que seria interessante?

Entrevistado Francisco: Não, não está bom!

ANEXO III

**Roteiro de perguntas elaborado para entrevistas e
questionários**